

DORA DEISE STEPHAN MOREIRA

TCHAU, QUERIDA! **VERSUS** **FICÁ, QUERIDA!:**

a trajetória dos evangélicos
na política e as motivações
religiosas no (A)Deus à
presidenta Dilma Rousseff

Dora Deise Stephan Moreira

TCHAU, QUERIDA!

VERSUS FICA, QUERIDA!:

A TRAJETÓRIA DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA E AS MOTIVAÇÕES RELIGIOSAS NO (A)DEUS À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF



JUIZ DE FORA

2025

Licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0 Deed. Você pode compartilhar o material, respeitando os termos a seguir: conceda o devido crédito, inclua um link para a licença e sinalize quaisquer alterações realizadas; é proibido o uso do material para fins comerciais; caso remixe, transforme ou crie a partir do material original, fica vedada a distribuição da versão modificada.



Reitor(a): Gislene Alves da Silva

Vice-reitor(a): Telmo Mota Ronzani

Pró-reitor(a) de Pós-graduação e Pesquisa: Priscila de Faria Pinto

Pró-reitor(a) Adjunta de Pós-graduação e Pesquisa: Isabel Cristina Gonçalves Leite

Coordenador(a) do Selo Estudos de Religião

Dario Paulo Barrera Rivera

Conselho Editorial do Selo Estudos de Religião

Frederico Pieper Pires, Sônia Regina Corrêa Lages, Rolando Pérez-Vela, Marilu Rojas Salazar,

Dilaine Soares Sampaio, Cláudio de Oliveira Ribeiro, Vitor Chaves de Souza, Edla Eggert,

Donizete Aparecido Rodrigues.

Equipe editorial do Selo Estudos de Religião

Humberto Araujo Quaglio de Souza, Rodrigo Portella, Lucas Teixeira Souza, Daniel Martins Dalpra.

Revisão de português : Fator Gestão

Revisão de normas técnicas: Fator Gestão

Capa e projeto gráfico: Fator Gestão

Diagramação: Fator Gestão

Crédito da imagem da capa: Rubidium (Pexels)

Fontes utilizadas: Calibri e Montserrat TT

Catalogação de Publicação na Fonte. Sistema de Bibliotecas (SisBi) - UFJF

Moreira, Dora Deise Stephan.

TCHAU, QUERIDA! VERSUS FICA, QUERIDA!: [recurso eletrônico]: A trajetória dos evangélicos na política e as motivações religiosas no (A)Deus à presidente Dilma Rousseff / Dora Deise Stephan Moreira. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 6.417 K). – Juiz de Fora : Editora UFJF, 2025.

ISBN: 978-85-93128-95-0

1. Laicismo. 2. Comportamento social. 3. Evangélicos. 4. Impeachment. I. Título.

CDU: 322

Bibliotecário responsável: Érica Fernanda da Silva - CRB-6 2765



Editora UFJF – Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Campus Universitário, bairro São Pedro – Juiz de Fora, MG,
Brasil – CEP 36036-900
editora@ufjf.br / propp@ufjf.br



Dedico este trabalho ao meu filho Thiago Stephan Moreira, por sua
coragem, por sua determinação e por sua autenticidade.
Meu maior motivo de orgulho!

*“Amor que não se pede
Amor que não se mede
Que não se repete
Amor que eu nunca vi igual”*

(Nando Reis e Marisa Monte, 1994)

AGRADECIMENTO

Agradeço, do fundo do meu coração, ao meu saudoso companheiro de uma vida, Luiz Antônio Costa Moreira, que sempre esteve presente nos meus momentos de glória e nos percalços da vida. Onde quer que ele esteja, espero que este agradecimento chegue até ele. Amor eterno!

“Não tomarás
Teu santo nome em vão”
(Bíblia Sagrada, 2006, p. 108).
(Segundo Mandamento da Lei de Deus).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Quadro demonstrativo

181

SUMÁRIO

SUMÁRIO	8
PREFÁCIO	11
Rodrigo Fialho Silva	
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: SEGMENTO EVANGÉLICO NA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE A PERTINÊNCIA DA PRESENÇA DA RELIGIÃO NO ESPAÇO PÚBLICO	17
1.1 <i>LOCUS RELIGIOSO NO LOCUS POLÍTICO: “BOM PARA PENSAR” ESSA PERTINÊNCIA</i>	18
1.2 A RELAÇÃO RELIGIÃO E POLÍTICA VISTA COMO PROMÍSCUA	21
1.3 A RELAÇÃO RELIGIÃO E POLÍTICA VISTA COMO UMA RELAÇÃO POSSÍVEL, MAS COM RESSALVAS	28
1.4 A RELAÇÃO RELIGIÃO E POLÍTICA VISTA COMO PARTE DO JOGO DA DEMOCRACIA	33
1.5 LAICIDADE E SECULARIZAÇÃO: DIFERENÇAS SUTIS, MAS IMPORTANTES	38
1.5.1 <i>Laicidade: um conceito mais delimitado</i>	38
1.5.2 <i>Secularização: um conceito mais alargado</i>	40
1.6 LAICIDADE: UMA QUESTÃO DE PONTO DE VISTA	41
1.7 BRASIL: LAICIDADE SOB SUSPEITA	44
CAPÍTULO II: O EMPODERAMENTO DO SEGMENTO EVANGÉLICO NA POLÍTICA BRASILEIRA: DO LEGISLATIVO AO EXECUTIVO	52
2.1 SEGMENTO EVANGÉLICO: DO “QUIETISMO” AO ATIVISMO POLÍTICO	53
2.1.1 <i>As missões protestantes e seu aparente “quietismo”</i>	54
2.1.2 <i>A entrada em cena dos “políticos evangélicos”</i>	57
2.1.3 <i>O ideário político da direita religiosa</i>	61

2.2 DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE À COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONGRESSO NACIONAL	67
2.2.1 <i>Constituinte: a “língua da religião” na esfera política</i>	68
2.2.2 <i>Trajetória em matéria de crescimento numérico</i>	71
2.2.3 <i>Trajetória em matéria de aumento do capital político</i>	76
2.3 PRESENÇA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO PERÍODO DE 1989 A 2018: POSICIONAMENTOS E PARTICIPAÇÃO EFETIVA	81
2.3.1 <i>Eleições presidenciais de 1989: a volta às urnas depois da Ditadura Militar</i>	81
2.3.2 <i>O “demônio” versus “o enviado de Deus” nas eleições de 1989</i>	83
2.3.3 <i>O “demônio” está de volta</i>	84
2.3.4 <i>1998: uma campanha sem candidato preferencial</i>	86
2.3.5 <i>É chegada a hora de lançar um candidato próprio para presidente</i>	87
2.3.6 <i>Lula: de preterido a preferido em 2006. Quem diria?!</i>	89
2.3.7 <i>Candidatos à presidência na campanha de 2010: reféns das questões morais</i>	91
2.3.8 <i>Eleições de 2014: dois candidatos evangélicos na disputa para a Presidência da República</i>	94
2.3.9 <i>O pós-eleição de Dilma Rousseff: da vitória apertada ao impeachment</i>	97
2.3.10 <i>Eleições 2018: Evangélicos chegam ao poder por via indireta (ou direta?)</i>	99
2.4 A CHEGADA DE MARCELO CRIVELLA AO EXECUTIVO DA SEGUNDA MAIOR CIDADE DO BRASIL	103
2.4.1 <i>Do Senado à Prefeitura do Rio de Janeiro: o apoio incondicional da IURD</i>	104
2.4.2 <i>As múltiplas identidades de Marcelo Crivella</i>	113
2.4.3 <i>A fantástica fábrica de candidatos de Edir Macedo</i>	118
2.5 A AGENDA CONSERVADORA DO SEGMENTO EVANGÉLICO FAZENDO DIFERENÇA	124
2.5.1 <i>É pelo corpo que se atinge a alma do fiel/eleitor ou eleitor/fiel</i>	124
2.5.2 <i>Os debates em torno do aborto</i>	133
2.5.3 <i>Os debates em torno do movimento LGBTTI</i>	137
2.5.4 <i>As contendidas em torno da “Cura Gay”</i>	146

CAPÍTULO III: O <i>IMPEACHMENT</i> DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: EM NOME DE DEUS, O “SIM” QUE ENTROU PARA A HISTÓRIA DO BRASIL	154
3.1 ANÁLISE DO DISCURSO (AD) - DESCRIÇÃO DO MÉTODO	155
3.1.1 <i>Alguns antecedentes históricos da AD</i>	156
3.1.2 <i>A tríade Linguística, Marxismo e Psicanálise</i>	157
3.1.3 <i>Conceitos essenciais à metodologia da AD</i>	159
3.2 O GOLPE DE 2016	162
3.3 A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE: A VOTAÇÃO DO <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	174
3.4 A ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS PARLAMENTARES DA FPE NA SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	177
3.4.1 <i>Um sobrevoo pelo nosso corpus: identificação de termos, expressões e frases recorrentes</i>	177
3.4.2 <i>Uma aterrissagem sobre nosso corpus</i>	181
3.4.3 <i>O apelo identitário: a invocação das identidades nacional, religiosa e denominacional</i>	185
3.4.4 <i>Exaltação à família: a esfera privada adentrando a esfera pública, sem cerimônia</i>	194
3.4.5 <i>A desqualificação do governo Dilma Rousseff, do PT, da esquerda e da política como um todo</i>	201
3.4.6 <i>“Ela está de volta”: exaltação às Forças Armadas</i>	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	219

PREFÁCIO

Rodrigo Fialho Silva¹

Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Unidade Leopoldina, tendo também exercido o cargo de Vice-Diretora da Unidade, Dora Deise Stephan Moreira nos apresenta uma obra original, instigante e que ilumina um episódio nebuloso da História recente do Brasil – o impeachment da primeira Presidenta do país. Dora Stephan evidencia traços, no caso, discursos, característicos da sociedade brasileira, pautados no autoritarismo e nos aspectos religiosos de dezenas de Deputados Federais, que moldaram e moldam a fisionomia política contemporânea.

Dilma Vana Rousseff, foi a primeira mulher da história a presidir o Brasil. Comandou o país de 2011 a 2016, ano em que foi alvo, injustamente, de um processo de impeachment no Congresso Nacional por acusação de cometer pedaladas fiscais. Há dois anos, Dilma foi inocentada de tal ato inventado. Não foi apenas uma ação de impeachment, foi um Golpe! O golpe foi contra uma mulher e contra a democracia brasileira. Foi a expressão da misoginia enraizada em nossa sociedade e dos tentáculos políticos do patriarcado brasileiro, tão evidente nos rincões do imenso país e bem representados na esfera política: das Câmaras Municipais ao Congresso Nacional!

O presente livro resulta, originalmente, da Tese de Doutoramento em Ciência da Religião defendida pela autora, em 2020, no Programa de Pós-graduação de mesmo nome da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, orientada pelo Professor Doutor Marcelo Camurça. Assim como a tese, o trabalho ora apresentado se estrutura em três capítulos e versa sobre o processo de admissibilidade do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, por meio dos discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

Dora Stephan, inicia a discussão a partir das relações possíveis entre religião e política. Em seguida, apresenta e maneja de forma cuidadosa e didática, os conceitos de laicidade e secularização. No segundo capítulo, delinea a projeção do segmento evangélico da esfera política brasileira, apresentando a trajetória emblemática de Marcelo Crivella como um exemplo a ser destacado no âmbito do

¹ Diretor da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Unidade Leopoldina. Pós-doutor em História – ICH/UFJF. Doutor em História Política PPGH/UERJ.

Poder Executivo. Ainda no mesmo capítulo, demonstra como as forças religiosas influenciaram as campanhas eleitorais das últimas décadas. Habilidosa, Dora Stephan, analisa os setenta discursos dos Deputados da bancada evangélica, que votaram pelo impeachment. As narrativas eram dotadas de múltiplos sentidos “descolados” da política e projetadas por uma potente vocalização, onde o tom da violência simbólica se espetaculariza de forma uníssona, naquele fatídico episódio que marcou a História do Brasil contemporâneo, rasgou a representatividade política e balançou a recente democracia brasileira.

Além do autoritarismo, nossa sociedade é marcada pelo conservadorismo e pela violência. Hannah Arendt nos ensinou que “Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos”² e nas relações políticas. No Brasil, não é diferente e, também, não foi com a primeira Presidenta eleita no país. A trajetória da então Presidenta foi precedida por inúmeras dificuldades, superadas! Nas palavras de Ricardo Batista Amaral, em 2011: “Fácil para ela, nunca foi. Dilma teve de superar todos os desafios que a vida colocou diante dela ao longo do caminho: a condição feminina numa sociedade machista, a militância na clandestinidade, a tortura, a cadeia [...] a superação do câncer [...]”³. Tempos depois, ainda enfrentou o processo de impeachment. Além da coragem “rosiana” Dilma Rousseff é uma mulher forte e segue firme. Aqueles que deram “Tchau, querida” para a Presidenta, naquela conjuntura, hoje assistem a atuação da Justiça em reparar os crimes contra a Democracia, os quais, que de lá para cá, se tornaram comuns entre nós.

Na introdução do livro, a autora observa, de forma sensível e habilidosa, mudanças nas cores do cenário urbano brasileiro, com a presença de inúmeras instituições religiosas nos últimos tempos. Dessa maneira, arrisco dizer que os mesmos que carregam nas tintas, possuem um entendimento distorcido da realidade social, sabem pouco da história do Brasil e são desprovidos de lucidez política, dentre outros fatores, principalmente, por tentarem obliterar a história política de uma mulher! Fica, querida!

2 ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 22, 2022.

3 AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira Presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

INTRODUÇÃO

Nada é mais revelador dos fenômenos sociais que ocorrem em um país – ou em uma determinada cidade – do que sua arquitetura. Ela espelha a sociedade. Desde a década de 1980, notadamente, a paisagem urbana vem se modificando em razão de uma nova paisagem religiosa que começou a ser desenhada naquela época. Nas palavras de José Guilherme Cantor Magnani (2009, p. 27), “[...] já não é mais a arquitetura católica oficial que se impõe, soberana, na ambientação urbana”.

Permitam-me um pequeno depoimento pessoal para ilustrar a citação do antropólogo. Em 1986, quando esta pesquisadora, que hora vos escreve, trabalhava como repórter da TV Centro América, afiliada da Rede Globo, em Mato Grosso, testemunhou o alvorecer do (neo) pentecostalismo naquele estado e, quiçá, no país. As cidades do interior, onde se começava a desenvolver o agronegócio, quebravam a tradição, uma vez que não possuíam uma Igreja Católica e sim pequenos templos, muitos deles nos quintais ou garagens das casas dos agricultores – vindos em geral da Região Sul do país. No interior desses templos, havia bancos de madeiras bem rudes. À frente dos bancos, um púlpito. Acima desse, por vezes uma cruz, mas sem o Cristo crucificado. E nada de vitrais.

Passados mais de 30 anos, esta pesquisadora se depara com uma situação que mostra que essa arquitetura e a maneira de as pessoas se relacionarem com o espaço urbano mudou definitivamente. Em visita a duas cidades da “Minas barroca, das cidades coloniais [...]”, das igrejas, das imagens do Senhor Morto ou dos tapetes decorados de Corpus Christi [...]” (Musse; Pernisa, 2009, p. 159), ao indagar onde se encontravam determinados pontos turísticos, ouvimos como resposta algo do tipo: próximo à igreja, a católica, enfatizando a última palavra. Tempos atrás, isso não seria necessário, uma vez que a Igreja, com “i” maiúsculo, era ponto de referência da maior parte das cidades brasileiras.

As mudanças ocorridas na paisagem religiosa, cuja característica principal é a perda da centralidade da Igreja Católica, são reveladoras das transformações que ocorreram no campo religioso brasileiro, daquela década para cá. Essas transformações, porém, não afetaram somente o tecido urbano e sim todo o tecido social. Isso porque, em menos de cinquenta anos, o país assistiu a um crescimento numérico do segmento evangélico, o qual, conforme o último censo realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – em 2010, representava 22%; percentual esse que, certamente, encontra-se defasado.

Pesquisas não oficiais como as do IBGE, porém realizadas mais recentemente, atualizam o número acima, indicando que o segmento evangélico já representa 30% da população religiosa do país, o que leva a aproximar-se cada vez mais do segmento católico, cujo percentual agora seria de 50% – conforme o último censo, era de 66%. Os dados fazem parte de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, entre os dias 5 e 6 de dezembro de 2019, em 176 municípios brasileiros, com uma amostra de 2.948 entrevistados, e divulgada no dia 13 do mesmo mês, no *blog* de notícias “Huff Post Brasil”.

Ainda que o crescimento numérico não possa ser apontado como o único fator que conferiu visibilidade ao segmento evangélico, é possível afirmar que esse crescimento impeliu a participação desse segmento no espaço público. Praticamente em um mesmo intervalo de tempo, ou seja, entre a década de 1980 e os dias atuais, verificou-se um crescimento do número de evangélicos na política, sendo que passaram a ocupar espaços no âmbito do Poder Legislativo, tanto nas câmaras municipais, quanto nas assembleias estaduais e federal.

Na Câmara dos Deputados, sobretudo a partir da Assembleia Constituinte (1986-1988), o segmento evangélico tornou-se mais expressivo, atuando, sobretudo, na defesa aguerrida de pautas de cunho moral e religioso. Desde então, foi consolidando-se na esfera política e, em 2003, num contexto de surgimento de bancadas parlamentares, instituiu-se a Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

A partir daí, a “bancada evangélica”, como prefere a imprensa, passou a ter mais voz no Congresso Nacional e na condução da política nacional, atuando não somente no nível parlamentar, mas também influenciando nos rumos das campanhas políticas, inclusive em âmbito nacional, ou seja, para a Presidência da República. E em momentos cruciais da Nação, seu peso se faz sentir. A FPE, definitivamente, hoje faz a diferença nos pleitos eleitorais, articulando alianças, barganhando votos.

Foi assim em uma votação decisiva de nossa história recente, isto é, a admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, fato que ocorreu em 17 de abril de 2016. Escolhemos esse episódio para nosso objeto de estudo, por entendermos que se trata de um momento marcante não só para a história de nosso país, como também por significar um momento de grande projeção para a bancada evangélica.

Os discursos proferidos pelos deputados pertencentes à FPE tiveram imensa repercussão nacional e internacional, devido ao seu forte teor moral e religioso e pelo fato de destoar do esperado em um acontecimento de cunho eminentemente político, pois o que estava em discussão era se a Presidenta deveria ser afastada por crime de responsabilidade fiscal, as chamadas “pedaladas fiscais”. No entanto,

elementos de outra ordem, que não somente a política, adentraram o espaço político, como invocações a Deus, à família, à Nação, os quais roubaram a cena naquele dia histórico, causando estranhamento e indignação em boa parte da população brasileira.

Ao acompanhar pela mídia a repercussão de tais discursos, foi justamente esse estranhamento, essa ruptura com a cotidianidade em um *locus* político e, por que não dizer, esse *non sense*, que nos motivou a perscrutar esses discursos, os quais constituem o *corpus* de nossa pesquisa, a ser apresentada no terceiro capítulo desta tese.

Nosso trabalho estrutura-se em três capítulos, sendo que, no último, nos dedicamos a apresentar os resultados da pesquisa. Em nosso primeiro capítulo debateremos, sob diversos e distintos pontos de vista, a relação entre a religião e a política, com ênfase na pertinência ou não dessa relação. Também apresentaremos os conceitos de laicidade e de secularização e, a partir destes, discutiremos o caso particular do Brasil, país onde os princípios da laicidade vivem ao sabor de nossos representantes, o que afeta praticamente todas as instituições, como buscaremos ilustrar.

No segundo capítulo demonstraremos como o segmento evangélico, antes inexpressivo na política, possuindo até por ocasião da Assembleia Constituinte poucos representantes nos parlamentos, foi, gradativamente, galgando espaços na esfera política. No caso da Câmara dos Deputados foi aumentando, a cada legislatura, o número de deputados. Mostraremos também o aumento da representatividade no Poder Executivo, dando destaque ao político evangélico Marcelo Crivella, cuja trajetória consideramos bastante emblemática e ilustrativa dessa conquista de espaço.

Ainda, nesse segundo capítulo, apresentaremos como as forças religiosas, com ênfase no movimento evangélico, influenciaram os rumos das campanhas eleitorais para a presidência da República e até mesmo o seu resultado. Analisaremos a participação ativa dessas forças desde a primeira eleição após a ditadura militar, em que disputaram no segundo turno Fernando Collor de Mello (PJ) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), até a última campanha eleitoral, cujo candidato eleito pelo PSL, Jair Bolsonaro, era membro atuante da FPE. Como buscaremos demonstrar, o capitão reformado do exército teve sua candidatura fortemente alavancada pelo segmento evangélico.

No terceiro e último capítulo apresentaremos o resultado da pesquisa, cujo *corpus* foi constituído pelos discursos proferidos pelos deputados da FPE. Analisaremos somente os discursos proferidos pelos deputados dessa bancada que

votaram pelo *impeachment*, no caso setenta deles, pois, a partir de uma pré-análise, constatamos que justamente esses discursos apresentavam as idiossincrasias que nos propusemos analisar.

Com vistas a obter uma melhor compreensão daquele momento histórico e dos discursos que foram proferidos pelos deputados da FPE, optamos pela adoção da Análise do Discurso (AD), em sua vertente francesa, utilizando-nos dos postulados de Michel Pêcheux, de Jean-Jacques Courtine, de Dominique Mingueneau e da autora brasileira Eni Orlandi, responsável pela introdução da metodologia no Brasil, além de outros autores. Escolhemos a AD por entendermos que essa metodologia nos permitiria compreender de maneira mais aprofundada aqueles discursos, providos de uma semântica forte e intrigante.

Além disso, os discursos proferidos naquela data memorável transpareciam uma enorme riqueza simbólica e uma capacidade infinidável de produzir sentidos. Prova disso é que até hoje escritores, cineastas e pesquisadores buscam “capturar” esses sentidos, na forma de artigos, livros, documentários e trabalhos acadêmicos. Esperamos que esta tese possa contribuir nessa tarefa de compreender aquele momento, cujos desdobramentos para nossa história e para nossa democracia não cessam. Desde aquele dia, o redemoinho da história não parou de girar – e em ritmo acelerado. Fatos novos surgem a todo momento, causando vertigem em nossa frágil democracia.

CAPÍTULO I

SEGMENTO EVANGÉLICO
NA POLÍTICA BRASILEIRA:
UMA REFLEXÃO SOBRE A
PERTINÊNCIA DA PRESENÇA DA
RELIGIÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

1.1 LOCUS RELIGIOSO NO LOCUS POLÍTICO: “BOM PARA PENSAR” ESSA PERTINÊNCIA

Numa remissão ao escritor argentino Jorge Luiz Borges (1899-1986), o trabalho etnográfico é “onde o tempo se bifurca perpetuamente para inumeráveis futuros” (Borges, 1975, p. 479). A pesquisadora Tatiana dos Santos Duarte, da Universidade de Brasília, ao realizar um trabalho de campo sobre a participação da Frente Parlamentar Evangélica⁴, no dia a dia do Poder Legislativo, em 2010, deparou-se com uma situação não prevista, o que a fez bifurcar. De acordo com seu relato, já no primeiro dia de sua empreitada, “descobriu” que naquele espaço público eram realizados cultos evangélicos, com dia, local e hora marcados, mais precisamente às quartas-feiras pela manhã, dia que, segundo ela, é o de mais movimento no Congresso Nacional. Duarte considerou sua “descoberta” um verdadeiro “achado etnográfico” (Duarte, 2012, p. 54).

Diante do inesperado, Duarte deu uma guinada em sua pesquisa e decidiu focá-la no culto, escolhendo o dia sete de abril daquele ano para perscrutar seu objeto de estudo. Como ela mesma descreve, sua pretensão foi de analisar aquele culto do ponto de vista de “um ritual antropológico porque entendo que é no tempo litúrgico e no espaço do culto que estes parlamentares realizam a invocação do religioso e a sacralização de suas atividades na política” (Duarte, 2012, p. 54). É digno de nota que a autora faz menção ao fato de que naquela [...] “Casa das Leis, onde habitam deuses variados” (Almeida, 2017a, p. 72), também são realizadas missas.

O trabalho de campo de Duarte, registrado com riqueza de detalhes no artigo “A participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Brasileiro: Ação política e (in)vocação religiosa”, se detém mais na análise do aspecto simbólico em seu objeto empírico e não faz nenhuma reflexão acerca da pertinência ou não da realização de um culto em pleno Congresso. Mesmo assim consideramos o artigo instigante no sentido de pensar os limites do religioso no espaço público, nessa intrincada relação religião/política, Igreja/Estado em um país tido como laico.

Antes de prosseguirmos a discussão desses limites – se é que deve havê-los – consideramos necessária uma especificação conceitual de espaço público, pois assim como Cesar Alberto Ranquetat Junior, consideramos “fulcral” essa distinção em relação ao espaço privado. Recorrendo a Jürgen Habermas (2003), autor alemão que perscrutou as diferenças entre esfera pública e esfera privada em sua obra *Mudança*

4 A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi instituída em 2003. Atualmente, de acordo com o DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, é composta por 74 deputados e três senadores. Esse número é bastante próximo ao utilizado pela pesquisadora Magali do Nascimento Cunha, professora da Universidade Metodista de São Paulo, que considera 72 deputados e o mesmo número de senadores, conforme o blog “Mídia, Religião e Política”. Disponível em: <http://www.metodista.br/midiarelgiaopolitica/index.php/2014/10/12/evangelicos-e-as-eleicoes-2014-listagem-final-dosas-deputadosas-evangelicas-eleitasas-e-um-balanco-pos-5-de-outubro/>. Acesso em: 9 out. 2017.

Estrutura da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, é preciso, primeiramente, não restringir a definição de esfera pública a uma mera representação espacial (ruas, prédios, departamentos, seções, instituições, parlamentos etc.), tampouco a um espaço destinado à realização de interesses de uma determinada classe ou de uma determinada religião, no caso. O sentido que aqui buscamos empregar pertinente, a partir de sua fonte primária, é o de esfera pública⁵ enquanto um *locus* onde convergem diferentes atores sociais, com diferentes formas de pensar, diferentes demandas, sem que uns se sobressaiam aos outros, posto que a esfera pública “continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político” (Habermas, 2003, p. 17).

Em conformidade com Habermas, Ranquetat comprehende assim o espaço público:

O espaço público é concebido, na tradição liberal, como o espaço de discussão racional entre sujeitos despidos de suas identidades particulares, todos sendo vistos como iguais, pois, são cidadãos com os mesmos direitos e deveres. Assim sendo, as crenças religiosas devem estar alocadas na esfera privada, não podendo adentrar e influenciar a arena pública. O pressuposto que subjaz nessa afirmação é de que a religião é um assunto e uma prática ligada às emoções e às paixões, à autoridade e ao constrangimento, não devendo ocupar e participar dos debates que se travam no espaço público (Ranquetat, 2016, p. 13, *grifos nossos*).

Quanto ao posicionamento de Habermas acerca da pertinência da religião no espaço público, o filósofo alemão afirma não fazer sentido opor uma razão secular a uma razão religiosa, partindo do pressuposto que a segunda, advinda de uma cosmovisão, é inherentemente emocional. No entanto, o autor defende a ideia de que a religião tem uma linguagem própria diferente da linguagem secular. Portanto, ao adentrar o espaço público, é preciso que haja uma tradução, um filtro. Para Habermas: “Nos parlamentos, tribunais ou órgãos administrativos, qualquer referência ao [livro] *Gênesis* [Capítulo 1] deve ser explicada, em termos seculares”⁶ (Habermas, 2011, p. 66, *grifos nossos*).

Retomando o nosso ponto de partida para uma reflexão, ou seja, a transformação de um espaço público em espaço cíltico, julgamos procedente uma breve análise do ponto de vista legal. A última Constituição Brasileira de 1988, “promulgada sob a proteção de Deus” (Ranquetat, 2013, p. 89), não é peremptória nesta matéria especificamente. Em seu Artigo 5º, Parágrafo VI, do Capítulo I, que trata Dos Direitos e Deveres Individuais e

5 Para explicitar o conceito de ‘esfera pública’ - sempre em oposição à esfera privada-, Habermas retoma as origens do termo. Mas, no nosso entendimento, o que de mais elucidativo retém-se dessa digressão linguística para fins de um melhor entendimento de ambos os conceitos é quando ele remonta à origem grega do termo, ou seja, “a esfera livre da *pólis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera de *oikos*, que é particular de cada indivíduo (*idios*). Também julgamos necessário acrescentar que, na concepção do autor, a esfera pública é uma das categorias centrais de nossa sociedade (Habermas, 2003, p. 15-17).

6 Tradução livre do inglês para o português do texto “Dialogue: Jurgen Habermas and Charles Taylor” In: *The Power of Religion in the public sphere*. New York: Columbia University Press, 2011.

Coletivos, consta que: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos, na forma da Lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (Constituição Federal, 1989, p. 8). Embora a *Carta Magna* não especifique quais seriam os locais de culto, fica subentendido que seriam os templos ou espaços afins.

Os outros locais previstos pela Constituição Brasileira em seu Artigo 5º, parágrafo VII, do Capítulo I, que trata Dos Direitos Individuais e Coletivos, seriam aqueles onde “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva” (Constituição Federal, 1989, p. 8), o que dá amparo legal ao exercício da Capelania, também contemplada pela Lei Federal nº 9.998/00, de 14 de julho de 2000. Em seu Artigo 1º, esta lei diz que: “Assegura-se o acesso aos hospitais da rede pública ou privada, bem como aos estabelecimentos prisionais civis ou militares.”

Como é de conhecimento público, o Congresso não é um estabelecimento prisional ou local de internação coletiva. E com base no descrito por Duarte (2012), os cultos que se realizam naquela “Casa das Leis”, não têm caráter assistencial. Não cabe aqui discutir exaustivamente as questões jurídicas que dizem respeito à presença da religião no espaço público. Interessa-nos debater a pertinência ou não desta presença, especialmente no espaço político, considerando-se não só o Poder Legislativo, mas também o Executivo. Para tanto, recorreremos a autores brasileiros, em sua maioria antropólogos e sociólogos da religião, que se debruçam sobre os estudos no que se refere à relação entre política e religião em nosso país.

Embora não desconsideremos a relação histórica entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro e, também, não deixemos de levar em conta a participação ao longo dos tempos de parlamentares católicos, é nosso propósito nos determos mais na participação do segmento evangélico na esfera política. Nosso recorte se embasa no fato de que essa presença vem se avolumando, tanto do ponto de vista numérico, quanto no que diz respeito à ocupação cada vez maior de espaços e ao ganho de poder.

Antes de iniciarmos o debate, gostaríamos de salientar que, sempre que nos referirmos ao segmento evangélico no âmbito do Congresso Nacional, utilizaremos a terminologia Frente Parlamentar Evangélica (doravante FPE), por entendermos que a expressão bancada evangélica, além de pejorativa, denota uma ideia de algo homogêneo, o que certamente não procede. Como ressaltado por Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro (2017), a bancada evangélica “reúne congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas de diferentes igrejas, tanto do ramo histórico ou de missão como do pentecostal e neopentecostal [...]” (Prandi; Carneiro, 2017, p. 2), o que sugere que esses diferentes grupos carreguem consigo ideários distintos. No

entanto, utilizaremos essa terminologia sempre que a bibliografia por nós selecionada fizer uso da mesma, bem como quando nos referirmos a matérias jornalísticas que normalmente a empregam. Como assinalado pelos mesmos autores, embora o nome oficial seja FPE, além da mídia e da literatura científica, o termo também é empregado pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria – pelos próprios membros (Prandi; Carneiro, 2017, p. 2).

Há praticamente uma unanimidade em relação ao momento em que os evangélicos, sobretudo pentecostais e neopentecostais, começaram a ter uma maior visibilidade no âmbito político. Foi a partir da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1986, a qual deu origem a nossa última Constituição Federal, promulgada em 1988. Autores como Antônio Flávio Pierucci (1989), Clara Mafra (2001), Maria das Dores Campos Machado (2012), Joanildo Burity (2005), Ricardo Mariano (2011), Ari Pedro Oro e Ricardo Mariano (2009), apenas para citar alguns, consideram a Constituinte um marco no ativismo político desse segmento.

1.2 A RELAÇÃO RELIGIÃO E POLÍTICA VISTA COMO PROMÍSCUA

Na concepção de Jürgen Habermas, a esfera pública não deveria servir de “pórtico de entrada de privilegiados interesses privados” (Habermas, 2003, p. 218). Antônio Flávio Pierucci, no entanto, sugere haver no Brasil um “escancarar de portas” (Pierucci, 2011, p. 19) do espaço público. Em artigo publicado um ano depois da promulgação da nova Constituição Brasileira, ou seja, em 1989, o arguto sociólogo paulista já se posicionava a respeito da presença dos evangélicos na elaboração de nossa última *Carta Magna*. Para este sociólogo, a Constituinte tornou os evangélicos não só “visíveis, mensuráveis e vocais” (Pierucci, 1989, p. 105), como também permitiu seu empoderamento.

Pierucci é bastante crítico a essa participação, não isentando também outros grupos religiosos, como os católicos⁷. Ao analisar as muitas querelas ocorridas durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, o autor é categórico. Ele fala, inclusive, em “usurpação de delegação” e de “legitimização de usurpação” (Pierucci, 1989, p. 112). Isso em relação à Comissão de Soberania e Garantia dos Direitos do Homem e da Mulher, na qual um dos representantes do grupo evangélico, deputado Salatiel Carvalho (PFL/PE) lutou veementemente contra a aprovação de direitos iguais para os homossexuais, arvorando-se defender os interesses não somente do grupo que representava, mas também falar em nome da sociedade brasileira como um todo.

7 É necessário atentar para o fato de que entre os católicos também não há homogeneidade, uma vez que a Igreja Católica, como apropriadamente colocado por Brenda Carranza (2011) constitui um “imenso guarda-chuva”, que abarca diferentes vertentes, como a Renovação Carismática Católica, a Opus Dei, apenas para citar alguns exemplos.

Conforme relatado por Pierucci (1989, p. 112), o parlamentar do PFL⁸ e pastor da Assembleia de Deus fez a seguinte declaração ao jornal *Folha de S. Paulo*⁹: “Os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direito porque a maioria da sociedade não quer”. Para além do viés conservador que os evangélicos reforçaram no parlamento, outra das principais críticas que o autor lhes imputa recai justamente no fato de outorgarem para si a condição de legítimos representantes do povo brasileiro, legislando em nome de uma “maioria moral”¹⁰.

Na concepção de Pierucci, ao participarem da arena política, os evangélicos

extrapolam o campo das lutas especificamente religiosas e passam a competir em uma arena mais vasta do que do campo religioso propriamente dito, entrando em disputa agora com outras agências e outros agentes laicos na qualidade de fontes de informação, influência e estimulação políticas, encontrando e fazendo nesse percurso novos aliados (a UDR, o “centrão”, o presidente Sarney, “o grupo do rádio” etc.), mas também – e principalmente, para melhor recorte de sua identidade – novos adversários: o movimento feminista, o movimento *gay*, a esquerda laica, o humanismo secular, o modernismo cultural, a indústria da pornografia [...] (Pierucci, 1989, p. 113).

O sociólogo paulista também sugere que os evangélicos defendem interesses de suas respectivas denominações religiosas, ao barganharem, no Congresso Nacional, concessões de emissoras de rádio e de televisão, por entenderem a importância dos meios de comunicação para adentrarem também a “esfera da publicidade” (Pierucci, 1989, p. 117). Ao agirem dessa forma, os evangélicos participam do jogo do “é dando que se recebe” – frase atribuída pelo autor ao deputado Roberto Cardoso, do PMDB

8 O Partido da Frente Liberal é atualmente chamado de DEM – Democratas. O partido foi fundado em 28 de março de 2007 e tem como presidente José Agripino Maia. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/democratas-dem. Acesso em: 21 nov. 2017.

9 A edição citada por Pierucci é do dia 9/6/1987. Para embasar seu artigo empiricamente, o autor se vale de uma série de matérias publicadas à época pela imprensa nacional.

10 Em Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF e intitulada *Jerry Fawell e a Maioria Moral: Um estudo sobre a relação entre Religião e Política no espaço público americano*, Ivan Dias da Silva define ‘Maioria Moral’ como um *lobby* político, com forte viés religioso, fundado e liderado pelo pastor fundamentalista e televangelista Jerry Fawell. Trata-se da organização mais destacada da Nova Direita Religiosa (NDR) dos Estados Unidos. Seu período de atuação foi de 1979 a 1989, sendo seu ápice durante os dois mandatos do presidente da República Ronald Reagan (de 1981 a 1989), cuja candidatura foi veementemente apoiada por esta organização. Silva complementa que mesmo datada, a ‘Maioria Moral’ (*Moral Majority*) modificou substancialmente a dinâmica político-partidária daquele país, deixando suas marcas até hoje não só nos EUA, como também em países de outros continentes, sobretudo da América Latina. Como assinala o autor, a ‘Maioria Moral’ (*Moral Majority*) era composta em sua maioria por fundamentalistas, mas também por “evangélicos conservadores, católicos, judeus e mórmons, bem como por pessoas que concordavam com a agenda moral que a organização propunha” (Silva, 2016, p. 154). A organização de direita defendia, o criacionismo, a família monogâmica e era radicalmente contrária aos movimentos feministas, ao aborto e à homossexualidade. Mas seu maior inimigo era o comunismo (Silva, 2016; Stoll, 2002). David Stoll acrescenta que na América Latina, além dessas questões, havia um outro alvo: a teologia da libertação. O antropólogo americano, de origem guatemalteca, dedica uma sessão do Capítulo 10 de seu livro *América Latina se vuelve protestante*, ao estudo desse combate específico. A Teologia da Libertação, uma vertente progressista da Igreja Católica, era vista pelas organizações da NDR como propagadora do comunismo (Stoll, 2002).

de São Paulo, razão pela qual foram “tão mimados” (Pierucci, 1989, p. 117), inclusive pelo Presidente da República, José Sarney,¹¹ por ocasião da Constituinte.

Esse caráter utilitário, denunciado por Pierucci como parte da prática política do segmento evangélico, é classificado por Arnaldo Érico Huff Junior como “modo exclusivista utilitário”¹², uma vez que “vê no universo político um espaço de ação com relação a fins próprios, estabelecidos na própria comunidade evangélica”, o que faz com que se submetam “às dinâmicas práticas do jogo político” (Huff, 2016, p. 70).

Com base na análise de Emerson Giumbelli, as reflexões de Antônio Flávio Pierucci e de Ricardo Mariano, com relação à questão dos evangélicos no espaço público brasileiro, seriam tributárias de “um legado weberiano” (Giumbelli, 2013, p. 50), os quais fazem parte de uma vertente de autores que comungam com a ideia de um “desencantamento do mundo”. E, no nosso entender, estas reflexões destes dois autores, Pierucci e Mariano (que se tornaram referência para estudos de pentecostais na esfera pública), estão baseadas na insistência da separação das esferas religiosa e política para o bem da laicidade do Estado e, *par consequence*, da democracia.

Na concepção de Mariano, a relação entre essas duas esferas sociais, estreitadas a partir da Assembleia Nacional Constituinte, acarreta “uma instrumentalização mútua entre religião e política” (Mariano, 2001, p. 51), que ocorre principalmente por ocasião dos pleitos eleitorais, quando há uma exacerbação de “expressão pública do religioso” (Mariano; Oro 2009, p. 11). Boa parte dos estudos deste autor é dedicada à presença de grupos religiosos, com destaque para os evangélicos, no cenário político brasileiro contemporâneo.

Embora Mariano – na esteira de Pierucci – seja crítico a essa presença, reconhece que a “expansão pentecostal, por meio de seu proselitismo exclusivista, foi responsável pelo estabelecimento da modernidade religiosa no Brasil [...]” (Mariano, 2001, p. 248), uma vez que a hegemonia católica dificultava a implementação do pluralismo religioso, condição *sine qua non* para se atingir a modernidade, como postulado por Peter Berger, em seu *Dossel Sagrado* (1985). Se para este último autor, em nível mundial, o protestantismo funcionou como “um prelúdio decisivamente

11 Já ao abrir uma das sessões de seu artigo “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”, Pierucci utiliza uma frase do presidente da República José Sarney: *os evangelistas são o fato mais marcante desta Constituinte*. Com a ajuda expressa na forma de voto, os evangélicos votaram pela prorrogação do mandato do presidente, recebendo em troca, por intermédio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a liberação, a fundo perdido, de mais de Cz\$110 milhões para a Confederação Evangélica Brasileira, conforme divulgado pelo *Jornal do Brasil*, edição de 10 de outubro de 1987, que serviu de fonte para Pierucci (1989, p. 126).

12 Arnaldo Érico Huff Junior (UFJF) classifica ainda mais quatro “modos de significação da ação política”, a saber: “modo individual progressista”, “modo exclusivista de retirada”, “modo comunitário secular” e “modo comunitário eclesiástico”. Ver mais no artigo “Modos de Ação de Protestantes e Pentecostais na Política Brasileira”, publicado em 2016, pela Editora Cirkula, no *e-book Religião e Política ao Sul da América Latina*, organizado pelos pesquisadores Hilario Wynarczyc (UNSAM, Argentina), Marcelo Tadvald (UFRGS) e Mauro Meirelles (Unisinos).

histórico para a secularização” (Berger, 1985, p. 125), podemos dizer que, no Brasil, esse prelúdio ocorreu – com representatividade na população – via pentecostalismo. Vale ressaltar que, para Berger, a modernidade decorre da secularização.

Conforme Mariano, a irrupção do pentecostalismo foi “fundamental para consolidar o pluralismo religioso no Brasil [...]. Rompeu com o modelo hegemônico de participação inter-religiosa que prevaleceu no Brasil até meados do século XX: ‘O sincrético hierárquico’¹³. (Mariano, 2001, p. 248). Ao tratar especificamente da política-eleitoral, o autor recorda que para a Assembleia Constituinte houve um aumento significativo do número de candidaturas de religiosos católicos, que faziam uso da identidade religiosa como recurso eleitoral. Apoiados, sobretudo pelo Movimento de Renovação Carismática¹⁴, usavam os slogans: “Católico vota em católico” e “Atenção, o momento é grave. Acordem católicos!” (Mariano, 2001, p. 249), numa alusão à ascensão política dos evangélicos.

Mariano assevera que os evangélicos, por sua vez, “ingressaram na arena política, impelidos pelo temor de que a Igreja Católica estivesse disposta a tentar dilatar seus privilégios, junto ao Estado Brasileiro, na Constituinte” (Mariano, 2001, p. 250). Antes, esse segmento religioso era orientado por suas lideranças a nas eleições se limitarem a apoiar com o voto o governo e não se envolverem em política de forma direta e ativista, ou seja, mantendo uma postura “quietista” como nos tempos do puritanismo¹⁵. A partir da década de 1980, sobretudo, inaugura-se um ativismo político por parte deste segmento. Paralelamente, o clima concorrencial já existente à época entre as denominações religiosas adentra a esfera política.

Se por um lado Mariano enxerga como algo positivo essa nova correlação de forças entre católicos e pentecostais, pensando em termos de quebra da hegemonia católica, por outro lado, o autor, tal como seu mestre e parceiro Pierucci, concebe as práticas políticas do segmento evangélico reduzidas à defesa de “[...] seus valores morais contra seus adversários católicos, homossexuais, ‘macumbeiros’ e feministas

13 O modelo sincrético-hierárquico consiste em “uma relação de [pertença religiosa] não exclusiva, com a aceitação da hegemonia institucional-católica” (Freston apud Mariano, 2001, p. 248).

14 O Movimento de Renovação Carismática Católica (MRCC), nascido na década de 1960 nos Estados Unidos, possui muitas semelhanças com os movimentos (neo) pentecostais, dentre elas o fato de “recuperar um determinado catolicismo emocional de massas” (Carranza, 2011, p. 17). Assim como no neopentecostalismo, fazem uso abusivo da mídia, produzindo assim um *catolicismo midiático*, nos dizeres da autora. Do ponto de vista político, tendem ao conservadorismo, sobretudo no que diz respeito à agenda moral.

15 Seguidor da doutrina de João Calvino (1509-1564), um dos principais reformadores protestantes, o puritanismo faz parte dos chamados “movimentos de restauração” (Tillich, p. 272). Antônio Gouvêa Mendonça, ao discorrer sobre o *spectrum* do puritanismo, diz não ser possível defini-lo com exatidão, mas o concebe mais como um estilo de vida, que enfatiza o ascetismo e o rigor moral (Mendonça, 2008, p. 66). Em diálogo com Mendonça, Colin Campbell define essa vertente religiosa como sendo uma tradição de pensamento que “devido a uma base de intensa preocupação moral e religiosa, condena toda a ociosidade, luxo, indulgência, abraçando, em contraste uma ética de ascetismo e operosidade [...]” (Campbell, 2001, p. 50).

[...]" (Mariano, 2001, p. 251). Ao se deter na análise da atuação dos evangélicos na Constituinte de 1988, o sociólogo da religião recorda que eles se empenharam mais na

tarefa de combater toda sorte de questões que confrontavam com seus valores morais, tais como descriminalização do aborto, a união civil de homossexuais, bem como demandar concessões de rádio e tevê e recursos públicos para projetos assistenciais desenvolvidas por suas organizações (Mariano, 2001, p. 251).

Para além de ser crítico à agenda política dos evangélicos, agenda essa que ainda se encontra em pleno vigor, Mariano se posiciona contrariamente à instrumentalização entre religião e política, argumentando que a relação estreita entre essas duas esferas constitui "um poderoso obstáculo à laicização da esfera pública brasileira" (Mariano, 2001, p. 251-252). Com base em afirmação de José Jorge Carvalho (1999), Mariano, ao dar "um no cravo, outro na ferradura", assevera que tanto católicos quanto evangélicos têm se empenhado cada vez mais em se inserirem no espaço público, em vez de tentarem contribuir para sua laicização.

Essa inserção cada vez maior da religião no espaço público é vista com restrições por Ronaldo de Almeida. Com relação aos evangélicos, o antropólogo discorda de antemão da nominação "bancada evangélica", por entender que se trata da "expressão mais acabada do sentido negativo que o termo evangélico adquiriu nas últimas décadas, qual seja: um conjunto de deputados 'moralistas' que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro" (Almeida, 2017b, p. 6). Muito embora discorde desta pecha, concebe a presença dos evangélicos nos poderes Legislativo e Executivo como "um bom exemplo dos deslocamentos na estrutura social brasileira" (Almeida, 2017a, p. 74; 2017b, p. 6).

Para Almeida, a entrada deste segmento religioso na política institucional não tem apenas um efeito demográfico, uma vez que a ascensão demográfica dos evangélicos redundou efetivamente na criação de canais políticos. Conforme o antropólogo, eles só não conseguiram ainda adentrar o Poder Judiciário, pois este exige "um perfil mais elitista, tradicional e católico", enquanto que "a ascensão no Legislativo e Executivo se dá por via eleitoral, permitindo o acesso de pessoas com menos capital econômico e social às elites políticas" (Almeida, 2017 b, p. 7).

Almeida cita como um exemplo emblemático dessa ascensão evangélica o ex-deputado e ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ)¹⁶. Embora inicialmente desprovido de capital econômico, o evangélico ligado à Assembleia de Deus (AD) chegou ao cume graças ao seu "capital simbólico" (Bourdieu, 1978) adquirido,

16 Eduardo Cunha começou sua trajetória política em 2002, quando foi eleito deputado federal por seu estado e pelo PPB – Partido Progressista Brasileiro. Tornou-se presidente da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2015, função que exerceu até o dia cinco de maio de 2016, quando foi afastado por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por estar obstruindo a justiça e o próprio processo de cassação de seu mandato na Comissão de Ética da Câmara, o que também aconteceu por decisão do STF. Em 19 de outubro do mesmo ano, teve prisão temporária e, em 30 de março de 2017, foi condenado pela Justiça Federal, como parte da operação Lava Jato, por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão fraudulenta de divisas. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-condena-eduardo-cunha-a-15-anos-de-prisao>. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,stf-mantem-afastamento-de-cunha-por-unanimidade,10000049354> e <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html>. Acesso em: 9 out. 2017.

sobretudo, como comunicador da Rádio Melodia FM, uma rádio evangélica. Ao final de todo programa, usava o bordão populista: “O povo merece respeito”¹⁷. Assim como tantas outras lideranças políticas, fez da mídia um trampolim para a política. Nos dizeres de Wilson Gomes (2007, p. 336), soube “habitar o mundo criado pela comunicação de massa”, tirando proveito dela.

De acordo com Almeida, ao presidir o processo de admissibilidade do *impeachment* da então Presidenta da República Dilma Rousseff (em 17/04/2016), o deputado federal Eduardo Cunha referiu-se a Deus, na abertura da sessão, imprimindo assim uma marca “teísta cristã” e revelando “o valor histórico-cultural-oficial do cristianismo para a simbologia nacional” (Almeida, 2017a, p. 72). Vale ressaltar que o presidente da Câmara teve papel crucial no sentido de convencer seus pares parlamentares a aceitarem a admissibilidade.

No nosso entendimento, a remissão a esse acontecimento por parte de Almeida demonstra sua postura crítica em relação ao fato de o discurso religioso atravessar o discurso político, o que é ilustrado também com a fala de outros deputados, no artigo “Os Deuses no Parlamento”. Mas neste trabalho e em outros mais recentes, o antropólogo se debruça sobre a análise da “onda conservadora”, posto que avalia existir “um impulso interno significativo em direção ao ativismo político, predominantemente conservador” (Almeida, 2017a, p. 73).

Em diálogo com Pierucci e Mariano, Almeida pontua que o conservadorismo¹⁸ não é uma exclusividade dos evangélicos, todavia são eles atualmente os “protagonistas mais visibilizados do conservadorismo moral religioso” (Almeida, 2017b, p. 6). O antropólogo chama atenção para fato de que este grupo religioso entrou na disputa pela moralidade pública para maior controle dos corpos (transgêneros e pesquisa

17 Como explicitado por Pierre Bourdieu (1978, p.55), os agentes religiosos, na medida em que aderem à ideologia do carisma, autoproduzem seu poder simbólico acreditando em seu próprio poder simbólico. É possível que ele também acreditasse no respeito que ele nutria pelo povo, apesar de que, como já referido, na nota acima, ter sido condenado, preso e afastado da presidência da Câmara dos Deputados, além de ter perdido seu mandato eletivo. Ver mais sobre trajetória de Eduardo Cunha em <https://oglobo.globo.com/brasil/de-radialista-todo-poderoso-do-legislativo-trajetoria-de-cunha-20091652>.

18 O conservadorismo é compreendido aqui, por nós, como “um conjunto de crenças políticas, econômicas, religiosas, educacionais e sociais, caracterizado pela ênfase no *status quo* e na estabilidade social, na religião, na tradição e na moralidade” (Knight apud Guerra; Gouveia, 2007, p. 42). Devemos acrescentar, para uma maior compreensão da noção de conservadorismo a que queremos nos referir, que “as maiores divergências entre liberais e conservadores são em tópicos relacionados à moralidade e ao estilo de vida, tais como a legalização da maconha. Contudo, o tema que mais separa os liberais dos conservadores é o *ato sexual*, especialmente no que diz respeito às relações extraconjogais” (Guerra; Gouveia, 2007, p. 43). Em relação às práticas homossexuais, repudiada pela maioria dos conservadores, os argumentos liberais protegem estas práticas, uma vez que estes relacionamentos dizem respeito a escolhas de seres individuais (Guerra; Gouveia, 2007, p. 44). Como assinalado por Wilson, o conservadorismo trata-se de um fator geral subjacente ao campo das atitudes sociais, e enfatiza a existência de uma correlação positiva do conservadorismo com o preconceito e as atitudes negativas frente a exogrupos (Wilson apud Guerra; Gouveia, 2007, p. 44). Segundo os autores, é mais em assuntos morais do que políticos que as opiniões entre liberais e conservadores se colocam em extremos ideológicos (Guerra; Gouveia, 2007, p. 44).

genética), dos comportamentos (sexual e reprodutivo) e dos vínculos primários (casamento e adoção gays), haja vista a disputa pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Câmara dos Deputados. Em 2013, a FPE conseguiu articular a eleição do pastor e deputado Marco Feliciano¹⁹, do Partido Social Cristão (PSC/SP), para essa comissão, até então mais afeita à defesa dos direitos das minorias.

Como observado por Almeida, os evangélicos possuem um conservadorismo ativo, pois visam “não somente a questão da moralidade deles, mas a luta para que ela seja inscrita na ordem legal do país” (Almeida, 2017b, p. 17). A participação deles em um número dada vez maior de comissões que deliberam sobre questões de cunho moral/religioso tem uma razão de ser, pois, juntamente com outros grupos cristãos, os evangélicos querem “regular e restringir a moralidade liberal e laica” (Almeida, 2017b, p. 17). Isto, segundo Jorge Helius Scola Gomes (2016), visando, inclusive, à “produção de instrumentos normativos”, de forma a respaldá-los.

E é por meio dessa participação cada vez mais intensa e mais articulada que “os grupos evangélicos se tornaram mais competitivos e com maior capacidade de transferirem suas influências da esfera religiosa para a esfera política” (Machado, 2012, p. 34). Nos dizeres da autora, desde a década de 1980, estamos diante de um “reavivamento conservador” (Machado, 2012, p. 34).

Ao fazer uma retrospectiva da presença dos evangélicos pentecostais na esfera política, Machado assevera que, na medida em que estes foram ganhando visibilidade, despertando o interesse dos partidos políticos já existentes no sentido de fazerem alianças políticas com esses novos atores. Na concepção da socióloga, “essa lógica pragmática acabou favorecendo não só a entrada dos pentecostais na política, como também na direção das máquinas partidárias” (Machado, 2012, p. 35). E foi assim que, segundo a autora, surgiram novos partidos com um forte viés religioso, como o Partido da República (PR), uma fusão do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) – cujo maior expoente foi Enéas Carneiro²⁰, aquele do bordão “Meu nome é Enéas” – com o Partido Liberal (PL) ocorrida em 2006; o Partido Republicano

19 Marco Antônio Feliciano é pastor da Assembleia de Deus Catedral do Avivamento. Ficou à frente da CDHC por dois anos como presidente e, em 2015, permaneceu nela em uma de suas vice-presidências. Em ambas as eleições, provocou protestos de ativistas, sobretudo ligados ao movimento LGBTT – Lésbicas, Gays, Travestis e Transgêneros. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,eleicao-do-pastor-feliciano-gera-protestos-pelo-pais,1006658>. Acesso em: 9 out. 2017.

20 Enéas Carneiro foi o criador do PRONA, partido pelo qual se candidatou pela primeira vez à Presidência da República, em 1989, primeira eleição após o Regime Militar, iniciado em 1964. O acreano disputou mais duas eleições presidenciais, em 1994 e 1998. Em 2002, foi eleito deputado federal por São Paulo, sendo o mais votado do país, com 1.573.642 votos. Foi reeleito para um segundo mandato, mas faleceu em maio de 2007, não chegando a terminá-lo. Entrou definitivamente para a história com seu bordão “Meu nome é Enéas”, ao qual se restringia sua campanha de apenas 15 segundos no Horário Eleitoral Gratuito. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nacionalista-eneas-carneiro-fez-historia-com-bordao-apenas-15-segundos-na-tv-21271348>. Acesso em: 10 out. 2017.

Brasileiro, identificado com a Igreja Universal do Reino de Deus²¹, e o Partido Social Cristão, criados na mesma época que o PR.

Ainda que denuncie o pragmatismo político entre esses novos partidos e os tradicionais, como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT), acenando para uma confessionalização da política, Machado é menos contundente do que os autores acima arrolados no que diz respeito à presença do segmento evangélico na esfera política. Mesmo considerando que se trata de “um intenso ativismo religioso conservador” (Machado, 2012, p. 33), a socióloga, no nosso entender, defende a existência de uma multiplicidade de atores religiosos, até para fazer frente à Igreja Católica, que sempre gozou de um “tratamento especial” (Machado, 2012, p. 31).

Na concepção da autora, a Igreja Católica, apesar dos ajustes constitucionais no que diz respeito à relação Igreja e Estado, “continuou se beneficiando, mais do que qualquer outro grupo religioso, dos auxílios financeiros, das isenções de impostos e das parcerias com as agências governamentais” (Machado, 2012, p. 31). Apropriando-se da noção de “modernidades múltiplas” de Shmuel Eisenstadt (2001), Machado contemporiza a participação atual de coletivos religiosos na esfera pública, não a considerando propriamente como uma ameaça à democracia liberal.

1.3 A RELAÇÃO RELIGIÃO E POLÍTICA VISTA COMO UMA RELAÇÃO POSSÍVEL, MAS COM RESSALVAS

A discussão acerca do lugar da Igreja num regime democrático encontra-se mais acesa do que nunca, mobilizando estudiosos em várias partes do mundo. “Longe de estar em declínio [...] a velha controvérsia sobre a relação entre religião e política está mais uma vez de volta à agenda” (Mouffe, 2005, p. 15). Embora esta autora não analise especificamente a participação de grupos religiosos na esfera pública brasileira, consideramos que suas reflexões são válidas no sentido de se pensar sobre a possibilidade de uma relação religião e política que não seja danosa à democracia e ao Estado laico.

Chantal Mouffe defende um modelo agonístico de participação, que pressupõe o pluralismo de ideias. Por pluralismo, a autora, a partir de Claude Lefort, entende como sendo a “dissolução dos marcos de certeza” (Mouffe, 2005, p. 16). Transportando esta questão para o campo religioso propriamente dito, Berger nos fala sobre uma “crise de credibilidade” da religião, de “um amplo colapso da plausibilidade das definições religiosas” (Berger, 1985, p. 139).

21 Em artigo intitulado “Igreja Universal: Dispositivos e Participação na Cena Pública”, Carlos Gutierrez sugere a vinculação do PRB com a IURD, a partir da formação de jovens egressos da igreja do bispo Edir Macedo pelo PRB, visando à composição da militância do partido, à ocupação de cargos públicos e a possíveis candidaturas (Gutierrez, 2016, p. 75).

Para melhor compreendermos a perspectiva agonística proposta pela autora, julgamos necessário nos remeter ao significado etimológico da expressão ‘agonista’, da qual deriva agonístico. Conforme o *Grande Dicionário Sacconi de Língua Portuguesa*, ‘agonista’ vem do grego “agōnistēs”, de “agōn”, que é igual a luta, disputa. Seu sentido na Anatomia seria “músculo que promove uma ação a que se opõe outro, chamado antagonista”. Na Bioquímica refere-se à substância que tem a mesma ação que outra substância (por oposição a antagonista): o agonista da adrenalina, por exemplo.

O campo religioso, como já observado por Pierre Bourdieu (1978), é um *locus* de competição, de conflito, de disputa. E quando o campo religioso adentra o campo político, essa situação não se dissipa, ao contrário, tende a se intensificar. Mas, conforme Mouffe, mesmo num contexto conflituoso, no fundo, “a política almeja a criação de unidade” (Mouffe, 2005, p. 22). Sob essa ótica, dentro de uma ordem democrática pluralista, o oponente não deve ser visto como um inimigo e sim como um adversário legítimo. Assim sendo, o que se pretende em uma política democrática é transformar os “antagonismos” em “agonismos” (Mouffe, 2005, p. 23).

O “pluralismo religioso” defendido por Mouffe, em um ambiente democrático, não consiste em “eliminar as paixões ou relegá-las à esfera privada com o fim de estabelecer um consenso racional na esfera pública” e sim “mobilizar aquelas paixões para os propósitos democráticos”. Para a autora “É necessário entender que longe de ameaçar a democracia, o confronto agonístico é de fato sua própria condição de possibilidade” (Mouffe, 2005, p. 24).

Mouffe concebe como um equívoco falar de separação Igreja/Estado, religião e política e, ainda, público e privado como se fossem princípios idênticos. E é dessa falta de discernimento que advém a ideia, também equivocada, de que a tão falada separação Igreja/Estado deva significar a relegação absoluta da religião ao privado. A autora reitera que quanto os limites constitucionais sejam observados e respeitados

não há qualquer razão pela qual os grupos religiosos não deveriam poder intervir na arena política para pronunciarem-se em favor de ou contra certas causas [...] a luta pela justiça social tem com frequência sido fortalecida pela participação de grupos religiosos (Mouffe, 2005, p. 25).

Depreendemos existir neste ponto um diálogo entre Mouffe e Paula Montero, sobretudo com relação a dois aspectos. O primeiro diz respeito ao engajamento de agências religiosas em movimentos pela justiça social referido acima. Nesse sentido, Montero destaca mais o papel da Igreja Católica, via teologia da libertação, no qual lideranças religiosas desempenharam um papel primordial não só na formação de lideranças populares, como também na organização de movimentos sociais (Montero, 2012b, p. 171).

A antropóloga brasileira faz menção ao fato de que, mais recentemente, a partir da década de 1980, alguns setores da Igreja Católica principalmente, tendo como referência à “teologia da inculturação”²², atuaram política e simbolicamente junto a movimentos de defesa dos direitos culturais das minorias étnicas (Montero, 2012b, p. 171). No âmbito das religiões protestantes, Montero destaca, com base em Eva Scheliga (2010), a Rede Nacional de Assistência Social (RENAS), uma rede de organização protestante que capacitou seus afiliados para o trabalho social, dando-lhes condições de atuarem em diversas áreas, como saúde e assistência pública (Montero, 2012b, p. 174).

Ao discorrer sobre o engajamento tanto de alguns setores católicos quanto protestantes à frente da RENAS, Montero assevera que o trabalho por eles desenvolvidos teve “um importante papel no desenho da agenda dos movimentos da sociedade civil em vários setores”. Em decorrência disso, ampliou-se a participação de coletivos religiosos “na formação da cidadania brasileira, na condução da atividade parlamentar e na produção de novas leis” (Montero, 2012b, p. 171). Recorrendo a Charles Taylor, a religião no espaço público tem seus “insights positivos” (Taylor apud Perlatto, 2016).

O segundo aspecto que aproxima Montero de Mouffe refere-se à noção de controvérsia (tomado aqui no sentido de disputa intelectual, diferente do sentido corriqueiro de polêmica ou divergência) que a primeira faz, a partir de Bruno Latour. Antes disso, é preciso que se diga que a antropóloga brasileira recorre a Habermas, definindo esfera pública como um conjunto de “configurações de visibilidade” constituídas por meio de controvérsias públicas (Montero b, 2012, p. 179).

No nosso entendimento, a ideia de controvérsia ora trazido para a discussão compreende uma dialética entre agonismo e antagonismo. Diferentes atores – dentro de um espectro heterogêneo – estão em disputa, ainda que diante de “situações nas quais os atores estão de acordo de que discordam entre si” (Latour apud Montero, 2012b, p. 180). Sem a pretensão de nos alongarmos nesta noção de controvérsia, o que de mais importante apreendemos das reflexões de Montero é sua concepção de que a esfera pública “não constitui um espaço vazio e deve ser constituída de fluxos

22 Em trabalho intitulado *Inculturação da Fé e Pluralismo Religioso*, Faustino Teixeira explica que a expressão ‘inculturação’ se refere a um neologismo específico da linguagem cristã. Trata-se de um termo típico do linguajar teológico e de recente utilização no discurso missiológico. Embora tenha uma conotação antropológico-cultural, este termo distingue-se de outros típicos do léxico antropológico, como é o caso de aculturação, enculturação e transculturação. Distingue-se também de acomodação e adaptação [...]. Para melhor explicitar este conceito, Teixeira recorre ao autor francês Pedro Arrupe que assim descreve: “Inculturação é a encarnação da vida e da mensagem cristãs em uma área cultural c oncreta, de modo que não somente esta experiência se exprima com os elementos próprios da cultura em questão (o que ainda não seria senão uma adaptação), mas que esta mesma experiência se transforme em um princípio de inspiração, a um tempo norma e força de unificação, que transforma e recria esta cultura, encontrando-se assim na origem de uma ‘nova criação’” (Arrupe apud Teixeira). Disponível em: http://www.missiologia.org.br/cms/UserFiles/cms_artigos_pdf_45.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

discursivos". Ao tomarmos fluxos discursivos enquanto movimento de circulação de ideias que se desenrolam dentro de um ambiente de controvérsias e agonismos, desde que todos estejam de acordo sobre o terreno, regras e dispositivos onde se travam as contendas, deduzimos que isto faz fluir o debate democrático.

Vista por esse prisma, a religião, na concepção de Ranquetat Junior, não deve ser considerada “um fator perturbador e problemático quando adentra o espaço público” (Ranquetat, 2016, p. 2), como querem certos secularistas. De acordo com este autor, “a participação e atuação de atores e discursos religiosos no espaço público não significa necessariamente autoritarismo, anacronismo e passionalidade irracional” (Ranquetat, 2016, p. 2).

Ranquetat reconhece a dimensão pública da religião e defende a ideia de que numa sociedade laica e democrática “todas as religiões possam se beneficiar simbólica e financeiramente do apoio do poder público” (Ranquetat, 2016, p. 1). O autor, porém, rechaça qualquer forma de intolerância religiosa, citando como exemplo um fato ocorrido no dia 27 de julho de 2013, durante a Jornada Mundial da Juventude²³, realizada no Rio de Janeiro, em que integrantes da “Marcha das Vadias”²⁴, segundo o autor, “escarneceram, ultrajaram e injuriaram símbolos cristãos” nesse evento católico (Ranquetat, 2016, p. 2).

O episódio não teve a mesma repercussão do que o “chute na santa”²⁵, provavelmente porque envolveu a Igreja Católica e um grupo laico, enquanto o anterior

23 A Jornada Mundial da Juventude (JMJ) é o maior evento organizado pela Igreja Católica, sendo realizado anualmente em nível diocesano, no Domingo de Ramos, e de 2 ou 3 anos em diferentes pontos do planeta, geralmente nos meses de julho ou agosto. A JMJ ocorrida no Rio de Janeiro, em julho de 2013, reuniu mais de 3 milhões de peregrinos, só perdendo em público para a jornada de Manila, nas Filipinas, que reuniu mais de 4 milhões de fiéis. A última jornada aconteceu em Cracóvia, na Polônia, e a próxima já foi anunciada para 2019, no Panamá. O evento foi instituído pelo Papa João Paulo II em 1985, sendo que a primeira edição aconteceu em 1986. Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/especiais/jmj/cracovia-2016/entenda-o-que-e-a-jornada-mundial-da-juventude/>. Acesso em: 14 out. 2017.

24 Durante o evento “Marcha das Vadias”, realizado no dia 27 de julho de 2013, manifestantes quebraram imagens sacras na Praia de Copacabana, onde milhares de peregrinos aguardavam o início da vigília.. De acordo com o jornal *O Globo* (Edição do dia 28/07/2013), a ação partiu de um casal que estava nu, tampando os órgãos sexuais com símbolos religiosos, como um quadro com a pintura de Jesus Cristo. Esculturas de Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Fátima foram destruídas. Em um ponto do protesto, eles juntaram cruzes, jogaram camisetas em cima e começaram a pisar nos símbolos religiosos. Um dos manifestantes chegou a botar um preservativo na cabeça de Nossa Senhora. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/manifestantes-quebram-imagens-sacras-na-praia-de-copacabana-9220356#ixzz4vbezzv2U>. Acesso em: 14 out. 2017. A “Marcha das Vadias” estava sendo realizada pela terceira vez no Rio de Janeiro naquele ano. O nome do evento teve origem no Canadá, quando um policial justificou um estupro por conta das roupas utilizadas pela mulher violentada. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/marcha-das-vadias-reune-mil-nas-praias-do-rio-e-vira-hit-em-rede-social.html>. Acesso em: 14 out. 2017.

25 O “chute na santa” foi como ficou conhecido o episódio envolvendo o pastor Sérgio Von Helde, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que no dia 12 de outubro de 1995 desferiu pontapés na imagem de Nossa Senhora Aparecida, santa padroeira do Brasil, durante o programa televangélico, “Despertar da Fé”, exibido na *Rede Record*, emissora de propriedade de Edir Macedo, líder mor da IURD. De acordo com Emerson Giumbelli, o episódio serviu para mostrar a força moral da Igreja Católica, pois a consternação nacional em defesa da mesma foi enorme, sobretudo pelo papel da mídia na amplificação do fato. “Daí se poder afirmar que a mídia não apenas cobriu um fato, como também participou essencialmente de sua produção” (Giumbelli, 2003, p. 172). Uma nova leitura do episódio foi feita pelo antropólogo Ronaldo Almeida, no artigo “Dez anos do ‘Chute na Santa’: A intolerância com diferença” (2007).

envolveu a mesma Igreja e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), o que pode ser enquadrado no que alguns autores chamam de “batalha espiritual” (Mariz, 2003; Machado, 2003) ou “guerra santa” (Giumbelli, 2002). Porém, na visão de Ranquetat, o fato exprimiu a “faceta intolerante e radical de certos grupos secularistas”, que querem instaurar uma “ordem política e jurídica neutral em matéria religiosa. Mas, na verdade, tencionam uma profunda mutação dos valores culturais de uma determinada sociedade”. Ao agirem assim, procuram “extirpar e destruir por completo qualquer presença de símbolos religiosos em uma dada sociedade” (Giumbelli, 2002, p. 3).

Diante do exposto, depreendemos que Ranquetat acena para a legitimidade da presença da religião no espaço público, desde que resguardado o princípio da liberdade religiosa. Em capítulo intitulado “Seriam as religiões no Brasil atores legítimos ou espúrios na arena pública e no jogo político?”, Marcelo Ayres Camurça problematiza a questão da legitimidade ou não dessa presença, tomando como ponto de partida um instigante artigo jornalístico intitulado “Triunfo da Religião?”²⁶, escrito pela filósofa cearense Sandra Helena de Souza, cuja tônica é “um temor frente a um possível recuo da autonomia das instituições republicanas devido à crescente presença religiosa na esfera pública [...]” (Camurça, 2014, p. 3).

À medida em que vai destrinchando o artigo e se valendo de um “mosaico de posições” – algumas delas aqui esboçadas por nós – o antropólogo busca sistematizar as clivagens existentes na vasta bibliografia sobre a relação religião/política no Brasil. A primeira enxerga “uma presença ostensiva da religião e o temor de uma regressão para um regime confessional” (Camurça, 2014, p. 3). A segunda defende a existência de “regras para a atuação da religião no espaço público” (Camurça, 2014, p. 5) e uma terceira que examina “o interesse proativo das religiões de atuação no domínio republicano segundo seus valores morais” (Camurça, 2014, p. 7), muito em voga atualmente, devido à irrupção desses valores na esfera pública.

Acerca desta última questão, Camurça sugere que “mais que uma ‘confessionalização da política’ a entrada do religioso na esfera pública significa uma moralização da política, que se expressa numa ‘linguagem dos valores morais’”, numa remissão a Joanildo Burity (Camurça, 2014, p. 9). No entanto, o autor pondera que, no tocante às ideologias, correntes filosóficas e políticas, formas de pensamento e religiões, devem-se evitar generalizações, posto que “dentro de um mesmo grupo religioso pode haver distintas percepções de sentido de realidade” (Camurça, 2014, p. 10). Dito de outra forma, nem sempre se trata de um grupo monolítico.

26 Ver artigo completo em: https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2012/02/22/noticiasjornalopiniao_0,2788396/o-triunfo-da-religiao.shtml. Acesso em: 14 out. 2017. Certamente, o título do artigo faz alusão à obra do psicanalista francês Jacques Lacan, *O triunfo da Religião*, cuja primeira edição em português data de 2005, sendo lançado pela Editora Zahar, Rio de Janeiro.

Camurça cita como exemplo o fato de que no seio da Igreja Católica existe divergência de opinião quanto ao aborto, havendo os que condenam veementemente, como aqueles que são favoráveis ao direito de as mulheres decidirem sobre o próprio corpo. Outra questão colocada pelo autor é que “um indivíduo, mesmo com uma pertença religiosa, não rege o conjunto de suas escolhas de acordo com um único padrão religioso. Ao contrário, em uma sociedade pluridimensional, o indivíduo se comporta de forma diferente e exerce preferências distintas em distintos ‘campos’ ou ‘sistemas’”, numa alusão a Bourdieu, Luhman e Beyer (Camurça, 2014, p. 10).

Assim como Ranquetat, Camurça acena mais para a legitimidade da religião no espaço público, argumentando que a presença da mesma já é observada no espaço cosmopolita, por meio de eventos multitudinários de grande visibilidade, como a “Marcha para Jesus” dos evangélicos ou a “Jornada Mundial da Juventude da Igreja Católica”. Como observado por Patrícia Birman, há muito “[...] a conexão entre o palco, o púlpito e o espaço público se transformou definitivamente no modelo de atuação [...] presente nas concepções religiosas [...]” (Birman, 2003, p. 235).

Camurça atenta para a manutenção do pacto democrático, da convivência de valores distintos (laicos, religiosos ou até híbridos) em uma sociedade, mediante o estabelecimento de critérios que possam dar conta de gerir essas diferenças. Depreendemos que o autor está se referindo à necessidade de criação de marcos normativos, de um conjunto de leis, enfim, de uma jurisdição que garanta a laicidade do Estado brasileiro.

O antropólogo assevera que não é possível desconsiderar “o peso da religião” no país, apesar da pujança de atores laicos no espaço público, e que, em nome de uma “modernização”, de um “enfrentamento radical” em relação a forças religiosas, não se deve desrespeitar tradições, cosmovisões enraizadas, substanciais para parte significativa de nossa população. Em última análise, defende que o imaginário (religioso) popular deve ser considerado nas análises sobre as formas de fazer política no país (Birman, 2003, p. 12).

1.4 A RELAÇÃO RELIGIÃO E POLÍTICA VISTA COMO PARTE DO JOGO DA DEMOCRACIA

O ponto de interrogação parece sempre mover o pensamento dialético do cientista político pernambucano Joanildo Burity. Em seu artigo intitulado “Novos Paradigmas e Estudo da Religião: uma reflexão anti-essencialista”, datado de 2000, o autor já abre a discussão com uma avalanche de perguntas: “A religião está de volta? Para onde? De onde?...”. E assim por diante. Questiona os principais paradigmas existentes acerca dos estudos da religião, analisando-os um a um.

O autor procede da mesma forma em relação ao debate sobre a relação entre religião e política. Em seu outro texto, sob o título “Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições 2002”, como o próprio nome já diz, parte desse recorte histórico para examinar a situação nacional. Mas, antes mesmo de se debruçar em seu objeto de estudo, tece algumas considerações acerca do segmento evangélico e da imbricada relação religião e política.

Para Burity, a inserção dos evangélicos na cena política teve dois efeitos dignos de nota: primeiro, o de uma “descontinuidade do jogo político”, uma vez que são introduzidos, nas “instituições representativas”, atores estranhos à política organizada ou sem quaisquer vínculos com as elites laicas integradas ao sistema político brasileiro. Trata-se de uma referência, em nosso entendimento, às oligarquias políticas (Burity, 2005, p. 173, aspas nossas, grifos do autor).

O segundo efeito diz respeito à introdução na “linguagem política” de elementos de outra “língua”, porém familiares a dos novos atores, ou seja, a “língua da religião” (Burity, 2005, p. 174, aspas nossas, grifos do autor). Burity observa, que esses elementos estranhos à política serão vistos sempre com uma certa desconfiança, o que gera suspeitas em torno das “intenções desse grupo”, a natureza do “projeto político” e o “compromisso com a democracia” (Burity, 2005, p. 174).

Como se não bastasse, segundo Burity, “antepõem-se, ainda, exigências de credenciais de cultura política e de comportamento coletivo para a aceitação de novos participantes” (Burity, 2005, p. 174). Fugindo um pouco do tema em discussão, as considerações levantadas pelo autor nos remetem ao palhaço Tiririca²⁷, cujas principais críticas feitas a ele, por ocasião de sua eleição para a Câmara dos Deputados, diziam respeito ao fato de ele não estar credenciado para o cargo. Dito de outro modo, ele era “um estranho no ninho”, assim como foram os evangélicos no início de sua incursão no espaço político. Se o lugar do palhaço deveria ser o picadeiro, o dos evangélicos deveriam ser os púlpitos.

Assim, praticamente todos os autores, aos quais nos referimos, aludem à participação desde sempre da Igreja Católica na política. Burity reitera essa posição, porém atentando para o fato de essa entidade religiosa fazer um trabalho “silencioso” (Burity, 2005). Se por um lado o cientista político atesta essa participação ao longo dos tempos da Igreja Católica, por outro, busca destruir boa parte das posições que se cristalizaram sobre a relação religião e política.

27 Francisco Everardo Oliveira Silva, mais conhecido por Tiririca, foi eleito pela primeira vez para deputado federal, em 2010, pelo Partido Republicano de São Paulo, obtendo 1,35 milhão de votos, sendo o campeão nacional de votos. Com isso, garantiu a eleição de mais três deputados da coligação da qual fazia parte. Em 2014, foi reeleito pelo mesmo partido, dessa vez com menos 250 mil votos, mesmo assim sendo o segundo deputado federal mais votado pelo Estado de São Paulo. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/tiririca-e-reeleito-deputado-com-grande-votacao/>. Acesso em: 16 out. 2017.

Para Burity, falar de “bancada evangélica” constitui um mito, pois em sua concepção os parlamentares evangélicos têm muito mais divergências, só votando em bloco em dois momentos, ou seja, quando o que está em pauta são questões corporativas ou que se referem a valores morais, caros à coletividade evangélica (Burity, 2005, p. 195). Nesse sentido, reforça-se a ideia de outros autores de que não há homogeneidade de pensamento, acrescentando serem as uniões momentâneas, em torno de temas específicos (Burity, 2005, p. 198).

Quanto à existência de uma clivagem religiosa na esfera política, o autor sustenta que “não há nenhuma evidência de que qualquer clivagem religiosa esteja colocada ou em vias de se afirmar na política brasileira” (Burity, 2005, p. 198). Uma das razões apresentadas por Burity é de que não existe um alinhamento evangélico, com uma única tendência partidária ou ideológica. Para ilustrar seu posicionamento, o autor lembra as campanhas eleitorais, nas quais esse grupo religioso não necessariamente vota em bloco, ainda que haja uma tendência “governista” (Burity, 2005, p. 199).

Para Burity, também não há qualquer evidência que aponte para um “projeto político” por parte dos evangélicos. Em sua concepção, o “projeto político” depende “das forças sociais e políticas com as quais interagem suas correntes atuantes no cenário político” (Burity, 2005, p. 199). Em artigo²⁸ mais recente, produzido em parceria com a socióloga Maria das Dores Campos Machado, a partir de uma pesquisa qualitativa feita com importantes líderes do segmento evangélico acerca da política e de outras temáticas, Burity rechaça novamente a ideia de um “projeto político pentecostal”. O autor argumenta que, no contexto atual, a política é uma questão de “sobrevivência”, entendida como “um ter que fazer política” (Machado; Burity, 2014, p. 613), o que não significa necessariamente almejar uma condição de hegemonia.

Num entendimento clássico, leninista, de hegemonia como imposição de um projeto vitorioso por via eleitoral ou revolucionária sobre toda a sociedade, não há nada no discurso das lideranças pentecostais entrevistadas que autorize essa conclusão. Assim, o reiterado debate sobre o “projeto pentecostal” como uma espécie de modelo neoconstantino ou neogenebrino de fusão entre autoridade religiosa e autoridade política é, no mínimo, equivocado (Machado; Burity, 2014, p. 613).

28 O nome do artigo é “Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos” (2014). Vale ressaltar sobre este trabalho tratar-se de um estudo pouco comum acerca da religião no Brasil, uma vez que parte de uma pesquisa qualitativa com lideranças religiosas, objetivando conhecer melhor o “outro lado da moeda”, ou seja, a visão dessas lideranças formadoras de opinião no meio pentecostal, no que se refere a uma série de temáticas sociais, políticas e econômicas. Dentro deste leque, os pesquisadores priorizaram as posições e iniciativas das lideranças entrevistadas, em relação a temas como aborto, homossexualidade, corrupção etc. Como constatado por um dos autores, o cientista político, Joaílido Burity, em outro de seus artigos, datado de 2005, normalmente as análises sobre a religião são feitas a partir “de um lugar, sujeitando-se às disputadas que vêm de outros lugares”. O diferencial do artigo publicado pelo autor em 2014 (juntamente com Maria das Dores C. Machado) é trazer uma análise a partir do “lugar de fala” (Bourdieu, 1996; Elias, 1994; Braga, 2000) do próprio segmento evangélico. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000300601&lng=pt&tln=pt. Acesso em: 16 out. 2017.

Burity admite haver “uma combinação de conservadorismo e pragmatismo no maior filão de participação evangélica”. Para o autor, existe também uma tendência à convergência com relação a temas “particularmente sensíveis aos religiosos, como aborto, sexualidade ou violência nos meios de comunicação” (Burity, 2005, p. 201).

Na contramão do que pensam alguns dos autores aqui arrolados, Burity sustenta que a presença do religioso na política não constitui uma ameaça à democracia *per si*, “certamente não mais do que outras forças culturais e políticas perfeitamente seculares em operação nas democracias de fato” (Burity, 2005, p. 209). O cientista político pernambucano, em referência à religião em geral, sugere uma nova forma de olhar que não seja sob os paradigmas da secularização e/ou da modernização, que ele considera normativos (Burity, 2000).

Em artigo mais recente, datado de 2017, ou seja, pós-*impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, Burity lança uma nova reflexão²⁹ sobre a presença evangélica no espaço público. O autor admite a emergência de uma onda conservadora na política brasileira, porém credita isso a um processo global, numa clara referência a outros países em que o conservadorismo reemergiu, como é o caso dos Estados Unidos na era Trump. Sobre essa onda conservadora, o cientista político acrescenta que:

[...] a onda conservadora não se contém nas fronteiras nacionais, nem se origina de seu interior. A geografia e a cronologia dessa onda não são singularmente brasileiras nem definidas de modo estável e linear. Não têm ordem, nem progridem linearmente. Uma maré montante de reação conservadora crescentemente globalizada se ergueu no mesmo período, grosso modo, quero insistir, que a reação brasileira identifica como a temporalidade do desastre de que pretende nos redimir, só que muito mais ampla da dinâmica brasileira: desde o início do novo século. Seus sinais apontam precisamente para uma resposta e uma recusa a processos iniciados anteriormente à conjuntura pós-2014. Donde se tratar de uma reação conservadora (Burity, 2017, p. 21-22, grifos do autor).

Ainda sobre o conservadorismo que tem se sobressaído na esfera pública, Burity pondera que ele não é propriamente uma novidade, porém tornou-se “mais desabrido, insolente, sem meias-palavras e sem meia-medidas” (Burity, 2017, p. 21). Quanto ao recrudescimento de um fundamentalismo religioso, o autor é mais reticente a essa assertiva. Ainda que admita um aumento do protagonismo dos evangélicos,

29 No artigo que recebe o título “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?”, o cientista político pernambucano, Joaílido Burity, reflete sobre alguns termos que ganham força após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. São eles: conservadorismo, fascismo e fundamentalismo. O autor lembra o fato de que logo após a sessão do Senado Federal, que julgou a admissibilidade do impedimento da petista, em agosto de 2016, intelectuais da Universidade Federal de Campinas se reuniram no Fórum Penses, para compreender o acontecimento histórico. Tendo como tema “Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos”, o evento se propôs a discutir, sobretudo, a conjuntura política brasileira, partindo do questionamento se o país estaria vivenciando uma onda conservadora. As informações são do próprio autor, que participou da mesa “Religião no espaço público”.

sobretudo a partir do episódio do *impeachment* de Dilma Rousseff, e um acirramento do conservadorismo, o cientista político reitera seu posicionamento de que a “bancada evangélica” não é monolítica, homogênea, posto que “Alguns parlamentares parecem vestir o figurino de ‘fundamentalista’, mas muitos não” (Burity, 2017, p. 45).

Para Burity, “A melhor literatura científico social recente, brasileira e internacional, não autoriza esse movimento classificatório-acusatório” (Burity, 2017, p. 45). Ele complementa que o termo fundamentalismo é uma *categoria de combate* acionada, geralmente, pelos adversários dos pentecostais – no caso, e principalmente, os movimentos sociais minoritários – que tendem “a evocar paralelismos com grupos radicais islâmicos, hindus, budistas, judeus, produzindo uma resposta classificatória e denunciatória aos ‘evangélicos’, transformados em metonímia de ‘pentecostais’” (Burity, 2017, p. 49). Dito de outro modo, é mais uma força de expressão do que uma realidade.

Ao tratar de outra assertiva muito comum sobre a presença do religioso no espaço público — isto é, do especificamente religioso, como se essa fosse a única “língua” pronunciada —, Burity argumenta que esta se aplica “apenas à novidade representada pela presença pentecostal no *proscênio* do golpe, legitimando abertamente o processo de *impeachment* e as propostas do governo interino [de Michel Temer]” (Burity, 2017, p. 45, grifos do autor). Contudo, o cientista político observa ainda que:

[...] não há um especificamente religioso que dê sentido ao golpe, como marcação de uma clivagem religiosa no cenário político, definidora de uma agência particular. Os pentecostais não estão, como conjunto demográfico e interdenominacional, inteiros nesse processo. A Frente Parlamentar não é o espelho de todos os evangélicos. E o perfil desse corpo heterogêneo não autoriza sua assimilação ao conceito (ou ao bordão) de fundamentalista (Burity, 2017, p. 45).

Pedro Heitor Barros Geraldo, em artigo no qual analisa as múltiplas identidades de Marcelo Bezerra Crivella, na campanha para prefeitura do Rio de Janeiro em 2004, corrobora com parte do pensamento de Burity por acreditar não haver “uma ‘religionização’ do campo político, ou seja, o sentido político não passa a ser religioso” (Geraldo, 2012, p. 116). Mais condescendente do que Burity, o autor aponta no sentido de que a presença dos evangélicos na esfera política pode “fomentar a democracia através de sua participação coletiva” (Geraldo, 2012, 118).

Ao discorrer sobre a secularização, Geraldo argumenta que: “Numa clivagem secularizada, a religião é tida como um conjunto de valores que são mobilizados estrategicamente na arena política” (Geraldo, 2012, p. 121). Depuramos desta assertiva do autor que outro conjunto de valores que não os religiosos também podem ser mobilizados de modo a se ganhar uma eleição, na qual, para ele, o que interessa é angariar votos e mais votos.

O autor de *O Senador e o Bispo: as estratégias de construção identitária nas eleições municipais cariocas* considera que a utilização do recurso religioso é válida, pois pode resultar em uma quantidade maior de votos para determinado candidato. Portanto, para ele “não há por que se falar em ‘religionar’ ou mesmo ‘evangelizar’ o espaço político, na medida em que a identidade religiosa é um artefato construído estrategicamente por atores específicos para reagir a situações pontuais” (Geraldo, 2012, p. 121).

No caso específico de Crivella, personagem no qual Geraldo se deteve – e sobre o qual voltaremos a falar mais adiante – o autor é taxativo ao afirmar que o que interessava ao político vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus era vencer as eleições, desejo este comum a todos que se candidatam a algum cargo político, sendo o pretendente religioso ou não. Em última análise, o que interessa ao político profissional, tanto no sentido weberiano (2011) quanto no sentido do senso comum, é o voto, não importa de que segmento ele venha. Depreendemos da análise deste autor que ele aponta para um pragmatismo político, capaz de mobilizar argumentos de toda ordem.

1.5 LAICIDADE E SECULARIZAÇÃO: DIFERENÇAS SUTIS, MAS IMPORTANTES

A julgar pelo senso comum, laicidade e secularização seriam sinônimos. Mas na concepção de Ranquetat, para além de possuírem raízes etimológicas distintas, são, acima de tudo, “fenômenos sociais e históricos diferentes” (Ranquetat, 2008, p. 60). Se há uma certa confusão em relação a esses dois “processos sociais” (Ranquetat, 2008, p. 60), o mesmo se pode dizer em relação a cada um deles separadamente. Comecemos pela laicidade.

1.5.1 *Laicidade: um conceito mais delimitado*

De acordo com Roberto Blancarte, “cada um entende laicidade de uma maneira diferente” (Blancarte, 2011, p. 30). A assertiva vale tanto para o ponto de vista conceitual quanto para a apropriação que se faz da ideia de laicidade dentro da dinâmica social. No entanto, existem algumas noções mais consensuais a respeito da laicidade que podem assim ser sistematizadas:

- 1) Laicidade enquanto NEUTRALIDADE, ou seja, o Estado procura manter-se neutro em matérias que dizem respeito à religião no espaço público. Busca tratar todas as religiões de forma imparcial, isonômica.
- 2) Laicidade enquanto SEPARAÇÃO DA IGREJA E ESTADO.
- 3) Laicidade enquanto respeito à LIBERDADE RELIGIOSA, o que significa respeitar as diversidades de culto, de consciência em relação às religiões existentes.

A nosso ver, no que concerne ao item 2, é preciso, em termos práticos, considerar alguns de seus desdobramentos, os quais também buscamos sistematizar:

- A) Modelo francês, em que a Laicidade se caracteriza por uma separação abrupta entre Religião e Estado, preconizada desde a Revolução Francesa. Na Constituição Francesa, a palavra Estado Laico vem expressa nitidamente.
- B) Modelo em que as religiões são oficiais e estabelecidas. Nesse caso, aplica-se o termo Estado confessional. Este modelo, conforme Ranquetat (2016, p. 1) se faz presente em parte significativa dos países protestantes da Europa (Ex.: Dinamarca, oficialmente luterana). Mas não só, pois temos países que são oficialmente católicos, como nossa vizinha Argentina. (Tadvald; Meirelles, 2016).
- C) Modelo que separa formalmente inclusive constitucionalmente, o Estado e a Religião, como é o caso do Brasil, desde a Constituição de 1891 (Ranquetat, 2013).
- D) Modelo em que vigora o Estado Teocrático, no qual há um controle do aparelho estatal por uma elite religiosa. As normas jurídicas e legais são feitas a partir de uma tradição religiosa. Entre os exemplos mais cabais desse modelo, podemos citar a República Islâmica do Irã. Mas é vigente em outros países, como Arábia Saudita e Paquistão.

Devemos reconhecer a existência de outros modelos, como é o caso de países que, do ponto de vista constitucional, não são confessionais, mas que adotam uma determinada religião como sendo a principal, o que Ranquetat classifica como “regimes de igrejas de Estado”. Finlândia, Noruega e Suécia, em relação ao luteranismo, são exemplos disso. É preciso levar em conta também países em que o elemento religioso é fortemente constitutivo da identidade nacional, situação que se aplica à Grécia, Sérvia, Irlanda e Polônia, como lembrado por Ranquetat (2013, p. 87-88). Basta recordar que a guerra entre a Sérvia e outros países formadores da antiga Iugoslávia³⁰ teve não só motivações étnicas, como também religiosas. Em oposição a este último modelo, temos o estado antirreligioso, derivado de regimes que adotaram o ateísmo comunista (Giumbelli, 2013, p. 51).

Com base no exposto, esperamos ter conseguido ao menos delimitar a noção de laicidade, que como observado por Mariano (2001, p. 244) é em si mais delimitado. Já o de secularização, conforme Ranquetat (2008, p. 60), é mais “polissêmico e multifacetado”, como veremos a seguir.

30 Os outros países formadores da antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia são: Bósnia-Herzegovina, Croácia, Montenegro, Eslovênia, Macedônia e Kosovo, este ainda não totalmente reconhecido. Ver mais em *Bósnia-Herzegovina: Uma análise geopolítica*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67249/69859>. Acesso em: 20 out. 2017.

1.5.2 Secularização: um conceito mais alargado

Um dos primeiros autores a se ocupar da teoria da secularização foi Peter Berger. Ao prefaciar a edição brasileira de 1895, Luiz Roberto Benedetti sentenciou: “Na análise histórica do problema da secularização, Berger continua ponto de referência necessário.” Vem de Berger, possivelmente, uma das mais clarividentes formas de se referir à secularização: “Processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (Berger, 1985, p. 119). Mas, como todo processo, não ocorreu mecanicamente, tampouco foi fruto de “alguma misteriosa perda de graça espiritual ou intelectual” (Berger, 1985, p. 141).

Berger atribui esse fenômeno não a um mero “desencantamento”, mas sim a causas econômicas, como o desenvolvimento do capitalismo e o processo de industrialização, o que teria impelido a religião para o âmbito mais privado. Como consequência, surgiu um Estado livre de influência das instituições religiosas ou de fundamentos religiosos da ação política. Berger, 1985, p. 142). Nos dizeres de Camurça (2015), o Estado veio a se tornar “um guardião imparcial da concorrência entre as religiões livres”³¹.

Não restam dúvidas de que o processo de secularização teve reflexos em várias esferas sociais. Seria por demais exaustivo enumerar todos eles a partir da obra de Berger. Mas consideramos digna de registro – e de reflexão – a frase do autor em que ele expressa o impacto causado sobre a humanidade.

O mundo tal qual definido pela instituição religiosa em questão era o mundo, mantido não apenas pelos poderes da sociedade e por seus instrumentos de controle social, mas, e mais fundamentalmente, pelo senso comum dos membros daquela sociedade. Sair do mundo, tal qual a religião o definia, era entrar numa escuridão caótica, na anomia, possivelmente na loucura (Berger, 1985, p. 147).

Como assinala Ranquetat, o processo de secularização, “intimamente vinculado ao avanço da modernidade”, significou uma mudança de paradigma, dando origem a “uma concepção de mundo e de homem dessacralizadora, profana, que contrasta com o universo permeado por forças mágicas, divinas das sociedades tradicionais e primitivas” (Ranquetat, 2008, p. 61). Assim sendo, segundo o autor, a secularização se caracteriza por um declínio da religião.

Além de perder terreno, face ao processo de secularização, a religião “perde força e autoridade sobre a vida privada” (Pierucci apud Ranquetat, 2008, p. 61). Retomando Berger, “a religião torna-se uma construção débil”. No plano individual, “uma preferência religiosa pode ser abandonada tão prontamente quanto adotada”.

31 Frase extraída dos apontamentos da disciplina “Campo Religioso”, ministrada pelo professor doutor Marcelo Ayres Camurça no primeiro semestre de 2015, dentro das atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF.

No plano social, a secularização “ocasiona o fim dos monopólios das tradições religiosas [...]” (Berger, 1985, p. 147).

Para Mariano, a secularização “refere-se a distintos fenômenos sociais e culturais, instituições políticas, nos quais se verifica a redução da presença e da influência das organizações, crenças e práticas religiosas”. Mariano faz menção a José Casanova que, no nosso entendimento, é o autor que melhor sistematiza as vertentes de pensamento em torno da secularização, por meio de três proposições³²:

- 1) A secularização como o *declínio das crenças e práticas religiosas* nas sociedades modernas.
- 2) A secularização como *a privatização da religião*.
- 3) A secularização como *a diferenciação das esferas seculares (estado, economia, ciência) das instituições e normas religiosas*.

A terceira proposição é a mais recente e a mais disseminada atualmente. É também aquela com que mais Casanova se identifica. Todavia, o autor questiona se é possível aplicar estas proposições igualmente em diferentes sociedades e civilizações, o que demanda uma análise histórica comparativa³³ (Casanova, 2006, p. 8).

Berger já dizia que a secularização não se dá de forma uniforme do ponto de vista geográfico, afetando mais determinados países do que outros (Berger, 1985, p. 123). Conforme Montero, não é possível “medir” o quanto de secularização existe em cada sociedade (Montero, 2006, p. 48). Para Talal Asad, não há como aplicar um conceito universal de secularização em diferentes culturas. Ao fazer uma revisão crítica da obra de Clifford Geertz em *A construção da religião como uma categoria antropológica*, o autor rechaça a ideia de que a religião seja uma categoria trans-histórica e universal. Como para Asad as categorias do secular e do religioso não se desprendem, deduzimos, portanto, que o que vale para a religião vale para a secularização (Asad, 2010).

No item a seguir, discutiremos sobre a flexibilidade dos conceitos de secularismo e de laicidade, os quais adquirem diferentes conotações em consonância com a especificidade da situação.

1.6 LAICIDADE: UMA QUESTÃO DE PONTO DE VISTA

Em artigo intitulado “Marcos Legislativos de Regulação do Religioso no Brasil: do Estatuto da Igualdade Racial à Lei Geral das Religiões”, Jorge Helius Scola Gomes analisa três diferentes marcos regulatórios adotados no Brasil: Acordo do Estado

32 Tradução livre do inglês para o português.

33 Tradução livre do inglês para o português.

Brasileiro com a Santa Sé (de 2009); o projeto de lei que ficou conhecido como Lei Geral das Religiões (PLC 160/2009); e, o Estatuto da Igualdade Racial (de 2010).

Gomes chama atenção para o fato de que os três instrumentos normativos comportam “diferentes acepções e ênfases” no acionamento da ideia de laicidade, o que “dá mostras de uma reflexividade e de uma heterogeneidade de entendimentos acerca do conceito e do que ele implica nessas relações”. De acordo com o autor, essa dificuldade em torno do entendimento do que vem a ser laicidade se complexifica mais ainda devido à participação política de atores religiosos na elaboração de normativas (Gomes, 2016, p. 116).

Essas diferentes formas de se conceber a laicidade, em consonância com a situação em que se apresenta, coincidem, no nosso entender, com a ideia de *laicidade pura* e *laicidade prática*, colocadas por Roberto Blancarte, num artigo em que ele discorre sobre uma situação concreta ocorrida no México (Blancarte, 2011, grifos nossos). Para entendermos melhor esses dois princípios, faremos um relato do episódio que motivou o referido artigo, intitulado “La República Laica en México: Entre Laicidad Pura Y Laicidad Práctica”.

Em 17 de maio de 2006³⁴, o então Presidente da República do México, Enrique Pena Nieto (Partido Revolucionário Institucional), enviou oficialmente ao Congresso Nacional matéria propondo o reconhecimento do matrimônio entre duas pessoas do mesmo sexo, com base em uma resolução da Suprema Corte da Justiça da Nação (SCJN). Como é de se supor, em um país no qual “a religiosidade ocupa um lugar privilegiado na sociedade” (Giumbelli, 2013, p. 60), o fato de um presidente propor a aprovação de tal matéria provocou uma enorme contenda. O Partido Encuentro Nacional, formado em sua maioria por evangélicos, e o Partido Acción Nacional, formado por católicos conservadores, se uniram contra a iniciativa do presidente mexicano.

O argumento utilizado pelos partidos oponentes à iniciativa do presidente foi o seguinte: “Cremos em um Estado laico, mas não em um estado laicista³⁵ que desprotege, marginaliza e ridiculariza as convicções religiosas” (Blancarte, 2011, p. 22). Argumento semelhante foi utilizado pelo Pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, ao travar um debate com o deputado federal Jean Wyllys (Partido Socialismo e Liberdade) em torno do projeto que ficou conhecido como *Cura*

34 Data em que se comemora o Dia Nacional da Luta contra a Homofobia naquele país.

35 Conforme o Professor Doutor Marcelo Ayres Camurça, laicista quer dizer “política de desconsiderar a religião”. Extraído dos apontamentos da disciplina *Religiões no Brasil*, ministrada por ele no primeiro semestre de 2016, no curso de Doutorado em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.

*Gay*³⁶. Por ocasião de uma audiência pública em que os dois se atacaram mutuamente, Malafaia argumentou: “Isso aqui é um Estado laico, ok? Não é laicista, ok?”³⁷

A comparação de trechos de discursos usados aqui e acolá servem para demonstrar como o princípio da laicidade é evocado em determinadas situações, mas que não são necessariamente as mesmas, embora nesse caso parecidas. A partir de Émile Poulat, Blancarte explica que a laicidade prática se desdobra em várias outras laicidades, ou seja, “uma laicidade escolar, uma laicidade no setor de saúde, uma laicidade do matrimônio civil etc.”³⁸. O autor acrescenta que existem somente “acordos temporais e circunstanciais que os cientistas sociais levam a cabo em seminários e congressos, com validez relativa, passageira e questionável”³⁹ (Blancarte, 2011, p. 11).

Percebemos um diálogo entre Blancarte e Emerson Giumbelli no sentido de que ambos propugnam a ideia de uma laicidade prática. Se o sociólogo mexicano detecta a existência de “*acordos temporais e circunstanciais*”, o antropólogo brasileiro fala em “*arranjos políticos*”, construídos em diferentes períodos históricos, em torno dos quais se associam Estado e Sociedade, em formas variáveis e heteróclitas” (Giumbelli, 2013, p. 48, grifos nossos).

Giumbelli, inclusive, cita Blancarte, para quem laicidade pode ser traduzida em “um regime de convivência social, cujas instituições políticas estão legitimadas pela soberania popular e já não mais por elementos religiosos” (Blancarte apud Giumbelli, 2013, p. 51). Nesta assertiva, como mais bem explicitado por Giumbelli, a laicidade é estabelecida como um arranjo político que tenta evitar que “elementos religiosos” se mantenham no poder. Para o autor, trata-se, portanto, de um uso normativo do conceito.

A ideia de arranjo político é identificada por Giumbelli também em José Casanova – utiliza o termo secularismo e não laicidade – que se refere à existência de “diferentes projetos estatais normativos-ideológicos, bem como de “diferentes quadros legais-constitucionais de separação entre Estado e religião [...]” (Casanova apud Giumbelli,

36 Embora conhecido como projeto da *Cura Gay*, o nome oficial é Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que vai de encontro à decisão do Conselho de Psicologia de não permitir que os psicólogos pratiquem tratamento de reorientação sexual em seus pacientes. O primeiro projeto foi derrubado, porém reapresentado novamente em 2016 (PL 4931/2016). Mais recentemente, a discussão em torno da *Cura Gay* voltou a circular após decisão liminar do juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho, que é favorável aos psicólogos estudarem e oferecerem tratamento de reorientação sexual. A decisão do juiz acirrou os ânimos do Movimento LGBTTI, que realizou uma série de manifestações por todo o país.

37 O trecho citado faz parte do discurso do líder da Assembleia de Deus Vitoria em Cristo reproduzido no artigo “A disputa pela Laicidade: Uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia”, de autoria de Roberto Bivar Carneiro Campos, Eduardo Henrique Araújo e Cleonardo Gil de Barros Mauricio Junior, publicado em 2015, no Rio de Janeiro.

38 Tradução livre do espanhol para o português.

39 Tradução livre do espanhol para o português.

2013, p. 48). Depreendemos que o que está em questão aqui novamente são as maneiras como o Estado se relaciona com a religião, as formas de regulação.

Para a antropóloga brasileira Paula Montero é necessário “identificar as configurações específicas que as formas religiosas assumem em cada sociedade” (Montero, 2006, p. 49). E é nessa perspectiva de captar essas diferentes configurações e mediações entre o secular e o religioso, entre o Estado e a religião, é que Talal Asad se situa.

Em sua obra *Formations of the secular: Christianity, Islam, Modernity* (2003), ao se deter nos secularismos de três países distintos, ou seja, França, Inglaterra e Estados Unidos, Asad assinala que, embora tenham muito em comum, as mediações se diferem significativamente. O autor atenta para o fato de que nesses países a noção de tolerância religiosa –tema caro – elevaria consideravelmente em relação aos grupos religiosos minoritários⁴⁰ (Asad, 2003, p. 5-6). O autor também faz referência a arranjos múltiplos (Asad, 2003, p. 5-6).

E é desses arranjos que decorrem diferentes secularismo(s), laicidade(s) (Giumbelli, 2013, p. 44). Mariano prefere trabalhar com o termo ‘laicidade(s)’, por considerá-lo mais adequado, quando se trata do processo de secularização do Estado, do Ensino, da política, da esfera jurídica, por exemplo (Mariano, 2001, p. 246). Daí podermos falar de “laicidade à francesa”, “laicidade à mexicana”, “laicidade à brasileira”.

1.7 BRASIL: LAICIDADE SOB SUSPEITA

Embora no Brasil a laicidade seja prevista na Constituição Federal, há necessidade constante de marcos regulatórios que buscam assegurar o Estado laico. A permanência de símbolos religiosos em repartições públicas é uma das questões que coloca em xeque a laicidade do Estado, assim como dá margem a uma série de contendas e estudos acadêmicos, como o que foi realizado por Marcelo A. Camurça e Sueli Martins em escolas da rede pública de Juiz de Fora, Minas Gerais. Os autores depreenderam que

crenças e rituais católicos são assimilados e aceitos como uma “religião natural” ou “cívica” por pais, alunos e professores no ambiente escolar. E desse modo beneficiando membros da Igreja Católica estabelecidos na direção destes estabelecimentos de ensino público que logram colocar uma agenda católica, de proselitismo e catequese no calendário pedagógico de unidades escolares (Camurça; Martins, 2013, p. 144).

40 Tradução livre do inglês para o português.

Na pesquisa de campo realizada por eles, foi constatada não só a existência de crucifixos⁴¹ espalhados nas instalações das escolas – o que é comum em outras repartições públicas – como também “cantinhos” particulares de oração, santos protetores de ambientes e até cartazes nos murais propagandeando Vias Sacras. O mais interessante é que, segundo Camurça e Martins, esses símbolos cristãos de matriz católica são naturalizados no ambiente escolar, o que foi constatado nos depoimentos colhidos no decorrer da pesquisa.

É fato que vivemos em um país onde a Igreja Católica ainda é a religião com maior número de adeptos. Conforme o censo de 2010, 64,6%⁴² da população brasileira se declara católica. É fato que o Catolicismo dominou a cena brasileira por séculos. Mas há que se perguntar até que ponto, em um Estado verdadeiramente laico, a presença de signos religiosos católicos deveria ser aceita e, mais do que isso, tolerada. Camurça e Martins têm algo a dizer a esse respeito:

Esses signos cristãos de matriz católica testemunham a presença disseminada da Igreja Católica na sociedade e espaço público brasileiro durante séculos. Ainda que hoje sua “eficácia simbólica” possa ser relativizada pelo não emprego deles em práticas rituais explícitas dentro das escolas, simbolizam indiretamente, em algumas delas mais que em outras, a presença difusa da religião (católica) que se traduz em orações praticadas no dia a dia da escola e no calendário escolar etc. [...] (Camurça; Martins, 2013, p. 145).

Essa superexposição de símbolos de matriz católica, adicionada à sobreposição deles aos de outras religiões, remete-nos inevitavelmente a Asad. Se para esse autor não se deve compreender as religiões a partir de uma ótica eurocêntrica (Asad, 2003), também, no caso brasileiro, especificamente, arvorando-me a criar um neologismo, não seria o correto enxergar as demais religiões de um ponto de vista “catolicocêntrico” ou “catolicocentrista”. O que também, no nosso entender, não significaria fazer “vista grossa” à realização de cultos evangélicos no Congresso Nacional Brasileiro, como fora relatado por nós anteriormente, baseando-nos em Duarte (2012).

Se o que está em jogo é a secularização, compreendida como um “lento e tormentoso processo de afirmação de uma jurisdição secular – isto é, laica, estatal –

41 Ao tomar parte da discussão em torno da inclusão ou não, no preâmbulo da Constituição de 1946, de qualquer menção ao religioso, o deputado federal Augusto Viegas defendeu a teoria de que deveria haver alguma menção, utilizando como argumento o simbolismo da cruz, inserido na paisagem nacional desde muito tempo. Em um de seus discursos, invocou o primeiro nome que o Brasil recebera quando descoberto pelos portugueses: Terra de Santa Cruz (Ranquetat, 2013, p. 94).

42 Esse percentual, no entanto, está sujeito a cair no próximo censo, a ser realizado em 2020. Projeções indicam que o percentual de católicos será em torno de 50%. O segmento religioso que mais crescerá será justamente os evangélicos (históricos e, sobretudo, (neo) pentecostais). Atualmente, eles já representam 22,6% da população, sendo que em 1970, ou seja, há 40 anos eles representavam pouco mais do que 5% da população. Fontes: Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Atlas de Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil* (AFRISB) (Jacob, 2003).

sobre amplos setores da vida social até então sobre o controle da Igreja” (Marramao apud Ranquetat, 2008, p. 61), nenhum dos casos, ou seja, o das escolas públicas de Juiz de Fora e os cultos evangélicos no Congresso, indicariam uma sociedade secularizada, tampouco laica.

Como sentencia Ari Pedro Oro, a laicidade no Brasil “não constitui um valor central da República”, sendo “mais um ideal do que uma realidade”, uma vez que o que ocorre por parte do Estado é “uma pretensa neutralidade em relação à religião” (Oro, 2011, p. 229). Partindo destas premissas, depreendemos que se de fato vivêssemos num país rigorosamente laico, certamente não teríamos em nossa Constituição um preâmbulo que fizesse alusão ao religioso. Dito de outra forma, não necessitariamnos de um “telo prático”, isto é, “a reivindicação de uma natureza divina para as normas jurídicas e legais que devem reger o humano” (Brague apud Ranquetat, 2013, p. 90).

Pode parecer um simples preciosismo – ou até mesmo uma forma de laicismo – criar querelas em torno de se grafarem ou não em um preâmbulo constitucional termos que aludem ao religioso. Mas se tomarmos por base a importância de um preâmbulo, certamente depreenderíamos que não se trata de uma questão menor. Senão, vejamos o que tem a dizer Afonso Arinos de Melo Franco⁴³, um dos maiores juristas brasileiros:

A palavra preâmbulo vem do latim *preambulare*, ou seja, iniciar uma caminhada. Nem todas as Constituições dispõem de preâmbulos significativos, antepostos aos respectivos títulos, capítulos, artigos e parágrafos ordenatórios. Mas a ausência ou a insignificância de preâmbulos, em muitos textos constitucionais, não excluem a importância de que eles podem se revestir quando enriquecem as Constituições que os adotam (Franco, 1986, p. 1).

Ora, se o preâmbulo pressupõe “iniciar uma caminhada” ou, dito de outra forma, um princípio norteador, temos que admitir que a Constituição de 1988, já indica que nossa “laicidade” se encontra permeada por imagens religiosas muito fortes, pois consta que o Brasil estaria “sob a proteção de Deus”, ainda que como formalidade. Embora concordemos que laicidade não implica necessariamente a existência de um Estado ateu, para o bem do princípio da neutralidade do Estado, deduzimos que seria mais democrático não constar qualquer alusão ao religioso. No nosso entendimento, cabe à Constituição assegurar o respeito à liberdade religiosa e demais princípios que garantam a laicidade do Estado, o que já está posto na *Carta Magna* de 1988 – não significando que sejam cumpridos à risca.

43 Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990), nascido em Belo Horizonte (MG), foi advogado, jornalista, escritor e político. Participou, como deputado federal constituinte eleito por Minas, da elaboração da Constituição Brasileira de 1946. Também foi o autor da Lei Afonso Arinos, que tornou crime a discriminação racial. Disponível em: cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afonso_arinos. Acesso em: 27 out. 2017.

Ranquetat, examinador da presença de expressões nas constituições brasileiras⁴⁴ que remetem ao religioso, observa que apenas aquelas promulgadas em 1891, de “forte teor laicista”, e em 1937, não fizeram qualquer remissão nesse sentido. Para o autor, essa recorrência na invocação do nome de Deus nas Cartas Magnas brasileiras é reveladora de que:

No Brasil, sempre houve uma interpenetração entre o religioso e o secular, de modo que a desconfessionalização do Estado não redundou em total deschristianização da nação e, por consequência, não conduziu a uma ampla e profunda secularização da própria cultura, que sempre foi e ainda é impregnada de valores e símbolos religiosos. Neste país, as fronteiras entre o religioso e o secular são difusas e frágeis (Ranquetat, 2013, p. 89).

Como diria o velho Baumann (2005), essas fronteiras estão “borradas”. Na concepção de Montero, a demarcação dessas fronteiras é sempre provisória, “sendo que seus limites se deslocam continuamente em conformidade com os consensos que surgem a cada momento” (Montero, 2006, p. 63). Giumbelli, que também trabalha com a ideia de consensos, arranjos, configurações – na linha de Casanova e Asad – complementa que no Brasil “seria impossível elencar todas as esferas em que se nota a atuação religiosa: mídia, política, assistência social, saúde e educação, manifestações públicas, indústria cultural...” (Giumbelli, 2013, p. 61).

Dito de outra forma por nós, o religioso se imiscui nas outras esferas, ficando difícil separar o “joio do trigo”. Ao comparar o Brasil com outros países (Uruguai, França e México), Giumbelli observa não existir aqui

um aparato com a função de acompanhar a constituição dos coletivos religiosos, embora em certas épocas algumas manifestações tenham sofrido com proibições e controles. Tampouco existe uma figura jurídica consolidada que, no direito civil, corresponda especificamente aos coletivos religiosos. Nesse aspecto, o Brasil se parece mais com o Uruguai (Giumbelli, 2013, p. 61).

Ainda comparando nosso país com o vizinho, Giumbelli explica que, em ambos, o programa de laicização foi formulado a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, no Brasil foi aplicado com menos rigor. Tanto é assim que mesmo sob protestos, existem “a oficialização de datas religiosas, a proliferação de símbolos católicos em recintos públicos e a permanência do ensino religioso nas escolas públicas” (Giumbelli, 2013, p. 61). E apenas para frisar, estamos sob a égide de uma Constituição cristã.

44 O Brasil, teve um total de sete constituições federais: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Note-se que houve um curto período entre a terceira e a quarta, o que se deve à instauração do “Estado Novo”, em 1937, pelo então presidente Getúlio Vargas. O “Estado Novo” suprimiu os partidos políticos, dando plenos poderes ao presidente da República. A Constituição de 1937 teve inspiração nos modelos fascistas europeus. Disponível em: www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/...pdf/Constituicoes%20Brasileiras-PDF.pdf. Acesso em: 30 out. 2017.

Devemos considerar que, no entanto, outros segmentos religiosos também obtiveram alguns avanços em determinados quesitos. O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra⁴⁵ (20 de novembro), por exemplo, foi uma conquista do Movimento Negro Brasileiro. Embora não seja um feriado estritamente religioso e nem de alcance nacional, é fato que manifestações religiosas fazem parte das atividades realizadas em mais de mil cidades nessa data, a qual é reservada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira.

Como atestado por Giumbelli: “As religiões afro-brasileiras vêm sendo beneficiadas, diretamente ou não, por políticas de promoção da igualdade racial e por ações de valorização do patrimônio cultural” (Giumbelli, 2013, p. 61). Para o antropólogo brasileiro, isso constitui um avanço. Citando outros “arranjos”, o autor afirma estar “entre aqueles que enxergam importantes transformações no campo religioso brasileiro, que se expressam, ainda que refratadas pelas condições que interferem na declaração de pertencimento, nas estatísticas” (Giumbelli, 2013, p. 61).

Mariano, no nosso entender, não estaria no mesmo espectro de Giumbelli. A concepção de laicidade do primeiro é mais estrita, uma vez que, parece não ver avanços nesse sentido. Ao contrário, o discurso do sociólogo paulista aponta sempre para a instrumentalização da relação religião/política, para a confessionalização da política e coisas do gênero. Tornando nossas as palavras de Camurça, na concepção de Mariano a religião seria um “ator espúrio” na arena política (Camurça, 2014).

Mariano concebe a laicidade no Brasil como um joguete nas mãos tanto de religiosos quanto de laicos, que se apropriam desse conceito ao sabor de suas necessidades, de seus interesses, o que nos remete novamente à ideia de “laicidade prática” de Blancarte. Mais do que isso, talvez pragmática seja o termo mais adequado quando o que está em questão é a “laicidade à brasileira”. Como assinala o criador desta perífrase:

As divergentes interpretações de religiosos e laicos sobre a laicidade estatal, o lugar e o papel da religião na atualidade decorrem, em boa medida, do fato de que se fundamentam em saberes, bases axiológicas, interesses, posições sociais e institucionais distintas e, frequentemente, antagônicos. Grosso modo, suas agendas e visões políticas diferem quanto às atribuições e características do Estado laico e quanto ao direito e à legitimidade de grupos religiosos de ocupar espaços públicos, de exercer funções e poderes na esfera pública (Mariano, 2001, p. 252).

⁴⁵ O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra foi criado em 2011, pela Lei nº 12.519. A data foi escolhida em função da morte do líder negro Zumbi de Palmares, um símbolo de resistência da raça negra. Atualmente, a data ainda não se tornou feriado em todas as cidades brasileiras, mas se depender da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, brevemente se tornará. Isso porque a CCJ aprovou o projeto de lei, de autoria do deputado baiano Walmir Assunção, que transforma a data em feriado nacional. O projeto está em tramitação na Câmara. Disponível em: Disponível em: www2.câmara.leg.br/camaranoticias/noticias/Direitos-Humanos/446143-CCJ-APROVA-FERIADO-NACIONAL. Acesso em: 31 out. 2017.

A citação exprime bem o embate travado entre Jean Wyllys e Silas Malafaia, por ocasião da discussão em torno do projeto da *Cura Gay*, a qual retomaremos no segundo capítulo desta tese e cujos trechos mais importantes são relatados no artigo intitulado “A disputa pela laicidade: Uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia”. O deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) argumentou naquela ocasião que o projeto

fere o princípio da laicidade do Estado[...]. O princípio da laicidade diz que: O Estado não tem paixão religiosa. E visto que o autor deste PDC, o deputado João Campos (PSDB/GO), é pastor evangélico e responde aos interesses de sua igreja[...]portanto, o Estado não pode se dirigir por paixão religiosa (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 172).

Conforme os autores, “fica claro no seu discurso que a religião é desautorizada a participar com argumentos contrários nos debates de questões públicas” (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 172). O mais interessante é que o líder religioso Malafaia se vale não só de argumentos religiosos, mas, também, de argumentos científicos. A título de ilustração, vejamos:

Existem, e eu tenho aqui um livro de um PHD em genética, mais de trinta por cento de casos de reorientação na América[...]. Nós não estamos obrigando ninguém a deixar de ser *gay*. Pelo amor de Jesus Cristo! Cada um é o que quer ser. Eu estou dizendo que uma pessoa tem o direito de não querer ser mais[...] se um paciente tiver conflito acerca da homossexualidade e procurar o terapeuta: – Meu filho, assuma. – Mas eu não quero. – Se vira, eu não posso falar nada[...] (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 173-174).

Depreendemos haver de um lado, ou seja, da parte de Wyllys, um entendimento de que a laicidade consiste no banimento da religião da esfera pública. Do outro, isto é, por parte de Malafaia, uma compreensão de que a laicidade não deve descambar para o laicismo⁴⁶. Porém, o mais emblemático nos discursos dos dois antagonistas é que o primeiro, um leigo, utiliza de argumentos religiosos, melhor dizendo, antirreligiosos, enquanto o segundo, um religioso, invoca argumentos científicos. Os paradoxos ocorrem em função da defesa de interesses próprios e/ou institucionais.

Mariano observa que o princípio da laicidade tanto pode ser evocado pelos pentecostais, por temerem a manutenção dos privilégios católicos, quanto por grupos laicos ou laicistas, por não aceitarem a interferência do religioso nas esferas políticas decisórias (Mariano, 2011, p. 252). Em suma, todos dizem defender o Estado laico, o que não significa abrir mão de privilégios. Ao contrário, sobretudo os grupos religiosos em disputa na arena política dizem clamar por um tratamento igualitário, mas, na realidade, querem obter regalias.

46 Para explicar o que é Laicismo, Cesar Alberto Ranquetat Junior, recorre a outros autores, como Norberto Bobbio e Rafael Cifuentes. De acordo com o segundo, “o laicismo supõe a ruptura arbitrária e artificial do elo essencial que une toda a atividade com a ordem teonômica” (Cifuentes apud Ranquetat, 2008, p. 7).

Para Camurça e Martins, “os contornos do pacto de laicidade”, que vigoram no país, podem assim ser descritos: “Uma presença diversificada do religioso no espaço público, no qual as religiões – a exemplo do catolicismo no passado – buscam obter os mesmos benefícios do Estado conferidos ao primeiro [...]” (Camurça; Martins, 2013, p. 149-150). Inegavelmente, nos termos de Asad, existe uma assimetria religiosa (na relação Ocidente/Oriente), o que vale também para o Brasil, onde até bem pouco tempo a Igreja Católica era hegemônica em termos, numérico e ideológico.

Como assinala Cecília Loreto Mariz, “as igrejas evangélicas questionam o favoritismo que a Igreja Católica sempre recebera do Estado brasileiro, mas não defendem a neutralidade do Estado e sim a repartição entre as diferentes igrejas do apoio estatal” (Mariz, 2011, p. 267). Porém, como observa Phillippe Portier, “nem todas as religiões se beneficiam do mesmo ‘reconhecimento’ estatal” ainda que possuam “o direito de existir civilmente [...]” (Portier, 2011, p. 13).

Ao que tudo indica, enquanto persistirem as disputas entre grupos religiosos – e elas parecem estar longe do fim – os preâmbulos de nossas próximas Constituições dificilmente poderão conter a palavra Laica, como na Constituição Francesa. E a julgar pelas últimas campanhas eleitorais que reproduziram essas disputas, “a solução pacífica das controvérsias” expressa em nossa atual *Carta Magna*, pelo visto por um bom tempo não passará de uma utopia.

Ao se debruçar na análise da regulação da crença nos países da Europa Ocidental, Portier explica que existem regimes de separação entre Estado e Igreja mais flexíveis e mais rígidos. A França, conforme o autor, se enquadraria no segundo caso. Embora não analise o Brasil evidentemente, seria possível a partir das reflexões de Portier depreender que nosso país se encaixaria no primeiro caso, assim como alguns países do continente europeu de origem católica.

De acordo com Portier, os direitos das religiões são muito dependentes de suas “matrizes primordiais”. O autor adverte que, no entanto, não se trata de “uma simples relíquia do passado: nela se expressa evidentemente uma parte da identidade das nações” (Portier, 2011, p. 18). Na obra seminal *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre sublinhara: “É tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o Catolicismo foi realmente o cimento de nossa unidade” (Freyre, 2006, p. 93).

A julgar pelo crescimento do segmento evangélico, cujas projeções indicam que no próximo censo poderá representar 50% da população religiosamente ativa, bem como pelo ativismo político deste segmento, é possível sugerir que outra camada de cimento está se sobrepondo à anterior. Assim sendo, embora o Brasil seja pretensamente laico como referido anteriormente, a “normatividade divina” (Portier,

2011, p. 14) parece estar longe de ser abolida ou minimizada, haja vista o episódio de admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados.

Como asseverado por Camurça, ao analisar este episódio e seus desdobramentos na campanha presidencial de 2018, assim como os primeiros momentos do governo de Jair Bolsonaro, “assistimos de um modo crescente uma forma ostensiva de presença religiosa pública, a partir dos evangélicos. [...]. Esta nova conjuntura da religião no espaço público interpela as ciências sociais da religião a uma reflexão” (Camurça, 2019, p. 1). Contribuir para essa reflexão, analisando exaustivamente o *impeachment*, é nosso intento. Antes, porém, discorreremos sobre o empoderamento gradativo do segmento evangélico, desde uma postura mais absenteísta até essa ostensividade.

CAPÍTULO II

O EMPODERAMENTO DO
SEGMENTO EVANGÉLICO NA
POLÍTICA BRASILEIRA: DO
LEGISLATIVO AO EXECUTIVO

2.1 SEGMENTO EVANGÉLICO: DO “QUIETISMO” AO ATIVISMO POLÍTICO

Conforme o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a palavra quietismo (da qual se origina quietista, isto é, seguidor do quietismo), tem sua origem no século XVIII. Vem do francês *quiétisme*. Refere-se ao estado de alma não suscetível de comoção ou interesse; apatia; indiferença. O linguista faz referência também ao sentido religioso: forma de misticismo que sustenta poder e alma, conservando-se na mais total passividade de coração e atitudes; atingir um estado contínuo de amor e de união com Deus (Houaiss, 2009, p. 1593). Em outras literaturas a que tivemos acesso, o termo é mencionado por Friedrich Schleiermacher, na obra *Sobre a Religião* (2000), coincidindo com a primeira acepção de Houaiss.

O quietismo é associado ao puritanismo (século XVI) e ao pietismo⁴⁷ (século XVII). Ambos os movimentos são vertentes do protestantismo, os quais têm na Bíblia seu principal referencial de vida. Martin Norberto Dreher, no artigo intitulado “Protestantes-Evangélicos: Buscando entender” (2013), sugere uma relação do quietismo à postura política dos puritanos e pietistas, os quais se eximiam de participar da política, por considerá-la “coisa mundana”.

A expressão quietista utilizada em uma acepção mais afeita à política é uma apropriação de Ricardo Mariano (2005), para se referir à postura dos evangélicos anterior à Assembleia Nacional Constituinte, quando eles passaram a ter um maior ativismo político (Pierucci, 1989; Freston, 1993; Mafra, 2001; Burity, 2005; Campos, 2005; Mariano, 2011), em contraposição a uma acanhada participação política até aquele momento histórico brasileiro. Foi quando a máxima “crente não se mete em política” passou a ser substituída pela máxima: “irmão vota em irmão”.

Embora tímida, é importante registrar que a participação na política não era totalmente nula. Mas antes de discorrermos sobre as primeiras investidas efetivas na política brasileira, consideramos necessário fazer uma digressão histórica, sem pretensões de aprofundamento. Nossa propósito é buscar demonstrar que tipo de protestantismo se instalou no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1860, com a chegada dos missionários norte-americanos. Como atestado por José Bittencourt Filho, até a metade do século XIX, a presença protestante na América Latina era limitada – à exceção do Sul do Brasil, devido aos imigrantes (Bittencourt Filho, 2003, p. 110).

⁴⁷ Max Weber, no livro *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*, classifica as quatro principais formas históricas do protestantismo: 1) O calvinismo (principal área de influência: Europa Ocidental, período: século XVII); 2) O pietismo; 3) O metodismo; e, 4) As seitas que desenvolveram a partir do movimento anabatista. O pietismo foi, de início, uma cisão do calvinismo na Inglaterra e, sobretudo, na Holanda. Trata-se de um movimento ascético e a ênfase é colocada na “*praxis pietatis*”. Os pietistas, assim como os puritanos, procuram viver uma vida liberta das tentações mundanas. Dão uma grande ênfase ao lado emocional da religião. De acordo com Weber, o pietismo assume diferentes “cores”, conforme o país em que é praticado. Ainda, segundo o autor, “Quase todos os líderes representantes do puritanismo são por vezes classificados entre os pietistas” (Weber, 2017, p. 155), donde depreendemos que guardam muitas semelhanças, podendo até mesmo serem confundidos.

2.1.1 As missões protestantes e seu aparente “quietismo”

Autores como o próprio Bittencourt Filho (2003) e Campos (2006) e outros como Christian Lalive D'Epinay (1968), Jean Pierre Bastian (1981), Arturo Piedra (2006), David Stoll (2007), Antônio Gouvêa Mendonça (2008) e Zwinglio Mota Dias (2017), registram a chegada dos missionários por volta da década de 1850, e até mesmo um pouco antes, como é o caso da vinda para o Brasil em 1837, do missionário americano Daniel P. Kidder, da Igreja Metodista e também representante da Sociedade Bíblica norte-americana. Sua principal atribuição era distribuir bíblias pelo extenso território brasileiro (Bittencourt Filho, 2003, p. 111).

Conforme Christian Lalive D'Epinay, no mesmo ano, na cidade chilena de Valparaíso, foi realizado o primeiro culto anglicano. Assim como no Brasil, quem dominou a cena no Chile foram protestantes norte-americanos (D'Epinay, 1968, p. 34.). Em ambas as nações, os protestantes não só foram perseguidos, como esbarraram em uma série de restrições. A título de ilustração, até 1853 os protestantes não podiam nem enterrar seus mortos em cemitérios chilenos⁴⁸.

Vale registrar que antes de 1850 alguns poucos trabalhos missionários foram realizados na América Latina, de forma esporádica e por iniciativas individuais (Piedra, 2006, p. 14). De acordo com Antônio Gouvêa Mendonça, 55 anos após o descobrimento do Brasil e 38 anos após Reforma Protestante, aportou no Brasil a expedição do governador Villegaignon qual “pretendia fundar a França Antártica e construir um refúgio onde os huguenotes⁴⁹ pudessem praticar livremente o culto reformado [...]” e “[...] reconstruir o cristianismo em sua pureza original” (Mendonça, 2008, p. 38). Bittencourt Filho lembra um fato curioso: “o primeiro culto protestante celebrado fora do território europeu, em pleno século XVI, aconteceu na baía de Guanabara, em 10 de março de 1557” (Bittencourt Filho, 2003, p. 96).

Mendonça destaca ter ocorrido no período holandês, quando reformados se instalaram no Nordeste, a mais duradoura até então tentativa de se implantar uma civilização protestante no Brasil. Segundo o autor, durante quinze anos (1630-1645) Pernambuco e outras áreas do Nordeste foram protestantes. Com base nas Atas

48 Somente em 1853, que se adotou um artigo na Constituição que reconhecia o direito aos estrangeiros de dispor de cemitérios. Porém, somente trinta anos mais tarde é que a “Ley de Cementerios Laicos” foi votada. Um ano depois, o parlamento legalizou o matrimonio laico, também antes proibido (D'Epinay, 1968, p. 35).

49 Nome dado aos protestantes franceses que seguiam a doutrina de João Calvino (1509-1564- de origem francesa), um dos mais importantes reformadores, ao lado de Martin Lutero (1483-1505) e de Huldreich Zwinglio (1484-1531). Os huguenotes foram brutalmente assassinados por católicos na França, em um episódio histórico (1572) conhecido como Noite de São Bartolomeu. Segundo Edmund Burke, o significado etimológico desta “estranha designação” ainda está indefinida. Sobre o episódio, o autor classifica como um “infame massacre”, em que “os cidadãos parisienses foram outrora levados a servir de instrumentos dóceis para o assassinato dos seguidores de Calvino” (Burke, 2014, p. 158).

Clássicas Sinodais, o teólogo brasileiro acrescenta que a Igreja Reformada holandesa que aqui se instalou era fortemente puritana⁵⁰ (Mendonça, 2008, p. 39-40).

Outra tentativa citada por Mendonça ocorreu no século XVII, a cargo dos franceses que intencionaram fundar a França Equinocial no Maranhão. No século seguinte, foi a era da Inquisição no Brasil, com a intensificação das atividades do Santo Ofício e a proibição legal, em 1720, da entrada de estrangeiros no Brasil, a não ser a serviço da Coroa ou da Igreja Católica. “Pode se dizer que até a vinda da Família Real não houve mais protestantes no Brasil” (Mendonça, 2008, p. 41). Por um longo período, o país ficou sem a presença do protestantismo, até que a partir de 1835 começaram a chegar mais sistematicamente pastores de igrejas protestantes históricas, a maioria originária dos Estados Unidos. Mas o *boom* da entrada do protestantismo foi mesmo após 1860.

Conforme Mendonça, o protestantismo que se aportou aqui era “ponta de linha do norte-americano” (Mendonça, 2008, p. 31). Em diálogo com este autor, Dias assinala que o Protestantismo de Missão⁵¹ fazia parte do projeto expansionista dos Estados Unidos. Ao se instalarem em terras brasileiras, os missionários trouxeram consigo uma “roupagem petista”, mas já chegaram aqui “nas asas do liberalismo já consolidado em sua sociedade de origem, apresentando-se como um desafio à sociedade brasileira, então escravocrata, aristocrática e conservadora” (Dias, 2017, p. 94).

A partir de Jean Pierre Bastian (1981), Campos reforça a assertiva acima, argumentando que “em toda a América Latina esse protestantismo, embora minoritário, surgiu na mesma época em que anseios por mudanças culturais, políticas e econômicas apareciam por toda parte, estimulada pelo Liberalismo”. O autor observa que esse protestantismo “era ativo, e seus projetos de transformação social, retoricamente expressos ou não, se inspiravam em alguns ideais norte-americanos, tais como liberdade de consciência, separação entre Igreja e Estado e forma republicana de governo” (Campos, 2005, p. 30-31).

50 Também seguidor da doutrina calvinista, o puritanismo faz parte dos chamados “movimentos de restauração” (Tillich, 2015, p. 272). Antônio Gouvêa Mendonça, ao discorrer sobre o *spectrum* do puritanismo, o concebe mais como um estilo de vida, que enfatiza o ascetismo e o rigor moral (Mendonça, 2008, p. 66). Em diálogo com Mendonça, Colin Campbell define esta vertente religiosa como sendo uma tradição de pensamento que “devido a uma base de intensa preocupação moral e religiosa, condena toda a ociosidade, luxo, indulgência, abraçando, em contraste uma ética de ascetismo e operosidade [...]” (Campbel, 2001).

51 Na definição de Mendonça, o Protestantismo de Missão, tomando por base o modelo americano, consiste em um protestantismo de povoamento, que se formou à medida que protestantes europeus passavam para as possessões inglesas em busca de novas condições de vida (MENDONÇA, 2008, p. 110). No Brasil, como explicitado por Bittencourt Filho, guarda semelhanças com o americano, uma vez que o protestantismo dos europeus imigrantes nas primeiras décadas de sua implantação caracterizou-se como uma religião étnica que fazia parte do acervo cultural dos mesmos. Dentre os primeiros protestantes de missão, o autor destaca Daniel P. Kidder, missionário da Igreja Batista e representante da Sociedade Bíblica Americana, que se instalou no Brasil no ano de 1837, percorrendo enormes distâncias de nosso território para distribuir bíblias (Bittencourt Filho, 2003, p. 110).

Como parte desse escopo dos ideais liberais, os protestantes primavam também por uma “ética de transformação meramente individual” (Campos, 2005, p. 32). Apartados de uma ação política mais efetiva, atuavam na transformação da sociedade por outros canais, como o confessionalismo educacional. Não demorou muito para que criassem aqui escolas e universidades, como o Colégio Piracicabano e o Instituto Mackenzie⁵², fundadas por metodistas em 1881 e 1870, respectivamente. Como assinalado por Antônio Gouvêa de Mendonça: “Desde o seu início, a Igreja Metodista considerara de máxima importância a instrução do povo, pois nascera na grande Universidade de Oxford [...]” (Mendonça, 2008, p. 171).

Também através da *Imprensa Evangélica*, que circulou entre 1864 e 1893, os protestantes expressavam suas opiniões sobre atos políticos do Império, sobre os movimentos em torno da abolição da escravatura, bem como sobre as relações entre o Estado e a Igreja Católica, normalmente criticando a forma como o primeiro favorecia a segunda. Conforme Campos, uma das razões que fazia com que os protestantes, em sua maioria oriundos dos EUA, não se envolvessem explicitamente na política era a hegemonia exercida pela Igreja Católica no Brasil, o que os deixavam “pouco à vontade numa cultura cujas bases eram católicas e latinas”. Isso fez com que desenvolvessem aqui uma religião antecatólica por excelência (Campos, 2005, p. 32).

Mesmo depois de proclamada a República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, não houve grandes mudanças na postura política dos protestantes. Até porque, de acordo com Paul Freston, “as possibilidades de vida política na Primeira República eram escassas” (Freston, 1993). Por outro lado, Adroaldo José de Almeida sustenta que “[...] as lideranças religiosas nunca foram refratárias à política brasileira” (Almaida, 2016, p. 17). Diante do impasse, depreendemos que as ações desenvolvidas pelos protestantes no plano político eram mais indiretas. Dito de outra forma, fazendo uso de uma expressão popular, eles “comiam pelas beiradas”.

Pode se dizer que até o século seguinte, mais especificamente até a década de 1930, prevaleceu, por parte dos protestantes, essa prática mais absenteísta em relação à política. A partir dessa década, porém, os “políticos evangélicos”⁵³

52 Ambas as instituições religiosas existem até hoje. De acordo com Mendonça (2008, p. 171), o Colégio Piracicabano deu origem à atual Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). O autor faz referência a outra escola protestante, vinculada à Igreja Presbiteriana, que foi a Escola Americana de Curitiba, que já não existe mais. Em outra obra, o autor enfatiza a contribuição da Igreja Presbiteriana para a rede educacional brasileira, destacando a sua participação também no ensino superior, por meio da Universidade Mackenzie, antes Instituto Mackenzie (Mendonça, 1989, p. 61).

53 Campos, a partir do tipo ideal de Max Weber, faz uma distinção entre os “políticos evangélicos” e os “políticos de Cristo”. Os primeiros, segundo o autor, “usavam simplesmente as denominações religiosas para conseguir votos que os elegesse, sempre com a promessa não muito convincente de que tentaria defender as igrejas nas fronteiras da política”. Já os segundos “tornaram-se um novo e predominante ator político-religioso, cuja figura é vazada, emprestando a sua personalidade e potencial para serem usados como um instrumento da confissão religiosa que o escolhe candidato e fez dele o seu defensor na arena política” (Mendonça, 1989, p. 61). Marcello Crivella, a quem dedicamos uma seção neste Capítulo 2, seria um autêntico “político de Cristo”, assim como o deputado federal Marco Feliciano (Podemos/SP), pastor da Assembleia de Deus Catedral do Avivamento.

começaram a surgir com maior desenvoltura, quando transformações econômicas e sociais possibilitaram o aparecimento do homem urbano preocupado com uma ação política menos tutelada pelas elites e mais propensa a uma prática mais próxima do que temos chamado de “prática democrática” (Campos, 2005, p. 36).

É quando o aparente quietismo começa a dar lugar a um ativismo político, ainda que inicialmente tímido e inexpressivo, tanto do ponto de vista numérico quanto no que diz respeito à capacidade de influenciar na esfera política. Nos termos de Antônio Gouvêa de Mendonça, o protestantismo ainda “não se insere de modo sensível na política ou na cultura [...]” (Mendonça apud Bittencourt Filho, 2003, p. 85). É preciso considerar a força política exercida pela Igreja Católica, hegemonic à época e com inserção em várias instituições, como um fator impeditivo da atuação política de outros grupos religiosos⁵⁴.

2.1.2 A entrada em cena dos “políticos evangélicos”

Leonildo Campos destaca que alguns desses políticos eram, geralmente, de origem presbiteriana, metodista ou batista, como o vice-presidente de Getúlio Vargas, Café Filho que em 1954 substituiu Getúlio depois do seu suicídio, cuja família era nordestina e presbiteriana, e Leonel Brizola, sulista e de origem metodista, que despontou na década de 1950, tornando-se mais tarde um político influente, sendo governador⁵⁵ do segundo maior estado brasileiro, o Rio de Janeiro, em 1990, e candidato a presidente e vice-presidente, respectivamente nos anos 1994 e 1998. Pelo que temos conhecimento, Brizola jamais se tornou um “político de Cristo”.

Ainda a respeito dos “políticos evangélicos”, Campos observa que foram eleitos mais em função de seu capital econômico que foi transformado em capital político, por pertencerem a famílias abastadas, seja de fazendeiros ou profissionais liberais. Conforme o autor, não havia por parte deles quaisquer “estratégias corporativistas que, fundamentadas em condições objetivas, pudessem levar os evangélicos a transformarem o capital religioso em capital político” (CAMPOS, 2005, p. 37). Dito de outra forma seriam candidaturas de cunho mais individual.

54 Não somente os protestantes tinham dificuldades em se impor no cenário político. Numa referência a outro grupo religioso, os umbandistas, Paula Montero, observa que no período de 1920 a 1950, sobretudo em São Paulo, os terreiros (nome dado aos locais de culto da Umbanda) tiveram que se organizar como associações civis para se protegerem de sanções legais, o que fez com que gradualmente assumissem o estatuto de religião, sendo que tiveram que se abrigar na rubrica do espiritismo, posto que suas práticas eram mais bem aceitas como religiosas, enquanto que as práticas umbandistas, de origem africana, eram mal vistas por serem identificadas com magia, curandeirismo e coisas do gênero. Ficavam também protegidas da perseguição policial, comum naquela época no que se refere às religiões de matriz africana. Montero acrescenta que a República Velha tinha uma posição hostil com relação a essas práticas, hostilidade essa que vai perdurar durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, principalmente com relação às práticas percebidas como marcadamente negras, entrando aí mais um elemento: o preconceito racial (Montero, 2006, p. 53).

55 Leonel Brizola, antes de ser governador do Estado do Rio de Janeiro, governou o Estado do Rio Grande do Sul, sendo o único político brasileiro que esteve no comando de mais de uma unidade federativa.

É digno de registro que esse período histórico, ao qual estamos nos referindo, também levou os católicos a se movimentarem na esfera política, devido às mudanças engendradas no campo econômico e político. Campos recorda que foi um período marcado por várias facções políticas, como comunistas, integralistas, anarquistas etc. E era preciso que as igrejas se posicionassem nesse espectro político. Para além de já vislumbrarem uma maior participação efetiva nas instâncias políticas, os protestantes também criaram entidades representativas, como a Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil, fundada em 1932, depois transformada em Confederação Evangélica do Brasil.

Campos sugere que a Federação Evangélica do Brasil foi criada já visando uma maior participação evangélica na Assembleia Nacional Constituinte, convocada pelo presidente da República Getúlio Vargas. Na ocasião, esta entidade agiu em duas frentes. Uma delas junto aos eleitores evangélicos, cuja orientação dada foi:

[...]Que somente mereçam os sufrágios dos evangélicos os candidatos que sejam portadores de programa liberal e, assim, advoguem a causa da separação entre Igreja e Estado, da igualdade e liberdade de cultos e do ensino leigo nas escolas públicas (Campos, 2005, p. 39).

A outra frente foi junto à comissão incumbida de preparar o anteprojeto da nova constituição. A Federação Evangélica encaminhou uma carta solicitando a manutenção naquela *Carta Magna* do princípio de separação entre Igreja e Estado, já assegurada na Constituição de 1891. Com vistas a fazerem valer suas reivindicações, outro grupo de evangélicos se mobilizou e criou a União Civil Evangélica Paulista, a qual tentou emplacar um candidato a deputado constituinte, o pastor presbiteriano Miguel Rizzo Jr. Mas ele não alcançou a quantidade de votos necessários para se eleger (Campos, 2005, p. 40-41). No entanto, a Igreja Metodista elegeu Guaracy Vieira, o único representante evangélico na Assembleia Constituinte de 1934.

Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro, apontam que já naquela época os políticos evangélicos apresentavam “posições de direita e propostas defensoras do *status quo*” (Prandi; Carneiro, 2018, p. 96). Os autores assinalam, também, que uma abertura à participação mais ampla de outros grupos religiosos na esfera política foi resultante da “secularização que retirou do catolicismo sua histórica prerrogativa de religião social, cultural e politicamente dominante” (Prandi; Carneiro, 2018, p. 96).

Em razão da implantação do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas, em 1937, entra em vigor uma nova Carta Constitucional⁵⁶, a qual vigorou por apenas por

56 A Carta Constitucional, que entrou em vigor a partir de 1937, era inspirada nos modelos fascistas europeus, institucionalizando o regime ditatorial Brasileiro, conforme consta no documento Constituições Brasileiras, elaborado pela Câmara Federal. O historiador Daniel Aarão Reis aponta um paradoxo por parte do Estado Novo, pois “ao mesmo tempo em que editou a Consolidação das Leis do Trabalho, promovendo, garantindo e defendendo os trabalhadores, reprimiu duramente todos os que se opunham a essas propostas” (Reis, 2007). Ver mais em *Estado e populismo: trabalhadores em questão*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/54.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

oito anos. Em 1945, com a deposição daquele presidente, partiu-se para a elaboração da Constituição de 1946, convocando-se novamente uma Assembleia Constituinte. Desde então, segundo Campos, “a participação dos evangélicos na política se tornou mais planejada e ganhou maior visibilidade, principalmente entre os protestantes históricos dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul” (Campos, 2005, p. 44). Nessa década, ou seja, em 1940, protestantes históricos começaram a entrar na disputa por cargos nos legislativos municipal, estadual e federal.

Antes de prosseguirmos na inserção gradativa dos protestantes na política a partir dos anos 1940, é preciso deixar claro algumas subdivisões dentro do protestantismo. Não é nossa pretensão retomarmos a Reforma Protestante, ocorrida em 1517, e suas nuances imediatamente posteriores. Deter-nos-emos mais, como já referido, no protestantismo que se aportou no Brasil e suas ramificações específicas, em um passado menos remoto. Ao analisar o sentido da expressão protestantismo, Dias assevera que esta “deixou de ser unívoca” e “tornou-se insuficiente para caracterizar e enfeixar as multifacetadas variantes das alternativas eclesiológicas cristãs ao Romano-Catolicismo em nosso continente” (Dias, 2017, p. 88).

Mendonça, ao se debruçar sobre essas ramificações, sublinha que o protestantismo brasileiro guarda mais semelhanças com o norte-americano do que com o europeu. Retomando o caráter missionário do protestantismo que se plasmou em território nacional, o autor ressalta que: “O protestantismo missionário brasileiro não veio do continente europeu, mas dos Estados Unidos, cujas raízes estavam na reforma inglesa” (Mendonça, 1989, p. 42).

Responsável por organizar a primeira grande tipologia do protestantismo no Brasil⁵⁷ (Camurça, 2016), Mendonça ressalta que o protestantismo brasileiro possui uma finalidade mais pragmática, ou seja, a de trabalhar para transformar a sociedade. Outra característica salientada pelo autor é com relação à tendência das igrejas brasileiras em “[...] acompanhar as ondas de conservadorismo norte-americanas [...]” (Mendonça, 1989, p. 39), questão que retomaremos ao falar da direita religiosa americana e seus reflexos no Brasil.

O que mais nos interessa na tipologia esquadrinhada por Mendonça é a diferença que ele estabelece entre “crentes”, “evangélicos” e “protestantes”. É preciso deixar claro que nosso objetivo também não é o de aprofundar nessas diferenças, mas sim buscar justificar o uso dessas expressões ao longo de nosso trabalho, de forma a nos fazermos entender de quem estamos falando em um determinado momento histórico específico, no qual essas ramificações protestantes se fazem mais ou menos presentes.

57 A observação foi feita pelo então professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, ao ministrar o curso Religiões no Brasil, no primeiro semestre de 2016, do qual esta autora foi aluna.

Conforme a classificação de Mendonça, os “crentes” referem-se mais aos pentecostais e protestantes tradicionais, alocados em áreas rurais, os quais estariam sujeitos a um acentuado preconceito por parte daqueles instalados em áreas urbanas, que os consideram “uma categoria inferior de evangélicos fanáticos e ignorantes”. Já os evangélicos seriam os protestantes tradicionais concentrados em áreas urbanas, enquanto os protestantes seriam a designação aplicada aos cristãos não católicos, podendo ser considerado um conceito de relativa neutralidade. Daí ser mais utilizada por estudiosos do campo religioso, como sociólogos e historiadores (Mendonça, 1989, p. 41-42).

É necessário reforçar a falta de univocidade em relação ao termo protestantismo, já referido por nós a partir de Dias. Este mesmo autor explica de outra forma a razão de se usar um determinado termo em detrimento de outro, pontuando que na atualidade expressões como “Evangélicos” e “Crentes” passaram a ser mais utilizadas pelas famílias confessionais, fazendo com que a expressão Protestante tenha perdido não somente seu conteúdo semântico, bem como sua própria referência histórica (Dias, 2017, p. 88).

Em meio a esse emaranhado de termos, torna-se necessário buscar outro deles, ou seja, os pentecostais, os quais, pela classificação de Mendonça⁵⁸, estariam relacionados a movimentos históricos difusos e seus principais exemplares seriam os fiéis de igrejas como Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil e O Brasil para Cristo. Com vistas a explicitarmos o significado de neopentecostalismo, recorreremos à Clara Mafra, que define esse movimento como sendo de contraposição ao tradicionalismo reinante na religiosidade brasileira. Esta vertente pentecostal inaugurou uma religiosidade mais “intensa e agonística” e que faz uso mais intenso dos meios de comunicação, sendo a maior expoente deste movimento da Igreja Universal do Reino de Deus, inaugurada em 1977, pelo bispo Edir Macedo (Mafra, 2001, p. 38).

Após esta tentativa de elucidação dos termos afeitos ao campo religioso protestante, prossigamos com a inserção dos evangélicos na política, passando agora aos anos 1960, quando, conforme a historiadora baiana Elizete da Silva⁵⁹,

58 É digno de nota que Mendonça apresenta dois quadros em que faz desmembramento das ramificações do protestantismo. Ver mais em *Um panorama do protestantismo atual brasileiro* (Mendonça, 1989, p. 46- 47). O autor ainda não inclui o termo neopentecostalismo e não cita a Igreja Universal do Reino de Deus, que seria um exemplo desta ramificação. Já Paul Freston, ao se propor a fazer um mapeamento dos protestantes brasileiros, inclui a Igreja Universal entre as denominações pentecostais (Freston, 1994, p. 41).

59 Elizete da Silva é autora do artigo “Protestantes e o governo militar: Convergências e divergências”, cujo foco é a atuação dos protestantes históricos, sobretudo os Batistas no período de 1964 a 1986. Seu recorte espacial é a Bahia. A pesquisadora é doutora em História e professora da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3ff/pdf/zachariadhes-9788523211820-03.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

“protestantes viram-se incomodados com as reivindicações e os espaços políticos que os movimentos sociais organizados e os partidos de orientação marxista passaram a disputar no cenário” (Silva, 2009, p. 32).

Nessa década, entram em cena, ao lado dos protestantes históricos, os pentecostais. Conforme Campos, estes últimos elegeram, na metade daquela década, deputados estaduais e federais nos estados de São Paulo e Minas Gerais. A partir de então, protestantes históricos e pentecostais foram eleitos para atuarem no Poder Legislativo.

Vale registrar que a maioria eleita durante a Ditadura Militar, que vigorou no Brasil, entre 1964 e 1985 (ano em que começa a chamada distensão), era anticomunista e alinhada com o regime militar. Enquanto os protestantes, sejam históricos ou pentecostais, começavam a ganhar espaço na esfera política, paralelamente “As Missões de Fé”, transconfessionais por definição, se espalhavam pela América Latina, a partir de projetos assistenciais /ou culturais, adotando uma linha de proselitismo que conjugava o pensamento fundamentalista, atitude sectária e anticomunismo ferrenho (Bittencourt Filho, 2003, p. 147).

Antes de discorrermos sobre a participação mais efetiva dos evangélicos na esfera política a partir da Assembleia Nacional Constituinte, instaurada em 1986, julgamos pertinente explicar mais detalhadamente essas Missões de Fé. Isso porque seu ideário político e suas estratégias de ação deixaram marcas talvez eternas na forma que com este grupo religioso conduzia a política – e ainda conduz –, sobretudo no que diz respeito ao conteúdo ideológico.

2.1.3 *O ideário político da direita religiosa*

De tempos em tempos, levas de missionários, geralmente oriundas dos Estados Unidos, se aportavam nos países da América Latina (doravante AL), inclusive o Brasil, trazendo em suas bagagens um ideário político de viés conservador, característica essa que, com base nos estudos realizados, é possível afirmar que perdurou – e perdura até nossos dias. Como asseverado por Bittencourt Filho, “[...] pautam-se por uma moralidade rigorosa [...], ao lado de uma interpretação bíblica literalista e/ou fundamentalista” (Bittencourt Filho, 2003, p. 119). Conforme este mesmo autor, a atuação das Missões de Fé⁶⁰, sobretudo nos anos 1970,

60 Dentre as Missões de Fé instaladas na AL e no Brasil, a partir de Bittencourt Filho (2003) e Stoll (2002), podemos destacar: Missão Novas Tribos e Missão dos Campos Não-Evangelizados, voltadas para os povos indígenas. Elas agiam também por meio de fundações e instituições, como o Instituto Linguístico de Verão, um braço missionário da *Wycliffe Bible Translations Incorporation*. O que nos interessa é buscar mostrar os traços comuns entre elas, como o conservadorismo moral, o liberalismo econômico e político, a luta contra o comunismo e contra a teologia da libertação. É necessário salientar também que atuaram em períodos distintos, mas mais marcadamente a partir de 1970, cimentando as bases da chamada Nova Direita Religiosa que, por sua vez, era base de sustentação dos governos americanos de Ronald Reagan e Jimmy Carter. Bittencourt Filho registra a existência do instituto sobre Religião e Democracia, fundado em 1981, por iniciativa de religiosos e políticos, cujo um dos objetivos era desencadear uma contraofensiva às igrejas protestantes que atuavam junto aos setores progressistas na AL (Bittencourt Filho, 2003, p. 159).

merece um tratamento específico, devido ao lugar que ocuparam no cenário da luta ideológica – subproduto da Guerra Fria – enquanto perduraram os regimes de Segurança Nacional no Continente. Nesse embate ideológico, vale dizer, as Missões de Fé representavam o lado oposto do Catolicismo e do Protestantismo libertários⁶¹ atuantes no mesmo período histórico (Bittencourt Filho, 2003, p. 146-147).

Autores como Christian Lalive D’Epinay (1968), David Stoll (2002) e Ivan Dias da Silva (2016), se debruçam sobre o trabalho missionário na AL, sendo que os dois últimos dão destaque também à chamada Nova Direita Religiosa (NDR), ambas originárias dos Estados Unidos. A principal representante da NDR era a Maioria Moral (*Moral Majority*), que embora não realizasse trabalho missionário, tratava-se de uma importante facção política formada notadamente por evangélicos fundamentalistas, mas não apenas por eles. Vale ressaltar que a Maioria Moral exercia forte influência sobre os movimentos missionários.

Ao estudar pormenorizadamente a Maioria Moral, Ivan Dias Silva explica que ela abrangia “evangélicos conservadores, católicos, judeus e mórmons, bem como pessoas que concordavam com a agenda moral que a organização propunha” (Silva, 2016, p. 154). Vale ressaltar que a Maioria Moral também não era a única organização da NDR, mas certamente a que possuía maior articulação política (Silva, 2016, p. 80).

A Maioria Moral, que tinha como principal liderança o televangelista Jerry Fawell, defendia o criacionismo, a família monogâmica e era radicalmente contrária aos movimentos feministas, ao aborto e à homossexualidade. Como asseverado por Silva, tratava-se de “uma organização política que se articulava em torno de uma agenda moral” (Silva, 2016, p. 152). Mas seu maior inimigo era o comunismo. A agenda, cujo principal prefixo era o “anti”, norteou a direita religiosa não só nos Estados Unidos, país de origem da Maioria Moral, mas também em toda América Latina, onde tinha ainda outro alvo: a Teologia da Libertação.

Como assinala Stoll, a Teologia da Libertação era “uma grande ameaça concebida em Móscu” (Stoll, 2002, p. 35). Para combater as ideias consideradas inimigas, a direita religiosa na AL, a exemplo do que fazia nos Estados Unidos, assentava-se em um tripé: Igreja, Confessionalismo Educacional e Televangelismo. A Igreja aqui deve ser entendida como uma igreja em ação, por meio das Missões de Fé. O confessionalismo educacional abrangia não só escolas de ensino fundamental e médio, mas também o ensino superior, como a Liberty University, fundada por Jerry Fawell. Quanto ao último, também chamado de igreja eletrônica, tanto Stoll (2002) quanto Bittencourt Filho (2003) atribuem um peso maior no sustento dessa tríade.

61 O autor aqui se refere especialmente à Teologia da Libertação, esclarecendo, com base em Löwy não ser uma exclusividade católica, visto que compartilhada por “denominações ‘protestantes’ históricas, tais como os luteranos, presbiterianos, metodistas [...]”. (Löwy apud Bittencourt Filho, 2003, p. 163). Em linhas mais gerais, na mesma obra, Bittencourt alude ao Protestantismo ecumônico e ao Catolicismo Libertário.

Nos Estados Unidos, desde o final dos anos 70, como introito à era neoconservadora, que resultaria no economicismo de Ronald Reagan (a chamada *reaganomic*), floresceu uma espécie de “capitalismo cristão”, coadjuvado pelo televangelismo eletrônico. Debruçada sobre a derrocada dos valores tradicionais e centrada no messianismo do espetáculo místico, a “igreja eletrônica” ou “igreja comercial” passou a constituir verdadeiros impérios televisivos. Nesse contexto, tudo se vende e se compra – da fé e redenção (Sodré, 2005, p. 2).

No nosso entender, a citação acima, de autoria do jornalista e professor de Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Muniz Sodré, exprime bem o “pacote de objetivos religiosos e políticos” (Capps apud Silva, 2016, p. 206) que o televangelismo trazia em seu bojo. Um dos principais televangelistas⁶² era Jerry Fawell⁶³, principal articulador da Maioria Moral e protagonista do programa *Old Time Gospel-Hour*. Seus programas eram transmitidos na AL, onde o televangelismo teve grande aceitação.

Vale registrar que os programas televangélicos não só foram bem aceitos, como também este continente passou a produzir seus próprios programas, geralmente protagonizados por lideranças carismáticas. Na contemporaneidade, há uma produção expressiva de programas televangélicos. Como assinalado por Bittencourt Filho:

No Brasil, diga-se de passagem, parte da identidade do Pentecostalismo autônomo tem sido construído por meio da televisão⁶⁴, sendo que o tratamento dispensado pelas igrejas do Protestantismo Autônomo aos programas televisivos vem se tornando modelar para transmissões religiosas de outras procedências confessionais (Bittencourt Filho, 2003, p. 155).

Seja através da televisão, do ensino nas escolas e universidades, do trabalho missionário ou de outras estratégias de ação, a NDR desempenhou um papel

62 Além de Fawell, haviam outros televangelistas famosos nos Estados Unidos, cujos programas também circulavam na AL, tais como: Pat Robertson, Ed McAtee, Jimmy Swaggart e Kenneth Hagin. Segundo Atilio Hartman, o primeiro, produtor do “Club 700”, foi quem consolidou o televangelismo no continente latino-americano. (Hartman, 2000, p. 4). Havia aqui outros televangelistas, como o argentino Luis Palau (Stoll, 2002). No Brasil, de acordo com Leonildo Campos, o primeiro programa religioso televisivo foi *Mensagem Real*, produzido pela Primeira Igreja Presbiteriana e São Paulo, nos anos 1960. Na mesma década, houve uma outra iniciativa por parte do pregador Josias Joaquim de Souza, da Cruzada Evangélica “A volta de Jesus”, que mostrava cenas de cura divina e de exorcismo. Outros programas destacados por Campos: *Reencontro*, do Pastor Batista Nilson Fanini e *Pare e Pense*, do Pastor Caio Fábio da Igreja Presbiteriana, ambos da década de 1960. Campos assinala que “ao longo dos primeiros 35 anos da televisão brasileira, a presença protestante no ar foi apenas esporádica e sem nenhuma criatividade”, situação que se alterou durante o regime militar, com a ampliação e modernização das emissoras de televisão (Campos, 1997).

63 Jerry Fawell era também escritor de *best-sellers*, como *Listen America*, publicado em 1980.

64 A construção da identidade religiosa por meio dos programas televangélicos é investigada em minha Dissertação de Mestrado intitulada *Do Sagrado Tribal ao Sagrado Midiático: O televangelismo e a formação identitária religiosa*, cujo *corpus* é constituído dos programas *Fala Que Eu Te Escuto*, produzido pela Igreja Universal do Reino de Deus e exibido na Rede Record, e *Direção Espiritual*, protagonizado pelo Padre Fábio de Melo e transmitido pela TV Canção Nova. A dissertação foi apresentada em 8 de março de 2013, no Programa de Pós-Graduação de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, dentro da linha de pesquisa Comunicação e Identidade. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1018/1/doradeisestephanmoreira.pdf>. Acesso em:

fundamental não só no que diz respeito ao apoio a candidatos do Partido Republicano em seu país de origem, mais especificamente Ronald Reagan e Jimmy Carter, como também no apoio às ditaduras militares na AL. As organizações religiosas ligadas à NDR travaram uma verdadeira luta contra as ideias revolucionárias que pululavam neste continente e se colocaram ao lado dos regimes ditoriais.

No Chile, país onde teve lugar uma das ditaduras mais severas, após o assassinato do presidente da República Salvador Allende⁶⁵, a direita religiosa apoiou o regime autoritário do General Augusto Pinochet. Tanto é assim que líderes evangélicos consideraram “un acto de Dios el golpe militar de septiembre de 1973” (Stoll, 2002, p. 139). Um ano depois do golpe, líderes das principais denominações pentecostais se declararam favoráveis a ele, alegando ser “una respuesta de Dios a las oraciones de todos los creyentes que reconociam que el Marxismo era la expression del poder satânico, de la oscuridad”. Em retribuição ao apoio parlamentar, Pinochet passou a patrocinar a maior denominação evangélica do país à época: a Igreja Pentecostal Metodista (Stoll, 2002, p. 140).

Como salientado por Carlos Fico, a “moldura ideológica” da maioria das agências americanas – religiosas ou não – instaladas na AL era o combate ao comunismo (Fico, 2008, p. 61). Nos dizeres de Alfredo Boccia (2008, p. 29), o comunismo era um “fantasma” que assombrava todo o continente latino-americano. A ofensiva anticomunista foi fortemente corroborada por parte significativa de grupos religiosos, inclusive e principalmente evangélicos, que se aliaram aos regimes ditoriais dos países da AL.

No Brasil, não foi nada diferente. A ala conservadora evangélica, a mais representativa dentro do grupo, aliou-se ao regime militar, ainda que não admitisse o envolvimento com a política. Como assinala:

Embora os evangélicos mantivessem o princípio da separação entre Igreja e Estado, no período de 1964 a 1986, tal princípio era apenas um argumento doutrinário e retórico, pois na prática cotidiana, densas articulações e barganhas políticas permearam a trajetória dos irmãos protestantes no Brasil (Silva, 2009, p. 31).

Assim como os “hermanos” latino-americanos, os evangélicos brasileiros temiam o comunismo, devido ao fato de “fazer parte do imaginário protestante apreendido com os irmãos norte-americanos, desde o início do século XX, com o advento da revolução russa” (Silva, 2009, p. 36). Ao investigar a relação entre os

65 Salvador Allende foi eleito em 1970 pela UP, com o apoio dos partidos Socialista e Comunista. Assumiu seu mandato em 1971, sendo que governou somente até setembro de 1973, quando foi morto no Palácio de La Moneda, em Santiago. De acordo com Alberto Aggio, autor de *O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso*, não é possível precisar o motivo pelo qual Allende foi assassinado, uma vez que, segundo este autor, o presidente não era um representante autêntico do socialismo. No entanto, infere que sua morte foi “resultado de ações legais e extralegais da direita chilena, com inegável apoio externo”, numa alusão aos Estados Unidos. Diferentemente de outros países da AL, conforme Aggio, o Chile possuía uma estabilidade política e uma alternância. As eleições transcorriam num clima de liberdade e constitucionalidade. Mas o país, do ponto de vista econômico, era subdesenvolvido. A superação do atraso nas áreas econômica e social foi o que moveu a UP, que acreditava que o socialismo era o melhor caminho para alcançá-la. Allende defendia a via democrática para se chegar ao socialismo (Aggio, 2008, p. 79).

evangélicos e a ditadura militar no Brasil (período 1964-1985), Adroaldo José Silva Almeida, detendo-se mais nos posicionamentos políticos da Igreja Presbiteriana Independente (IPI), Assembleia de Deus, Igreja Metodista e Igreja Batista, não só confirma esse anticomunismo, como acrescenta a ele o antiecumenismo (Almeida, 2016), também mencionado por Bittencourt Filho (2003).

Paradoxalmente, os evangélicos que apoavam o governo militar em nome dessa agenda “anti” pregavam que deveria ser evitada a “politização nos púlpitos” (Almeida, 2016), numa tentativa de manter a conduta “quietista” desse grupo religioso, o qual deveria se imiscuir da política. Mas, ao mesmo tempo em que junto aos fiéis apresentavam essa postura, em seus *house organs* escancaravam o apoio à ditadura militar.

Como ilustrado por Almeida, em uma das publicações que constituiu seu *corpus*, o *Estandarte*, da IPI, tão logo houve o Golpe de 1964, com a deposição de João Goulart, estampou a seguinte manchete: “Caiu Jango.” Na ótica desse grupo de evangélicos apoiadores do golpe, a presença dos militares no governo era motivo de comemoração. Isso porque acreditavam que o regime militar daria fim ao comunismo e à corrupção, considerados por eles como os principais males que acometiam a nação brasileira (Almeida, 2016, p. 55). Também devolveriam à nação a moralidade perdida.

Um dos articulistas do *Estandarte*, Brahin Malaque, se referia ao comunismo como sendo o “Mar Vermelho” que inundava o Brasil. Em todas as publicações analisadas por Almeida das quatro denominações escolhidas, a tônica era o anticomunismo, uma herança, sem sombra de dúvida, deixada pela Direita Religiosa. O autor também deixa claro o estreito relacionamento entre o regime autoritário e uma parte significativa do movimento evangélico.

A aliança estabelecida entre o governo autoritário e a ala conservadora evangélica⁶⁶ é ilustrada no documentário brasileiro *Muros e Pontes: Memória Protestante na Ditadura*⁶⁷, por meio de uma série de depoimentos de protestantes

66 É preciso deixar bem claro que havia também dentro do universo evangélico os setores ditos progressistas, com atuação nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo nos movimentos jovens e a grupos ligados ao movimento ecumênico. Esta ala progressista, classificada por Arnaldo Érico Huff Junior como modo comunitário-secular quanto à forma de ação, exercia um “franco ativismo político” e se dedicava a questões como a injustiça, a exploração, a distribuição de renda e a pobreza. Eram movidos por um ideal de humanização (Huff, 2016, p. 67). Em Tese de Doutorado intitulada *Pelo senhor marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, Adroaldo José da Silva, problematizando principalmente as posições políticas das igrejas Presbiteriana Independente, Assembleias de Deus, Metodista e Batista, discorre sobre algumas lideranças ligadas ao movimento evangélico, que se posicionaram contrariamente ao regime militar e que atuavam em movimentos sociais. Ele destaca, dentre outros, Manoel da Conceição, membro da Assembleia de Deus no Maranhão, que atuou contra a grilagem de terras, contra a exploração do trabalhador rural na segunda metade dos anos 1960, quando o governador daquele estado era José Sarney (1966-1970). Outro líder a que ele se refere é Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas e membro da Igreja Protestante Independente. Além deste líder, havia outros presbiterianos e evangélicos de outras pertenças que atuavam no movimento camponês, como João Teixeira, assassinado por sua atuação política (Almeida, 2016).

67 O documentário foi produzido em 2014, pela Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, dentro do projeto Memórias Ecumênicas Protestantes no Brasil.

que se colocaram do lado oposto nos “anos de chumbo” do Brasil, ou seja, combatendo as atrocidades do regime autoritário que vigorou entre os anos de 1964 e 1985. Esses depoimentos, colhidos com maestria pelo teólogo Zwinglio Mota Dias no documentário, sugerem que para além de apoiarem o golpe, algumas igrejas evangélicas colaboravam com o regime autoritário.

Almeida recorre à Elizete da Silva, também estudiosa do tema, usando uma citação da historiadora que demonstra essa colaboração efetiva: “A caça às bruxas se estendeu nas igrejas evangélicas e, em particular, na Igreja Presbiteriana.” A autora comenta sobre o expurgo de professores – e de outros intelectuais – e alude especialmente a Rubem Alves, intelectual mineiro e pastor presbiteriano que naquele período “sofreu acusações e punições do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana, sendo denunciado como subversivo aos militares” (Silva apud Almeida, p. 58-59).

Sobre esses expurgos, Bittencourt Filho salienta que:

Um dos alvos prioritários foi a Confederação Evangélica do Brasil, particularmente, o Setor de Estudos e Responsabilidade Social. Por sinal, dirigentes da própria entidade, aliados a autoridades eclesiásticas, trataram de eliminar os vestígios do trabalho realizado pelo setor. Um exemplo, disso foi a invasão da sala de estoque e a subsequente destruição da maior parte das publicações que reuniam o material produzido nas Consultas preparatórias e na Conferência do Nordeste⁶⁸. Nesse episódio policialesco, não faltaram agente do Deops, que foram à sede da Confederação (por força de denúncia de um pastor) (Bittencourt Filho, 2003, p. 144).

Para Almeida, com base em sua pesquisa empírica, não restaram dúvidas de que as igrejas analisadas colaboraram com a ditadura. Detendo-se mais especificamente na IPI, o autor ressalta que, embora seus dirigentes tentassem negar – ou omitissem na principal mídia da igreja, o *Estandarte* – a existência de torturas no governo militar, o fato é que “presbiterianos compuseram quadros do governo federal” (Almeida, p. 62).

68 A Conferência do Nordeste, intitulada “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”, foi realizada em Recife, no ano de 1962. O evento foi organizado pelo Setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil. Foram discutidos temas como cultura e cidadania. A conferência reuniu intelectuais proeminentes à época, como Gylberto Freyre, Almir dos Santos, Helmut Renders, Richard Shaull e Zwinglio Mota Dias (Renders, Helmut, 2012). Ver mais em: *As igrejas e as mudanças sociais: 50 anos de Conferência do Nordeste*, publicado em 2012. O livro compila várias das discussões travadas por ocasião desse importante evento, trazendo artigos de escritores que dele participaram e de outros, tais como Magali de Nascimento Cunha e Joanildo Burity. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/245025553_RENDERs_Helmut_Os_temas_cultura_e_cidadania_na_Conferencia_do_Nordeste_de_1962_na_Igreja_Metodista_segundo_os_seus_Credos_Sociais_e_a_revista_da_juventude_Cruz_de_Malta_In_HRenders_et_al_As_Igrejas_e. Acesso em: maio. 2019. Ao discorrer sobre a relevância do evento, Zwinglio Mota Dias, em seu livro *A reinvenção do protestantismo reformado no Brasil* – escrito 55 anos depois – ressalta que este evento “pode ser considerado o primeiro organizado pelas instituições eclesiásticas protestantes para tratar das grandes questões sociopolíticas que caracterizavam a vida nacional no período imediatamente posterior à II Guerra Mundial [...] Pela primeira vez na história do Protestantismo brasileiro líderes eclesiásticos vão buscar o diálogo com destacados representantes da academia num esforço para compreender, com auxílio das ferramentas da ciência, a real situação do país” (Dias, 2017, p. 213- 214).

Conforme o autor, também com base em suas investigações pormenorizadas, outro discurso que permeava as publicações das igrejas pesquisadas era o de que o regime autoritário no Brasil representava uma forma de intervenção divina para salvar o país do comunismo e devolver a liberdade à nação, como ilustra o editorial do jornal *Mensageiro da Paz*, da Assembleia de Deus, publicado em 1969, por ocasião da Semana da Independência:

Sentimos ser obrigação primária dos crentes em Cristo orar pelas autoridades que a governam, para que o façam sob inspiração divina. Devemos ser igualmente gratos a Deus pelo clima de liberdade que respiramos no Brasil. E o testemunho de nossa gratidão a Deus pode e deve estar associado a manifestações de apoio aos que detêm o comando, o governo da Nação (Almeida, p. 115, *on-line*).

Diante do exposto, cremos ter demonstrado que a Direita Religiosa deixou marcas profundas nos países latino-americanos. Apesar de ter sido dissolvida no final da década de 1980 (Silva, 2016)⁶⁹. Seu ideário político parece recrudescer em vários momentos históricos de nossa nação. Como na estrofe da música *Pesadelo* (Maurício Tapajós/Paulo César Pinheiro), que faz parte da trilha do documentário *Muros e Pontes...* acima referido: “Olha o muro, olha a ponte, olhe o dia de ontem chegando...”.

2.2 DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE À COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONGRESSO NACIONAL

A Assembleia Nacional Constituinte (1986)⁷⁰ foi, sem sombra de dúvidas, um desses momentos de recrudescimento dos ideais conservadores da direita religiosa.

69 A Maioria Moral foi dissolvida oficialmente em 1988, mas antes deu lugar à Liberty Foundation. Na análise de Silva a partir do próprio Fawell, uma das razões do fim das atividades da Maioria Moral é que ela teria cumprido seu objetivo de tornar sólida a NDR. Para seu líder mor, com a organização [...] os conservadores religiosos se tornaram uma parte do tecido político na América, e sempre serão [...] (Fawell apud Silva, 2016, p. 196).

70 No dia 1º de fevereiro de 1987, os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reuniram-se, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Composta por 559 constituintes, a ANC foi convocada em meio ao processo de transição democrática do país, sendo parte de um compromisso assumido pelas forças políticas que chegaram ao poder em 1985. Em 5 de outubro de 1988, após intensos debates, conflitos, impasses e negociações, foi promulgada, em sessão solene, a sétima Constituição do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituinte-de-1987-88>. Acesso em: 6 maio. 2019. A ANC foi presidida pelo deputado federal (PMDB/SP), Ulisses Guimarães (1916-1992), que ficou conhecido como “Senhor Constituinte” ou “Senhor Democracia”, como era chamado pelos órgãos de imprensa. Por sua participação na campanha “Diretas já”, movimento em torno da redemocratização do país e que clamava pelas eleições diretas para a Presidência da República, também foi chamado de “Senhor Diretas”. Na ocasião em que completaria 100 anos, o jornalista Jorge Bastos Moreno (1954-2017), seu “fiel escudeiro”, escreveu um artigo no jornal *O Globo* em homenagem àquele de quem foi assessor de imprensa e confidente, sob o título “Ulisses Guimarães 100 anos: O condutor da travessia”. Na matéria, Moreno recordara que Ulisses Guimarães conduziu a ANC “com mãos de ferro”. Ao perder a presidência do PMDB, partido que ajudou a fundar, para Orestes Quérzia, Ulisses reagiu assim: “Este discurso eu escrevi com o coração e o leio com os olhos úmidos. Na política, mais difícil do que subir, é descer. É descer não carregando o fardo podre e fétido da vergonha. Desço. Vou para a planície, mas não vou para casa. Vou morrer fardado, não de pijama.” Ulisses certamente morreu “fardado” ao voltar para São Paulo de um passeio na região de Angra dos Reis, em 12 de outubro de 1992. Em razão de um forte temporal, o helicóptero em que se encontrava caiu no mar e explodiu. Faziam parte da tripulação a esposa, Dona Mora, e o casal Severo Gomes. O corpo do “Senhor Diretas” nunca foi encontrado. Mas, segundo Moreno, o político deixou um grande legado, inclusive a “Constituição Cidadã”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ulisses-guimaraes-100-anos-condutor-da-travessia-20243508>. Acesso em: 7 maio. 2019.

A declaração do deputado Fausto Rocha (PFL) à época é uma confirmação disso: “Nós, evangélicos, somos conservadores, graças a Deus”. Vindo ao encontro do parlamentar paulista, o “irmão” maranhense Matheus lensen (PMDB) defendeu na ocasião que: “Prever constitucionalmente o fim da discriminação por preferências sexuais seria trazer para o Brasil a maldição de outros países. Seria uma maldição igual Sodoma e Gomorra.”

As frases, extraídas de jornais que circularam por ocasião da Constituinte, foram registradas pelo sociólogo paulista Antônio Flávio Pierucci, em trabalho de “investigação iniciado em 1985 sobre a ação da *direita política* no Brasil pós-abertura” (Pierucci, 1989, p. 104). Cremos que elas denotam o tom que regeu a ação política dos parlamentares evangélicos na elaboração da *Carta Magna* brasileira de 1988. A atuação na constituinte conferiu a esse grupo religioso uma visibilidade nunca antes alcançada. “Além de visíveis e mensuráveis, apareciam como inesperadamente vocais na manifestação e defesa de suas convicções religiosas e de seus pontos de vista sobre a sociedade” (Pierucci, p. 105).

Sem a pretensão de aprofundamento do contexto da época, é preciso que se diga que o aumento da visibilidade dos evangélicos no âmbito da política “ocorreu no bojo do processo de transição democrática brasileira” (Mafra, 2001, p. 39), quando outras vozes se fizeram ouvir. Mas este segmento tinha seu tom próprio e inconfundível. Como asseverado por Mafra “surgiram no cenário como outra força, que não se somava o debate entre ‘maximalistas’ e ‘minimalistas’ da esquerda nem ao comportamento político das novas e velhas oligarquias, destoando dessas forças e expressões políticas razoavelmente reconhecidas” (Pierucci, p. 39-40).

Dito de outra forma, os evangélicos irromperam o cenário político com um repertório peculiar, cuja ênfase recaia na defesa da moral e dos bons costumes. De sua agenda política constava, sobretudo, o veemente combate ao aborto, à homossexualidade, ao feminismo, pautas que vieram para ficar, com a marca indelével deste segmento religioso.

2.2.1 Constituinte: a “língua da religião” na esfera política

Como já referido anteriormente, Leonildo Campos (2005) faz uma distinção entre os “políticos evangélicos” e os “políticos de Cristo”. Embora o autor não especifique exatamente o momento histórico em que estes últimos entram em cena, vinculando-os mais a um novo *modus operandis* das igrejas de corte neopentecostal, é possível depreender que a Assembleia Nacional Constituinte promoveu esse tipo de político – ou simplesmente o acolheu, uma vez que ele já vinha sendo gestado ao longo dos anos. Em outras palavras, a Constituinte seria um momento de emergência dessa nova categoria de político, advinda da esfera religiosa, mas especificamente evangélica.

Com base na explicação de Campos, o “político de Cristo” caracteriza-se pela “troca de um modelo de ação, mentalidade e comportamento, marcados pelo afastamento da política, por outro mais integracionista [...]” (Campos, 2005, p. 47). Conforme o autor, os evangélicos mantiveram-se mais afastados da atividade política, até porque suas lideranças denunciavam os “candidatos de portas de templos” por considerarem a política algo “sujo” (Campos, 2005, p. 51).

No entanto, na Constituinte, conforme Joanildo Burity, passam a “assomar com uma certa desenvoltura à cena eleitoral [...] e introduzem na *linguagem da política* elementos de uma outra ‘língua’ [...] a da religião (Burity, 2005, p. 173-174). Na medida em que penetram nos espaços institucionalizados de representação, portando uma “linguagem estranha ao ambiente laicista”⁷¹, esses novos atores “levantam suspeitas sobre as ‘intenções’, o grau de ‘compromisso’ democrático e a natureza do ‘próprio político’” (Burity, 2005, p. 173-174).

Para além de causarem estranhamento no campo político, Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi, em diálogo com Burity, acrescentam que eles causaram surpresa, uma vez que

diante do tamanho do grupo vinha juntar-se a descoberta de um forte *pedigree* conservador na grande maioria dos parlamentares protestantes, que resultava em pressão conservadora sobre a nova Carta. Durante muito tempo sustentando suas crenças longe da arena política, pretendiam, agora, que seus pontos de vista religiosos, minoritários em um país de tradição católica e de reconhecido pluralismo confessional, tivessem sua normatividade imposta, pela Constituição, a todos os brasileiros (Pierucci; Prandi apud Bittencourt Filho, 2003, p. 164).

Na mesma linha de pensamento, Burity sustenta que:

Emergem maciçamente majoritários antes mesmo de completarem um século de existência no país, deixando para trás os protestantes históricos e mesmo influenciando a identidade destes, e trazem seu jargão, seu rigorismo moral e seus mecanismos carismáticos [...] (Burity, 2005, p. 175).

Sobre esse rigorismo moral mencionado por Burity, Pierucci é categórico ao afirmar que os evangélicos, que emergiram na cena política a partir da Constituinte, agiam conforme os preceitos da “maioria moral” (*aspas do autor*), numa alusão à organização de Jerry Fawell, representante mor da Direita Religiosa americana. Com sua contundência habitual, o sociólogo paulista refere-se a esses políticos evangélicos – ou, melhor dizendo, políticos de Cristo – como sendo “uma ala nada desprezível da chamada ‘nova direita’, [...] a *New Christian Right*” (Pierucci, 1989, p. 107). O uso do termo em inglês é utilizado pelo autor no sentido de enfatizar “as semelhanças e o parentesco” de nossa direita com aquela dos Estados Unidos.

71 Laicista: política de desconsiderar a religião (Camurça, 2016).

Ao discorrer sobre a atuação política dos evangélicos, Pierucci, com pitadas de ironia, assevera que:

Foi em nome desta ‘maioria moral’, medida com o metro da moralidade privada convencional, que eles lutaram na Constituinte contra o aborto (considerado crime em nome do preceito bíblico ‘Não matarás’) contra o jogo (que afronta o preceito bíblico segundo o qual devemos ganhar o pão com o suor do rosto, e leva à desagregação da família), contra o homossexualismo (considerado por eles perversão e falta de vergonha, que atrai a maldição de Deus sobre um povo, contra as drogas (porta de entrada para a criminalidade violenta), contra o feminismo (que destrói a hierarquia natural da família patriarcal), contra a pornografia, contra a ilimitada dissolução da sociedade conjugal pela liberação do número de divórios e a liberação dos métodos contraceptivos abortivos (Pierucci, 1989, p. 108).

Na esteira de Pierucci, outro sociólogo paulista, Ricardo Mariano, resume assim a atuação dos evangélicos na Constituinte:

O abandono de sua tradicional autoexclusão da política partidária, justificando seu inusitado ativismo político – antes proibitivo porque tido como mundano e diabólico – com a alegação de que urgia defender seus interesses institucionais e seus valores morais contra seus adversários católicos, homossexuais, ‘macumbeiros’ e feministas na elaboração da Carta Magna. Para tanto, propuseram-se as tarefas de combater, no Congresso Nacional, a desriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais (Pierucci, 1989; Freston, 1993). Os pentecostais, ao mesmo tempo em que faziam referência ao tradicional adversário católico, aludiam a seus adversários laicos, como justificativa para “irmão votar em irmão”, seu novo lema (Mariano, 2011, p. 250-251).

Na concepção de Ronaldo Almeida, os evangélicos se posicionaram – e ainda se posicionam- a favor de uma política econômica mais neoliberal, de uma moralidade pública mais reguladora dos corpos e dos comportamentos e de uma política securitária mais repressiva e punitiva (Almeida, 2017, p. 78). Sobre esse controle de corpos muito afeito ao ideário conservador evangélico, discorreremos mais tarde.

Não restam dúvidas de que a Assembleia Nacional Constituinte representou um marco histórico da entrada triunfal dos evangélicos na esfera política, dessa vez, ao que parece, para ficar. Como recordado por Pierucci:

A barulhenta presença dos parlamentares protestantes conservadores no Congresso Constituinte, desde a sua abertura em fevereiro de 1987, pode ser vista como um longo ato de celebração desta passagem [da esfera pública para a esfera política], de inauguração solene de uma nova era para essas igrejas cristãs e seus fiéis, suas crenças, seus pontos de vista, seus diagnósticos, suas práticas, seus valores, bem como para seus interesses corporativos de curto e longo prazos (Pierucci, 1989, p. 108).

Dito de outra forma, a Constituinte foi um divisor de águas entre o período “quietista” e o período ativista. Para além de se fazerem ouvir e de ganharem visibilidade, os “políticos de Cristo” aumentaram numericamente e, desde então, a exceção de 2006 quando houve uma retração, a cada nova eleição, aumentam sua representatividade, como ilustraremos a seguir.

2.2.2 *Trajetória em matéria de crescimento numérico*

A representação parlamentar evangélica teve uma significativa evolução entre 1982 e 2018, quando houve a última eleição para o Congresso Nacional. Vale ressaltar que entre os parlamentares evangélicos o número de pentecostais e neopentecostais também foi crescendo gradativamente. Com base em Marcelo Tadvald, temos que em 1982, foram eleitos 12 deputados federais, dos quais dois eram pentecostais. Nas eleições de 1986, foram eleitos 32 parlamentares evangélicos, sendo 18 pentecostais (13 da Assembleia de Deus). No pleito seguinte, ou seja, em 1990, não houve uma alteração significativa do número de parlamentares evangélicos. Já em 2002, a “bancada evangélica”⁷² elegeu 51 deputados federais, sendo que também foram eleitos três senadores. No ano de 2006, houve uma retração do número de eleitos devido ao envolvimento de integrantes desta “bancada” em casos de corrupção⁷³. Em 2010, houve um novo impulso, sendo eleitos 73 deputados federais e três senadores novamente (Tadvald, 2010, p. 85-86). Em 2014, conforme o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a Frente Parlamentar Evangélica passou a ser formada por 75 deputados e três senadores. Para o mandato de 2018, segundo a mesma fonte, foram eleitos 84 deputados e sete senadores.

Para melhor desenvolvermos o tópico a seguir, buscaremos ilustrar a evolução da participação dos evangélicos no Poder Legislativo no que diz respeito não somente aos quantitativos, mas também suas vinculações com as denominações religiosas, legendas partidárias e outros detalhes importantes, de forma a fazermos um desenho mais minucioso de como transcorreu essa evolução. Mas antes buscaremos definir o que é uma bancada ou uma frente parlamentar, com vistas a clarificar a que universo estamos nos referindo. Conforme Marina Brito Pinheiro:

72 Usamos aqui o termo “bancada evangélica” (entre aspas) porque é uma expressão usada por Marcelo Tadvald. Nossa preferência é pela sigla Frente Parlamentar Evangélica (FPE), o que explicitamos logo no início do primeiro capítulo de nosso presente trabalho.

73 Em 4 de maio de 2006, a Polícia Federal deflagrou a Operação Sanguessuga, operação esta, que tinha como objetivo desarticular o esquema de fraudes em licitações na área da saúde. Com o andar das investigações, o relatório final da CPI revelou o envolvimento de 72 deputados federais e, segundo o Corregedor Geral da Câmara, destes 72 cassados, 28 eram evangélicos. Um número impressionante foi em relação a IURD, uma das maiores igrejas do Brasil e, consequentemente, uma das que detinha mais representantes na Câmara Federal, dos 16 deputados ligados a ela, 14 estavam sendo investigados. O escândalo atingiu até mesmo o senado, pois Magno Malta (PL-RJ), senador e membro da Igreja Batista também estava sendo investigado. Ver BRUNO, Rafael. Religião e representação política: a presença evangélica após disputa eleitoral brasileira. Janeiro/2011. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 116. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/archive>. Acesso em: 10 maio. 2019.

As bancadas temáticas no Congresso Nacional são organizações suprapartidárias que atuam como grupos de pressão e/ou de articulação de demandas comuns entre deputados/as e senadores/as dentro do parlamento brasileiro. A ideia que subjaz à organização destes grupos é a de que a união de forças em favor de determinadas propostas, reivindicações e pleitos, oriundos de determinados setores da sociedade, pode ser um instrumento eficaz para o alcance destes objetivos (Pinheiro, 2010, p. 86).

Para Pinheiro, as bancadas têm crescido tanto do ponto de vista numérico quanto em termos de visibilidade, obtendo, no entanto, mais atenção da mídia do que do meio acadêmico (Pinheiro, 2010, p. 86). Concordamos com a autora, uma vez que, ao pesquisarmos o tema, constatamos haver pouca produção acadêmica sobre o mesmo, sendo a dissertação de mestrado⁷⁴ dela uma das raras contribuições neste sentido. Mas mesmo com escassos estudos a respeito do assunto, é possível depreender que as bancadas e frentes parlamentares decorrem da pulverização dos mesmos e de sua consequente fragilização.

Ao se deter mais especificamente à bancada evangélica, aludindo a Pierucci (1989), Pinheiro argumenta que “as bancadas surgem do interesse comum de alguns parlamentares, oriundos de várias denominações religiosas evangélicas, que se uniram para zelar pela presença ‘da moral e dos bons costumes’ na Constituição” (Pierucci, 1989, p. 97). Mas não é somente a defesa da moralidade que constitui a agenda da bancada evangélica. Como já referido, havia outros interesses em jogo, como o fim da hegemonia católica em nível de Estado e a defesa de interesses corporativos.

Em se tratando especialmente da defesa dos interesses corporativos, ou seja, das denominações religiosas, as quais os parlamentares estão vinculados, esses representantes lançam mão de *lobbies* políticos para fazerem valer esses interesses e verem atendidas suas demandas, suas reivindicações. Mas segundo Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo e Rafael Silveira e Silva (2016, p. 5), o “*lobby* representa uma das estratégias de representação de interesses”. Os autores acrescentam que:

Além dos partidos e das estratégias do *lobby*, as frentes e bancadas parlamentares temáticas podem adicionar compreensão mais ampla sobre o dinamismo das propostas e dos interesses que disputam espaço na agenda política, na medida em que agrupam interesses de várias naturezas e adotam estratégias que não somente incorporam, mas também extrapolam os mecanismos do *lobby* (Araújo; Silva, 2016, p. 5).

Para além de exercitarem o *lobby*, “os parlamentares reúnem-se cada vez mais em torno de agendas semelhantes que movem seus interesses particulares” (Araújo; Silva, 2016, p. 6). Com base em Coralini (2010), os autores assinalam que o principal

74 Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2010, sob o título *Os dilemas da inclusão de minorias no parlamento brasileiro: a atuação das frentes e bancadas temáticas no Congresso Nacional*. O trabalho foi orientado pela Profa. Dra. Marlise Mirian de Matos Almeida, do Departamento de Ciência Política da UFMG. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000300007. Acesso em: 10 maio. 2019.

objetivo das frentes parlamentares é a formação de “espaços de opinião mobilizadas” (Araújo; Silva, 2016, p. 6). Isso equivale a reafirmar que a dinâmica de funcionamento dessas frentes “não atende exclusivamente a estratégias de *lobby*” (Araújo; Silva, 2016, p.8).

Na concepção de Araújo e Silva (2016, p. 14) as frentes parlamentares exercem sua influência também por meio de *advocacy*⁷⁵, uma expansão da ideia de *lobby*. Os autores explicam que o conceito de *advocacy*, prática comum nos Estados Unidos, diz respeito ao fato de “os cidadãos associarem-se a organizações da sociedade civil para atuarem ativamente sobre as características políticas, econômicas e culturais do país” (Boris; Krehely apud Araújo; Silva, 2016, p. 14).

Araújo e Silva (2016, p. 15) argumentam que as frentes parlamentares exercem a *advocacy*, uma vez que “incorporam à existência marcante dos interesses econômicos e corporativos os interesses representados por movimentos sociais de objetivos mais difusos, mas que tem se mostrado cada vez mais ativos no Congresso”. No nosso entendimento, no caso específico da Frente Parlamentar Evangélica são incorporadas, sobretudo, as demandas relativas à agenda moral do movimento evangélico como um todo. São reivindicações difusas, mas em geral atinentes ao aborto, à homossexualidade, ao feminismo, à pornografia, evidentemente, contrárias a esses pontos.

Do ponto de vista formal, as frentes parlamentares, diferentemente das bancadas, possuem registro junto à Mesa Diretora da Câmara, por meio do Ato nº 69 desta. Para se regulamentar uma frente, é preciso atender a alguns critérios, como “destinar-se a aprimorar a legislação referente a um tema específico e ter uma representação oficial” (Araújo; Silva, 2016, p. 15).

Segundo Janine Trevisan, a Frente Parlamentar Evangélica foi instaurada em 18 de setembro de 2003, durante a 52ª legislatura (2003-2006), em sessão solene que homenageava o Dia Nacional das Missões Transculturais. A cerimônia foi presidida pelo deputado federal Pedro Ribeiro (PR/CE). O primeiro presidente da FPE foi Adila Vieira (PMDB/SC) e a primeira diretoria era composta basicamente por deputados vinculados às Assembleias de Deus (Trevisan, 2015, p. 290).

75 De acordo com Araújo e Silva, ambos pesquisadores associados da UNB – Universidade Nacional de Brasília, o fato de se exercer a *advocacy* não significa que não se exerce o *lobby*, porém o primeiro tem um poder coercitivo maior. Em artigo intitulado “Frentes e bancadas parlamentares: Uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa”, os autores, por meio de uma análise detalhada, mostram em que momentos as frentes ou bancadas parlamentares do Congresso Brasileiro fazem *lobby* ou *advocacy*. Também é preciso dizer que para praticar o segundo, muitas vezes é preciso lançar mão do primeiro. “Assim, *lobbying* pode ser entendido como parte da atividade de *advocacy*” (Araújo; Silva; p. 16). Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/por-que-apenas-partidos-analise-das-frentes-parlamentares.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2019.

De acordo com Saulo Baptista, o evento foi festivo, contando com a fala de 15 deputados e apresentação de “cantores sacros”. O autor lembra que na ocasião foi entregue ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT/SP), exemplares do *Novo Testamento*, traduzidos para 30 línguas indígenas, numa homenagem ao Dia Nacional das Missões Transculturais (Baptista, 2007, p. 359).

Por ocasião de sua instalação, ressaltou-se que a “Frente Parlamentar trabalha em defesa de moral e dos bons costumes” (Baptista, 2007, p. 357). Ela foi criada com o objetivo de obter consenso entre os parlamentares evangélicos, advindos de partidos distintos, mas, segundo Baptista, isso era “coisa difícil de ser alcançada” (Baptista, 2007, p. 357), pois havia muitas divergências entre os representantes das diversas denominações (neo)pentecostais que formavam a frente. Como já referido reiteradamente, a FPE nunca foi um bloco monolítico. Como asseverado por Reginaldo Prandi e Renan William dos Santos (2017, p. 187), a bancada evangélica “não é política nem ideologicamente homogênea, mas é, de forma geral, conservadora”.

Apesar das divergências internas, o fato é que a FPE do Congresso Federal inspirou a criação de novas frentes parlamentares, como atesta Pinheiro:

Outro efeito interessante da regulamentação das frentes e da visibilidade que têm alcançado ao longo dos anos é que essas experiências têm se espalhado pelos legislativos estaduais e municipais, visando à discussão de temas específicos das regiões ou municípios⁷⁶. As frentes nacionais se tornam, muitas vezes, um veículo de articulação entre as frentes regionais, fomentando e gerando o diálogo entre elas, o que por sua vez se torna um elemento a mais para legitimar a sua atuação no Congresso, aumentando-se os espaços de atuação dos grupos no sentido em que podem vir a influir nas legislações estaduais e municipais (Pinheiro, 2010, p. 91).

Tanto em nível federal quanto em nível estadual e municipal, as frentes parlamentares ou bancadas cresceram e se solidificaram. A participação de candidatos advindos do movimento evangélico, sejam leigos ou pastores, em disputas por governos municipais, estaduais e até mesmo federal, também aumentou.

Esse crescimento ao longo dos anos, sobretudo a partir dos anos 1980, década a partir da qual também se registra o aumento do número de evangélicos no país⁷⁶. Embora não se possa afirmar categoricamente que haja uma correlação automática entre o crescimento do percentual de evangélicos e o crescimento do número de representantes deste segmento religioso nos âmbitos Legislativo e Executivo, é fato que a partir da década de 1980 evidencia-se um crescimento primeiramente no âmbito Legislativo, como mostra a tabela abaixo, com uma única legislatura em que houve uma retração. Vale ressaltar também o aumento significativo do número de

76 Conforme Cecília Loreto Mariz e Paulo Gracino Jr., ao analisarem os dados do último Censo do IBGE, no artigo “As igrejas pentecostais no Censo” de 2010: “Os evangélicos saltaram de 6,6% em 1980, para 22,2% em 2010. Em termos absolutos, o crescimento parece mais pujante: de 7.886 milhões em 1980, os evangélicos atingem a marca de 42.275 milhões, ou seja, um crescimento perto de 540% nas últimas três décadas” (Mariz; Gracino JR., 2013, p. 161).

senadores para a última legislatura, o qual mais que dobrou, depois de ter ficado estacionado durante quatro legislaturas.

Não tardou muito para que o segmento evangélico também entrasse na disputa para o Executivo, tanto em nível nacional como em níveis estaduais e municipais. O surgimento de candidaturas evangélicas propriamente ditas, não se fazendo representar, sempre influenciou os pleitos.

É preciso acrescentar que, em 2018, o candidato eleito Jair Bolsonaro (PSL), embora se declarasse católico, tem forte identificação com os evangélicos. Tanto é assim que já foi batizado nas águas do Rio Jordão, em Israel, pelo Pastor Everaldo Dias, o mesmo que disputou a presidência e que o apoiou sem titubear no segundo turno. Vale ressaltar que, coincidentemente, a cerimônia religiosa foi realizada exatamente quando Dilma Rousseff era julgada pelo Senado Federal, em agosto de 2016.

Quando Bolsonaro foi eleito, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, por meio de seu *site*⁷⁷, rememorou o fato, afirmando que a cerimônia religiosa “cacifou-o entre os fiéis, garantindo doutrinação eleitoral durante os cultos e ganhou cobertura amiga dos veículos de comunicação ligados às igrejas [evangélicas]” (*Zero Hora*, 2018, *on-line*).

Nessa mesma edição *on-line*, ao ser entrevistado, Ricardo Mariano avaliou que: “O batismo não significa que ele se tornou um, aquilo tinha o objetivo simples de ventilar nas redes sociais uma aproximação simbólica” (*Zero Hora*, 2018). Mas é possível afirmar que o ideário político de Bolsonaro é totalmente afinado com o da grande maioria da FPE, com a qual sempre manteve vínculo estreito, fator que contribuiu fortemente para sua eleição.

Se em nível nacional não foi exatamente um candidato evangélico que ganhou as eleições, dois anos antes, nas eleições majoritárias municipais do Rio de Janeiro, quem venceu foi um representante desse segmento. Julgamos pertinente divulgar as eleições para o Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a partir de 1994 já contava com outros evangélicos autênticos na disputa, candidaturas que, inclusive, lograram êxito. O motivo de elegermos este estado brasileiro é pelo fato de ser o sétimo entre os mais evangélicos e de possuir, em números absolutos, o maior conteúdo evangélico do país, para além da presença quase sistemática de candidatos evangélicos nas últimas eleições. É também o segundo estado em matéria de arrecadação financeira do país. É digno de registro que o candidato eleito em 2018, Wilson Witzel, assim como Bolsonaro, tem forte identificação com este segmento religioso, com o qual contou – e muito – para ser eleito.

Para além dos dados expostos acima, algumas outras informações corroboram o crescimento numérico dos “políticos de Cristo” Brasil afora. De acordo com dados do *site* “Terra”, em 2017, as 26 capitais brasileiras contaram com mais de 250 candidatos

⁷⁷ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/11/novo-batismo-deu-impulso-a-ligacao-de-bolsonaro-com-os-evangelicos-cjo0m3ed50axn01pi6b3nd76w.html>. Acesso em: 29 jul. 2019.

que se identificavam como “pastores”, “bispos” ou “missionários” das mais diversas denominações evangélicas. Outro dado significativo fornecido pelo *site* é que na cidade de São Paulo, por exemplo, a bancada evangélica aumentou de sete para 13 vereadores naquele ano.

O *site* “Terra” enfatiza que a ascensão dos evangélicos “catapultou a influência do Partido Republicano Brasileiro”, agremiação política que, como buscaremos demonstrar mais à frente, possui estreita vinculação com a Igreja Universal do Reino de Deus, liderada por Edir Macedo, também proprietário da Rede Record e tio de Marcelo Crivella, certamente um ícone do movimento evangélico na política, como destincharemos na próxima seção 2.4, deste capítulo.

Conforme o *site* “Terra”, o PRB registrou um aumento da ordem de 31% no número de vereadores eleitos em todo o país por esta sigla partidária. A partir de 2017, o partido da IURD ganhou as eleições para a prefeitura de 105 municípios brasileiros. Diante desses resultados e, sobretudo, da eleição de Crivella para ocupar o posto de prefeito da segunda maior cidade brasileira, o professor de Sociologia da Religião da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Edin Abumansur declarou a este *website* referindo-se à Universal: “É uma igreja com um projeto de poder que apresenta condições de colocá-lo em prática. A própria estrutura dela parece a de um partido ou de uma empresa”⁷⁸.

Essa relação imbricada entre religião e política, via igrejas/partidos políticos, foi fortemente corroborada pelas mídias internas ou mesmo externas – a chamada “grande mídia” – e gerou não somente um crescimento do ponto de vista numérico, mas também um lugar de destaque para o segmento evangélico na esfera pública, onde o aumento de seu capital político foi sendo galgado a passos lentos, mas, ao que tudo indica, firmes.

2.2.3 Trajetória em matéria de aumento do capital político

Na medida em que foram crescendo numericamente no Congresso Nacional, também houve um crescimento no tocante ao capital político. Tanto é assim que, em 2003, formou-se a FPE, um bloco que, reiteramos, não é monolítico (Burity, 2015; Burity; Machado, 2014; Cunha, 2016), mas que na maioria das vezes vota unido quando se trata, sobretudo, de questões de cunho moral/religioso ou mesmo em episódios cruciais para a Nação, como foi o caso da admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Como já referido, este episódio constitui nosso objeto de estudo, o qual perscrutaremos mais à frente. É digno de registro que a deputada Benedita da Silva (PT/RJ), diferentemente dos demais membros da FPE, votou contra o afastamento da Presidenta.

78 Essa semelhança, apontada por Edin Abumansur, é explorada exaustiva e apropriadamente no livro de Leonildo Campos, intitulado *Teatro, templo e mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento neopentecostal – Igreja Universal do Reino de Deus* (1997).

Fora dos limites do trabalho parlamentar, os evangélicos também têm dado mostras de seu empoderamento, uma vez que o apoio dos mesmos se tornou essencial nas eleições majoritárias municipais, estaduais e nacionais. Para além de constituir uma força imprescindível nos pleitos eleitorais em termos de alianças, o segmento evangélico também tem lançado candidaturas próprias, inclusive para a presidência da República, como foi o caso da eleição de 2014, em que um pastor, Everaldo Silva (PSC), foi lançado candidato. Isso sem contar que a ambientalista, ex-senadora e ex-ministra Marina Silva⁷⁹ – de filiação evangélica – também participou da disputa, ainda que não tenha sido uma aposta propriamente dita do grupo evangélico.

Em 2018, estiveram na disputa para a Presidência da República dois candidatos evangélicos. Novamente, Marina Silva, pelo partido político Rede Sustentabilidade, e Cabo Daciolo, pelo Partido Patriota (PATRI). De acordo com o *site* do Supremo Tribunal Eleitoral, a primeira obteve 1% dos votos válidos, sendo ultrapassada pelo segundo, que disputou pela primeira vez e obteve um percentual de votos de 1,26%.

Em razão do aumento da representatividade do segmento evangélico, tanto nos poderes Legislativo quanto no Executivo, já não é mais possível desconsiderar a capacidade que este segmento tem de exercer influência em questões maiores para o país. Os evangélicos só ainda não conquistaram espaço considerável no poder Judiciário⁸⁰. Almeida justifica esse fato alegando que este poder tem um “perfil mais elitista, tradicional e católico” (Almeida, 2017a, p. 74).

79 Marina Silva obteve pouco mais de 1 milhão de votos, sendo que em 2014 ficou como terceira colocada, com mais de 22 milhões de votos. Em agosto de 2018, Marina tinha 16% das intenções de votos, percentual que foi despencando ao longo da campanha. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amap/politica/eleicoes/2018/10/07/fora-do-segundo-turno-marina-diz-que-fara-oposicao-ao-presidente-eleito>. Acesso em: 23 maio. 2019.

80 “Será que não está na hora de termos um ministro do STF evangélico?”. A pergunta foi feita pelo presidente da República Jair Bolsonaro, no dia 30 de maio de 2019, durante a Convenção Nacional das Assembleias de Deus, em Goiânia. Na ocasião, estava em tramitação no STF a criminalização da homofobia e transfobia, que passaria a ser enquadrada como crime de racismo. O presidente deu a entender que escolheria para a Suprema Corte um magistrado evangélico, “alinhado com sua ideologia e com parte expressiva de sua base eleitoral”, segundo os jornalistas Rafael Moraes Moura, Teo Cury e Vera Rosa, que assinaram a reportagem do jornal =*O Estado*, publicada no dia seguinte à declaração de Bolsonaro. A matéria trouxe ainda a resposta do ministro do STF, Celso de Mello, que em defesa da laicidade rebateu dizendo que “é absolutamente irrelevante a fé religiosa que um juiz da Suprema Corte pode ter”. (Moura; Cury; Rosa, 2019). É necessário acrescentar que embora na Suprema Corte ainda não tenha ninguém declaradamente evangélico, no Judiciário como um todo temos o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal do Rio de Janeiro e responsável pelos processos decorrentes da operação Lava Jato naquele estado, que é membro da Comunidade Evangélica da Zona Sul, sediada no Rio de Janeiro. Conforme matéria veiculada pela revista *Carta Capital*, sob o título “Juiz Marcelo Bretas tenta se mostrar o candidato evangélico para o STF”, o magistrado, por ocasião da declaração de Bolsonaro, sobre a necessidade de se ter evangélicos no STF, não só concordou com o presidente da República, como também se ofereceu para ocupar uma vaga naquela casa. A reportagem menciona que após a declaração de Bolsonaro, Bretas tem postado sistematicamente nas redes sociais passagens bíblicas e outras mensagens religiosas (Putti, 2019). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/juiz-marcelo-bretas-tenta-se-mostrar-o-candidato-evangelico-para-o-stf/>. Outro magistrado, também evangélico, é o promotor Daltan Dallagnol, procurador da Lava Jato em Curitiba, onde frequenta a Igreja Batista de Bacacheri. O procurador, atualmente envolvido em denúncias feitas pelo *site* “Intercept Brasil”, que, dentre outras acusações, tem mostrado que Dallagnol, juntamente com o atual ministro da Justiça Sérgio Moro, foram parciais no julgamento do ex-presidente pelo Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. Coincidência ou não, Dallagnol mantém relações de amizade com o líder religioso da Primeira Igreja Batista, Paschoal Piragine, que além de ser considerado ultraconservador, tem como uma das marcas de seu discurso um antipetismo fervoroso, compartilhado entre os fiéis. Dallagnol também tem como uma de suas admiradoras a psicóloga Marisa Lobo, sua correligionária e uma das maiores defensoras da chamada “*Cura Gay*”. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-antipetismo-fanatico-das-igrejas-batistas-de-curitiba-fez-a-cabeca-de-dallagnol-por-kiko-nogueira/>. Acessos em: 19 ago. 2018.

No âmbito da Câmara dos Deputados, a FPE tem galgado importantes posições. Haja vista a ocupação de cargos chave naquela casa. Um exemplo disso foi a eleição, em 2013, do deputado Marco Feliciano (PSC/SP), da Assembleia de Deus Central do Avivamento, para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias daquela Casa, em março de 2013.

Durante o período que o parlamentar Marco Feliciano ocupou o cargo de presidente do CDDH, discussões importantes estiveram na pauta, como a votação do projeto que ficou conhecido como *Cura Gay*⁸¹, sobre o qual discorreremos de forma detalhada mais à frente. Usamos aqui o exemplo de Feliciano apenas para ilustrarmos que representantes da FPE têm, muitas vezes, exercido um protagonismo em determinados debates, fazendo valer no âmbito do Poder Legislativo uma agenda conservadora que lhes é bastante cara. Por ocasião da eleição de Feliciano, o teólogo Leonardo Boff declarou em seu *blog*⁸²: “O deputado indicado e o seu partido não apresentarem qualquer histórico de envolvimento com a causa dos Direitos Humanos que os qualificassem para o posto” (2013).

Não podemos nos esquecer também que a Presidência da Câmara foi ocupada pelo evangélico Eduardo Cunha⁸³ (PMDB/RJ), ligado à Assembleia de Deus Ministério Madureira⁸⁴, ao qual coube, inclusive, a condução da votação da admissibilidade do processo do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016. Como assinalado por Almeida (2017), Cunha chegou mais longe do que Garotinho, evangélico que disputou a eleição presidencial em 2002, e do que Marina Silva, também evangélica, que esteve na disputa para a presidência da República por três vezes: 2010, 2014 e

81 Embora conhecido como projeto da *Cura Gay*, o nome oficial é Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que vai de encontro à decisão do Conselho de Psicologia de não permitir que os psicólogos pratiquem tratamento de reorientação sexual em seus pacientes. O primeiro projeto foi derrubado, porém reapresentado novamente em 2016 (PL 4931/2016). Mais recentemente, a discussão em torno da *Cura Gay* voltou a circular após decisão liminar do juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho, que é favorável aos psicólogos estudarem e oferecerem tratamento de reorientação sexual. A decisão do juiz acirrou os ânimos do Movimento LGBTTI, que realizou uma série de manifestações por todo o país.

82 Ver mais em: *o que se esconde atrás do caso Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos*. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2013/05/09/o-que-se-esconde-atras-do-caso-marco-feliciano-da-comissao-de-direitos-humanos>. Acesso em: 2 nov. 2017.

83 O deputado Eduardo Cunha foi afastado da Presidência da Câmara pelo Supremo Tribunal Federal semanas antes de a presidente Dilma ser impedida de exercer o cargo por decisão do Senado Federal, em 26 de agosto de 2016. Pouco depois ele foi preso por crime de corrupção e lavagem de dinheiro. Até o presente momento encontra-se preso nas dependências da Polícia Federal.

84 A Assembleia de Deus (AD) foi trazida para o Brasil pelos suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, na primeira década do século XX, se instalando inicialmente na região Norte do país. Além de ser uma das mais antigas denominações pentecostais, ao lado da Congregação Cristã do Brasil (CCB), é a maior igreja evangélica do país (Alencar, 2013, p. 167). Porém, diferentemente da CCB, cujos templos fazem parte de uma mesma rede denominacional, a AD, ou melhor, as ADs estão pulverizadas em uma série de ministérios, como o Madureira – ao qual pertence Eduardo Cunha –, Vitória em Cristo, Nova Aliança, Belém, Perus, Santos, Manancial, dentre outros. De acordo com Maxwell Fajardo, essa pluralidade existente na AD é resultante de “um entrelaçamento de elementos do protestantismo sueco com o pentecostalismo estadunidense” (Fajardo, 2017, p. 51).

2018. O autor ressalta que Cunha foi o primeiro evangélico a assumir um dos principais poderes da República brasileira (Almeida, 2017a, p. 74). Para Fernando Limongi, o pedido de *impeachment* feito pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) não teria prosperado sem o empenho de Cunha (Limongi, 2017).

Para além da influência de Cunha na condução do processo de admissibilidade do *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, o desfecho final desse processo também foi altamente corroborado pelo segmento evangélico, como atestado por Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro (2018). Segundo os autores, 93,8%⁸⁵ da FPE votaram a favor, o que os leva a concluir que: “Com uma porcentagem tão expressiva, os evangélicos marcaram sua diferença” (Prandi; Carneiro, 2018, p. 95).

Prandi e Carneiro ponderam que não necessariamente a FPE se orientou apenas por motivos religiosos para decidirem o voto, uma vez que “[...] os mais diversos sentidos, oriundos de outras esferas sociais (como a econômica e a intelectual, por exemplo), podem pautar sua conduta” (Prandi; Carneiro, 2018, p. 96). Porém, independente das razões que os levaram a votar na instauração do *impeachment*, o fato é que a votação deles teve um peso considerável.

Muito embora não somente valores religiosos foram considerados, o fato é que os discursos proferidos pela FPE no ato da votação foram emoldurados pela orientação religiosa, o que se aplica a maioria dos parlamentares que compõe esta frente. No Capítulo 3, retornaremos ao conteúdo discursivo adotado pelos parlamentares evangélicos nesse episódio marcante de nossa história recente.

Evocando ou não o nome de Deus, ou de “deuses variados”, nos dizeres de Almeida (2017, p. 72), o fato é que o voto dos evangélicos no episódio da admissibilidade do *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, fez diferença no resultado final da votação. Em entrevista à Revista *IHU On-line*, veículo de comunicação da Unisinos⁸⁶, a pesquisadora Magali do Nascimento Cunha⁸⁷, coordenadora à época do *blog* “Mídia, Religião e Política”, vinculado à Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), não

85 Os pesquisadores Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro consideraram como componentes da FPE um número um pouco maior do que o considerado pelo DIAP, ou seja, 81 deputados, dos quais, segundo eles, um esteva ausente no dia da votação do *impeachment* e outros cinco votaram contrariamente à admissibilidade. Daí o percentual acima.

86 Unisinos é abreviatura da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, que funciona no Rio Grande do Sul. Pertencente à Associação Antônio Vieira, ligada à congregação católica dos Jesuítas. A Unisinos possui *campi* em São Leopoldo e na capital gaúcha.

87 A pesquisadora considera que a FPE tinha, à época, 72 parlamentares, número bastante próximo ao do DIAP, que contabiliza 74 deles. Magali Cunha nos fala que esta frente, em determinadas situações, deveria se chamar frente “Mista”, uma vez que abarca também católicos ligados à Renovação Carismática (Cunha, 2007). A referida entrevista à *IHU On-line* foi divulgada na semana após a admissibilidade do *impeachment*, em seu *blog* “Mídia, Religião e Política”, atualmente desativado.

só endossou essa diferença, como declarou que os evangélicos pressionaram os indecisos e conseguiram “formar alianças em torno de suas propostas [...] apesar de não professarem sua fé” (Cunha, 2009, *on-line*).

Para aqueles que comungam da ideia de que o *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, que se consolidou em agosto de 2017, com a votação no Senado também favorável ao mesmo, foi parte essencial de um golpe cujos desdobramentos ainda se fazem sentir sobre a nação brasileira, certamente não ignoram a força que o segmento evangélico teve nesse momento crucial de nossa história.

Se antes, sobretudo quando deixaram de lado sua postura “quietista” para influenciarem nos rumos da Constituinte em 1986, defendendo especialmente bandeiras de cunho mais moralistas, dessa vez, ainda que revestidos de uma aura religiosa e de um discurso atravessado pela religião, os parlamentares evangélicos extrapolaram essas bandeiras e alteraram significativamente os rumos do país, corroborando para o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Ainda que alguns autores (Burity, 2005; Burity; Machado, 2014) considerem a participação dos evangélicos na esfera política como legítima e democrática, o fato é que na legislatura passada – e certamente na que está em vigor – avançaram

para além das pautas da clássica moralidade religiosa, de controle dos corpos, para apoiarem e até mesmo liderar pautas como a diminuição da Demarcação das Terras Indígenas, a terceirização do trabalho, entre outras. Este é um fenômeno muito novo, amplificado pela eleição do deputado evangélico Eduardo Cunha à Presidência da Câmara, já que ele foi o facilitador destas pautas (Cunha, 2017, *on-line*).

Ao analisar a postura da bancada evangélica logo após a saída de Dilma Rousseff, e assunção ao poder de Michel Temer, vice-presidente da chapa, a pesquisadora Magali Nascimento Cunha acusa-os de serem pragmáticos e de se colocarem sempre “ao lado de quem se revela fortalecido, como de quem, certamente, favorecerá as pautas conservadoras tão caras aos evangélicos que se sentem à vontade hoje, no parlamento, para trabalhar retrocessos” (Cunha, 2017, *on-line*).

Dito de outra forma, os parlamentares evangélicos participam com desenvoltura do jogo de interesses, das barganhas políticas, do “toma lá dá cá”, imbuídos da certeza de que já não são mais cooptados pelo poder, mas sim detentores do mesmo. Dizendo-se abençoados por Jesus, se acham mais autorizados do que seus pares políticos para legislarem, estarem no comando do poder executivo de municípios, estados e do país – ainda que por vias indiretas – e, por que não, vestirem as togas daqueles que representam a mais alta instância do poder judiciário – a Suprema

Corte. Os “tocadores de bumbo”⁸⁸, de outrora nas praças públicas, hoje ambicionam mais, bem mais: estarem no cume da Praça dos Três Poderes, com a Bíblia em riste e a Constituição nas mãos – literalmente.

2.3 PRESENÇA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO PERÍODO DE 1989 A 2018: POSICIONAMENTOS E PARTICIPAÇÃO EFETIVA

Como já desenvolvido por nós, o segmento evangélico foi se empoderando na esfera política do ponto de vista numérico e de ganho de capital simbólico. Na medida em que houve esse empoderamento, passaram a ter uma maior influência nos rumos das eleições municipais, estaduais e presidenciais, que é a que mais nos interessa aqui. Desde que o Brasil voltou a ter eleições diretas para presidente, este segmento não só tomou posições em favor de determinados candidatos em detrimento de outros, bem como passou a ter uma participação mais efetiva, chegando a lançar candidatos, o que ocorreu a partir de 2002, com Anthony Garotinho, do PDT, candidato que teve o aval, sobretudo, da Igreja Universal do Reino de Deus.

De lá para cá, evangélicos marcaram presença em vários pleitos e ainda que não tenham conseguido conquistar a Presidência da República, sem sombra de dúvidas o voto deste segmento religioso tem feito uma diferença substancial. Tanto são capazes de modificar programas de governo, estabelecer alianças, elevarem ao maior cargo político do país candidatos afinados com seu ideário político, como também podem comprometer candidaturas com seus posicionamentos ou, até mesmo, corroborar de forma decisiva para a derrubada de candidatos eleitos, como buscaremos demonstrar a seguir.

2.3.1 Eleições presidenciais de 1989: a volta às urnas depois da Ditadura Militar

O ano de 1989, foi marcado por acontecimentos relevantes aqui e acolá. No continente europeu, em novembro daquele ano houve a queda do Muro de Berlim, que separava a Alemanha Ocidental (capitalista) da Oriental (comunista), acontecimento que antecipou o fim do comunismo. No Brasil, após 29 anos sem eleições diretas para a Presidência da República, os brasileiros voltaram às urnas depois de mais de 20 anos de regime de exceção, para, democraticamente, elegerem seu presidente. Não faltaram candidatos. Nada mais nada menos do que 22 políticos de partidos tanto mais à direita quanto à esquerda do espectro político brasileiro se candidataram ao

88 O proselitismo religioso foi uma estratégia largamente utilizada pelos evangélicos inicialmente no Brasil, tendo em vista a conversão de novos fiéis. De forma a chamarem a atenção de transeuntes, era comum ver em praças públicas, nos idos da década de 1970, adeptos de igrejas pentecostais tocando bumbo nas praças públicas. Era uma cena tão comum que a primeira versão da novela da Rede Globo intitulada “Selva de Pedra” tinha entre seus personagens principais o “beato” Sebastião Vilhena (interpretado pelo ator Mario Lago). A telenovela foi exibida em 1972, quando o movimento evangélico começava a ganhar força no país.

posto. Dentre eles, estavam Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Mário Covas, Paulo Maluf, Ulisses Guimarães, Aureliano Chaves, Roberto Freire, Fernando Gabeira e Enéas Carneiro.

Ao final de uma acirrada disputa, foram eleitos para o segundo turno o alagoano e “caçador de marajás”⁸⁹ Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional, e o pernambucano e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. O favoritismo de Collor se manteve praticamente o tempo todo, mas bastou que a candidatura de Lula começasse a crescer para que o primeiro levasse a campanha para o campo pessoal, exibindo no horário eleitoral gratuito a fala de uma ex-namorada do candidato petista, a enfermeira Miriam Cordeiro, que o acusou publicamente de ter sugerido a ela que abortasse, além de ter abandonado a filha. O episódio, conhecido como “Caso Lurian”⁹⁰, é relatado no livro *Sem medo de ser feliz: Cenas de campanha*, do jornalista e assessor de imprensa à época de Lula, Ricardo Kotscho:

Após afastar sua equipe de assessores responsável pelos programas de rádio e TV, Collor tinha assumido pessoalmente, ao lado do irmão Leopoldo, a tarefa de levar para o campo pessoal, a arma do desespero de quem se vê perdido e tenta a última cartada. Lula nem conseguiu subir ao palanque: tinha acabado de passar na TV o “depoimento” comprado de uma ex-namorada, fazendo as mais ignominiosas acusações a Lula [...]. Na mesma noite, voltamos para São Paulo e, de madrugada, Lula foi ao estúdio da TTV para gravar a resposta, ao lado de Lurian, a filha que teve com a antiga namorada, menina de 15 anos repentinamente alçada à condição de epicentro da primeira campanha presidencial dos últimos 30 anos [...]. Diante da blitzkrieg do adversário, que jogou no ar um coquetel de tabus – aborto, racismo, infidelidade conjugal – dirigido às camadas menos esclarecidas da população, restavam apenas duas alternativas: responder no mesmo nível, já que a vida pregressa do oponente oferecia farto material para jogar no ventilador, ou manter a campanha na linha definida desde o início de discutir os grandes problemas nacionais e apresentar propostas viáveis para a sua solução. Lula escolheu a segunda... (Kotscho, 1990, p. 22-23).

É impossível afirmar se o candidato petista ganharia a eleição não fosse esse caso amplamente repercutido na mídia. O certo é que naquele dado momento o candidato petista estava em curva ascendente, o que, segundo o depoimento de

89 A expressão “caçador de marajás” foi uma criação da mídia para se referir ao alagoano Fernando Collor, que se portou como uma espécie de “guardião da moral” em episódio ocorrido em seu estado de origem (onde foi governador entre 1987 e 1989), que consistiu na recusa em pagar os altos salários de alguns funcionários públicos, apesar de terem ganhado a causa no Supremo Tribunal Federal. Em sua campanha para a Presidência da República, Collor usou essa expressão como estratégia de *marketing*, prometendo ser um “caçador de marajás” em nível nacional. Eleito em 1989, Collor, no entanto, sofreu *impeachment* em 1982, por crime de responsabilidade fiscal. Ficou inelegível por oito anos, mas em 2007 voltou à cena política. Informações extraídas do livro *Voto é marketing...O resto é política: Estratégias eleitorais competitivas* (São Paulo: Edições Loyola, 1992), organizado por Rodolfo Grandi, Alexandre Martins e Eduardo Falcão.

90 O Caso Lurian é explorado na Dissertação de Mestrado redigida por Ana Beatriz Natário Aguiar, do curso de Comunicação Social do Centro Universitário de Brasília (CEUB), sob o título *Escândalo Político: O Caso Lurian*, em que ela analisa o episódio à luz da Teoria Social do Escândalo de Thompson. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1341/2/20164820.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

Kotscho, teria motivado o adversário a dar um “disparo pelas costas”. Ao definir o ocorrido na ocasião, o então deputado federal Paulo Delgado (PT/MG) declarou que: “Eles vieram de Chicago e nós continuamos em Woodstock...⁹¹”, numa alusão à ingenuidade da campanha presidencial de seu correligionário.

Não nos cabe aqui discutir se as estratégias eleitorais, tanto de um lado quanto de outro, foram corretas ou não. O que nos interessa mostrar com esse fato envolvendo a filha de Lula é que as questões de cunho moral/religioso sempre vêm à baila nas campanhas eleitorais, sobretudo quando se trata de eleições majoritárias, como buscaremos demonstrar no decorrer deste artigo. A cada nova eleição, o “coquetel de tabus”, ao qual se referiu Kotscho, não só é ofertado por alguns candidatos, como também tem ganhado novos ingredientes: antifeminismo, anti-homossexualismo etc.

Com a inserção cada vez maior dos evangélicos, notadamente os de corte pentecostal, na esfera política, temos assistido nos últimos pleitos, nas palavras do antropólogo e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Marcelo Ayres Camurça, há um “hiperdimensionamento das questões morais”⁹² (2016), em detrimento do debate em torno dos grandes problemas nacionais, como saúde, educação e segurança, apenas para exemplificar. No entendimento de Marcelo Tadvald (2015, p. 269), “essas questões repercutem certo *ethos* conservador tipicamente cristão há muito enraizado na nação”. Vale ressaltar que o debate em torno das questões morais também mobiliza movimentos sociais, como feministas, LGBTTI, os quais, no entanto, lutam em um sentido oposto ao dos evangélicos conservadores, na medida em que visam a ampliação de direitos e não a supressão deles.

Também buscaremos mostrar neste trabalho como o apoio das denominações evangélicas tem influenciado nos pleitos para a Presidência da República. Embora não seja nosso foco principal abordaremos eventualmente aspectos relacionados à “bancada evangélica” no Parlamento.

2.3.2 O “demônio” versus “o enviado de Deus” nas eleições de 1989

Para além do episódio acima relatado envolvendo a filha de Lula, o candidato petista foi altamente demonizado na campanha de 1989. De acordo com Paul Freston (1993), houve um esforço por parte dos evangélicos para lançar um candidato próprio à Presidência da República em 1989. O nome cogitado foi do goiano Iris Rezende⁹³, da Igreja Cristã Evangélica, mas a candidatura dele não chegou a se configurar. Pela

91 A declaração do parlamentar Paulo Delgado está registrada no livro *Sem medo de ser feliz*, na seção destinada ao depoimento de Ricardo Kotscho intitulada “O ano em que quase lavamos a alma” (p. 23).

92 Expressão utilizada pelo professor Marcelo Ayres Camurça, durante o curso “Religiões no Brasil”, ministrado no primeiro semestre de 2016, na UFJF.

93 Iris Rezende era na época ministro da Agricultura do Governo Sarney. Obteve o apoio da principal denominação evangélica do país, a Assembleia de Deus (AD), principalmente por meio do pastor Manoel Ferreira. Perdeu na convenção do PMDB para Ulisses Guimarães, que disputou as eleições presidenciais por este partido em 1989 (Mariano; Pierucci, 1992).

ausência de um candidato evangélico, o líder espiritual da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), bispo Edir Macedo, que naquela época já gozava de grande prestígio em seu meio e já indicava candidatos próprios para as eleições proporcionais⁹⁴, decidiu apoiar a candidatura de Fernando Collor de Mello. Como consta em artigo escrito pelos sociólogos Ricardo Mariano e Antônio Flávio Pierucci, intitulado “O envolvimento dos Pentecostais nas eleições de Collor” (1992), Macedo teria justificado seu apoio pela imprensa assim: “Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Collor de Mello era o escolhido.”

Enquanto Collor seria o “escolhido de Deus”, seu adversário petista, taxado de comunista e ateu, era identificado com o demônio. De acordo com Campos (2005, p. 66), a IURD aderiu à campanha do “caçador de marajás”, exibindo sem constrangimento em seus templos faixas e cartazes do candidato alagoano. Por outro lado, com a ajuda de outras denominações pentecostais, tratou de espalhar boatos de que o “sapo barbudo”⁹⁵ perseguiria os evangélicos. É preciso considerar que “Ninguém no Brasil, antes de Collor de Mello, soube explorar com tanta eficácia a seu favor a lógica dramática da comunicação” (Gomes, 2007, p. 342), utilizada para cooptar todos os grupos religiosos indistintamente⁹⁶.

Ari Pedro Oro (2010), acrescenta que também circulou no meio pentecostal o rumor de que Lula privilegiaria a Igreja Católica em seu governo. O temor em eleger um candidato com essas disposições e, além de tudo, dito comunista, no entendimento de Mariano e Pierucci (1992), pesou fortemente na decisão dos votos dos pentecostais no segundo turno das eleições.

É importante salientar que as eleições presidenciais de 1989, reforçaram a participação de forças evangélicas na política brasileira, participação essa já iniciada nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte como já referido.

2.3.3 O “demônio” está de volta

Diferentemente da eleição presidencial anterior, a de 1994, contou com apenas oito candidatos. Dentre eles, três disputavam o pleito pela segunda vez: Luiz

94 De acordo com Ari Pedro Oro, desde 1986, a IURD já participava efetivamente da política. Naquele ano, elegeu um deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1990, elegeu três deputados federais, número que conseguiu duplicar no mandato seguinte (Oro, 2015).

95 Apelido atribuído ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva pelo também candidato pedetista Leonel Brizola, que ficou em terceiro lugar no primeiro turno das eleições de 1989.

96 Para além de ser o candidato predileto entre os evangélicos e não perder de vista o eleitorado católico, em 15 de outubro de 1989, durante campanha presidencial, Fernando Collor de Mello fez uma visita ao líder espirita Chico Xavier, o qual, pela primeira vez, apoiou um candidato à Presidência da República. Em retribuição ao apoio recebido, em maio de 1991, já como presidente, o “caçador de marajás” visitou novamente o médium. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u53834.shtml>. Acesso em: 18 dez. 2017.

Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Enéas Carneiro. Ditando novamente o tom da campanha de 1994, no meio evangélico, o bispo Edir Macedo, em evento realizado em julho daquele ano no Rio de Janeiro intitulado Clamor pelo Brasil, declarou que “O Brasil, estava mais uma vez entre Deus e o Diabo” e que profetizava que o “diabo seria vencido de novo”, numa alusão ao candidato petista que tentava pela segunda vez ser eleito presidente (Campos, 2005, p. 70). Já Deus, com certeza estava com o candidato Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que disputava pela primeira vez à Presidência da República e foi o “escolhido” da IURD, bem como de outras denominações evangélicas.

A campanha contra o candidato Lula seguia na mesma linha de 1989: comunista, perseguidor de evangélicos, defensor dos interesses do catolicismo, dentre outras acusações. Só que desta vez o líder da IURD, como assinala Campos, resolveu associar o petista às religiões afro-brasileiras, muito combatidas no meio evangélico. O jornal *Folha Universal* estampou na primeira página fotos do petista visitando locais de cultos afro-brasileiros. “Lula apela para o candomblé”, dizia a manchete do *house organ* da igreja do bispo Jair Macedo. Dentre outras acusações ao candidato, o periódico sugeria que ele não seria confiável por frequentar mais de uma religião: “O povo brasileiro não quer um presidente com dez religiões ...” ressaltava a matéria (Campos, 2015, p. 70).

Ainda com a finalidade de mostrar um candidato sem uma religião definida – ou adepto de várias delas – a *Folha Universal* focalizou em outra edição a ligação de Lula com Frei Betto⁹⁷, em matéria intitulada “Lula: um camaleão tenta driblar os evangélicos”, que ocupou uma página inteira do veículo impresso (Campos, 2015, p. 71). Podemos depreender, com base nas publicações, que nessas eleições não se usou tantos rótulos de comunista/ateu, imputados à Lula sistematicamente na eleição anterior.

Evitar esse tipo de acusação foi uma das preocupações do principal adversário de Lula. Segundo analistas políticos, FHC teria perdido as eleições para a prefeitura em São Paulo em 1985 por se esquivar de responder à pergunta feita pelo jornalista Boris Casoy, ou seja: “Senador, o senhor acredita em Deus”?⁹⁸, durante debate televisivo. Além de não responder à pergunta, o sociólogo argumentou com o entrevistador que se tratava de uma questão de foro íntimo. Boris, com sua fala sempre enfática, frisou junto aos espectadores que a pergunta não foi respondida. Jânio Quadros, adversário

97 Carlos Alberto Libânia Christo, o Frei Betto, além de amigo de Lula, atuou como assessor especial do presidente em seu primeiro mandato, no período de 2003 a 2004. Anteriormente, havia participado ativamente do programa Fome Zero. O frei dominicano, ligado à Teologia da Libertação, é autor de 60 livros. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa260488/frei-betto>. Acesso em: 18 ago. 2016.

98 O relato deste episódio está disponível em: <https://desreligiao.wordpress.com/2014/06/19/senador-o-senhor-acredita-em-deus/>. Acesso em: 18 ago. 2016.

de FHC, soube aproveitar a oportunidade, encerrando o debate com um apelo aos eleitores paulista: “Não votem em um candidato ateu”. O ex-presidente da República ganhou as eleições na capital paulista.

O episódio fez com que, durante a campanha eleitoral de 1994 para a Presidência da República, FHC fizesse questão de se deixar fotografar várias vezes recebendo a comunhão, bem como também participou da lavagem das escadarias da Igreja Nossa Senhor de Bonfim, em Salvador (BA)⁹⁹. Paradoxalmente, o fato de o candidato do PSDB ter se vinculado à Igreja Católica e, também, a festejos que envolvem religiões afro-brasileiras, ao que tudo indica não trouxe prejuízos para sua candidatura junto aos evangélicos. FHC ganhou de Lula já no primeiro turno com quase 55% dos votos válidos, vitória que foi atribuída também ao sucesso do Plano Real¹⁰⁰, implementado pelo sociólogo quando Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco. Podemos concluir que, contrariando um dito popular, que nessas eleições “o pau que bateu em Pedro não bateu em Paulo”.

Segundo Ari Pedro Oro e Ricardo Mariano (2010), com base em Pierucci e Prandi (1996), o pentecostalismo constituiu o grupo religioso que mais rejeitou a candidatura de Lula à Presidência em 1994. Nas eleições de 1998, de acordo com o antropólogo gaúcho, “o discurso persecutório foi mantido pelos evangélicos e o candidato petista continuou a ser demonizado por eles, embora de forma menos enfática” (Mariano; Oro, 2010, p. 21).

2.3.4 1998: uma campanha sem candidato preferencial

O número de candidatos nessa eleição foi superior à anterior e inferior a de 1989. Disputaram 12 candidatos, sendo os principais: FHC, Lula (dessa vez tendo Brizola como vice) e Ciro Gomes. Enéas também participou com o seu bordão de sempre. A novidade nesse pleito foi a participação pela primeira vez de uma candidata: Thereza Ruiz, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Conforme Campos, diferentemente das eleições anteriores, “o voto evangélico nas eleições presidenciais de 1998 não alterou significativamente o resultado da eleição para Presidente” (Campos, 2015, p. 74). É digno de nota, com base no autor, que naquele ano foram eleitos 44 deputados federais evangélicos, sendo 14 representantes da IURD, dentre eles o bispo Carlos Rodrigues, do Rio de Janeiro – Estado que elegeu mais três –, coordenador político desta igreja desde 1980. O expressivo número de parlamentares eleitos fortaleceu a bancada evangélica e, consequentemente, a agenda política pautada na moral e nos bons costumes.

99 O evento sincrético, que acontece todo janeiro na capital baiana, reúne tanto adeptos do catolicismo quanto das religiões afro-brasileiras.

100 O Plano Real, lançado em fevereiro de 1994, consistiu em um programa de estabilização financeira do país, cuja principal finalidade era o controle da inflação.

O motivo do voto dos evangélicos não ter influenciado tanto no placar eleitoral para a Presidência pode ser atribuído a dois fatores. O primeiro deles é que FHC teve como mote principal de campanha o Plano Real, cujo principal mérito foi reduzir drasticamente a inflação. O candidato tucano¹⁰¹ procurou convencer o eleitor de que a continuidade de seu governo faria com que o programa de estabilização pudesse ser ampliado para outras áreas além da econômica, como saúde educação e emprego, pouco contempladas em seu primeiro governo. O argumento funcionou. O sociólogo ganhou ainda no primeiro turno com pouco mais de 53% dos votos, deixando Lula novamente para trás.

Outro fator apontado por Campos (2015, p. 74) é que embora por parte dos evangélicos tenha havido uma tendência mais para FHC, por outro lado, houve uma aproximação da IURD com o candidato petista. Dessa vez, a *Folha Universal*, ao invés de demonizá-lo, fez publicações mais favoráveis a Lula. Na verdade, esta denominação, que exercia forte influência no meio evangélico, não teve um candidato preferencial para presidente. Em compensação, investiu firmemente nas eleições para a Câmara Federal.

2.3.5 É chegada a hora de lançar um candidato próprio para presidente

De acordo com Pierucci (1989, p. 105), a partir da Constituinte o Brasil, se viu diante de um conjunto de parlamentares evangélicos expressivo não só do ponto de vista numérico – eram 34 – quanto no que diz respeito à vocalização de suas convicções religiosas na arena política, da qual antes eles se autoexcluíam, adotando o lema “crente não vota em política”, aqui já referido.

A participação na Constituinte tornou os evangélicos, na concepção do sociólogo paulista, “visíveis, mensuráveis e vocais” (Pierucci, 1989, p. 105). Com vistas a ampliarem sua atuação política, os evangélicos lançaram candidatura própria para a Presidência da República em 2002. O escolhido foi Anthony Garotinho (Partido Socialista Brasileiro)¹⁰². Seu maior apoiador foi Edir Macedo. Não restam dúvidas

101 Os políticos do PSDB são chamados de ‘tucanos’ devido ao símbolo do partido, fundado oficialmente em 25 de junho de 1988. O político Aécio Neves (MG) foi o último candidato à Presidência da República pelo partido (eleições ocorridas em 2014). Desde que o país voltou a ter eleições diretas para presidente, o PSDB lança candidatura própria, sendo que o único eleito foi FHC, por dois mandatos. Mas seus candidatos sempre chegam ao segundo turno.

102 Anthony Garotinho iniciou na política ainda quando era estudante, se identificando inicialmente com o Partido Comunista Brasileiro, depois com o PT. Seu primeiro cargo político, no entanto, só foi conquistado em 1986, ocasião em que se elegeu deputado estadual pelo Estado do Rio de Janeiro, como correligionário de Leonel Brizola, principal líder do PDT, de quem foi Secretário da Agricultura, Abastecimento e Pesca. Em 1988, foi eleito prefeito de Campos (RJ), cidade para o qual foi reeleito em 1996 com 74% dos votos válidos. Em 1998, venceu as eleições para governador do Rio de Janeiro pela coligação “Frente Muda Rio”, tendo como sua vice outra evangélica: Benedita da Silva, do PT (Campos, 2015, p. 77-78).

de que Garotinho foi, ao longo dos anos, uma das maiores apostas da IURD para representar seus interesses. Tanto é assim que se tornou o primeiro político do meio evangélico a ter uma projeção em nível nacional, com a ajuda nada desprezível da Rede Record, de propriedade do principal líder espiritual da Universal. A título de ilustração, segundo o *AFRISB - Atlas de Filiação Religiosa e Indicadores Sociais do Brasil*, os locais onde ele obteve uma maior votação (regiões Norte e Centro Oeste, litoral pernambucano e nas fronteiras de Minas Gerais com Espírito Santo e do Paraná com São Paulo) não somente eram regiões com forte presença de evangélicos, mas também onde esta emissora se apresentava à época mais bem instalada, com um maior número de repetidoras (Jacob, 2003, p. 40).

Garotinho reunia as condições consideradas necessárias para ser candidato a presidente: era um homem de mídia e possuía experiência administrativa. Como pontua Paul Freston (2005, p. 250), “nas eleições majoritárias, o candidato depende do partido e dos votos não evangélicos”. Portanto, o escolhido de Macedo adotou dois discursos. Segundo Campos diante do público não evangélico ele se colocava como “alguém que tem uma contribuição a dar ao País, que só as forças que estão na oposição podem realizar tais necessidades, e que isso é ‘uma questão política e não religiosa’”. Já o discurso utilizado no meio evangélico ressaltava o fato de que ele seria o candidato credenciado para “discutir valores e se preocupar com a família”. Seu *slogan* de campanha foi: “Ele é meu irmão, ele é crente, mas eu voto nele porque ele é competente” (Campos, 2015, p. 80). Dessa forma, ele tanto ressaltava sua identidade evangélica quanto sua capacidade administrativa.

Mesmo se apresentando como um candidato versátil, Garotinho ficou como quarto colocado no primeiro turno, com 17,9% dos votos válidos. A derrota do candidato à Presidência da República, no entanto, foi recompensada pela vitória para o Senado Federal de outro político apoiado por Edir Macedo, o sobrinho e bispo de sua igreja, Marcelo Crivella (Partido Liberal), eleito pela primeira vez com um total de 3.243.829 votos.

O desejo de se eleger um candidato evangélico foi postergado. O candidato eleito foi Luiz Inácio Lula da Silva¹⁰³. O fato de ter sido sindicalista e ferrenho ativista político fez com que o candidato petista fosse visto até então como um político radical. Nessa eleição, graças a um trabalho de *marketing* bem feito, uma nova imagem do foi construída: a de “Lula paz e amor”. Depois de sofrer três derrotas consecutivas como candidato à presidente, o antes demonizado pelos crentes desta vez conseguiu obter boa parte dos votos desse grupo religioso.

103 O candidato petista foi eleito com 61,27% dos votos válidos, enquanto que o candidato tucano obteve 38,37%. Informação disponível em: <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/resultados/20turno/pres.shl>. Acesso em: 3 nov. 2017.

Vale lembrar que o petista teve como vice o Senador José de Alencar¹⁰⁴, do Partido Liberal, controlado pela IURD, que no segundo turno, por não ter conseguido emplacar Garotinho¹⁰⁵, apoiou pela primeira vez o PT. Com o empenho de Alencar, IURD e PT celebraram uma aliança política, para espanto de alguns veteranos do partido. Como lembrado por Mariano e Oliveira (2009, p. 85), um dos fundadores do partido, o advogado Hélio Bicudo¹⁰⁶ teria declarado à época: “Para chegar ao céu, o PT precisa do diabo”, numa alusão à coligação eleitoral e ao pragmatismo da legenda que ajudou a criar. Criticada por muitos petistas, sobretudo os mais radicais, a aliança, no entanto, graças ao aval do bispo Edir Macedo, não foi vista como tão diabólica assim por outros líderes pentecostais.

Para garantir a eleição [...], o PT ampliou suas alianças e recebeu apoio político de algumas lideranças pentecostais importantes. Depois de três campanhas que Lula era rechaçado, tanto pelas lideranças como pela comunidade pentecostal, como encarnação do demônio, como aquele que limitaria a liberdade das igrejas evangélicas e privilegiaria a Igreja Católica, o petista finalmente reverte tal perspectiva no segundo turno da campanha presidencial de 2002 [...]. o novo presidente empenhara-se para também acolher os evangélicos e assim desfazer qualquer imagem ameaçadora que tal segmento da população pudesse nutrir contra ele (Trevisan, 2015, p. 294).

Com base no exposto, podemos depreender que notadamente a partir das eleições presidenciais de 2002 a presença dos evangélicos nos processos eleitorais, seja de forma direta ou indireta, nunca mais foi descartada. Como sustenta Tadvald (2010, p. 86), “hoje não há mais como pensar a política brasileira sem levar em consideração o segmento evangélico”. As eleições que se seguiram até nossos dias ilustram bem essa assertiva.

2.3.6 Lula: de preterido a preferido em 2006. Quem diria?!

Ao conceder a primeira entrevista coletiva à imprensa como presidente reeleito – com mais de 57 milhões de votos–, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que o primeiro veículo de comunicação a ser respondido seria a Rede Record, de propriedade do Bispo Edir Macedo. A preferência nada mais era do que um gesto de agradecimento público ao apoio, dessa vez “escancarado”, da IURD. De acordo com Oro e Mariano:

104 Consta que em seus últimos anos de vida o empresário e político mineiro, ao ser acometido por um câncer, teria passado a frequentar a igreja de Macedo.

105 Mesmo não conseguindo ir para o segundo turno, vale lembrar que o candidato preferencial da IURD e de outras denominações pentecostais era Garotinho.

106 Como em política, os ventos nem sempre sopram na mesma direção, 15 anos mais tarde, o jurista Hélio Bicudo foi um dos signatários do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, juntamente com a advogada Janaína Paschoal e com o jurista Miguel Reale Junior. O advogado participou dos governos petistas de Luiza Erundina e Marta Suplicy. Em 2005, rompeu com o partido devido ao episódio batizado de “mensalão”, tornando-se um inimigo declarado do PT. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,helio-bicudo-petista-historico-e-autor-do-pedido-de-impeachment-de-dilma,70002423646>. Acesso em: 3 nov. 2017.

A conquista do voto evangélico constituiu uma das prioridades da campanha presidencial petista em 2006 [...]. Em sua quinta disputa à Presidência, o petista, além de conseguir barrar a candidatura Garotinho, ampliou consideravelmente sua base eleitoral nesse meio religioso, conquistando, além do apoio da Igreja Universal, o das Assembleias de Deus no Brasil (Conamad) (Mariano; Oro, 2010, p. 21).

Por outro lado, conforme os mesmos autores, o candidato que disputou o segundo turno com Lula, ou seja, Geraldo Alckmim, “teve menor margem de manobra para disputar o apoio pentecostal do que Serra em 2002”, situação que os dois sociólogos atribuem ao fato de o candidato tucano “ser pessoalmente afinado com setores católicos mais conservadores – sendo, inclusive, alvo de uma onda de boatos de que seria membro da Opus Dei” (Mariano; Oro, 2010, p. 21). Pensar que tempos atrás o apoio mais fundamental era justamente o da Igreja Católica!

Se o “tempo da política”¹⁰⁷ esteve ensolarado no que diz respeito às eleições presidenciais, em que os votos dos evangélicos, sem sombra de dúvidas, fizeram a diferença no resultado final, por outro lado ele esteve de nublado à chuvoso no tocante as eleições para a Câmara Federal. Houve uma retração do número de deputados eleitos em relação a 2002. Nesse ano, conforme Oro e Mariano, foram eleitos 60 deputados identificados como evangélicos, enquanto em 2006, o número caiu para 40 deles.

Os dois autores atribuem esse decréscimo ao fato de a prometida moralização da política pelos políticos oriundos do meio evangélico não se efetivou. Ao contrário, muitos deles se envolveram em escândalos devido à prática de fisiologismo e corrupção:

Essa “ressaca moral dos evangélicos”, cujo ápice foi o escândalo das Sanguessugas, que, em 2006, envolveu quase a metade da bancada evangélica no Congresso Nacional, anunciava um fraco interesse das denominações pentecostais em se mobilizarem visando à eleição de seus representantes a cargos eletivos (Mariano; Oro, 2010, p. 20).

Sobre essa retração da bancada evangélica provocada pelo caso das Sanguessugas – esquema da venda superfaturada de ambulâncias para o Ministério da Saúde – Tadvald (2010, p. 101) acrescenta que “de lá para cá alguns parlamentares [envolvidos no caso] literalmente sumiram da cena pública e outros, sem o apoio de suas igrejas, não lograram o mesmo sucesso eleitoral obtido quando ligados a certas denominações, como a IURD [...]. De acordo com o autor, a bancada evangélica federal voltou a crescer em 2010, passando a ter “entre 68 e 71 deputados eleitos e três senadores” (Tadvald, 2010, p. 101).

107 De acordo com Marcelo A. Camurça, “tempo da política” é uma expressão cunhada pelo antropólogo brasileiro Moacir Palmeira. Quer dizer “um momento especial, um momento mais condensado da própria política” (Camurça, 2016).

2.3.7 Candidatos à presidência na campanha de 2010: reféns das questões morais

A eleição para a Presidência da República, em 2010, contou com nove candidatos: Dilma Rousseff – escolhida para suceder o petista Lula que cumpriu dois mandatos –, José Serra, Marina Silva – dessa vez pelo Partido Verde, Ivan Martins Ribeiro, José Levy Fidélix da Cruz, José Maria de Almeida, José Maria Eymael, Plínio Soares de Arruda Sampaio e Rui Costa Pimenta. Conforme Oro e Mariano (2010, p. 22) “o peso da religião e de questões de natureza moral e religiosa sobre a esfera pública brasileira revelou-se de forma contundente nesta eleição”.

O fato de ter sido desde o início a candidata favorita, graças ao bom desempenho de seu antecessor que deixou o governo com um alto índice de popularidade¹⁰⁸, fez com que a ex-ministra das Minas e Energia e depois da Casa Civil de Lula, tivesse que agir como uma equilibrista durante toda sua campanha. Vale ressaltar que Dilma teve que se submeter ao pragmatismo político, o qual já vinha sendo adotado por Lula desde a eleição de 2002. Assim como seu “padrinho”, a candidata teve que fazer alianças “com partidos de centro e direita no espectro ideológico” (Trevisan, 2015, p. 29). Além do mais, “escolheu” para a vice-presidência o peemedebista Michel Temer, o qual, mais tarde, viria a dar “às costas” para a petista, como discorreremos ao final desta seção.

Dilma Rousseff também teve que enfrentar as pressões advindas de grupos religiosos diversos. Como recordam Oro e Mariano (2010, p. 24), logo no início da campanha Dilma teve que assumir uma identidade religiosa católica, numa contraofensiva à publicação da revista *Época* que trouxe à tona uma entrevista que ela concedeu a esta revista em 2007 – quando não era candidata a nada – revelou ser agnóstica. A questão do aborto esteve no epicentro da campanha presidencial praticamente o tempo todo. A imprensa também desenterrou outra revelação da candidata de que seria favorável à descriminalização do aborto. A reação de bispos e carismáticos católicos foi imediata e eles passaram a fazer campanha aberta contra a candidata petista (Mariano; Oro, 2010, p. 26).

Além de recuar em seu discurso pela descriminalização do aborto, “se declarando pessoalmente contra o ato, mas ressaltando que o tema se trata de uma questão de saúde pública” (Tadvald, 2010, p. 104), buscando minimizar seu desgaste junto aos católicos (maior grupo religioso existente no Brasil, representando 64,6%

108 Há uma pequena oscilação do índice de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao deixar o Palácio do Planalto em 31 de dezembro de 2010. Segundo pesquisa realizada pelo “Datafolha”, na ocasião, 83% dos brasileiros avaliaram a segunda gestão de Lula como ótima e boa. Já o Instituto Sensus, conforme pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Transportes, o petista obteve o recorde mundial de popularidade, saindo do governo com um índice de 87% de aprovação. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-publica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>. e <https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/cntsensus-lula-tem-aprovacao-recorde-de-87-ao-deixar-governo,77de63fc8940b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 18 ago. 2016.

da população brasileira, conforme o último censo realizado em 2010 pelo IBGE), Dilma teve também que fazer alguns malabarismos. Como relatam Oro e Mariano, a candidata petista contou com a ajuda do chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho (ex-seminarista), bem como do deputado federal Gabriel Chalita, carismático e apresentador de programas da TV Canção Nova¹⁰⁹ para reaproximá-la dos católicos. O político do PSB paulista foi providencial: intermediou contato com lideranças eclesiásticas; concedeu entrevistas para desmentir boatos a respeito da candidata petista e a acompanhou a uma série de eventos católicos (Mariano; Oro, 2010, p. 26). Quem também veio em socorro de Dilma foi Frei Betto. Em texto publicado na *Folha de S. Paulo* por ocasião do segundo turno, deu seu testemunho de que “ela é pessoa de fé cristã, formada na Igreja Católica” (Mariano; Oro, 2010, p. 29).

Por causa dessa questão do aborto principalmente, Dilma Rousseff também teve que domar os leões de outro segmento religioso: os evangélicos. Segundo Tadvald (2010, p. 105), a preocupação foi tanta com relação a eles que seu *staff* de campanha chegou ao ponto de redigir uma cartilha intitulada “Ao povo de Deus: Carta Aberta ao Povo de Deus, Para o Brasil seguir Mudando”, da qual constava, dentre outros pontos, “Os 13 motivos para o cristão votar em Dilma”. O autor complementa que a ex-ministra recebeu o apoio explícito do líder mor da IURD, Edir Macedo. Além dele, outras lideranças evangélicas, como Eduardo Cunha e Magno Malta, repudiaram a campanha difamatória instaurada principalmente no segundo turno (Tadvald, 2010, p. 106).

Oro e Mariano (2010, p. 28) acrescentam que a candidata petista teve que se valer da “tropa de choque” de deputados e senadores evangélicos que foram às ruas para desmentir acusações imputadas a Dilma. Mas o apoio dos evangélicos teve um preço. Conforme os autores, Dilma teve que se comprometer diante de 51 representantes desse segmento, os quais lhe apresentaram uma pauta moralista, com o seguinte teor:

Vetar projetos aprovados pelo Congresso Nacional ‘contra a vida e os valores da família’, de rejeitar o casamento homossexual, o projeto de lei que criminaliza a homofobia, a adoção de crianças por casais homossexuais e a regulamentação da função de profissionais do sexo (Mariano; Oro, 2010, p. 30).

Apesar de todo o desgaste envolvendo a campanha da ex-guerrilheira, ela venceu com 56,05% dos votos válidos, ainda que para isso tenha apelado para a santa padroeira do Brasil. Dentre suas várias aparições performáticas, esteve no santuário de Aparecida na véspera do dia 12 de outubro, onde declarou que passou a ter uma

109 A TV Canção Nova (TVCN), mesmo nome de uma das comunidades mais fortes e atuantes do movimento carismático católico, começou a funcionar, em 1989, como uma retransmissora da TV Educativa. Somente em 1997 passou a funcionar como canal aberto, via Satélite. Para poder operar financeiramente, a TVCN conta com a Fundação João Paulo II, responsável pelo gerenciamento de todos os recursos técnicos e humanos da emissora. A quase totalidade de sua programação é de caráter religioso. Dados extraídos do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Comunicação Empresarial do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFJF, intitulado “Jesus: um produto à venda – o Marketing Religioso no Brasil”, redigido por Dora Deise Stephan Moreira e apresentado em novembro de 2007, tendo como orientador o Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal, pertencente ao mesmo programa.

“devoção especial por Nossa Senhora Aparecida, por circunstâncias recentes em minha vida”, numa alusão ao câncer linfático que teve anteriormente, conforme relatam Oro e Mariano (2010, p. 30).

A postura de seu principal adversário, José Serra, com quem disputou o segundo turno, não foi diferente. Só que, conforme os mesmos autores, desde o início de sua campanha ele se gabou de ser o legítimo representante do ideário cristão: “Os valores de Cristo são os meus. Eu não sou Cristão de boca de urna para agradar eleitores e no dia seguinte esquecer o assunto.” Assim como Dilma, o candidato tucano fez várias peregrinações em busca do apoio de católicos e evangélicos.

Numa dessas caravanas, Serra foi atingido por algo mais forte do que uma “bolinha de papel”¹¹⁰, que lhe fora arremessada durante a campanha, fato que acabou virando motivo de chacota nas redes sociais. Como relatado por Oro e Mariano, a esposa do candidato, Mônica Serra, afirmou para um evangélico em uma caminhada em Nova Iguaçu (Baixada Fluminense) que Dilma era a favor de “matar criancinhas”, uma vez que já havia se posicionado favorável à descriminalização do aborto. “Mas o feitiço recaiu sobre o feiticeiro. Matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, de 16 de outubro, trouxe relato de ex-aluna de Mônica Serra revelando que a professora contara ter feito um aborto na juventude [...]” (Mariano; Oro, 2010, p. 34). Era a munição que faltava para Dilma, que soube repercutir o fato a seu favor.

No “vale tudo” de uma campanha eleitoral, como asseverado por Pedro H.B. Geraldo, um fato comum é a adoção de mais de uma identidade em consonância com o público que se pretende atingir. A candidata Marina Silva (daquela vez pelo Partido Verde), membro da Assembleia de Deus (AD), apresentou durante sua campanha várias facetas: pentecostal e laica (Mariano; Oro, 2010) e defensora do meio ambiente e messiânica (Souza; Villela, 2013).

De acordo com esses últimos autores (2013, p. 204), “embora Marina não tenha sido apresentada como a candidata apenas dos evangélicos, há marcas discursivas que atravessam os programas da candidata que remetem a uma FD¹¹¹ religiosa”. A candidata, cujo mote de campanha era a preocupação com o meio ambiente (segundo os autores, 52% dos programas analisados trataram do assunto de alguma forma), deixava sempre nas entrelinhas “uma narrativa de catástrofe planetária associada à sujeira política, maculada pela corrupção [...]” (Souza; Villela, 2013, p. 199), que só

110 O episódio ocorreu na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde funciona o Sindicato dos Mata-Mosquitos – técnicos incumbidos de combater os mosquitos da dengue, lotados na Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Em 1999, quando Ministro da Saúde, Serra, demitiu 5.700 deles, fato que contribuiu para que a epidemia da dengue se intensificasse, atingindo 45 mil pessoas no Estado do RJ e causando muitas mortes. Ao ser atingido por uma bolinha de papel feita de adesivos de campanha (na versão do *Jornal Nacional* teria sido um rolo de fita crepe), o candidato se fez de vítima, simulando ter sido ferido e chegando até mesmo a dar entrada em um hospital. Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/politica/2014/04/12/bolinha-de-papel-a-farsa-politica-desmascarada>. Acesso em: 19 set. 2016.

111 Formação Discursiva (FD): aparece primeiro no texto conjunto de Pêcheux e Fuchs (1968). Pode ser definida como uma regionalização da memória discursiva. Uma palavra pode possuir diferentes sentidos de acordo com a formação discursiva que a atravessa (Souza; Villela, 2013, p. 199).

poderia ser debelada por alguém com disposição para uma tarefa missionária, a qual ela se propunha.

Sua verve religiosa, no entanto, constituiu, na análise de Oro e Mariano, uma “barreira eleitoral considerável” (Mariano; Oro, 2010, p. 22). Tanto é assim que teve que “desancar a pecha de pessoa limitada, reacionária e conservadora” (Mariano; Oro, 2010, p. 23). Para isso, lançou mão de um discurso público em favor da laicidade, buscando mostrar que seria imparcial caso eleita¹¹².

Com relação à questão do aborto, tema que como já dissemos esteve no epicentro da campanha, a candidata optou por defender a realização de um plebiscito sobre a descriminalização do aborto, um tema por demais espinhoso. Sobre outro ponto que também sempre vinha à tona na campanha, ou seja, a união civil de homossexuais, Marina declarou que acataria a decisão do congresso, caso fosse aprovada. Diante do exposto, depreendemos que a candidata do PV teve dificuldades de lidar com sua identidade multifacetada. Ainda assim, para Oro e Mariano (2010, p. 23), a identidade religiosa que por vezes tentou escamotear lhe rendeu dividendos eleitorais junto aos evangélicos, segmento que lhe concedeu votos em proporção superior à totalidade de sua votação. A postura ambígua e contraditória de Marina se repetiu nas eleições de 2014, que abordaremos a seguir.

2.3.8 Eleições de 2014: dois candidatos evangélicos na disputa para a Presidência da República

As últimas eleições presidenciais, realizadas em outubro de 2014, teve onze candidatos, a saber: Dilma Rousseff, Aécio Neves, Marina Silva, Everaldo Silva, Luciana Genro, Eduardo Jorge, Levy Fidélix, José Maria Eymael, José Maria de Almeida, Mauro Luis Iasi e Rui Costa Pimenta. Pela primeira vez, participaram da disputa dois candidatos evangélicos: o Pastor Everaldo do Partido Social Cristão (PSC) e da Assembleia de Deus (AD) e Marina, também membro desta igreja. Dessa vez, a ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula não se candidatou nem pelo PT (partido ao qual foi filiada) e nem pelo PV (pelo qual se candidatou na eleição de 2010), e sim pelo Partido Social Brasileiro (PSB).

Devemos lembrar que a candidatura de Marina foi cheia de percalços. Primeiramente, desejava se candidatar pelo partido Rede Sustentabilidade¹¹³, partido

112 Marina não conseguiu se eleger, nem mesmo chegou ao segundo turno, mas sua participação na eleição contribuiu decisivamente para que houvesse segundo turno. Na reta final das eleições, a candidata do PV teve um crescimento grande, fenômeno denominado pela imprensa de “Onda Verde”. Mas acabou ficando em terceiro lugar, obtendo mais de 19 milhões de votos, o equivalente a 20% do total de votos válidos (Souza; Villela, 2013).

113 O Rede Sustentabilidade só veio a ser aprovado em 2015. O partido foi idealizado pela ex-ministra e ex-senadora Marina Silva. Com a decisão, a legenda fica apta a receber filiados e lançar candidatos para as eleições de 2016. É o 34º partido do país. Os fundadores da Rede tentaram obter o registro em 2013, a fim de lançar Marina candidata à presidência pela legenda no ano passado, mas tiveram o pedido negado por falta do apoio mínimo necessário na ocasião. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/tse-registra-rede-sustentabilidade-partido-fundado-por-marina-silva.html>. Acesso em: 20 ago. 2016.

que não conseguiu ser efetivado naquela época pelo Tribunal Regional Eleitoral. Depois, disputou como vice-presidente na chapa de Eduardo Campos. Em razão da morte do político pernambucano, em um acidente de avião, Marina passou à condição de candidata a presidente.

Nesta seção deste artigo, iremos nos deter basicamente na campanha presidencial de Marina, por entendermos que foi a que mais refletiu as questões de natureza moral/religiosa, enquanto que a disputa altamente acirrada entre Dilma Rousseff, eleita no segundo turno, e o tucano Aécio Neves “trouxe à tona muito mais uma luta ideológica de classes, em que o maior objetivo dos adversários de Dilma, religiosos ou não, era derrotar o programa petista e evitar uma nova vitória do Partido dos Trabalhadores” (Trevisan, 2015, p. 317). Já o Pastor Everaldo¹¹⁴, apesar de se aproveitar bem da exposição midiática que teve durante a campanha para “reverberar, reforçar e atualizar o discurso conservador [...]” (Tadvald, 2015, p. 271) teve papel coadjuvante na eleição presidencial de 2014.

No primeiro turno das eleições, ao fazerem um detalhamento das intenções de votos por religião, os principais institutos de pesquisa nacionais (Ibope, Vox Populi e Datafolha), constataram que Marina Silva oscilou de 39 a 44% das intenções de votos dos evangélicos. Com base neste patamar, podemos depreender que a candidatura de Marina se ancorou fortemente neste grupo religioso. Dito de outra forma, seu capital religioso sustentou em grande medida seu capital político. No entanto, durante o processo eleitoral, conforme pesquisas preliminares empreendidas por nós, pudemos perceber que Marina manteve uma postura dúbia no que diz respeito a sua identidade religiosa.

Apenas para ilustrar, no *blog* da campanha da candidata, curiosamente não constava sua vinculação com a Assembleia de Deus, enquanto era mencionada sua primeira pertença religiosa, ou seja, o catolicismo. Ao ser “sabatinada” pelo jornal *O Globo*, em 11 de setembro de 2014, quando instada pelo jornalista Ancelmo Góis a falar sobre sua pertença religiosa atual, Marina iniciou a resposta com os seguintes dizeres: “Nasci em berço católico [...]”, ressaltando sua pertença original.

Por outro lado, quando acionada pelo pastor Silas Malafaia da Assembleia de Deus por meio das redes sociais, a candidata pelo PSB fez alterações em seu programa de governo, nos itens relacionados à união civil entre pessoas do mesmo sexo e sobre a lei que criminaliza a homofobia. O episódio, sobejamente divulgado na imprensa e nas redes sociais, é relatado assim por Janine Trevisan:

¹¹⁴ Pastor Everaldo Silva obteve 780.513 mil votos, o equivalente a 0,75%, ficando em quinto lugar. Foi suplantado pela candidata Luciana Genro do PSOL – partido que se opõe sistematicamente à bancada evangélica –, que obteve 1,5 milhão de votos. Disponível em: www.cartacapital.com.br/.../pastor-everaldo-anuncia-apoio-a-aecio-8815. Acesso em: 18 ago. 2016.

Em 29 de agosto, Marina lançou seu programa de governo [...] destacando as principais reivindicações dos movimentos LGBT¹¹⁵, como a legalização do casamento homossexual, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo e a distribuição de material educativo contra a homofobia nas escolas públicas, além do seu comprometimento com a aprovação do projeto de lei de identidade de gênero (a lei João Nery), que regulamenta o direito ao reconhecimento da identidade de gênero das pessoas transexuais. No entanto, a comemoração da comunidade LGBT com relação ao programa divulgado por Marina durou pouco. O pastor Silas Malafaia foi, senão o primeiro a reagir, o que fez ameaças mais contundentes¹¹⁶ em sua conta da rede social *Twitter* (Trevisan, 2015, p. 310).

Como diz o ditado popular “para quem sabe ler pingo no i é letra”, Marina entendeu que a advertência do pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo poderia significar a perda de apoio por boa parte dos evangélicos, já que Malafaia é uma liderança incontestada neste segmento religioso. A candidata assembleiana apressou-se em dar uma resposta efetiva ao líder religioso, como descreve Trevisan:

No dia seguinte [...], a coordenação da campanha de Marina Silva divulgou nota, alterando o programa inicialmente apresentado. Alegando ‘falha processual na editoração’ que ‘não retrata com fidelidade os resultados do processo de discussão sobre o tema durante a etapa de formulação do plano de governo, a campanha de Marina alterou a redação nas propostas para a comunidade LGBT, eliminando trechos em que a presidenciável se comprometia, se eleita, com a aprovação da lei de identidade de gênero [...] e em articular no Congresso a aprovação de leis que criminalizam a homofobia e regulamentam o casamento gay [...]’ (Trevisan, 2015, p. 310-311).

Se de um lado o recuo e as reformulações no programa de Marina atenderam ao “chamado” de Silas Malafaia¹¹⁷, de outro, provocou a reação de ativistas do movimento LGBT. E quem soube se aproveitar dessa contenda foi a candidata à reeleição

115 LGBT é o acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, em uso desde os anos 1990. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/LGBT>. Acesso em: 20 de ago. 2016.

116 Vide reprodução pela autora do texto postado por Malafaia: “O programa de governo do partido de Marina é pior que o PT e o PSDB, no que tange aos direitos dos **gays**. Apoia descaradamente o casamento **gay** e pede, inclusive, a aprovação do extinto PLC 122 que, entre outras coisas, põe o pastor na cadeia. É uma vergonha que prevê casamento, adoção de crianças e etc. Se Marina não se posicionar até segunda, na terça será a mais dura e contundente fala que até hoje sobre um candidato presidente” (Trevisan, 2015, p. 310).

117 Pelo que pudemos depreender do posicionamento político do líder religioso Silas Malafaia é que ele manteve uma postura dúbia, uma vez que logo após o episódio envolvendo Marina Silva fez a seguinte declaração à Revista Época ao ser perguntado se o recuo de Marina Silva havia o levado a apoiá-la. **Malafaia deu a seguinte resposta:** Claro. Ela teve coerência. Tem coisa que o candidato promete e não dá para fugir. Marina disse uma coisa como isso: ‘Se for eleita presidente, não disputarei a reeleição porque não quero estar no poder pensando na continuidade do poder. Quero estar no Planalto para deixar um legado para as próximas gerações’. Quando ouvi isso, pensei: essa serva está fazendo uma colocação extraordinária. É uma declaração mais importante que a sobre o casamento **gay**. Marina não é candidata dos evangélicos, é candidata do povo brasileiro, que está de paciência esgotada com o PT e a corrupção deslavada. Ela interpreta essa mudança. Não me venham com ‘evangeliquês’ nem tentem colocar nela a pecha de fanática, porque Marina contraria muita coisa que pastor evangélico pensa”. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/09/bsilas-malafaiab-marina-levara-80-dos-votos-evangelicos.html>. Em outras consultas feitas a *sites* jornalísticos, Malafaia não deixa claro quem apoiou no primeiro turno. Mas com relação a ele, podemos afirmar, com certeza, que n segundo turno votou em Aécio Neves, tendo declarado para alguns veículos de comunicação que era “Aécio desde pequenininho” e que ele foi um dos que mais fizeram campanha contra a candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff.

Dilma Rousseff, que passou a defender o projeto de criminalização da homofobia. Novamente, o discurso dúbio de Marina gerou desconfiança por parte dos eleitores evangélicos ou não. Não foi à toa que durante sua campanha reportagens, artigos e notas divulgadas na imprensa utilizaram como título um trecho da música atemporal *Marina*¹¹⁸ de Dorival Caymmi: “*Marina morena Marina você se pintou...*”, numa alusão ao fato de uma fiel da Assembleia de Deus, cujas seguidoras normalmente não usam maquiagem por uma questão doutrinária, ter se pintado – uma forma metafórica de dizer que a candidata em determinadas circunstâncias se distanciou de seus princípios religiosos, visando dividendos eleitorais.

Para além de uma metáfora, observamos que no último debate eleitoral, transmitido pela Rede Globo na véspera do primeiro turno da votação, Marina estava ligeiramente maquiada (não usava somente o “batom natural” feito de beterraba que ela admitia passar em seus lábios) e, em vez de vestir uma saia – traje bastante típico das assembleianas – preferiu uma pantalona, buscando, no nosso entendimento, dissociar sua imagem da denominação religiosa à qual pertence. Fazendo remissão à Análise de Discurso nos moldes de Michel Pêcheux (1997) e Eni Orlandi (2005), a “mudança de hábito” pode ser encarada como outra materialidade – que não somente o discurso e a gestualidade – que desnuda o objeto verificado. Depreendemos que do princípio ao fim de sua campanha, Marina manteve uma postura ambígua até mesmo em sua maneira de se apresentar ao grande público.

2.3.9 *O pós-eleição de Dilma Rousseff: da vitória apertada ao impeachment*

Tal como Marina, Dilma, apesar de vitoriosa, também teve uma campanha repleta de percalços em 2014. Para além de ter que afagar os ânimos dos vários grupos religiosos e políticos que lhe prestaram apoio, o maior problema vivenciado pela candidata petista, foi a disputa acirrada entre ela e o candidato Aécio Neves. No final do pleito, que teve segundo turno, Dilma obteve 54,5 milhões de votos e Aécio, 51 milhões de votos.

Há um ditado popular que diz que “após a tempestade vem a bonança”. Mas isso não aconteceu com Dilma. Tão logo Dilma foi eleita, o PSDB, partido de Aécio Neves, pediu ao Tribunal Superior Eleitoral autorização para realizar uma auditoria do resultado que, após um ano, constatou a inexistência de fraude. Não satisfeito, o partido dos tucanos entrou com um pedido de cassação da chapa Dilma-Temer, sob a alegação de que os principais opositores teriam cometido abuso de poder político e econômico¹¹⁹.

118 Em uma breve consulta à Internet, constatamos que a música *Marina*, composta em 1946, já foi gravada por vários cantores, tais como Emílio Santiago, Agnaldo Timóteo, Cauby Peixoto, Gilberto Gil e Adriana Calcanhotto.

119 No dia 9 de junho de 2017, Benedita da Silva (PT), embora oficialmente pertença à FPE como deputada federal, geralmente tem uma postura diferente com relação ao restante da bancada. No episódio do impeachment de Dilma Rousseff, por exemplo, votou pelo “não”.

O pesadelo de Dilma mal começava. Vários de seus correligionários passaram a ser investigados na Operação Lava Jato, realizada pela Polícia Federal, que reivindicou ser a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro ocorrida no país. O abalo na imagem do PT acabou por comprometer a Presidenta em exercício. Como se não bastasse tudo isso, em 2015, houve um agravamento da crise financeira.

Não é nossa pretensão aqui fazer uma análise mais aprofundada das razões que levaram ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Esboçamos apenas alguns dos principais motivos, aos quais acrescentaríamos a perda de apoio por parte das duas casas do Congresso Nacional. Tudo isso eclodiu em uma crise política talvez sem precedentes na história do Brasil, o que levaria ao afastamento definitivo da Presidenta petista em 31 de agosto de 2016.

Para além dos motivos enumerados, é preciso considerar outros interesses que estavam por trás do afastamento de Dilma Rousseff. Alguns autores (Souza, 2016; Proner, 2016; Mamigonian, 2016; Singer, 2016) defendem ter havido um Golpe de Estado. Na concepção de Jessé Souza, “um dos mais torpes que o país já teve”. Em seu livro, “*A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado*”, o autor atribui o golpe a “uma ação concertada de diversos atores sociais que terminou na derrubada de um governo eleito democraticamente”. Souza afirma, enfaticamente, que o golpe foi orquestrado pela “elite do dinheiro” (Souza, 2016)¹²⁰. Para o cientista político Joanildo Burity, o *impeachment* foi “[...] a materialização de um golpe parlamentar-jurídico-midiático que pôs a direita no poder pela primeira vez depois de Collor (1990-1992)” (Burity, 2018, p. 30).

Sem a pretensão de nos alongarmos aqui sobre o golpe ocorrido no Brasil, o que mais nos chamou atenção durante todo o processo de afastamento da agora ex-Presidenta Dilma Rousseff foi a votação do processo de admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Embora o que estava em questão era a acusação de que a governante havia cometido crime de responsabilidade, por ter usado “entes públicos para financiar o governo”¹²¹ – as chamadas pedaladas fiscais –, os parlamentares pouco se referiram a essa questão.

Tomando emprestadas as palavras de Souza (2016), a histórica sessão, ocorrida em 17 de abril de 2016, se revelou uma “grande hipocrisia da refundação moral do país”. Com palavras de ordem que aludiam sobretudo à “família brasileira”, a Deus, às denominações religiosa e exibindo cartazes e faixas, quase cem por cento da FPE (a exceção da deputada Benedita Silva, PT/RJ) optou por dar início ao processo de afastamento da petista Dilma Rousseff.

120 Os trechos aqui utilizados da referida obra de Jessé Souza foram extraídos de entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, por ocasião do lançamento do livro em agosto de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2016/08/1803160-leia-trecho-de-a-radiografia-do-golpe-de-jesse-souza.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2016.

121 Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/entenda-por-que-presidente-dilma-e-acusada-de-crimes-de-responsa>. Acesso em: 2 nov. 2017.

Os discursos proferidos pelos deputados da FPE, os quais foram amplamente repercutidos nas mídias nacional e internacional, nos instigou a realizar uma investigação mais profícua sobre o episódio, focando exatamente nos discursos e outras materialidades utilizadas por aqueles atores sociais.

2.3.10 Eleições 2018: Evangélicos chegam ao poder por via indireta (ou direta?)

Embora nosso recorte temporal conte com especial atenção o período entre a Assembleia Nacional Constituinte (1988) e o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), é impossível desconsiderar a eleição para a Presidência da República no Brasil em 2018, até porque as mesmas razões acima mencionadas, que teriam levado ao afastamento a nossa única presidente mulher, foram as mesmas que favoreceram o ex-deputado e capitão do Exército reformado, a ser eleito. Devemos acrescentar a esses motivos uma forte “onda conservadora”, nas palavras de Almeida (2019), sobre a qual retornaremos mais adiante. Antes, porém, discorreremos sobre o processo eleitoral.

Em 2018, disputaram as eleições 14 candidatos. Considerando os espectros políticos de direita, esquerda e centro, diríamos que mesmo tomando-os por base, teríamos dentro de cada um deles candidatos com diversas nuances. Dentre eles, disputaram as eleições presidenciais dois evangélicos autênticos, porém de nuances também distintas, ou seja, Marina Silva (Rede Sustentabilidade), da Assembleia de Deus, e Cabo Daciolo (Patriota), atualmente pertencente à Assembleia de Deus, mas que transitou entre distintas igrejas (neo)pentecostais. Participou também da campanha o candidato José Eymael (PSDC), que já havia participado do pleito eleitoral em 2014. Embora católico, Eymael também tem como plataforma “a defesa da vida e da família”.

Portanto, podemos dizer que tivemos três candidatos com um perfil bastante conservador: Jair Bolsonaro (PSL), Cabo Daciolo e Eymael. Os dois primeiros tinham em comum, também, a defesa do anticomunismo, sendo que o de patente menor chegou a mencionar em um debate televisivo a existência da URSA - União das Repúblicas Socialistas da América Latina¹²², referindo-se ao candidato Ciro Gomes (PDT), querendo lhe imputar a pecha de comunista. Curiosamente, Daciolo¹²³ já pertenceu ao PSOL, partido pelo qual se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro em 2014, logo após ter estado entre os líderes de uma greve de bombeiros naquele Estado.

122 A sigla foi utilizada pela primeira vez pela socióloga e professora universitária aposentada, Maria Lucia Vitor Barbosa, numa alusão irônica ao Foro de São Paulo, realizado em Havana, capital de Cuba, em 2001, com a participação de lideranças de esquerda, como o próprio presidente da República daquele país à época, Fidel Castro e do então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com a própria criadora da sigla, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, na ocasião do evento ela teria usado o termo republiquetas e não repúblicas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/critica-do-pt-sociologa-diz-que-inventou-ursal-em-2001-como-ironia.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2019.

123 É digno de registro que durante a campanha presidencial circulou uma foto do Cabo Daciolo segurando uma biografia de Karl Marx. Chegou-se a pensar que seria *Fake News*, mas alguns órgãos de imprensa, como o jornal *Folha de S. Paulo*, confirmaram o fato. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/foto-de-cabo-daciolo-em-lancamento-de-biografia-de-karl-marx-e-verdadeira.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2019.

A eleição presidencial, desde o início, já se mostrou com tendências à polarização entre Bolsonaro e Lula (a princípio, o candidato do PT), ou, melhor dizendo, entre o Antibolsonarismo e o Antipetismo. Na medida em que a campanha foi transcorrendo, verificou-se um afunilamento das candidaturas, sendo que no primeiro turno, eleitores com um perfil mais de esquerda se dividiram entre o candidato do PT, partido que na reta final foi representado pelo professor e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad¹²⁴, e o cearense Ciro Gomes, que acabou ficando em terceiro lugar, com 13,3 milhões de votos (12,4% dos votos válidos). É digno de registro que Cabo Daciolo ultrapassou a veterana Marina¹²⁵ em 300 mil votos.

Sobre Cabo Daciolo, que se tornou um ícone nessa campanha, Ronaldo de Almeida o descreve assim:

Cabo Daciolo, é um decantado do crescimento pentecostal da periferia do Rio de Janeiro: um misto de performance e de discurso dos pastores da Assembleia de Deus e da Igreja Universal. Ele faz uma exegese literalista, demoniza o secular e prega, como fundamentalista, que devemos submeter a política ao comando do verdadeiro Deus da Bíblia. Em síntese, o registro do discurso de Daciolo não faz a distinção entre um palanque eleitoral, um púlpito religioso e uma tribuna legislativa (Almeida, 2019, p. 199).

A razão de estarmos dando algum destaque ao Cabo Daciolo é para demonstrar o crescimento das forças evangélicas, com seu ideário conservador, cada vez mais também nas campanhas presidenciais. Portanto, importa mais dar relevo a essas mesmas forças advindas do eleitorado evangélico. O demógrafo José Eustáquio Diniz Alves¹²⁶, em artigo intitulado “O voto evangélico deu a vitória a Bolsonaro”, sustenta que “Jair Bolsonaro foi eleito fundamentalmente com o voto evangélico, quando se considera a variável religiosa” (Alves, 2018, *on-line*).

Com base em pesquisa realizada pelo instituto Datafolha às vésperas da eleição, cujas projeções se confirmaram no resultado final, Alves elaborou estudos

124 Em 11 de setembro de 2018, a Executiva do PT aprovou o nome de Fernando Haddad como o novo candidato à Presidência da República, em substituição a Luiz Inácio Lula da Silva, candidato natural do partido, que deixou a disputa em razão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) derrubar sua candidatura embasado na Lei da Ficha Limpa. Lula se encontrava preso na sede da Polícia Federal de Curitiba, onde permanece até hoje. O ex-presidente da República foi condenado, no dia 24 de janeiro de 2018, a 12 anos e um mês de prisão por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/11/haddad-substitui-lula-e-e-candidato.htm>. Acesso em: 29 jul. 2019.

125 Marina Silva, que disputava a eleição presidencial pela terceira vez, obteve 1.069.538 votos, enquanto o estreante Daciolo conseguiu 1.348.229 (1,26% dos votos válidos), ficando em 6º lugar e ultrapassando também o candidato Henrique Meirelles (MDB), ministro da Economia no governo de Michel Temer. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/cabo-daciolo-do-patriota-fica-em-6o-na-corrida-presidencial.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2019.

126 José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia e professor titular de mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas da Escola Pública Nacional de Estatísticas ENCE/IBGE em artigo intitulado “O voto evangélico garantiu a vitória de Jair Bolsonaro”, publicado por Eco debate e reproduzido pela Revista IHU – *On-line* da Unisinos, em 1/11/2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 29 jul. 2019.

que comprovam que a diferença de votos entre Bolsonaro e Haddad¹²⁷ no meio evangélico foi gritante: 21,5 milhões para o primeiro e pouco mais de 10 milhões para o segundo, o que equivale a uma diferença de 11,5 milhões de votos. Diante desses números, o pesquisador afirma que “O voto evangélico foi decisivo nas eleições de 2018. Sem dúvida, os evangélicos se tornaram uma força política decisiva” (Alves, 2018, *on-line*).

Não é nosso propósito nos alongarmos em uma análise sobre a vitória de Bolsonaro para a Presidência da República, pois nosso objeto, grosso modo o *impeachment* de Dilma Rousseff é anterior a esse evento, embora pressupomos haver uma estreita relação entre os dois fatos históricos. Porém, gostaríamos de destacar algumas razões elencadas por Ronaldo Almeida (2019): defesa à economia liberal, em consonância com a teologia da prosperidade apregoadas pelas igrejas (neo)pentecostais; defesa da moralidade e dos bons costumes; medidas de segurança pública mais rígidas, com ações mais repressivas e punitivas por parte dos aparelhos de segurança do Estado e, por fim, intensa polarização política, configurada no que o autor prefere denominar de *Antilulopetismo* e *Antibolsonarismo*¹²⁸ (Alves, 2018, grifos do autor).

Assim como Almeida, cremos que estes foram os principais motivos que, conjugados, deram a vitória ao ultraconservador Jair Bolsonaro, para além de outros fatores estruturais e conjunturais já incrustados no tecido social brasileiro, os quais não nos cabe aqui examinar. Acrescentaria ao rol de justificativas do autor, a questão do combate à corrupção, trabalhado pela campanha de Bolsonaro no plano discursivo, como se sua candidatura representasse o combate a esta mazela social e como se ela tivesse sido inventada pelo Partido dos Trabalhadores, especialmente por sua maior liderança, Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora consideremos todos esses fatores, a tomar por base a ênfase nas questões morais, que ficou evidenciada na propagação de *Fake News* pelas redes sociais, especialmente pelo *Facebook* e *WhatsApp* sobre o *Kit Gay*, depreendemos que a defesa da moralidade e dos bons costumes enumerada por Almeida seria a que mais impacto teve sobre o voto, sobretudo o do evangélico.

127 De acordo com o resultado final apurado pelo TSE – Tribunal Superior Eleitoral e divulgado em vários órgãos de comunicação, Jair Bolsonaro (PSL) obteve um total de 57,8 milhões de votos, o que representa 55,13% dos votos válidos, enquanto o petista Fernando Haddad ficou com pouco mais que 47 milhões, o equivalente a 44,87% dos votos válidos.

128 O antibolsonarismo foi tanto que, em 29/09/2018, protestos de rua foram realizados em praticamente todo o país e em pelo menos 30 cidades brasileiras. Com o mote #Elenão, que também tomou conta das redes sociais, as manifestações, convocadas por mulheres, contou também com a participação do público masculino. “Os manifestantes entoaram paródias com letras críticas ao político, relacionando-o a atitudes machistas, misóginas, homofóbicas e racistas”, conforme reportagem do jornal *El País*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/atos-de-mulheres-contra-bolsonaro-reunem-milhares-em-mais-de-30-cidades.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2019. Em 21 de outubro, faltando uma semana para a votação em primeiro turno, apoiadores de Bolsonaro também foram às ruas de capitais e cidades brasileiras. De acordo com o jornal *El País*, o movimento #Elenão teria reunido um maior número de pessoas. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/21/politica/1540124413_242602.html. Acesso em: 29 jul. 2019. A mídia televisiva brasileira deu maior visibilidade ao movimento pró-Bolsonaro do que ao #Elenão. O movimento antibolsonaro não teve a repercussão esperada e a votação de Bolsonaro não caiu significativamente nas pesquisas de intenção de votos.

Em entrevista à revista *Carta Capital*¹²⁹ por ocasião das eleições, a repórter Giovanna Constanti, fez a seguinte pergunta ao cientista político e professor da Universidade de São Paulo (USP), Fábio Lacerda: “As pesquisas recentes mostram Bolsonaro muito forte no voto do eleitorado evangélico e um equilíbrio muito maior entre os católicos. Por que isso acontece?”, ao que ele respondeu:

Bolsonaro conseguiu encarnar a figura de todas as instituições brasileiras pelas quais os eleitores ainda cultivam respeito, como a família, o exército e a igreja. É um discurso pouco propulsivo. Os outros programas são mais consistentes, mas não encarnaram essas instituições. Além disso, ele conseguiu, ao longo dos últimos meses, encarnar a imagem do chamado “pai rigoroso”, um arquétipo do pai de família conservador, que é um “bom” para seus filhos, mas que exige respeito, ordem e disciplina. Esse modelo tem tudo a ver com as igrejas (*Carta Capital*, 2019, *on-line*).

A outro entrevistado, Ricardo Mariano, que participou da mesma entrevista, a jornalista fez outra pergunta: “As orientações de líderes evangélicos foram decisivas nessa eleição?”. O sociólogo da religião deu a seguinte resposta:

Há igrejas que funcionam como comitês de campanha para o legislativo e também para candidatos de cargos majoritários necessariamente evangélicos. Existe um ativismo eleitoral no interior das igrejas atacando diretamente os governos do PT e seus candidatos. Depois acabaram aderindo ao Bolsonaro, exibindo às vezes de forma sutil e às vezes de forma aberta, transformando a igreja em comitês de campanha (*Carta Capital*, 2019, *on-line*).

Diante do exposto, cremos não restarem dúvidas de que o peso do voto dos evangélicos nas eleições presidenciais de 2018, foi crucial. Levando-se em conta os motivos assinalados por Almeida para tal, torna-se apropriada a indagação feita por Alves sobre o desenrolar do governo de Jair Bolsonaro: “Resta saber se isto vai transformar em um vetor de avanço do empreendedorismo e da redução da pobreza (como prega a teologia da prosperidade) ou num vetor de conservadorismo comportamental e de restrições às liberdades democráticas” (Alves, 2019, *on-line*).

A julgar por tudo que tem sido até nossos dias o governo do capitão, ficaríamos com a segunda proposição. Que Deus (ou os deuses) façam soprar outros ventos! Quanto à questão colocada no título desta seção, a dúvida permanece: seria Bolsonaro católico ou evangélico? Ao que nos parece, tudo depende do ponto de vista. Mas a levar em conta as narrativas de Bolsonaro, seria possível afirmar que as águas do Rio Jordão o converteram, ainda que para alguns eleitores ele queira manter sua identidade católica. Afinal, neste segmento religioso também superou o adversário.

129 “Do Kit Gay à carta aos evangélicos: candidatos miram os religiosos” é o nome que foi dado à entrevista com os especialistas Ricardo Mariano e Fábio Lacerda, divulgada em 1/11/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/do-kit-gay-a-carta-aos-evangelicos-candidatos-miram-eleitorado-religioso/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

2.4 A CHEGADA DE MARCELO CRIVELLA AO EXECUTIVO DA SEGUNDA MAIOR CIDADE DO BRASIL

O caso de Marcelo Bezerra Crivella é bastante emblemático da ascensão dos evangélicos na esfera política, pois foi um candidato talhado pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cujo líder espiritual mor, Edir Macedo, é seu tio. Foi eleito em outubro de 2016, para a prefeitura do Rio de Janeiro, pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), com 1,7 milhões de votos (59,37% dos votos válidos), conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Crivella, bispo da IURD desde 1986, incursionou na política como senador em 2002, sendo que em 2004 também disputou a prefeitura do Rio de Janeiro (daquela vez pelo Partido Liberal), perdendo para César Maia que obteve 50,1% dos votos válidos, enquanto ele ficou em segundo lugar, com 21,8% dos votos válidos.

Por ocasião de sua vitória em 2016, o professor da PUC- SP, Edin Abumanssur, fez a seguinte declaração à imprensa: “Não tenho dúvidas de que a Universal quer alçar voos mais altos”¹³⁰, numa clara alusão a um “projeto” político da igreja de Edir Macedo de quem sabe um dia “fazer” um presidente da República. As asas de Crivella, no entanto, parecem estar sendo cortadas devido às crises política e financeira nas quais o Rio de Janeiro se encontra e que teve início mesmo antes de Crivella assumir. Isso sem contar o episódio do *impeachment*, processo deflagrado em abril de 2019¹³¹, mesmo mês em que a capital carioca foi surpreendida por uma tempestade sem precedentes, que colocou em xeque sua competência administrativa à frente da segunda maior cidade do Brasil, bem como a segunda maior economia do país.

Desde que Crivella assumiu em janeiro de 2017, seu governo tem estado debaixo de fortes “chuvas e trovoadas”, vindas não só do “Céu do Senhor”, como também das instituições políticas e da sociedade civil, bem como de grande parte da mídia carioca e nacional, à exceção das empresas que compõem, nos termos de Penha Rocha (2006), o “império midiático” de seu tio Edir Macedo, proprietário da segunda maior emissora de canal aberto do país: a Record. Isso sem contar o canal fechado (por assinatura) Record News, as emissoras de rádio AM e FM que levam o mesmo nome, a Rádio Aleluia, o *house organ* da IURD, *Folha Universal*, apenas para citar algumas empresas da *holding*.

130 Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/nao-tenho-duvidas-de-que-a-universal-vai-alcar-voos-mais-altos-diz-professor-de-religiao/>. Acesso em: 3 de jul. 2019.

131 Em junho de 2019, “após muita tensão e meses de impasse, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro rejeitou o *impeachment* do prefeito Marcelo Crivella, do PRB. Foram 35 votos contra a cassação, 13 a favor e uma abstenção. Crivella respondia ao processo por infringir três incisos da lei que trata das responsabilidades de um prefeito, ao renovar, sem licitação, exploração de publicidade em ponto de ônibus. Desde o fim da ditadura, foi a primeira vez que a Câmara carioca votou um processo de *impeachment* de um chefe do Executivo” (*Carta Capital*, Coluna “A Semana”, 3 de julho de 2019).

2.4.1 Do Senado à Prefeitura do Rio de Janeiro: o apoio incondicional da IURD

A década de 1980, foi marcada por uma forte crise econômica que afetou sobremaneira o ramo da Engenharia Civil, fazendo com que alguns engenheiros tivessem que lançar mão da criatividade como forma de garantir a sobrevivência. Na ocasião, ficou muito em evidência, com a corroboração da mídia, o “Engenheiro que virou suco”¹³², nome de uma lanchonete aberta na Avenida Paulista, coração da grande São Paulo, cujo proprietário era Odil Garcez Filho, um entre milhares de engenheiros desempregados daquela época.

Na mesma década, em outra metrópole brasileira, o Rio de Janeiro, Marcello Crivella foi “O Engenheiro que virou pastor”. Em 1977, seu tio Edir Macedo havia aberto a Igreja Universal do Reino de Deus, cuja primeira sede foi instalada na capital carioca, mais precisamente no bairro da Abolição. Com vistas a implantar seu ambicioso projeto religioso-econômico-midiático-político, o bispo mor da Universal, em 1985 chamou seu sobrinho recém-formado para ajudá-lo a erguer seus templos – e, porque não dizer, seus sonhos. Não tardou muito para que Crivella viesse também a integrar o corpo sagrado da IURD, tornando-se pastor desta instituição religiosa.

Vale lembrar que o engenheiro civil, conforme Ricardo Mariano e Rômulo Estevan Schembida de Oliveira (2009), já possuía uma verve religiosa, tendo antes pregado em praça pública com o tio Edir Macedo. Ainda criança, já frequentava a agremiação histórica Igreja Metodista, sendo que depois mudou-se para a Igreja de Nova Vida, do ramo pentecostal, a qual era frequentada também pelo tio. Em 1991, Crivella virou pastor-cantor, com um repertório gospel, cujas letras eram de sua autoria. O futuro político fez sucesso, chegando a lançar durante sua carreira musical um total de 10 CDs e a vender cinco milhões de discos (Mariano; Oliveira, 2009, p. 83).

O sonho expansionista de Edir Macedo também contou com a ajuda de seu sobrinho, enviado para a África do Sul, em 1992, para atuar como missionário. Naquele país – depois por todo o continente africano – Crivella implantou igrejas, sob sua liderança (Mariano; Oliveira, 2009, p. 83). É possível depurar que em solo africano foi o braço direito de seu tio, o qual nunca deixou de reconhecer seu trabalho e recompensá-lo. Prova disso é que, ainda no exterior, foi promovido a bispo.

A julgar por essa trajetória, Crivella poderia ser considerado o escolhido do “rei” Edir Macedo para, entre seus “sequazes e discípulos”, ser aquele líder carismático que foi se transformando gradativamente: “primeiro – como na *trustis* do rei franco –

132 Este nome, muito provavelmente, é uma remissão ao filme *O homem que virou suco*, dirigido por João Batista de Andrade e lançado em 1981, ou seja, no início da mesma década, marcada por uma forte recessão. A película mostra a estória de um escritor de cordel paraibano, recém-chegado em São Paulo, onde é confundido com um operário que assassinara seu patrão. Sem ter como comprovar sua identidade por falta de documentos, o cordelista entra em uma enrascada. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67266/o-homem-que-virou-suco>. Acesso em: 30 abr. 2019.

em comensais do senhor, privilegiados por direitos especiais, e depois em feudatários, sacerdotes, funcionários de partido, funcionários do Estado [...] que pretendem viver no movimento carismático [...]” (Weber, 1999, p. 332).

Como um “privilegiado por direitos especiais”, ao voltar da missão africana para o Brasil, em 1999, já havia à sua espera um novo projeto, dessa vez de cunho filantrópico. Sob os auspícios financeiro e midiático do tio – uma espécie de mecenato político – criou o Projeto Nordeste, que lhe assegurou um grande prestígio, dessa vez em sua pátria. O não menos ousado projeto iurdiano foi erguido em uma área de 500 hectares, no interior da Bahia, numa região semiárida do estado. Beneficiando 100 famílias, o projeto tinha como objetivo principal implantar iniciativas de irrigação, além da abertura de escolas e postos de saúde na localidade onde se instalou (Machado, 2001, p. 46). Como lembrado por Mariano e Oliveira, o empreendimento filantrópico foi

propagandeado ‘como o primeiro kibutz brasileiro implantado com a supervisão de técnicos israelenses’ e realizado como um *mix* de empreendimento social e religioso, que constituiu a principal bandeira eleitoral de sua campanha nacional para o Senado Federal em 2002 (Mariano; Oliveira, 2009, p. 83).

De acordo com Mariano e Oliveira, com base em informações colhidas por eles acerca do projeto, os recursos destinados ao mesmo foram obtidos por meio da venda de CDs. No mesmo ano em que lançou o projeto, Crivella teria realizado a “Caminhada da Solidariedade”, durante a qual foram vendidos 1,3 milhões de cópias do CD *Mensageiro da Solidariedade*.

Não restam dúvidas de que o Projeto Nordeste foi exitoso e se transformou em um importante instrumento de *marketing* para Crivella em sua primeira campanha política. Como assinalado por Maria das Dores Campos Machado: “Do ponto de vista simbólico, a iniciativa da Fazenda Canaã é extremamente poderosa, associando a busca milenar da terra prometida com a disposição dos dirigentes da IURD em participar do jogo político” (Machado, 2005, p. 93-94). A autora acrescenta que, como estratégia de *marketing*, foram distribuídas fitas em VHS nos templos da Universal, visando mostrar a evolução do projeto (Machado, 2005, p. 94).

Sobre a campanha do bispo Crivella em 2002, para senador, Machado nos lembra ainda dos comícios, os quais, geralmente, tinham um “formato mais jovial de eventos *gospel*, com a participação de cantores evangélicos” (Machado, 2005, p. 94), além do próprio candidato. Os *showmícios*, usados também por candidatos que não se utilizam de sua identidade religiosa para angariarem votos, são importantes estratégias de *marketing*. Ao analisar as chamadas “Marchas para Jesus¹³³”, que fazem parte da “cultura *gospel*” (Cunha, 2013, p. 207), Raquel Sant’Ana assevera que esse tipo de evento é poderoso, uma vez que “o som dos cânticos teria o poder de

133 A “Marcha para Jesus”, criada em 1993. A partir da Lei 12.025, de autoria de Marcelo Crivella, ficou instituído um dia nacional destinado ao evento no calendário oficial do país (Sant’Ana, 2014, p. 214).

transformar a cidade e fazer valer ‘a vontade de Deus sobre essa nação’” (Sant’Ana, 2014, p. 214). Ao que tudo indica, funcionou bem naquela campanha inicial de Crivella.

As estratégias de *marketing*, utilizadas na campanha de Crivella naquele ano – e em outros –, não deixam dúvidas de que ele é um exemplo da imbricada relação entre religião-mídia-política- assistência social. Tudo isso com o aval da IURD, igreja que sempre o apoiou, sobretudo na figura do tio Edir Macedo. Embora não seja uma exclusividade da IURD, “o tripé política, mídia e filantropia” (Machado, 2001, p. 46) tem alavancado inúmeras candidaturas seja a cargos municipais, estaduais ou federais. A autora ressalta que o Projeto Nordeste foi o carro-chefe da primeira campanha de Crivella, tendo sido divulgado sobejamente na mídia, inclusive nos programas do Horário Eleitoral Gratuito (Machado, 2014, p. 620).

No caso de Crivella, a perna filantrópica do tripé foi amplificada pela perna midiática, pois o projeto da Fazenda Canaã ganhou espaço nas mídias internas e externas da IURD, o que certamente contribuiu substancialmente para sua vitória na eleição de 2002, quando foi eleito senador pela primeira vez, pelo Partido Liberal. Como assevera Luís Mauro Sá Martino, “o produto simbólico produzido pelas instituições religiosas precisa aparecer para ser conhecido. Mais do que isso, precisa provar que é melhor. O único caminho para isso no mundo atual é a mídia” (Martino, 2003, p. 5).

O político novato obteve 3,2 milhões de votos, sendo o segundo mais votado, perdendo apenas para Sérgio Cabral Filho (PMDB), com 4,2 milhões de votos. Vale ressaltar que estavam na disputa políticos de peso, como o ex-governador Leonel Brizola (PDT)¹³⁴ e o jornalista Artur da Távola (PSDB)¹³⁵, que saíram derrotados do pleito daquele ano.

Ao discorrer sobre a centralidade da mídia na prática política contemporânea, Wilson Gomes sustenta que é necessário “um grande número de habilidades, saberes,

134 O gaúcho Leonel Brizola foi governador do Rio Grande do Sul (1958), deputado federal (1962) pelo antigo Estado da Guanabara. Com a deposição, em 1964, do presidente da República João Goulart, político a quem era ligado, Brizola teve que deixar o país, exilando-se no Uruguai. Voltou ao Brasil somente em 1979, graças à Lei de Anistia. Em 1984, apoiou a campanha das “Diretas Já”. Em 1989, disputou as eleições presidenciais, ficando em terceiro lugar, atrás de Fernando Collor de Mello (PJ) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em 1990, foi eleito governador do Rio de Janeiro. Em 1998, foi vice na chapa encabeçada por Lula, mas foram derrotados por Fernando Henrique Cardoso. Em sua trajetória política, Brizola sempre pertenceu ao PDT, partido ao qual se filiou por sua admiração pelo presidente da República Getúlio Vargas. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/leonel-brizola/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

135 Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros adotou o pseudônimo Artur da Távola ao voltar, em 1968, do exílio nos países latino-americanos Bolívia e Chile, para onde foi depois de ter seu mandato de deputado cassado pelo Regime Militar de 1964. Atuou em jornais brasileiros, como *O Globo* e Última Hora. Escrevia, sobretudo, crônicas e acabou se especializando no universo televisivo. Em 2007, um ano antes de falecer, assumiu a presidência da Rádio Roquete Pinto, ajudando a revitalizá-la. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/cronistas-e-colunistas/artur-da-taacutevola-11042308>. Acesso em: 11 abr. 2019.

esforços e agentes destinados à produção de opinião [...]” (Gomes, 2011, p. 358). O autor complementa atentando para o fato de que “[...] uma das várias arenas em que a disputa política se realiza hoje em dia é certamente a arena das lutas pela imposição da opinião publicamente dominante e pela conquista dos imaginários sociais” (Gomes, 2011, p. 358).

O bispo Crivella, dispondo de um portentoso aparato midiático da igreja a qual pertence, adentrou a arena política em situação vantajosa, o que lhe possibilitou, por meio das mais variadas estratégias de *marketing*, mobilizar os imaginários sociais, sobretudo de seus fiéis. Como demonstrado por Machado, os espaços cílicos da IURD se transformaram em locais de campanhas políticas em favor do candidato preferencial de seu líder espiritual, Edir Macedo.

Habilidades, saberes, esforços também foram mobilizados durante toda sua campanha. Conforme Mariano e Oliveira, o político neófito acionou, ainda, seu lado pai de família e cristão exemplares: “homem de uma mulher só” e “pai dedicado, marido apaixonado e vovô coruja assumido” (Mariano; Oliveira, 2009, p. 84), em declarações feitas à imprensa, colhidas pelos dois pesquisadores. Crivella valeu-se também do lema “Justiça para o Rio e redistribuição da renda nacional”, uma pauta extra em seu discurso polissêmico.

Foi como cantor gospel de sucesso, como engenheiro, como pai de família, como protagonista de um projeto social e religioso do Nordeste e como um jovem político disposto a combater as misérias e os problemas sociais que Crivella, estrategicamente, delineou seu marketing eleitoral para lançar-se na arena política e disputar uma vaga no Senado pelo Rio de Janeiro. Sem passado político e desprovido de bases eleitorais extra religiosas, contou com o auxílio do império midiático e da poderosa estrutura denominacional da Igreja Universal a anunciar suas realizações sociais na Fazenda Canaã, a construir sua imagem de profissional competente e a angariar milhões de votos (Mariano; Oliveira, 2009, p. 84, grifos nossos).

É digno de registro que embora tenha sido eleito Senador da República, durante a campanha Crivella foi atacado, sobretudo, por sua ligação com a IURD e por seu parentesco com o bispo Edir Macedo. As farpas foram lançadas principalmente pelos veteranos Artur da Távola e Leonel Brizola, bem como por outro pedetista, Carlos Luppi, todos concorrentes. As acusações diziam respeito ao próprio candidato, ao tio e a IURD, prevalecendo a pecha de fundamentalistas, retrógrados, além de questionarem a intrincada relação entre igreja e religião, como relatado por Mariano e Oliveira (2009).

Em 2004, quando estava há apenas dois anos como senador, Crivella recebeu outra incumbência de sua igreja. Disputar as eleições da segunda maior cidade do país, da segunda maior cidade em arrecadação e uma das capitais brasileiras com

maior concentração de evangélicos. Em artigo, que busca analisar as razões pelas quais alguns políticos preferem disputar eleições majoritárias, Luiz Felipe Guedes da Graça e Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza¹³⁶ asseveram que: “O comando de uma prefeitura, ainda mais de uma cidade de grande porte, traz consigo grandes benefícios não só de maior visibilidade, mas também de capacidade direta de afetar políticas públicas” (Graça; Ribeiro, p. 324). Outro argumento apresentado pelos autores é o de que “alternar eleições para cargos nos diferentes níveis no sistema federativo permitem que até mesmo candidatos que perderam disputas por prefeituras tirem proveito da cobertura da campanha mais tarde na corrida por uma vaga na Câmara dos Deputados” (Graça; Ribeiro, 2014, p. 326).

Diffícil afirmar o que levaria o então senador a entrar numa disputa acirrada pela prefeitura do Rio de Janeiro. No entanto, ao que nos parece, há uma maior pertinência da primeira assertiva com relação ao caso de Crivella. Isso porque é de se supor que, por representar a IURD, a possibilidade de poder influenciar em políticas públicas é algo que, além de ser atrativo, atende aos anseios desta instituição religiosa liderada por Edir Macedo. É de se supor também que, como asseverado por Max Weber: “O mecenas que financia [...] um chefe de partido carismático e espera de sua vitória eleitoral encomendas do Estado, arrendamentos de impostos, monopólios ou outros privilégios, sobretudo a retribuição de seus adiantamentos com os juros correspondentes [...]” (Weber, 2004, p. 341).

De outro ponto de vista, como assinalado por Carlos Gutierrez, “a IURD não pode ser mais pensada apenas como uma igreja, mas como uma estrutura que congrega mídia, religião e poder econômico, devendo-se incluir também o plano político” (Gutierrez, 2016, p. 75). Não restam dúvidas de que Crivella, desde a sua candidatura ao senado, já era parte do plano político da terceira maior igreja pentecostal do Brasil, o qual, como já referido no início deste capítulo, pretende “emplacar” um presidente. Se por um lado as eleições majoritárias propiciam uma maior capacidade de influir em políticas públicas, por outro o embate com os concorrentes ocorre de forma mais próxima e de maneira mais contundente. Lançando mão de uma expressão mais coloquial, o jogo fica mais difícil de ser jogado.

Ao entrar na disputa para a prefeitura da capital carioca, Crivella enfrentou problemas com a Justiça Federal, o Ministério Público e a Receita Federal. Não foi poupado nem pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Na arena midiática, sofreu ataques advindos, principalmente, dos meios de comunicação das Organizações Globo, cujos interesses extrapolam a questão política, uma vez que a

136 Ambos os pesquisadores, por ocasião da publicação do artigo intitulado “Uso estratégico das eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil”, estavam vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Rede Record de Televisão, do bispo Edir Macedo, é a principal concorrente da Rede Globo de Televisão.

Mariano e Oliveira (2009, p. 87) recordam que até um *blog* foi criado contra sua candidatura, o “Crivellanão”, que adotava como mote principal o lema “Ninguém merece o bispo”. Segundo os mesmos autores, na arena política a candidatura do prefeito da IURD sofreu outro baque: o rompimento da aliança política com o casal Garotinho, com o qual Crivella sempre contou como apoiadores. Anthony Garotinho migrou para o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), decidindo apoiar o candidato de sua nova legenda, Luiz Paulo Conde.

Não nos cabe aqui relatar todos os percalços enfrentados por Crivella nessa disputa acirrada, sendo necessário ressaltar que a mídia foi ferrenha com relação a sua candidatura. Mesmo contando com o aparato midiático de Edir Macedo, não foi possível se defender de tantos ataques de *O Globo*, da *Folha de S. Paulo*, veículos de comunicação com forte ascendência sobre a opinião pública.

Vale ressaltar que já dessa vez, com vistas a driblar o eleitorado, Crivella adotou uma postura ambígua, hora assumindo sua identidade religiosa, hora se esquivando dela, incorporando o político profissional. Como observado por Gomes (2011, p. 34), política é teatro e há sempre um ator por trás das máscaras, que pode encarnar um ou mais personagens. Nos termos de Erving Goffman (1993, p. 49), os atores lançam mão de idealizações para agradar sua audiência, seus espectadores. Retomaremos a análise dessa dupla identidade – em algumas campanhas, múltiplas identidades – encarnadas por Crivella mais à frente.

Mesmo se utilizando de um jogo duplo, o lado religioso foi bastante evidenciado. Um dos principais eventos que tentou alavancar sua candidatura foi de cunho religioso: “Rio ao pé da Cruz”. Coordenado pelo bispo Clodomir dos Santos e realizado no Templo Maior da Igreja, no bairro periférico de Del Castilho, o evento previa a distribuição de impressos com o Salmo 22, “coincidentemente” o número do partido de Crivella, o PL. Detalhe: no dia da votação em primeiro turno (Mariano; Oliveira, 2009, p. 89).

O resultado nas urnas refletiu o bombardeio e Crivella acabou ficando em segundo lugar, com 21,83% dos votos válidos. Cesar Maia, do PFL, ganhou já no primeiro turno. Não dispomos de dados que nos torna possível afirmar que sua identidade religiosa teria atrapalhado o candidato a prefeito, mas o fato é que em 2006, quando se candidatou a governador do Estado do Rio de Janeiro, o bispo Crivella adotou o discurso persecutório, o mesmo que vinha sendo adotado desde o episódio do “chute na santa” (Giumbelli, 2003) e em favor da laicidade do Estado. “Quero o estado laico, mas quero politizar os evangélicos”, declarou o candidato ao ser sabatinado pela *Folha de S. Paulo* durante a campanha (Mariano; Oliveira, 2009, p. 90).

Gutierrez, a partir de Dodier (2014), toma de empréstimo a ideia de “reflexividade estratégica” justamente para explicar esse duplo discurso da IURD, que se utiliza “[...] conforme a situação, de discursos que envolvem o respeito à laicidade, ou de apelo religioso, revelando ou ocultando o seu pertencimento à Universal” (Gutierrez, 2016, p. 85). Reproduzindo a fala de um informante entrevistado em sua pesquisa sobre esta igreja, o autor demonstra que o discurso persecutório está introjetado até nos fiéis: “A sociedade é muito preconceituosa com a Universal e não admite que outras religiões façam [...] O Chalita é católico e ninguém fala nada. Acham normal. O Serra, a mesma coisa. Alckmin também. Agora quando é com a gente é esse preconceito” (Gutierrez, 2016, p. 85).

Para além do discurso persecutório e da exaltação à laicidade, a campanha de Crivella, em 2006, contou com um elemento novo – e inusitado até então, em se tratando de um candidato iurdiano. Dessa vez, Crivella, já como candidato pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), obteve o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, como parte de seu pragmatismo político, fez aliança com o novo partido¹³⁷ na disputa por sua reeleição. O bispo não teve a mesma sorte que o sindicalista. Saiu derrotado nessa eleição por Sérgio Cabral Filho (PMDB) – também apoiado por Lula – não chegando nem mesmo a disputar o segundo turno.

Uma das principais razões apontadas para a derrota de Crivella foi o resultado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito — CPMI — das Sanguessugas, esquema de venda superfaturada de ambulâncias para o Ministério da Saúde. O resultado da CPMI saiu no final de agosto, recomendando a cassação de 72 parlamentares, dos quais 27 eram evangélicos e 14 da IURD (Mariano, Oliveira, 2009, p. 91). O episódio foi de encontro ao discurso de moralização da política apregoado pelos representantes da Universal, cuja máxima era o combate à corrupção.

O escândalo não prejudicou somente a candidatura de Crivella para governador, como também provocou uma redução no número de deputados na bancada evangélica, cujo número caiu de 60 para 40 em relação a 2002 (Oro; Mariano, 2010, p. 20). Outro efeito do caso das Sanguessugas, foi a saída de cena de muitos políticos vinculados às igrejas pentecostais, inclusive da própria IURD (Tadvald, 2010, p. 201), como o ex-bispo Carlos Rodrigues, que exerceu a função de coordenador político da Universal durante muitos anos (Mariano; Oliveira, 2009, p. 91).

Em 2008, mantendo um esquema de alternância na disputa por cargos políticos, Crivella torna a disputar a prefeitura do Rio de Janeiro, ao que nos parece um alvo

137 O Partido Republicano Brasileiro foi criado naquele mesmo ano e obteve seu registro junto ao TSE somente em março, às vésperas da eleição. O artigo de Carlos Gutierrez intitulado “Igreja Universal e Política: Dispositivos e Participação na cena Pública” aponta para uma estreita vinculação entre o PRB e a IURD, ainda que, conforme o autor, os políticos e até os próprios fiéis tentam negar e, em algumas circunstâncias, negar essa relação (Gutierrez, 2014).

preferido por ele – e pela IURD, sobretudo na figura de seu tio Edir Macedo, que sempre avalizou a trajetória política do sobrinho. Dessa vez, o bispo saiu na frente na corrida para prefeito, superando políticos como Eduardo Paes (PMDB), Fernando Gabeira (PV) e Jandira Feghali (PC do B). Porém, como lembrado por Mariano e Oliveira (2009, p. 92) era também o candidato com o maior índice de rejeição (28%), o que só veio a aumentar durante a campanha.

Como agravante, Crivella ganhou a antipatia de grupos feministas e LGBTT, ao acusar Gabeira de “defender aborto, homem com homem e maconha” (Mariano; Oliveira, 2009, p. 92). É preciso salientar que se por um lado essa agenda moral cria animosidades com alguns coletivos sociais, por outro, ganha a confiança de outra parcela do eleitorado afinado com essa mesma agenda, para quem “a moralidade cristã é muito importante, pois indica [...] um compromisso com a família brasileira” (Gutierrez, 2016, p. 86).

Nesse baile de máscaras da política, é preciso saber usar a máscara certa, na hora certa. Assim como na campanha para a prefeitura em 2004, em determinados momentos o bispo precisou dissociar sua imagem religiosa e eclesiástica de sua atuação política. Para isso, em diversas ocasiões contou com a cobertura da TV Record, vinculada à IURD, em eventos de campanha, como a que reuniu artistas da Rede Record em uma churrascaria (Mariano; Oliveira, 2009, p. 93), um acontecimento que poderíamos classificar como mais “profano”.

Uma conjunção de fatores desfavoráveis vindos dos mais variados segmentos, tais como ataques ostensivos das Organizações Globo, da *Folha de S. Paulo*; perda do apoio do PTB, partido forte no RJ, que decidiu apoiar o candidato peemedebista Eduardo Paes; denúncias de irregularidades em projetos sociais criados pelo candidato e, novamente, sua vinculação com a IURD vista com maus olhos por uma parcela expressiva do eleitorado levaram o à derrota. De nada adiantou os esforços de um dos maiores marqueteiros do país, Duda Mendonça, na tentativa de apresentá-lo como um candidato sem amarras com sua instituição religiosa. Crivella perdeu as eleições para Eduardo Paes, que contou com o apoio do então governador Sérgio Cabral e dispunha do maior tempo no Horário Eleitoral Gratuito.

O grande salto de Crivella foi a vitória para a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2016. A campanha, dessa vez vitoriosa, fez com que o debate político em torno do binômio religião-política viesse à tona novamente, com força. Vale ressaltar que esta foi sua quarta eleição majoritária e, em todas elas

o vínculo religioso, por um lado, era um ativo por colocá-lo em um patamar de votos competitivo, mas também um passivo na medida em que lhe foram atribuídos os estigmas disseminados na opinião pública a respeito dos políticos evangélicos: conservadores, moralistas, fisiológicos, corporativos, intolerantes e corrompíveis (Almeida, 2019, p. 202).

Almeida salienta que na campanha para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, “Em parte, Crivella procurou apresentar-se como um religioso pluralista – não necessariamente ecumênico, o que implica um certo congraçamento entre diferentes religiões. Por outro lado, a alta rejeição do seu adversário (um candidato da esquerda) favoreceu-o” (Almeida, 2019, p. 202).

O antropólogo atenta para o fato de que Marcelo Freixo, candidato do PSOL, mesmo nunca tendo participado de um governo do PT, acabou sendo vítima do antipetismo que tomou conta das últimas eleições para cargos majoritários. Curioso que Crivella e sua igreja foram aliados de gestões petistas, sendo que ele, inclusive, ocupou uma pasta no governo de Dilma Rousseff de 2012 a 2014, o Ministério da Pesca. No entanto, inexplicavelmente, não teve seu nome associado ao PT.

Crivella tomou posse como prefeito em janeiro de 2017, ocasião em que a capital carioca vivia uma de suas maiores crises nas áreas: econômica, políticas e social, com destaque para a violência que tomou conta daquela cidade – e do Estado. Isso porque a cidade do Rio de Janeiro sediou vários eventos internacionais, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, recebendo investimentos vultosos, os quais deram margem à corrupção por parte de agentes públicos e empresários. Findos esses megaeventos, o que restou foi a falência das finanças públicas e a intensificação da violência. A gestão de Crivella já começou mal, imersa em um contexto de crise aguda.

De acordo com Almeida, atitude de Crivella frente a essa crise foi evitar, no primeiro semestre de sua gestão, a exposição à mídia, optando por um contato mais direto com a população de baixa renda. Como se não bastasse todos os problemas, o sobrinho de Edir Macedo adotou uma medida impopular, reduzindo pela metade o valor das verbas destinadas ao carnaval carioca, mais especificamente às escolas de samba, sob a alegação de que era necessário cortar gastos.

Além disso, o ex-bispo da IURD não compareceu ao desfile das escolas, bem como não fez a tradicional entrega das chaves do Rio de Janeiro para o Rei Momo. Conforme Almeida, foi quando “as digitais da Igreja Universal começaram a ficar mais evidentes” e tornou-se bastante perceptível que “um *habitus* religioso lhe é constitutivo como valor, corporalidade, comportamento e visão de mundo” (Almeida, 2019, p. 212).

Depreendemos de todas essas campanhas eleitorais, das quais Marcelo Crivella fez parte – e aqui relatadas – que sua vinculação religiosa é a um só tempo, como no título da música de Caetano Veloso, *Meu bem, meu mal*. Pelo fato de ora se aproximar de sua denominação religiosa, ora tentar se distanciar dela, Crivella acaba por ter mais de uma identidade, características deste político sobre as quais

nos debruçaremos na próxima seção. “Ser crente ou não ser crente, eis a questão.” Tudo depende da ocasião.

2.4.2 As múltiplas identidades de Marcelo Crivella

A trajetória de Marcelo Crivella seria apropriada para ilustrar a ideia de sujeito pós-moderno¹³⁸, presente em Stuart Hall (2001, p. 10), posto que ele assume diferentes identidades, por vezes contraditórias ou até mesmo antagônicas (Laclau; Mouffe apud Mendonça, 2012). Sua identidade muda conforme é interpelado e representado no meio em que irá atuar. Considerando sua forte vinculação com Edir Macedo e sua inserção em igrejas evangélicas desde muito cedo, supostamente sua identidade religiosa seria, nos termos de Hall a partir de Kobena Mercer (1990), sua “identidade mestra” (Hall, 2001, p. 21)

Para Hall, no entanto, essa “identidade mestra” na pós-modernidade sofre erosões constantemente, desdobrando-se em múltiplas identidades (Hall, 2001, p. 21). No caso específico de Crivella, no nosso entendimento, há necessidade de forjar diferentes identidades em consonância com diferentes contextos, uma vez que “Somos confrontados por uma gama de identidades (cada qual nos fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha” (Hall, 2001, p. 75).

Depreendemos que as concepções multiculturalistas se aplicam em certa medida à figura de Crivella. Mas para se entender as múltiplas identidades do sobrinho do senador, nada como uma boa pesquisa empírica. Pedro Heitor Barros Geraldo (2012) apresenta um instigante estudo das múltiplas identidades do sobrinho de Macedo, detendo-se na campanha à prefeitura do Rio de Janeiro, em 2004. O autor utiliza como metodologia de análise a tipologia ideal de Max Weber, criando os seguintes tipos: o senador, o político profissional, o bispo e o político ecumônico. Seu *corpus* constitui-se de matérias jornalísticas divulgadas no jornal de circulação nacional *O Globo* e do *house-organ* da IURD, *Folha Universal*, durante a referida campanha, cujo critério adotado refere-se a notícias mais de cunho político e religioso.

Valendo-se de um bem selecionado instrumental metodológico, Geraldo demonstra as oscilações do candidato quanto a que máscara vestir em determinados momentos, em determinadas situações e as contradições que decorrem dessa troca constante. Antes mesmo de perscrutar seu objeto, Geraldo afirma existir uma “identidade irurdiana”, em diálogo com Carlos Rodrigues Brandão (2007), para quem

138 Além do sujeito pós-moderno, Stuart Hall relaciona mais dois tipos: o sujeito do Iluminismo, que atua numa perspectiva mais, intimista, individualista e o sujeito sociológico, que atua numa perspectiva mais interacionista, levando em conta o meio em que está inserido (Hall, 2001).

existe uma identidade e, até mesmo, uma cultura evangélica, ainda que os crentes criem mecanismos de participação no mundo – como a cultura *Gospel* já referida por nós.

Seria impossível – e não é nosso propósito – relacionar todas as passagens apresentadas por Geraldo sobre Crivella em seu artigo. O que mais nos interessa é buscar evidenciar as identidades multifacetadas do “político de cristo” (Campos, 2006), em uma campanha secular. Por meio dos tipos elencados pelo autor em sua pesquisa, essas identidades vão se desvelando.

Sobre o político profissional, Geraldo explica, que para este tipo, o que importa é o resultado final das eleições, ou seja, ganhar. Conforme o autor, diante dessa pretensão, o candidato “expõe suas aptidões e seu carisma pessoal” (Geraldo, 2012, p. 106). No entanto, é necessário que ao agir enquanto político profissional, o candidato não pode revelar mais uma faceta em detrimento de outra. No caso de Crivella, a faceta religiosa não pode se sobressair à faceta política. Porém, é preciso evidenciar o carisma, o que fica patente no discurso do candidato iurdiano reproduzido pelo pesquisador:

Lembrei do tempo em que era surfista nas praias e via alguém se afogando. Eu me lançava para salvar a pessoa porque achava que, se não fizesse isso, não poderia viver com a culpa de não ter feito nada diante de uma tragédia. É com este espírito que eu me coloco à disposição dos senhores. O Rio de Janeiro precisa de coração (Otávio; Autran apud Geraldo, 2012, p. 106).

Em nossa interpretação, Crivella conseguiu, em uma única fala, mostrar-se um candidato moderno, acionando seu passado de surfista, que no imaginário carioca o remete à Zona Sul e criando, portanto, identificação com o eleitor daquela região do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, revelou-se uma pessoa virtuosa, qualidade muito apreciada pelo grupo religioso ao qual pertence, característica herdada do puritanismo. Por último, passou a imagem de ser uma pessoa de bom coração. Tudo isso sem fazer nenhuma referência a sua pertença evangélica.

Geraldo sentencia que Crivella soube lançar mão de seu carisma, entendido por ele a partir de Weber como sendo “as qualidades específicas extracotidianas e não racionais”, com vistas a atingir seu propósito maior, ou seja, vencer as eleições, sem ter que apelar para o religioso (Geraldo, 2012, p. 108).

Se por um lado no “teatro da política” a máscara de religioso não lhe convinha, por outro a máscara de candidato ecumênico precisava ser usada em alguns atos, até para poder se desvincular de sua confissão religiosa. Como relatado por Geraldo, Crivella declarou que iria “governar sem caça às bruxas” e “sem qualquer tipo de discriminação, de intolerância ideológica” (Autran et al. apud Geraldo, 2012, p. 108).

Na tentativa de compatibilizar o discurso com a prática, o bispo da Universal visitou, inclusive, algumas sinagogas¹³⁹. Também, buscando se apresentar diante do eleitorado como um candidato aberto, em declaração ao jornal *O Globo* sobre os direitos de homossexuais, Crivella se disse “radicalmente contra a discriminação” (Autran et al. apud Geraldo, 2012, p. 108). Geraldo recorda que, naquela disputada eleição à prefeitura do Rio de Janeiro, o candidato de Edir Macedo foi o que mais se encaixou no tipo político ecumênico (Autran et al. apud Geraldo, 2012, p. 109).

Mudança de ato. Entra em cena o Senador. Na descrição de Geraldo, este tipo “abrange a visão institucionalizada quando se referem ao partido ou aos direitos dos cidadãos” (Autran et al. apud Geraldo, 2012, p. 109). Não cabem nesta tipologia os posicionamentos pessoais e há necessidade de apresentar, frente ao eleitor, um pensamento laicizado. Dito de outra forma, há que se ressaltar os vínculos político-partidários e a defesa de uma sociedade calcada na laicidade.

Ao se portar como um autêntico senador, Crivella frisou sua pertença ao PL – partido que representava na época – e o fato de ser a mesma legenda do então vice-presidente da República, José Alencar. Vale lembrar que naquela campanha de 2004, o Brasil era presidido por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de quem o senador dizia contar com o apoio para se tornar o prefeito carioca.

Não faltou na ocasião quem procurasse lembrar a todo momento seu vínculo religioso, do qual, incorporando o senador, Crivella tentava se desvincilar. Seus concorrentes e opositores “o acusavam de misturar política com religião” (Geraldo, 2012, p. 110) o que ia de encontro ao seu esforço de se compatibilizar com o modelo de laicidade.

Se no meio político o bispo tinha que esconder sua faceta religiosa, no meio religioso o político tinha que reforçar sua identidade e sua pertença religiosas, sob pena

139 Em palestra proferida pelo professor da Universidade de São Paulo (USP), Luiz Felipe Pondé, como convidado do Programa de Pós-Graduação de Ciência da Religião, a convite do ex-professor do programa Faustino Teixeira, em 2014 – mesmo ano da inauguração do “Templo de Salomão” pela Igreja Universal do Reino de Deus, o filósofo defendeu haver uma “judaização” da igreja de Edir Macedo. Pondé chamou a atenção para o fato de a IURD estar retomando o Velho Testamento, argumentando ser uma prova disso a construção do “Templo de Salomão”, muito emblemático do ponto de vista simbólico. Na ocasião, o professor da USP argumentou também que, no seu entender, essa tentativa de aproximação com o judaísmo por parte da igreja de Macedo poderia ser interpretada como uma estratégia de *marketing*, uma vez que a IURD, à época, estava perdendo fiéis para outras igrejas evangélicas, como para a Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD) do “apóstolo” Valdemiro Santiago, ex-discípulo de Valdemiro Santiago. Embora de cunho jornalístico e não científico, a reportagem da inauguração do “Templo de Salomão” pelo jornal *El País* corrobora com esta visão. O periódico espanhol divulgou uma parte do discurso proferido por ocasião da inauguração que ilustra bem isso: “É um presente dado por Deus termos o Templo de Salomão também no Brasil.” Conforme o próprio jornal, a frase foi dita por um narrador, “em referência aos dois templos de Salomão, construídos pelos judeus no Monte Moriá, em Jerusalém, destruídos ambas as vezes, sendo a última em 70 d.C. pelos romanos”. O *El País*, indo ao encontro da posição de Pondé, faz referência ao templo como sendo o “templo de ostentação”, sugere tratar-se de uma jogada de *marketing* para atrair fiéis diante da perda para outras igrejas. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/31/sociedad/1406831912_261622.html. Acesso em: 19 jul. 2019.

de perder uma parte expressiva de seu eleitorado: os fiéis. Ao analisar o candidato a partir da tipologia Bispo, Geraldo observa que, para além de mobilizar os discursos religiosos por vezes desprezados, Crivella também lançou mão de seu carisma.

Ao ser acusado por um de seus concorrentes, César Maia, de usar o nome de Deus indiscriminadamente, o bispo iurdiano respondeu com veemência: “Uso o nome de Deus para tudo. A Constituição fala no nome Dele, assim como todas as notas em circulação no país.” E se atreveu a fazer um trocadilho: “Agora tem que ser, dai a César o que é de Cesar, e ao Rio quem é de Deus” (Marques & Autran apud Geraldo, 2012, p. 111).

Para reforçar o tipo Bispo, no jornal interno da IURD, a *Folha Universal*, seu tio Edir Macedo dedicava seus editoriais ao sobrinho, exaltando sua competência religiosa: “Para viver aqui no Rio de Janeiro é preciso ter um anjo poderoso para nos proteger. Tem que ser um anjo forte” (Macedo apud Geraldo, 2012, p. 112).

Ainda dentro da tipologia Bispo, aloca-se um outro tipo de discurso: o persecutório, apropriadamente explorado por Emerson Giumbelli em seu artigo “O chute na santa” (2003) e por Clara Mafra, no artigo intitulado “A Dialética da Perseguição” (1998). Ao se valer deste recurso discursivo, conforme Geraldo (2012, p. 114), o candidato Crivella “buscava aumentar seu carisma em relação aos eleitores sem qualquer referência religiosa”. O autor explica que nessa situação o discurso deve ser entendido, então, como um artifício para se ampliar o carisma dos candidatos, seja se colocando numa posição superior ou inferior.

Não foram raras as vezes que Crivella se vitimizou, alegando perseguição, sobretudo por parte do jornal *O Globo*. Para se queixar publicamente, o bispo usou o jornal de sua igreja, a *Folha Universal*, no qual declarou que o periódico da família Marinho o difamava com manchetes “absolutamente inverídicas”, mas que “Mesmo debaixo desta pancadaria toda, subi de 430 mil para 670 mil votos, que é o que tenho hoje” (Crivella apud Geraldo, 2012, p. 114).

No nosso entender, a categoria Bispo ainda comportaria a figura do sobrinho de Edir Macedo, uma vez que consideramos que o laço de parentesco entre Crivella e o tio é algo cristalizado. Trazendo para o debate em torno de sua personagem conceitos de Pierre Bourdieu, depreendemos que esta vinculação indelével nos leva a uma aproximação do conceito de *habitus* (Bourdieu, 1996, p. 69), ou seja, o fato de ser parente de Macedo e membro ativo da IURD está de tal modo internalizado em Crivella que é impossível se defrontar com a imagem dele sem pensar na marca da Universal. Por mais que em determinadas ocasiões tente dissociar-se de ambas as circunstâncias, sua figura é indissociável das mesmas, posto que:

O verdadeiro princípio da magia dos enunciados performativos reside no mistério dos ministérios, isto é, na delegação ao cabo da qual um agente singular (rei, sacerdote, *porta-voz*) recebe o mandato para falar e agir em nome do grupo, assim constituído nele e por ele; tal princípio encontra-se mais precisamente, nas condições do ministério que constitui o mandatário legítimo como sendo capaz de agir através das palavras sobre o mundo social de pelo fato de instituí-lo como *médium* entre o grupo e ele mesmo; isso ocorre, entre outras coisas, ao municiá-lo com signo e insígnias destinados a lembrar o fato de que ele não agem seu nome pessoal e de sua própria autoridade (Bourdieu, 1996, p. 63, grifos do autor).

Recorrendo a outro conceito relevante do sociólogo francês, o de *capital simbólico* (Bourdieu, 1996, p. 59) depreendemos que parte deste capital de Crivella é herdado do tio, o qual fez do sobrinho a maior aposta de sua igreja para representá-lo na esfera pública, como buscamos demonstrar com a citação acima. No entanto, é preciso que se diga que, ao longo de sua trajetória, o senador foi adquirindo seu próprio *capital simbólico*. Mas toda vez que se quer atingir o âmago da Igreja Universal – e de sua *holding* – especialmente os veículos de comunicação da Organização da família Marinho procuram destituí-lo de seu *capital simbólico*, o que, não raro, respinga nas organizações de Macedo. Vale lembrar a intensa disputa no campo jornalístico pelo primeiro lugar em audiência entre, respectivamente, a Rede Globo e a Rede Record, sendo que até o momento a primeira detém esta colocação.

Retomando as identidades múltiplas de Crivella, Geraldo (2012, p. 113) observa que elas são contingenciais, uma vez que adotadas dentro de um contexto eleitoral, o qual também não é imutável. Isso quer dizer que a cada eleição pode entrar mais ou menos em cena o senador, o bispo, o político profissional ou o político ecumênico. Tudo vai depender do tom da campanha.

Ainda que Geraldo sustente que é possível que Crivella “oscile entre as imagens do senador e do bispo de forma coerente” (Geraldo, 2012, p. 113), devemos observar que essas identidades múltiplas por vezes se confundem, se contradizem, entram em conflito. Ao contrário de Geraldo e próximo a Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, as distintas identidades são apontadas como dilema e não servindo a vários usos (Mariano; Oliveira, 2009). Como asseverado por Laclau e Mouffe¹⁴⁰ (apud Mendonça, 2012, p. 207), “o antagonismo faz parte da ontologia do político”. Segundo estes dois últimos autores, antagonismo e discurso se articulam.

Na concepção de Laclau (apud Mendonça, 2012, p. 216), “a possibilidade da política é a possibilidade de seus limites. Limites, para ele, são necessariamente limites

140 Os dois autores formularam, em parceria, o conceito de “antagonismo social”, visto por eles como “condição de possibilidade para a formação de identidades políticas”, conforme consta no artigo intitulado “Antagonismo como identificação política”, do professor da Universidade de Pelotas (RS) e cientista social Daniel de Mendonça, publicado em 2012 na *Revista Brasileira de Ciências Políticas*. É preciso registrar que esta ideia de antagonismo foi evocada por nós para explicar outro conceito de Chantal Mouffe (2005), o de agonismo, seu oposto. Mouffe se vale do conceito de agonismo para defender a legitimidade da participação da religião na esfera política, como já desenvolvido por nós no item 2.3 do primeiro capítulo desta tese.

antagônicos, ou seja, um discurso, uma identidade política, são constituídos na medida em que são identificados os inimigos". No caso de Crivella, essa identificação é primordial, por tratar-se de candidato muito visado, sobretudo por sua estreita vinculação a uma instituição religiosa. Esta ligação tanto pode fragilizá-lo quanto fortalecê-lo diante de seus opositores e concorrentes. Tudo é muito pontual.

O manuseio das máscaras no teatro da política exige destreza. Lançando mão de uma tipologia weberiana, depreendemos que frente ao inimigo é preciso saber em que momento deve se usar a máscara de "guerreiro" ou de "sacerdote" (Weber, 2004, p. 351). Para melhor aparatar seus políticos, a IURD dispõe de um "curso" de formação, cujo objetivo principal é fazer com que, para além das máscaras, saibam usar o repertório adequado. Discorreremos a seguir sobre mais esse tentáculo da Universal.

2.4.3 A fantástica fábrica de candidatos de Edir Macedo

O poderio econômico e midiático da Igreja Universal engloba uma série de empreendimentos pouco conhecidas do público em geral. Dentre eles, Carlos Gutierrez destaca a formação de jovens para atuarem quer como futuras lideranças religiosas, quer como futuras lideranças políticas. Recorrendo a Weber novamente, temos que:

Toda educação carismática inclui alguns componentes próprios da formação especializada, conforme se pretenda desenvolver nos noviços o herói guerreiro, o curandeiro, o fazedor de chuvas, o exorcista, o sacerdote ou o perito jurídico [...] (Weber, 2004, p. 351).

Em outra obra do sociólogo alemão, ao discorrer sobre a importância do carisma, enquanto fonte de legitimidade, Weber aponta para a existência de duas figuras essenciais em uma sociedade: "de uma parte, a do mágico e do profeta e, de outra parte, a do chefe escolhido para dirigir a guerra, do chefe de grupo, do *condottiere*" (Weber, 2011, p. 31). No caso específico da escola de formação da IURD, o que se pretende é compor quadros adestrados para, de um lado, treinar fiéis para atuarem posteriormente como pastores em suas inúmeras igrejas e, de outro lado, para atuarem na defesa da burocracia da máquina institucional, inclusive no âmbito político.

E é justamente no sentido de identificar aqueles que possuem um perfil mais adequado para atuar no sacerdócio ou na política que o projeto funciona. O carisma, certamente, é um dos aspectos que se leva em conta ao selecionar aqueles que vão exercer uma ou outra função.

Como explicitado por Gutierrez, tudo começa com o projeto Força Jovem Universal, cujo objetivo

é reunir, educar e cuidar de jovens pertencentes à Igreja, ou não, uma vez que o grupo não é religioso, segundo o bispo responsável¹⁴¹, mas sim 'uma iniciativa não religiosa

141 Por ocasião da realização da pesquisa, o coordenador Força Jovem era o bispo Marcelo Brayner, mas o projeto conta com a participação de professores e monitores voluntários (Gutierrez, 2016, p. 78).

que esta aí para atender os jovens, independentemente de crença [...] trata-se do maior projeto com jovens no Brasil, atendendo milhões'. Cada cenáculo¹⁴² da Universal conta com um núcleo da Força Jovem [...]. Não obstante as atividades de evangelização, a Força Jovem tem como foco maior a 'formação' dos jovens (Gutierrez, 2016, p. 78).

O Força Jovem se subdivide em grupos: a "Dose mais forte" voltado para a recuperação de dependentes químicos; o "Jovem Nota 10", que abrange curso pré-vestibular, de idioma, de informática e cursos profissionalizantes, e o "FJUNI", destinado ao aprimoramento de jovens universitários, com a formação de grupos de estudos, palestras motivacionais, orientações vocacionais e central de estágios. O projeto também realiza atividades culturais e de lazer para seus participantes.

De acordo com Gutierrez, o FJUNI tem papel fundamental na formação de lideranças, tanto espirituais quanto políticas. O pesquisador explica que é a partir deste grupo universitário que são observados quais jovens têm vocação para ser um líder religioso e quais se encaixam mais no perfil do político. Os últimos são convidados para ingressar no Partido Republicano Brasileiro (PRB)¹⁴³, agremiação política "acusada por diversos atores (mídia, movimentos sociais, partidos políticos) de atender os interesses da Igreja Universal" (Gutierrez, 2016, p. 75).

Embora se tente negar essa vinculação entre o PRB e a IURD, de ambas as partes, de acordo com o próprio autor, a partir de dados da Fundação Getúlio Vargas divulgados no jornal *Folha de S. Paulo*, "55% da Executiva Nacional do PRB e 85% dos dirigentes estaduais do estado de São Paulo são ligados à Igreja Universal, na condição de fiéis, obreiros, pastores e bispos. Já o site "Terra" afirma que 66% dos dirigentes [do Estado de São Paulo] são ligados à Universal [...]" (Gutierrez, 2016, p. 78). Esses números foram levantados quando Celso Russomano (PRB) disputou a prefeitura daquele estado em 2014, ocasião em que negou veementemente que a IURD interferia em seu partido e muito menos em sua candidatura (Gutierrez, 2016, p. 78).

Controvérsias à parte acerca da vinculação ou não entre o PRB e a igreja de Edir Macedo, o fato é que para lá que são encaminhados os jovens iurdianos cujos perfis tendem mais para a política. Uma vez inseridos dentro da Fundação Republicana Brasileira, "braço de formação do PRB", os neófitos escolhidos para "dirigirem a guerra" (Weber,

142 Cenáculo é o nome dado aos templos da Igreja Universal do Reino de Deus (Campos, 1997).

143 O PRB é a legenda com maior representação na Câmara dos Deputados. Segundo o DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Quando Carlos Gutierrez publicou o artigo acima, intitulado "Igreja Universal e Política: Dispositivos e participação na cena pública", em 2016, o partido possuía 15 representantes na bancada evangélica na Câmara dos Deputados, dos 75 parlamentares que a compunham, sendo o partido com maior representação. Eles foram eleitos em 2014. Em 2018, a bancada evangélica passou a contar com 84 deputados e o PRB continuou hegemônico, elegendo 19 candidatos. O segundo maior partido em matéria de representação (mandato 2018-2022) é o Partido Social Liberal (PSL), mesma sigla partidária a qual pertence o presidente da República eleito em 2018, Jair Bolsonaro. Dentre os membros da bancada evangélica, consta seu filho Eduardo Bolsonaro, também do PSL. Para o Senado, foram eleitos, em 2018, sete senadores que pertencem à bancada evangélica, que antes possuía quatro senadores. Entre eles, encontra-se outro filho do presidente Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, também do PSL. Conforme dados também do DIAP, a bancada evangélica teve uma renovação expressiva, isto é, dos 84 deputados que a compõe atualmente, 44 foram eleitos pela primeira vez e 40 foram reeleitos. No Senado Federal, a renovação foi total. Esta casa perdeu um importante representante da bancada evangélica, o deputado Carlos Malta, do PSL do Espírito Santo, um grande aliado de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/28532-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso em: 21 abr. 2019.

2011, p. 31), começam a ser treinados para a política – ou para a guerra. É necessário explicar que, em consonância com Weber, consideramos guerreiros aqueles que vão para a política, por entendermos que o campo político é campo de disputas, de luta (Bourdieu, 1983, p. 91).

Ao adentrarem o curso de formação política, os neófitos entram em contato com “uma série de conhecimentos, discursos, noções técnicas que comporão um repertório normativo”. Valendo-se de Dodier (2014), Gutierrez explica que este repertório normativo diz respeito a “um conjunto de crenças, normas e saberes, a serem mobilizados pelos atores face às situações apresentadas pelos dispositivos” (Gutierrez, 2016, p. 76).

É digno de registro que como assinalado pelo autor, com base em depoimentos colhidos de fiéis indicados para o curso de formação política, esta é vista como uma forma de “continuar a obra”, só que não como “sacerdote”, mas como “guerreiro” (Weber, 2004, 2011). Gutierrez complementa que os alunos são incentivados a fazerem cursos superiores na área de Gestão Pública, por exemplo, a fim de obterem maior condição de atuarem na área política (Gutierrez, 2016, p. 82).

Um fato curioso relatado por Gutierrez, em referência aos futuros políticos do PRB oriundos da Igreja Universal, é serem orientados a evitar, em determinadas situações, o uso de expressões que os identifique com o campo religioso. “Não se deve utilizar a linguagem da Bíblia quando [for] participar de um debate de ideias”, orienta um dos palestrantes do curso de formação política, como relatado pelo pesquisador (Gutierrez, 2016, p. 84).

Os alunos são instruídos a usarem “gramáticas distintas conforme a situação” (Gutierrez, 2016, 89). Nesse quesito, Marcelo Crivella é mestre, quiçá doutor. No artigo de Gutierrez não é feita qualquer menção ao político mais identificado com a Universal. Mas é possível afirmar que, como esses estudantes que frequentam os cursos do PRB, Crivella um dia também foi neófito e, da mesma forma, escolhido a dedo para ser um “guerreiro”. Mais do que isso, Crivella foi selecionado para ser o sucessor do trono daquele *“le roi que régne, mais que ne gouverne pas”* (Weber, 2004, p. 355) ou seja, o tio Edir Macedo, o qual

em interesse da dignidade de seu cargo, não deveria apresentar-se sem revestimento ministerial, ou, de forma ainda mais radical: que ele, em interesse de sua dignidade, deveria abster-se totalmente de intervenções pessoais na administração normal, dirigidas por especialistas burocráticos, em favor dos líderes dos partidos políticos que ocupam os cargos de ministros [...] (Weber, 2004, p. 355).

Vale lembrar que, dentre outros cargos, Crivella foi Ministro da Pesca no primeiro governo de Dilma Rousseff (PT), por indicação do tio. Mas o que nos interessa demonstrar é que a formação política do “sucessor do trono” foi realizada de forma especial, não em um curso massificado como aqueles oferecidos pelo PRB, seu atual partido. Sua escola foi outra.

Ao discorrer sobre a produção de um “político de Cristo”, Leonildo Campos lembra que a inserção pentecostal na política não ocorreu via Igreja Universal, mas que esta teve um papel preponderante na ascensão política desse ramo protestante. A IURD, segundo o autor, serviu de modelo para outras igrejas, no que se refere às estratégias adotadas para se fabricar um candidato (Campos, 2005, p. 49). Ou seja, a IURD fez escola ao inaugurar um modo próprio de fazer política em nível nacional, adotando o modelo corporativo de “candidatura oficial” (Oro, 2005, p. 123).

Ainda que tenham sido copiadas por outras instituições religiosas, a IURD, provavelmente melhor do que todas as outras, soube usar essas estratégias e aumentar sua produção de candidatos. Antes de eleger seu fiel discípulo Marcelo Crivella, o líder da Universal, Edir Macedo, investiu em outros candidatos, tais como o bispo Rodrigues, principal articulador político da igreja, depois do “poderoso chefão” e Ely Patrício. Outro exemplo foi Jorge Boaventura¹⁴⁴, candidato ao senado em 1994, com o apoio da IURD, mas cuja candidatura não logrou êxito.

Conforme relatado por Campos, para se tornarem candidatos da Universal, os “sequazes e discípulos” (Weber, 2004) tinham que submeter seus currículos à igreja, para serem aprovados e examinados pela direção. A condição *si ne que non* para a aprovação era “ter compromisso sério e profundo com a comunidade cristã [...]”. Outra exigência era “ter postura correta, não se parecendo em nada com *certos políticos tradicionais*” (Campos, 2005, p. 53, *grifos do autor*). Dito de outra forma, o pretendente a uma candidatura não poderia ser um errante.

Diferentemente dos outros candidatos que tinham que passar pelo crivo da alta cúpula da Universal, Crivella foi assim uma espécie de candidato natural, devido a seu parentesco com o “rei”. Como assinalado por Weber, “o caso mais frequente de uma objetivação do carisma é a crença em sua transferibilidade¹⁴⁵ pelo laço de sangue. Esta é a maneira mais simples de aplacar o desejo dos discípulos ou sequazes e da comunidade carismaticamente dominada de eternizar o carisma” (Weber, 2004, p. 344).

Não restam dúvidas de que o fato de Crivella ser sobrinho de Edir Macedo sempre foi, em si mesmo, um argumento forte e convincente. Mas para que ele pudesse adentrar no campo político, houve a necessidade de lhe garantir credibilidade. Retomando Weber “[...] o séquito principesco aspira à ‘legitimidade’, isto é, a existência de uma qualidade distintiva do soberano carismaticamente

144 O primeiro candidato ao Senado Federal pela IURD era jornalista da Rede Record, emissora de televisão que havia sido adquirida há pouco tempo pelo bispo Edir Macedo. Acabou sendo o “escolhido” para disputar uma cadeira de Senador. De seu currículo, fazia parte ter pertencido à Escola Superior de Guerra (ESG) no período da ditadura militar, sendo responsável por ministrar cursos para a Associação de Diplomados da Escola Superior (ADESG) sobre conceitos básicos da doutrina de segurança nacional. Como um bom fiel que deveria ser, o jornalista chegou até mesmo a se “batizar nas águas” naquela igreja. Assim como tantos outros políticos pentecostais, Jorge Boaventura, depois que perdeu a eleição, sumiu de cena. Não se teve mais notícias dele pela imprensa (Campos, 2005, p. 53).

145 Ao discorrer sobre a objetivação do carisma, Max Weber tipifica três possibilidades: 1) transferível; 2) pessoalmente adquirível; 3) vinculada não a uma pessoa como tal, mas sim ao detentor de um cargo ou a uma formação institucional, sem consideração da pessoa (Weber, 2004, p. 344).

escolhido” (Weber, 2004, p. 350). Para torná-lo distinto, Macedo confiou-lhe o Projeto Nordeste, ao qual já nos referimos e que foi, sem sombra de dúvidas, uma vitrine para Crivella. Na concepção de Machado (2005, p. 113), ter seu nome associado à benemerência foi uma estratégia acertada.

Se o carisma de Crivella se perpetuará, só o tempo dirá. “O príncipe guerreiro, com seu carisma instável, cuja duração depende de provas ou da necessidade, converte-se permanente quando o estado de guerra se torna crônico” (Weber, 2004, p. 350). Sobre a trajetória de Crivella aqui traçada, podemos depreender ser um caso mais de sucessos do que de fracassos, ainda que tenha perdido algumas eleições. Porém, como já referido com base em Bourdieu, o campo político é campo de luta constante e aguerrida ou, repetindo os dizeres de Weber, “um estado de guerra crônico”.

A IURD, quer através dos cursos de formação política, descritos por Carlos Gutierrez, quer através da criação de *personas* como Crivella, tem se mantido no poder sobretudo a partir da Assembleia Nacional Constituinte (Pierucci, 1989), ocasião em que contou com alguns de seus “porta-vozes autorizados” (Bourdieu, 1996, p. 105) para influenciar na redação da *Carta Magna* brasileira.

Edir Macedo ainda não conseguiu fazer um presidente da República plenamente identificado com sua instituição. No entanto, é inegável que seus apoios corroboraram, de forma significativa, para a vitória de praticamente todos os presidentes desde a primeira eleição pós-ditadura até a última realizada em 2018, cujo vencedor foi o híbrido de católico e evangélico¹⁴⁶, Jair Bolsonaro.

Inúmeras matérias jornalísticas divulgaram o apoio do líder da Universal ao candidato do PSL. A título de ilustração, o jornal espanhol *El País*¹⁴⁷, no dia 5 de outubro daquele ano, divulgou que, após ter recebido apoio explícito de Macedo, Bolsonaro foi agraciado com 30 minutos exclusivos na rede de emissoras do bispo, a Record, enquanto os demais candidatos se digladiavam no debate da concorrente, a Rede Globo. O referido periódico sugeriu que o próprio entrevistado teria pautado sua “sabatina”.

Campos reproduz um trecho de uma entrevista com Macedo em que é perguntado se algum dia pensou em ser Presidente do Brasil, ao que ele responde:

146 Em artigo intitulado “O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro em 2018”, originalmente publicado no IHU Unisinos, o professor José Eustáquio Diniz Alves (Escola Nacional de Ciências e Estatísticas) fez a seguinte afirmação: “Embora se declare católico, em 12 de maio de 2016, Bolsonaro se deixou batizar nas águas do rio Jordão (onde diz a Bíblia que Jesus teria sido batizado). A cerimônia de batismo foi realizada pelo Pastor Everaldo, presidente do Partido Social Cristão (PSC). O lado inquestionavelmente evangélico da família vem da primeira-dama, Michelle de Paula Firmino Reinaldo Bolsonaro (38 anos) – terceira esposa de Bolsonaro – que frequenta de maneira regular os templos evangélicos e é acompanhada pelo marido”. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-em-2018-por-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

147 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/05/politica/1538709789_434443.html. Acesso em: 22 abr. 2019.

“Nunca. O que desejamos é que os Presidentes do Brasil e de outros países sejam verdadeiramente comprometidos com a justiça social” (Campos, 2005, p. 50). O líder mor nunca pretendeu ao cargo, mas já apoiou Anthony Garotinho (PSB) em 2002. Ainda, como sugerido por Edin Abumanssur, no início desta seção (item 2.4), a vitória de seu sobrinho para prefeito da segunda maior cidade do Brasil fez com que ele acalentasse o sonho de eleger, um dia, um presidente da República egresso da Universal.

Difícil prever se o senador iurdiano resistirá aos constantes ataques, os quais caracterizam a esfera política a qual foi lançado por Macedo. De acordo com Marcelo Camurça:

Ao longo do seu mandato, pelas medidas que foram tomadas, Crivella foi acumulando uma série de embates com os setores da classe média carioca: artistas, intelectuais, membros de imprensa e formadores de opinião da cidade. Dentre essas, posso mencionar: a redução dos recursos financeiros para o carnaval [...]; o cancelamento de uma exposição de arte *gay* [...]: acusação do uso de edifícios públicos para os membros de sua igreja, de forma velada; acusação de indicações para que membros de sua igreja tenham preferência no atendimento nos serviços públicos de saúde do município (Camurça, 2019a, p. 9).

Mesmo diante da administração de seguida crises, tentando compatibilizar sua “pertença religioso-pentecostal e o cálculo político” (Camurça, 2019a, p. 9), Crivella, como sugerido por Weber, teve que manter a realeza – no caso, a do tio – intocável:

Precisamente por causa de sua qualificação carismática, tal senhor precisa urgentemente, como ainda hoje o califa, o sultão e o xá, de uma personalidade que assuma a responsabilidade pelos atos governamentais, especialmente os malsucedidos e os malvistos: é o fundamento da posição tradicional, específica do “grã-vizir” em todos estes reinos (Weber, 2004, p. 354).

Dito de outro modo, é mais prudente delegar a alguém a representação na política. Da mesma forma, recorrendo a um ditado de origem árabe, é preciso garantir que: “Os cães ladrem e a caravana passe.” No caso específico de Edir Macedo, com direito a acompanhante e passaporte diplomático¹⁴⁸.

148 Em 15 de abril de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro concedeu passaporte diplomático para o bispo da Igreja Universal do reino de Deus e proprietário do Grupo Record, Edir Macedo. Sua esposa, Ester Eunice Rangel Bezerra, também recebeu o documento. A decisão, assinada pelo chanceler Ernesto Araújo, foi publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/edir-macedo-e-esposa-ganharam-passaporte-diplomatico-do-governo/>. Acesso em: 22 abr. 2019. Segundo o decreto 5.978, de 2006, o passaporte diplomático pode ser concedido ao presidente da República, ao vice-presidente e aos ex-presidentes da República. O documento também é fornecido a ministros de Estado, governadores, diplomatas, correios diplomáticos, adidos, militares a serviço de organismos internacionais e aos chefes de missões diplomáticas. Estão ainda na lista favorecidos deputados federais, senadores, ministros do Supremo Tribunal Federal e tribunais superiores, procurador-geral da República e subprocuradores-gerais, além de juízes brasileiros em Tribunais Internacionais Judiciais ou Tribunais Internacionais Arbitrais. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-concede-passaporte-diplomatico-a-edir-macedo-e-esposa/>. Acesso em: 22 abr. 2019. A concessão de passaporte para Edir Macedo e sua esposa gerou muita polêmica na imprensa e nas redes sociais, chegando até mesmo a ser suspenso. Mas o presidente Jair Bolsonaro manteve a decisão. Vale registrar que anteriormente, a Presidenta Dilma Rousseff havia concedido passaporte diplomático ao líder da Universal, de quem teve o apoio em sua primeira campanha à presidência da República, em 2010. Tanto é assim que o sobrinho de Edir Macedo, Marcelo Crivella, “ganhou” o Ministério da Pesca, como recompensa ao apoio do tio à sua candidatura. Portanto, esta não foi a primeira vez que Macedo obteve esse privilégio.

2.5 A AGENDA CONSERVADORA DO SEGMENTO EVANGÉLICO FAZENDO DIFERENÇA

Desde que adentrou a esfera pública, fato ocorrido notadamente a partir da Constituinte e sobejamente referido por nós, o segmento evangélico levou consigo uma agenda conservadora com um “forte colorido moralista” (Pierucci, 1989, p. 115) em que:

Sexo e família entrelaçam-se no miolo de seu discurso bíblico-fundamentalista para tecer de novo o discurso das direitas não religiosas, para reorientar as direitas no sentido de um revalorizado conservadorismo moral no plano dos modos e estilos de vida, complementando, assim, seu conservadorismo econômico e seu anticomunismo com uma diferente concepção dos inimigos a combater e um elenco diferente de ‘questões que realmente importam’ que representam a vontade do povo [...] (Pierucci, 1989, p. 115-116).

Dentre os “inimigos a combater”, podemos destacar o aborto e a homossexualidade. Buscar entender essa pauta reguladora de corpos é tarefa na qual nos debruçaremos na próxima seção desta tese. Embora não seja uma agenda inaugurada pelo segmento evangélico, visto que a Igreja Católica, por meio de sua representação parlamentar, sempre defendeu a “bandeira dos bons costumes” (Pierucci, 1989, p. 110), é fato que a partir de uma participação mais efetiva dos evangélicos no parlamento, as contendas sobre essas questões foram amplificadas, como também buscaremos demonstrar.

2.5.1 É pelo corpo que se atinge a alma do fiel/eleitor ou eleitor/fiel

Ao fazer uma digressão histórica sobre o ato de punir, Michel Foucault lembra que até o final do século XVIII e início do século XIX, vigorava o que o autor intitula de “Economia do Castigo”. Não satisfeita em punir os errantes, a justiça, cujas relações à época eram totalmente imbricadas com a Igreja Católica, fazia questão de exibir os castigos aplicados àqueles que transgrediam as leis dos homens e de Deus. Indivíduos cuja conduta não condizia com os preceitos morais ditados pela sociedade e pela igreja tinham suas marcas exibidas em praça pública, onde, não raro, para completar, tinham seus corpos esquartejados.

Foi assim por um longo tempo. Para além dos castigos severos, aos detentos era imposta uma rígida disciplina. Sem a pretensão de nos alongarmos demasiado nessa questão, é digno de registro que, com o passar dos anos, as punições tiveram seu *modus operandi* modificado. Como asseverado por Foucault:

[...] em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo suplicado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal”. [...] a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa da punição vai-se extinguindo (Foucault, 1988, p. 8).

No lugar do espetaculoso ato punitivo foi surgindo, gradativamente, uma nova mecânica da punição, em que o ponto central era a “certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime, não mais o abominável teatro” (Foucault, 1988, p. 9). E, nesse contexto, “o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (Foucault, 1988, p. 9).

Nos dizeres de Foucault, as punições foram se tornando “sóbrias” (Foucault, 1988, p. 9). Mesmo com mais “sobriedade” (*aspas nossas*), o poder sobre o corpo não deixou de existir. Se por um lado a pena sofrida pelo delinquente não necessariamente teria mais de passar pelo suplício como forma de sofrimento, por outro lado lhe era subtraído um bem ou um direito. Ainda assim, somente privar-lhe de algo não adiantaria, sendo necessário “certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra [...]” (Foucault 1988, p. 9).

Com o decorrer do tempo, a penalidade foi se sofisticando e o que se pretendia era não mais atingir somente o corpo, mas também a alma. Foucault cita uma frase de Mably, que ilustra bem a nova forma de se reprimir alguém: “É preciso que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo”. Conforme Foucault (1988, p. 25), a alma dos criminosos passou também a ser passível de julgamento. No nosso entender, os julgamentos passaram a se valer de razões subliminares, portanto razões outras que não somente a comprovação do ato ilícito.

Embora os castigos mais violentos e sangrentos tenham sido suprimidos nas sociedades modernas, o fato é que “mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é *sempre do corpo que se trata* – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (Foucault, 1999, p. 27, *grifos nossos*).

A ideia de corpo que aqui é tratado “não é simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta”. Conforme o autor, “ele opera dentro dos campos de poder” (Giddens, 1992, p. 33). Indo ao encontro desta concepção, Foucault se refere também a um corpo

que está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele: elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-nos a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição [...]; o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (Foucault, p. 1999, p. 28).

Tributário de Foucault, o filósofo italiano Giorgio Agambem (2017), por meio de um exame minucioso da relação entre senhor e escravo, ilustra de forma bastante

apropriada a ideia de corpo submisso. A partir de Aristóteles, Agambem ressalta a existência de uma relação despótica entre o senhor e o escravo, em que o primeiro define o segundo como um ser que “embora seja humano, é por natureza de outro, não de si”.

Ao se apropriar do pensamento de Aristóteles, Agambem explicita que o escravo “é um ser cuja obra é o uso do corpo”. Em outras palavras, o escravo é um “homem sem obra”. Em suma, os escravos estariam entre aqueles “para os quais é melhor serem comandados” (Aristóteles apud Agambem, 2017, p. 22).

Agambem depreende da obra de Aristóteles – e de outros filósofos antigos, como Platão – que a escravidão não foi problematizada por eles e que, além disso, aceitavam-na como algo óbvio e natural. O autor também deduz que os escravos eram tratados como *mobílias*, as quais podiam ser dispostas de acordo com o desejo do senhor. Neste sentido, “o escravo é parte do senhor, no sentido integral e constitutivo”, posto que o indivíduo escravizado “não é só escravo do senhor, é parte do senhor” (Aristóteles apud Agambem, 2017, p. 23).

Com base em historiadores, Agambem acrescenta que o uso dos corpos pelo senhor englobava também as relações sexuais, ou seja, o escravo deveria servir ao senhor também sexualmente, sem que isso constituísse um abuso. Dito de outra forma, assim como a escravidão era naturalizada, a satisfação dos desejos sexuais do senhor também era considerada algo natural.

A obra seminal do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, corrobora com a constatação da existência de relações entre senhores e escravos, do sexo feminino, principalmente. Para além da promiscuidade sexual, que acontecia no âmbito dos engenhos de cana de açúcar, essas relações, não raro, eram acrescidas de perversidade, seja por parte dos senhores possuidores das escravas ou das esposas dos mesmos, as quais, ao descobrirem que estavam sendo traídas com as “negrinhas”, se vingavam impiedosamente:

Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes, que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias (Freyre, 2006, p. 337).

Creemos ter ilustrado, com o trecho acima, que os corpos dos escravos, de fato, não lhes pertenciam, uma vez que seus senhores podiam dispor deles como lhes conviesse, inclusive dando-lhes fim. Requintes de crueldade aconteceram em todos os continentes, embora seja possível afirmar que no Brasil tivemos uma escravidão atípica, no mau sentido.

Conforme Agambem, ainda seguindo o raciocínio aristotélico, o escravo seria desprovido de virtude e não tinha direito à felicidade. Em suma, “o corpo do escravo situa-se numa zona de indiferença entre o instrumento artificial e o corpo vivo” (Agambem, 2017, p. 41). Depreendemos que o uso dos corpos e seu consequente controle, evidentemente em meio a uma relação de poder como defendido por Giddens, Foucault e Agambem, leva à submissão, à subserviência, à subalternidade, assim como ao temor, ao medo, à repressão da sexualidade autêntica.

Ninguém melhor para discorrer sobre isso do que Wilhelm Reich. Em sua obra *Psicologia de massas do fascismo*, o psicanalista alemão, ao analisar regimes autoritários¹⁴⁹, sobretudo o de Adolf Hitler, demonstra como aquilo que ele mesmo denomina de economia sexual¹⁵⁰ (no nosso entender, um conceito semelhante ao controle de corpos, porém com um viés mais psicanalítico) faz com que as pessoas aceitem serem subjugadas, sem questionamentos.

Ao refletir sobre as condições de vida do trabalhador no sistema capitalista, Reich (1988) coloca que esta camada da população está diante de duas situações: a material e a ideológica, posto que está subordinado à estrutura ideológica da sociedade como um todo. A ideologia social, segundo o psicanalista, altera a estrutura psíquica do trabalhador – e mesmo de outros indivíduos da chamada “pequena burguesia”. Em diálogo com o psicanalista alemão, Foucault explicita que em um sistema econômico no qual a força do trabalho é explorada sistematicamente, não é tolerável que esta força se dissipe nos prazeres da carne, “salvo naqueles que lhes permitem reproduzir-se” (Foucault, 1999, p. 11).

O sistema capitalista caracteriza-se por ser altamente excludente não só do ponto de vista da repressão das necessidades materiais, como também vive sob a égide da repressão sexual. A antropóloga brasileira Marilena Chauí define a repressão sexual como “um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade” (Chauí, 1991, p. 25).

149 Embora Wilhelm Reich (1897-1957), se atenha mais ao regime nazista, ele não deixa de analisar em sua obra os regimes autoritários soviéticos, sobretudo sob o governo de Joseph Stalin – embora também não isente Lenin (Vladimir Ilyich Ulyanov/ 1870-1924), de críticas nesse aspecto. Na concepção de Reich, ambos, ainda que em diferentes graus, por meio de medidas repressivas controlavam os corpos dos soviéticos dos bolcheviques, mesmo tendo defendido a libertação dos mesmos do czarismo. Reich, embora reconheça a importância da análise marxista, defendendo, inclusive, em alguns momentos ideias marxistas, faz críticas ao marxismo justamente por não ter dado à devida importância à questão sexual. “Psicologia de massas do fascismo” (1988).

150 No glossário do livro “Psicologia de Massas do Fascismo”, Economia Sexual é assim definida: “Este conceito refere-se ao modo de regulação da energia biológica ou, o que é praticamente o mesmo, da economia sexual do indivíduo. Economia sexual é o modo como o indivíduo lida com a sua energia biológica – que quantidade reserva e que quantidade descarrega orgasticamente. Os fatores que influenciam este modo de regulação são de natureza sociológica, psicológica e biológica. A ciência da economia sexual abrange o conjunto de conhecimento desses. Este conceito caracteriza o trabalho de Reich desde a época em que refutou a filosofia cultural de Freud até a descoberta do orgone, a partir do qual preferiu o termo ‘orgonomia’, ciência da Energia Vital” (1988, p. 24).

Na concepção de Reich, a repressão das necessidades materiais leva à revolta, enquanto a repressão das necessidades sexuais “impede a rebelião contra as duas espécies de repressão” (Reich, 1988, p. 46). O autor explica que ao reprimir os impulsos sexuais, o indivíduo o retira do domínio do inconsciente e o fixa como defesa moral. A consequência disso é “o conservadorismo, o medo da liberdade; em resumo, a mentalidade reacionária” (Reich, 1988, p. 46).

Ao se deter na análise do nazismo, Reich postula que o êxito do ditador Adolf Hitler se deve ao fato de que “a sua visão individual, a sua ideologia ou o seu programa encontraram eco na camada média de uma ampla camada de indivíduos” (Reich, 1988, p. 48-49). Seguindo o sofisticado e complexo raciocínio de Reich, nos deparamos com suas explicações acerca de como a repressão sexual possibilita a aceitação de um modelo de governo centrado no autoritarismo:

A organização sexual da sociedade patriarcal autoritária, derivada das transformações da fase tardia do matriarcado (independência econômica da família do chefe em relação à linhagem direta, crescentes trocas entre tribos, desenvolvimento dos meios de produção etc.), constitui a base primitiva da ideologia autoritária pelo fato de privar da liberdade sexual a mulher, a criança, o adolescente, fazendo do sexo uma mercadoria e colocando os interesses sexuais ao serviço da sujeição econômica. Agora sim, a sexualidade fica distorcida, convertendo-se em algo diabólico, demoníaco, que é necessário dominar. O dionisíaco torna-se um “desejo pecaminoso” que a cultura patriarcal só pode conceber como caótico e “sujo”. Rodeado de estruturas de sexualidade humana e imbuídos dessas estruturas que se tornam distorcidas e lascivas, o homem da sociedade patriarcal torna-se pela primeira vez prisioneiro de uma ideologia que identifica, indissociavelmente, o sexual e o sujo, sexual e vulgar ou demoníaco (Reich, 1988, p. 83-84).

Por ser o sexo concebido como algo até mesmo demoníaco, conforme Foucault, ele deverá ficar restrito “No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade. Conhecido, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais... O decro das atitudes esconde o corpo” (Foucault, 1999, p. 10). O filósofo francês acrescenta que é próprio da repressão sexual não falar sobre sexo, sobretudo com crianças, não discutir sobre o assunto com a prole, havendo um “mutismo” em torno do tema (Foucault, 1999, p. 10).

Se falar sobre sexo em geral era algo que se evitava no ambiente familiar, discutir sobre a sexualidade feminina era proibitivo. Reich observa que na ótica de uma sociedade marcada pelo patriarcalismo “a mulher não deve figurar como um ser sexual, mas apenas como uma procriadora [...] baseiam sempre sua política sexual na função de reprodução, esquecendo-se de romper com a identificação reacionária entre sexualidade e reprodução” (Reich, 1988, p. 95). O autor refere-se também ao fato de as sociedades patriarcas supervvalorizarem “a ideologia da ‘felicidade da

família numerosa', necessária não apenas para a preservação da família autoritária, mas também aos interesses bélicos¹⁵¹; seu objetivo essencial é desvalorizar a função sexual da mulher face à sua função de reprodução" (Reich, 1988, p. 96).

Embora os escritos de Reich, sobre a questão da repressão feminina, datem das primeiras décadas do século anterior, é válido afirmar que, apesar dos movimentos feministas que eclodiram, sobretudo, nos anos 1960, contemporaneamente a sexualidade feminina ainda está muito associada à reprodução. Esse ponto de vista está presente, notadamente, no ideário de muitas religiões. Em consonância com o nosso objeto de estudo, interessa mais nos atermos à existência dessa mentalidade nas igrejas de corte (neo)pentecostal, embora não devamos desconsiderar que o mesmo ocorre na Igreja Católica, principalmente em seus movimentos mais conservadores, como a Renovação Carismática Católica.

Foucault assinala que a Igreja Católica sempre reprimiu seus fiéis, citando como mecanismo de repressão as confissões e a penitência, aplicadas, principalmente "sobre todas as insinuações da carne, pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas [...]" (Foucault, 1999, p. 12). As penitências mais drásticas, com certeza, eram destinadas às mulheres.

A sexualidade feminina sempre foi mais passível de repressão e o fato de ser fortemente atrelada à reprodução constitui, sem sombra de dúvidas, a razão principal de o aborto ser tão combatido no seio das igrejas cristãs – e fora delas, em instituições em que se fazem representar, como no parlamento brasileiro. É necessário que se diga também que essa maneira de conceber a sexualidade da mulher está incrustada na política de controle de corpos, cuja origem, podemos afirmar sem medo de errar, remonta aos inícios da humanidade, posto que mesmo nas sociedades arcaicas já eram comuns determinadas interdições sexuais, algumas delas ainda presentes em tribos indígenas sobreviventes¹⁵².

Retomando Reich, sobre o papel da igreja na economia sexual o psicanalista lança alguns questionamentos, aos quais ele mesmo responde com críticas contundentes à religião:

151 Vale lembrar que o livro *Psicologia de Massas do Fasismo* foi escrito em 1933, data compreendida entre o intervalo entre as duas grandes guerras e com o regime nazista de Adolph Hitler (1889-1945) em pleno vigor. Naquela época, era necessário garantir um grande número de soldados, sendo que quanto mais pessoas nascessem, melhor.

152 Apenas a título de ilustração, para além do tabu do incesto, uma interdição sexual universal, em determinadas tribos, como a dos Urubus-Kaapor, etnografada pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, a mulher, no período da menstruação, deve se recolher, se isolar, indo para um local próprio, onde só podem ficar mulheres na mesma condição. Isto porque o sangue da menstruação é considerado impuro pelos nativos e a presença da mulher menstruada junto aos demais índios pode "contaminar" a tribo (Ribeiro, 1996).

Onde deve o jovem procurar a força para reprimir a sua sensibilidade genital? Na fé em Jesus! E o jovem encontra de fato nessa fé uma força poderosa contra a sua sexualidade. Qual é a base desse mecanismo? A experiência mística transporta-o a um estado de excitação vegetativa que nunca chega à satisfação orgástica natural [...]. O misticismo religioso [...] se serve dos mecanismos sexuais para atingir seus objetivos [...] (Reich, 1988, p. 135).

Depreendemos que, embora seja crítico ao marxismo, sobretudo no que diz respeito à pouca ênfase dada aos aspectos subjetivos do indivíduo com relação à religião, Reich a considera alienante, um verdadeiro “ópio do povo”, do qual os regimes militares ou militarizados se servem por ser um dos mecanismos de repressão sexual. Esta é usada como forma de subjugar as massas e inculcarem em suas mentes o ideário de regimes autoritários, cuja expressão máxima foi o nazismo do *führer*.

Para melhor compreender como esses mecanismos repressivos são inculcados nos indivíduos, é preciso que nos remetamos à Foucault novamente. Embora não cite especificamente a religião, mas sim instituições do judiciário, como os presídios, os quartéis e as escolas, o filósofo francês enxerga no investimento político sobre os corpos uma “microfísica” do poder. Isso, segundo ele, desde a época clássica – numa referência ao período vitoriano – em que a repressão era “o modo fundamental entre poder, saber e sexualidade” (Foucault, 1999, p. 11).

Para que se possa exercer essa “microfísica” do poder sobre os corpos, são necessários mecanismos coercitivos obtidos, por exemplo, através de uma disciplina rígida, cujas bases podem assim ser resumidas:

A minúcia do regulamento, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito (Foucault, 1999, p. 166).

E a fim de que a “microfísica” do poder funcione de fato é fundamental a adoção de:

Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles, entretanto, que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea (Foucault, 1999, p. 164-165).

Apenas para recordar, ao tratar das punições de criminosos, Foucault, como referido anteriormente, descreve que antes (até os inícios do século XIX) tinham seus corpos expostos em praças públicas e que depois (após esse período) as penalidades passaram a ser mais sutis, ou seja, de cunho mais psicológico, já que o que se pretendia era atingir o âmago do indivíduo. Em outras palavras, sua “alma”. Cremos ser essa mutação a qual o autor se refere.

Todavia, retomando à questão da “microfísica” do poder nas instituições sociais na contemporaneidade, Foucault insiste na ideia do detalhe, da sutileza, argumentando que a disciplina nada mais é do que a “anatomia política do detalhe” (Foucault, 1999, p. 165). O filósofo francês complementa que o “detalhe” (*aspas do autor*), no sentido que lhe quer imprimir, é algo histórico, posto que:

O “detalhe” era já há muito tempo uma categoria da teologia e do ascetismo: todo detalhe é importante, *pois aos olhos de Deus nenhuma imensidão é maior que um detalhe*, e nada há tão pequeno que não seja querido por uma dessas vontades singulares. *Nessa grande eminência do detalhe viriam se localizar, sem dificuldade, todas as meticulosidades da educação cristã*, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalmente, de treinamento. *Para o homem disciplinado, como para o verdadeiro crente*, nenhum detalhe é indiferente, mas menos pelo sentido que nele se esconde que pela entrada que aí encontra para apanhá-lo (Foucault, 1999, p. 165, grifos nossos).

Foucault complementa que, na ótica religiosa, é pelas pequenas coisas que se atinge a santidade (Foucault, 1999, p. 166). Buscando compreender as palavras do autor em um contexto mais contemporâneo, basta uma simples visada nas doutrinas das igrejas para observarmos essa questão dos detalhes.

Depreendemos das análises foucaultianas e dos demais autores sobre o controle de corpos que, ao se fazer o investimento político no corpo, busca-se realmente atingir-lhe no que tem de mais substancial: a alma. A “microfísica” do poder se traduz em um mecanismo coercitivo capaz de dominar, de domar, de submeter, de abrandar, de aprisionar o sujeito, chegando ao cúmulo de se esquecer, de não ser mais “dono de si”, “dono do próprio corpo”, como mencionado no início desta seção, a partir da visão aristotélica exposta por Agambem.

Vale ressaltar que grande parte das igrejas (neo)pentecostais têm como princípios doutrinários pequenas interdições, pequenos “detalhes” como prefere Foucault, aparentemente sem a menor razão de ser, como proibir seus fiéis de usarem determinados tipos de roupas e acessórios. Via de regra, as mulheres são mais visadas nesse aspecto, sendo “desaconselhadas” a usarem calças compridas, bijuterias e, até mesmo, maquiagens, esmaltes, tinturas para os cabelos etc. Normalmente, os fiéis recorrem à Bíblia para tentar explicar o motivo dessas proibições, adotando-se uma leitura literal da mesma, típica do fundamentalismo religioso.

Em artigo intitulado “Corpo e religião: Marcas da Educação Evangélica no corpo feminino”, de autoria de Ana Carolina Capellini Rigoni e Elaine Prodóximo¹⁵³, as

153 Ana Carolina Capellini Rigoni é, atualmente, professora do Departamento de Ginástica do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui Doutorado em Educação Física pela Universidade Federal de Campinas (UNICAMP). Foi pesquisadora visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Elaine Prodóximo é livre docente da UNICAMP, onde atua na área de Educação Física. É doutora em Educação Física pela mesma instituição. Ambas as pesquisadoras realizam pesquisas voltadas para a área de Ciências Sociais, com ênfase na interface Corpo e Religião. Por ocasião da publicação do artigo acima referido, Ana Rigoni era orientanda de Doutorado de Elaine Prodóximo.

autoras explicam, a partir de Marcel Mauss, que essas pequenas interdições comuns em igrejas evangélicas podem ser enquadradas naquilo que o antropólogo francês chamou de “técnicas corporais”, que refletem “gestos e modos de agir de cada indivíduo, decorrentes de sua vida em uma determinada cultura” (Rigoni; Prodóximo, 2013, p. 228).

As autoras pesquisaram mulheres adolescentes vinculadas à Assembleia de Deus, a fim de perceberem, sobretudo, como a educação religiosa desta denominação se reflete na aparência e na gestualidade das “meninas”. Através de uma observação participante e de entrevistas com essas adolescentes e pastores da igreja, Rigoni e Prodóximo concluíram que “[...] mais do que no homem, é no corpo feminino que, desde muito cedo, são impressas as marcas desta educação religiosa” (Rigoni; Prodóximo, 2013, p. 228).

Seja no plano micro ou no plano macro, o fato é que o controle dos corpos tem sido exercido de forma mais contundente no seio das igrejas evangélicas, em maior ou menor grau, uma vez que Rigoni e Prodóximo mencionam o fato de que, sobretudo as igrejas neopentecostais, são menos rigorosas do que as de corte pentecostal clássicas, como é o caso da igreja por elas estudada. Mas é possível afirmar que no plano macro é que esse controle de corpos se CORPOrifica, se solidifica, se amplia, se amplifica.

Depreendemos advir da necessidade desse controle de corpos os acirrados combates ao aborto e a homossexualidade, os quais têm lugar destacado nas agendas dos parlamentares evangélicos. A maioria deles luta aguerridamente contra o feminismo e desenvolve campanhas sistemáticas contra o aborto, a homossexualidade, em nome da “defesa da vida”, da “defesa da família”. Decorre daí o enfrentamento aos movimentos sociais, cujas reivindicações são justamente por uma maior liberdade para os corpos.

Em razão desses interesses opostos, temos assistido, notadamente a partir do atual século em nosso país, o enfrentamento constante entre evangélicos e movimentos sociais que defendem, sob distintos pontos de vista, questões ligadas aos direitos reprodutivos e sexuais. Esse enfrentamento tem sua expressão maior na esfera pública, mas especificamente no Congresso Nacional, *locus* pretensamente laico, mas que tem acolhido disputas que se ancoram na religião, muitas vezes sem ao menos passar por um filtro, uma tradução, como sugere Habermas.

Várias temáticas de cunho moral/religioso têm sido discutidas nas sessões plenárias do Poder Legislativo, como o Estatuto da Família, Estatuto do Nascituro, dentre outros. Mas algumas delas são mais recorrentes, como é o caso dos debates acerca do aborto e das questões relativas à homossexualidade, destacando-se a “*Cura Gay*”. Por esta razão, priorizaremos as contendas sobre estes dois temas sempre pujantes e polêmicos.

2.5.2 Os debates em torno do aborto

O aborto é um tema caro aos evangélicos¹⁵⁴ não apenas no Poder Legislativo, como também, nos espaços cílicos e nas mídias internas e externas. Desde que passaram a ter uma maior representatividade no âmbito legislativo, sempre que o assunto vem à tona, seja por meio de um algum projeto de lei ou medida proposta pelo Ministério da Saúde ou outras instituições quer do Judiciário ou do Executivo, a “bancada evangélica” se aglutina em torno do que pode vir a ser votado e procura, imediatamente, votar em bloco, evidentemente contra. Geralmente, são questões ligadas à legalização do aborto.

Para além de se articularem depressa, os deputados federais evangélicos, não raro, usam da tribuna para pronunciarem discursos contrários ao aborto, assim como elaboram projetos visando garantir o direito à vida do nascituro. Geralmente, visam à criminalização do aborto, sob a alegação do “direito à vida”, a “defesa da vida”. É necessário que se diga que quando o tema é aborto, aos evangélicos se juntam os católicos e outros religiosos, não sendo, porém, um pleito exclusivo deles.

Desse alinhamento político em torno do aborto, fazem parte, além da “bancada evangélica”, outras frentes parlamentares, como a “Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida”, a “Frente Parlamentar contra a Legalização do Aborto – Pelo Direito à Vida” e a “Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto”. Isso sem contar a Pastoral Parlamentar Católica. É necessário acrescentar que quando se trata deste tema, parlamentares de outras bancadas conservadoras, como a ruralista, se juntam às demais, como assinalado por Rafael Bruno Gonçalves¹⁵⁵ (2016).

Os evangélicos – aliados a outros parlamentares religiosos – possuem uma grande capacidade de mobilização toda vez que alguma matéria sobre o tema é colocada em votação. Para tornarem público seu posicionamento contrário, não pouparam esforços neste sentido. Como ressaltado por Gonçalves, “no fomento e

154 A aversão ao aborto por parte de uma grande maioria dos evangélicos – é tanta que chegam até mesmo a defender, via parlamento, o nascimento de crianças concebidas mediante estupro. São favoráveis ao Estatuto do Nascituro, pelo qual “todo feto tem direito à vida”, proibindo o aborto em qualquer circunstância. Segundo Marcelo Camurça (2019b), este projeto de lei, assim como tantos outros relativos ao controle dos corpos, estão na “ordem do dia” do governo de Jair Bolsonaro. Tanto é assim que escolheu para Ministra do Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ninguém menos do que Damares Alves, “pregadora da Igreja Batista da Lagoinha”, que “defende um projeto que assegure ajuda financeira à mulher vítima de estupro que decidir manter a gravidez”, o que foi apelidado como “bolsa estupro” (Camurça, 2019b). A defesa de um projeto dessa natureza é prova da “virulência contra a reivindicação das feministas de controle de seus corpos” (Camurça, 2019a, p. 12).

155 O pesquisador analisa os discursos em torno do aborto na Câmara dos Deputados, tendo como foco principal a FPE, no período compreendido entre 2003, quando foi criada esta frente, até a 54ª legislatura (2011-2015). Devido a esse recorte temporal, algumas informações contidas no artigo podem estar defasadas, mas isso, em nosso entendimento, não invalida de forma nenhuma a análise feita por ele, uma vez que sabidamente o combate ao aborto continua sendo uma questão primordial para o segmento evangélico e outros segmentos religiosos. A metodologia aplicada por Rafael B. Gonçalves é a Análise de Discurso em sua vertente francesa, utilizando autores como Dominique Maingueneau, Michel Pêcheux e Eni Orlandi, principal estudiosa brasileira desta ferramenta metodológica. Ele também se utiliza da formação de “pontos nodais” (Laclau; Mouffe, 1987) para deslindar os discursos dos parlamentares evangélicos.

divulgação de eventos como marchas e vigílias contra as novas matérias que tratam do aborto enquanto tema da saúde pública" (Gonçalves, 2016, p. 94). Assim como na Maioria Moral americana, os ataques à descriminalização do aborto estão sempre na pauta de programas televangélicos, um dos carros-chefes das denominações evangélicas (Silva, 2016) e em outras mídias dessas igrejas.

De acordo com Gonçalves, toda vez que a questão do aborto aflora na Câmara dos Deputados, uma gama de "argumentos oriundos de diferentes campos, como o jurídico, científico, político e da saúde" (Gonçalves, 2016, p. 94) são acionados. Porém, o autor esclarece que embora advindos de várias áreas, a argumentação tem um ponto em comum: "A defesa da vida desde a concepção e/ou a defesa da família, que passaria a ser destruída com a legalização e práticas como o aborto, no entendimento dos evangélicos" (Gonçalves, 2016, p. 95).

Dentre os discursos acionados pelos parlamentares evangélicos, segundo Gonçalves o que mais se destaca quando se trata do aborto é o de "natureza confessional" (Gonçalves, 2016, p. 95). Ainda que mesclando discursos de outras ordens, o que prevalece é o de ordem religiosa, sendo que comumente recorrem à *Bíblia*, exaltando salmos e passagens que deixam subentendido "que tirar a vida do feto é uma atitude criminosa [...] Os pentecostais, assim como os católicos, alegam a santidade da vida" (Gonçalves, 2016, p. 95).

Gonçalves depreende, ainda, que para os parlamentares evangélicos consideram que ser cristão é necessariamente ser contra o aborto, ou seja, são virtudes indissociáveis. Além disso, alegam que ao defenderem essa posição, estão agindo em nome de uma maioria cristã. "Como representantes de Deus, do Deus do povo, outorgam-se a condição legítima de representantes 'da maioria do nosso povo', da 'maioria da sociedade'" (Pierucci, 1989, p. 111).

Assim como no episódio da admissibilidade do *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, em que "em nome de Deus", "em nome da nação", "em nome da família brasileira", defenderam o afastamento da petista, toda vez que o tema é o aborto, os parlamentares evangélicos "sobem na tribuna [...] na qualidade de representantes, de porta-vozes da maioria do povo", sob a alegação que "esta 'multidão' já decidiu manter a postura negativa sobre o aborto" (Gonçalves, 2016, p. 96).

Ao realizar uma análise discursiva acerca do tema no período compreendido entre 2003 (fundação da FPE) e 2014 (54ª legislatura), Gonçalves constatou que durante os pronunciamentos as palavras-chave sobejamente repetidas foram: "aborto", "abortamento", "direito à vida", "nascituro", "interrupção da gravidez", "feticídio", dentre outras, todas com algum vínculo com a temática preferencial da FPE (Gonçalves, 2016, p. 96-97).

Para além de analisar o conteúdo dos discursos as expressões mais utilizadas pelos deputados evangélicos, Gonçalves também se debruçou sobre momentos cruciais do debate sobre o tema, como o que discutia a proposição do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que em 2007 – período em que o presidente da República era Luiz Inácio Lula da Silva – que se manifestou favorável à descriminalização do aborto, considerando-o uma questão de saúde pública.

Naquela ocasião, “choveram” proposições tanto favoráveis quanto contrárias ao posicionamento do ministro. Esse momento é identificado por Gonçalves como sendo o que mais teve proposições sobre o tema, perfazendo um total de 28 delas. Segundo o autor, aquele ano foi marcado por vários acontecimentos em que o aborto esteve no epicentro das discussões, como também a Audiência Pública sobre o Aborto, realizada em 27 de junho, com a participação da médica e deputada federal Jandira Feghali¹⁵⁶ e do ginecologista e obstetra Adson França¹⁵⁷, que se posicionaram favoravelmente, e da médica Zilda Arns¹⁵⁸ e da ginecologista Marli Virgínia Nóbrega¹⁵⁹, cujos posicionamentos foram contrários ao aborto.

Sem sombra de dúvidas, o que mais suscitou discussões, a maioria delas acaloradas, na Câmara dos Deputados foi o Projeto de Lei nº 1.135 de 1991¹⁶⁰, que trata da descriminalização do aborto e que está arquivado atualmente. No intervalo analisado por Gonçalves, para além de inúmeras contendas, o PL “recebeu

156 Jandira Feghali é deputada federal pelo Rio de Janeiro e representante do PC do B (Partido Comunista do Brasil) desde a 49ª legislatura (1991-1995). Antes, foi deputada estadual Constituinte no Rio de Janeiro (1987-1991). Muito atuante, atualmente participa da Comissão de Seguridade Social e Família, dentre outras comissões. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74848/biografia>. Acesso em: 15 jul. 2019.

157 Adson França dos Santos tem atuação na Bahia, sendo especialista em: Sexologia, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Leciona no Centro Universitário Jorge Amado, UNIJORGE. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/6199092/adson-roberto-franca-dos-santos> (informações extraídas do Curriculum Lattes do médico). Acesso em: 15 jul. 2019.

158 Zilma Arns era católica e fundadora da Pastoral da Criança (Curitiba-PR) e irmã do arcebispo Dom Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo e cardeal brasileiro. Ambos lutaram ardorosamente contra a Ditadura Militar e já faleceram, respectivamente em 2010 e 2016. Disponível em: <https://www.pastoraldacriancap.org.br/dra-zilda-arns-neumann>. Acesso em: 15 jul. 2019.

159 Marli Virgínia Lins e Nóbrega é ginecologista e obstetra, com atuação no Distrito Federal. Sua especialidade é na área de fertilidade feminina. Pertence à Associação dos Médicos Católicos de Brasília. Disponível em: <http://medicoscatolicosdf.com.br/quemsomos/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

160 O PL nº 1.135 foi criado pelos deputados Eduardo Jorge (SP) e Sandra Starling (MG), ambos do PT à época, propondo a descriminalização do aborto, com a consequente supressão do Artigo 124 do Código Penal Brasileiro, que caracteriza como crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. Nenhum dos dois proponentes está no parlamento atualmente, sendo que o médico sanitarista Eduardo Jorge deixou o PT em 2002, filiando-se ao Partido Verde, pelo qual foi candidato à Presidência da República em 2014 e à vice-Presidência em 2018, na chapa encabeçada por Marina Silva, na ocasião pelo Rede Sustentabilidade. Já a professora, advogada e cientista política Sandra Starling encontra-se afastada da política partidária atualmente, tendo deixado o PT em 2010, por discordar do pragmatismo político do partido que ela ajudou a fundar e ao qual foi filiada por 30 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/politico/eduardo-jorge-sobrinho> e <https://oglobo.globo.com/politica/sandra-starling-deixa-pt-depois-de-30-anos-decisao-foi-tomada-apos-partido-determinar-a-2995996>. Acesso em: 15 jul. 2019.

apensamentos, desapensamentos, arquivamentos, desarquivamentos, vistas por parlamentares [...]” (Gonçalves, 2016, p. 98). Levando-se em conta a radicalização de temas como este, devido ao conservadorismo que se exacerbou na atual legislatura e a premência na discussão de outros assuntos, como a reforma da previdência e seus desdobramentos. o PL, certamente, permanecerá engavetado.

Como destacado por Maria das Dores Campos Machado, com base em um *survey* realizado pela *Pew Research Center*, por meio de pesquisa qualitativa realizada em vários países do mundo, ficou constatado que, no Brasil, 91% dos pentecostais concordam com a afirmação de que “o aborto nunca é justificável” – questão formulada pela pesquisa –, contra 79% de católicos e outras religiões. Este mesmo *survey* revelou que os pentecostais apoiam mais a participação de grupos confessionais em debates públicos e consideram importante que os candidatos tenham convicções religiosas (Machado, 2012, p. 37-38).

Diante do exposto pela socióloga, fica fácil compreender porque em outro episódio que gerou enorme polêmica, ou seja, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal em 2012 da ADPF 54 que versa sobre a permissão da interrupção terapêutica da gravidez em caso de fetos com anencefalia. Embora tenha sido uma decisão extra Legislativo e propugnada pela instância máxima do Poder Judiciário, houve forte reverberação na Câmara por parte da FPE.

Em decorrência da decisão do STF, o Ministro da Saúde à época, Alexandre Padilha, autorizou a preparação dos hospitais para a realização do aborto de anencéfalos. Não tardou muito para que houvesse uma reação da FPE, a qual, em abril do ano seguinte, propôs a criação de uma “CPI do aborto”, conforme relatado por Gonçalves, acrescentando que a proposta teve a adesão da Pastoral Parlamentar Católica (Gonçalves, 2016, p. 100).

É preciso que se diga que se por um lado os deputados da FPE defendiam suas bandeiras antiaborto – e outras anti ... – por outro lado, como asseverado por Machado, eram proporcionais as reações advindas de outros movimentos identitários, como os feministas e os da comunidade LGBTTI, normalmente parceiros em muitas lutas. A autora ressalta que assim como houve, sobretudo a partir da última década do século XX, um grande engajamento dos movimentos de caráter mais tradicionalistas, as últimas décadas também “foram marcadas por importantes transformações culturais que resultam em uma política de aproximação entre o estado brasileiro e os movimentos sociais que buscam o reconhecimento na sociedade” (Machado, 2012, p. 33).

No entender de Machado (2012), as propostas de revisão da legislação vigente no que se refere ao aborto e a criação de novos direitos para o público LGBTTI intensificaram a tensão já existente entre os coletivos religiosos tradicionalistas e

os movimentos sociais identitários. Estes últimos se posicionaram tanto a favor da descriminalização do aborto quanto defenderam causas relacionadas ao movimento LGBTTI, como o casamento homoafetivo, a título de ilustração.

Quanto ao aborto, Machado enumera algumas vitórias, como a criação de uma comissão tripartite de Revisão da Legislação Punitiva do Aborto (2005), a realização de uma Audiência Pública sobre o Aborto em 2007 – como já referido por nós mais acima – e o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos, em 2009 (Machado, 2012, p. 33).

Com relação às demandas do público LGBTTI, a situação não foi diferente. Ocorreram inúmeros embates e algumas conquistas, como a discussão do Projeto de Lei da Câmara 122/2006, que versa sobre a criminalização da homofobia e a derrubada do projeto que ficou conhecido como *Cura Gay*. Sobre as contendas envolvendo representantes de ambas as partes, ou seja, dos coletivos religiosos tradicionalistas e dos coletivos sociais voltados à defesa dos direitos ligados aos direitos reprodutivos e sexuais discorreremos a seguir.

2.5.3 Os debates em torno do movimento LGBTTI

Assim como a temática do aborto foi marcada por embates constantes, as questões relativas ao público LGBTTI também estiveram amplamente presentes nas agendas quer dos “defensores da vida e da família”, como se autointitulam os parlamentares evangélicos, quer dos movimentos sociais representativos do público LGBTTI. Este, atualmente, também se tornou numericamente maior, assim como ganhou mais visibilidade, por meio de eventos como as “Paradas do Orgulho LGBT”, “Paradas *Gays*” ou “Marcha das Vadias”, apenas para citar alguns exemplos.

Embora com uma representação parlamentar bem menos significativa do que a dos evangélicos, em alguns episódios novos atores se esmeraram na defesa dos direitos LGBTTI. Entre eles, podemos destacar o ex-deputado Jean Wyllys¹⁶¹,

161 O jornalista e professor universitário Jean Wyllys, poucos meses após ser reeleito pela terceira vez pelo Estado do Rio de Janeiro, com 24.495 votos, deixou o parlamento e o país onde nasceu. Wyllys foi eleito pela primeira vez em 2010, com pouco mais de 13 mil votos. Quando foi reeleito obteve um total de 144.770 votos, o que significa mais de 10 vezes o número de votos de sua primeira eleição. Para o último mandato, que praticamente não o exerceu, quase não foi eleito, obtendo 24.295 votos. Sobre essa queda no número de votos, o articulista Fernando Lopes Marim Pereira explicou que: “No contexto de um acirramento da polarização política, recrudescimento do embate ideológico, ascensão de forças conservadoras e reacionárias que põem em xeque pautas político identitárias e direitos de minorias, o deputado vê-se eleito com uma menor expressão do voto, uma base combalida e fragilizada pela virulência de comportamentos que ameaçam as mais comezinhas regras de convivência por parte de alguns de seus adversários políticos e seus apoiadores.” Já sobre a decisão de se mudar do Brasil, Pereira argumentou que “é desterrado pelo medo e deportado a despeito de eleito democraticamente. Temos um cidadão condenado ao degredo do medo e à insegurança”. O deputado deixou o país, alegando estar sofrendo ameaças, extensivas a sua família, e “ofensas deploráveis”. Mais análise sobre o “exílio” de Jean Wyllys, ver artigo intitulado “O exílio moral”, disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71789/o-exilio-da-moral>. Acesso em: 15 jul. 2019.

do Partido Socialismo e Liberdade, um dos maiores representantes do movimento LGBTTI no âmbito da Câmara dos Deputados – e fora dela também, pois é um ativista de longa data¹⁶². Wyllys se destacou também pelos embates com outro autor do meio evangélico: o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, uma das maiores lideranças atuais do movimento evangélico. Ambos foram protagonistas de várias contendas naquela casa.

Antes de prosseguirmos sobre os embates constantes ocorridos no âmbito do Congresso Nacional envolvendo os atores acima citados ou outros deles, tanto de um lado quanto de outro, julgamos necessário tecermos alguns comentários sobre o psicólogo e pastor Silas Malafaia, sobretudo pelo fato de ele não pertencer ao parlamento, mas ter poder sobre o mesmo. “Do alto de sua visibilidade e vocalidade [...], não apenas ganhou uma notoriedade [...], como soube administrá-la estrategicamente no sentido de imprimir ao evangelismo do Brasil [...] uma nova *imagem de marca* perante a opinião pública” (Pierucci, 1989, p. 110, grifo do autor).

Assim como Edir Macedo – um “irmão”, mas também um concorrente na perspectiva de Peter Berger (1985) –, Malafaia prefere não fazer o “trabalho sujo”, posto que:

[...] tendemos a esconder de nossa audiência todos os indícios de “trabalho sujo” quer tenhamos realizado particularmente esse trabalho, quer o tenhamos deixado a um subalterno, ao mercado impessoal, a um especialista competente ou não qualificado para a tarefa (Hughes apud Goffman, 1993, p. 59).

Malafaia nunca se candidatou a nenhum cargo político, mas sempre atuou “nos bastidores”, utilizando-se de seu poder e de seu carisma, o qual, nos termos de Roberta Bivar Carneiro (2011, p. 1014) soube “comodificar”, transformando-o em capital simbólico e tornando-se assim uma “celebridade da fé” (Carneiro, 2001, p. 1.014). Para além do capital simbólico adquirido no (e pelo) âmbito religioso, o pastor assembleiano goza de um capital político, usado ainda que indiretamente em outro *locus*.

É impossível ter uma medida exata do poder de que desfruta na atualidade o pastor Silas Malafaia, até porque o pluralismo religioso leva à competição intrarreligiosa (Berger, 1985). Porém, conforme este autor, o pluralismo não se restringe à esta forma de competição, uma vez que, devido à secularização:

Os grupos religiosos têm que competir com vários rivais religiosos na tarefa de definir o mundo, alguns dos quais altamente organizados (como vários movimentos ideológicos revolucionários ou nacionalistas) ou com outros muito

162 Desde novo, Wyllys participava de movimentos sociais vinculados à Igreja Católica, como as pastorais da Juventude Estudantil e da Juventude do Meio Popular e as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Disponível em: http://www.psolnacamara.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1258&Itemid=65. Acesso em: 29 jul. 2019.

difusos (como os sistemas de valores modernos do ‘individualismo’ ou da emancipação sexual) (Berger, 1985, p. 149).

Também de acordo com Berger “uma sociedade industrial moderna requer a presença de amplos quadros de pessoal técnico e científico, cujo treinamento e organização social pressupõem um alto grau de racionalização, não só a nível de infraestrutura, mas também a nível de consciência” (Berger, 1985, p. 144). É num ambiente supostamente racional¹⁶³, dotado de pessoas qualificadas técnica e/ou cientificamente, ou seja, no ambiente do parlamento que Malafaia vai estender – e deitar – seu “braço político” (Berger, 1985, p. 144).

Como referido acima, ainda que seja difícil mensurar o tamanho do poder de Malafaia, é certo que a Assembleia de Deus tem uma representação significativa na Câmara dos Deputados. Apenas para se ter uma ideia disso, nas 54^a (2011-2014) e 55^a (2015-2018) legislaturas, esta denominação religiosa “fez” mais deputados do que a concorrente IURD¹⁶⁴. Na última legislatura a AD¹⁶⁵ elegeu 26 deputados, considerando também a AD Vitória em Cristo, liderada por Malafaia. Foi a denominação religiosa com maior número de representantes na FPE, com um total de 75 deputados naquela legislatura. Na legislatura atual (56^a/2019-2022)¹⁶⁶, a AD repetiu o feito, elegendo 33 deputados federais, enquanto a IURD elegeu 18 deles.

163 Foi neste ambiente, supostamente racional, que por ocasião da votação do processo de admissibilidade do *impeachment* da agora ex-Presidente Dilma Rousseff, que ocorreram algumas situações bastante passionais, como a que envolveu o então deputado Jair Bolsonaro (PSL), atual Presidente da República do Brasil, e o ex-deputado Jean Wyllys. O episódio é relatado assim pelo segundo: “Depois de anunciar o meu voto NÃO ao golpe de estado de Cunha, Temer e a oposição de direita, o deputado fascista viúva da ditadura me insultou, gritando ‘veado’, ‘queima-rosca’, ‘boiola’ e outras ofensas homofóbicas e tentou agarrar meu braço violentamente na saída. Eu reagi cuspido no fascista. Não vou negar e nem me envergonhar disso. É o mínimo que merece um deputado que “dedica” seu voto a favor do golpe ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército durante a ditadura militar. Não vou me calar e nem vou permitir que esse canalha fascista, machista, homofóbico e golpista me agrida ou me ameace. Ele cospe diariamente nos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Ele cospe diariamente na democracia. Ele usa a violência física contra seus colegas na Câmara, chamou uma deputada de vagabunda e ameaçou estuprá-la. Ele cospe o tempo todo nos direitos humanos, na liberdade e na dignidade de milhões de pessoas. Eu não saí do armário para o orgulho para ficar quieto ou com medo desse canalha”. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/jean-wyllys-admite-que-cuspiu-em-bolsonaro-apos-ser-agredido-pelo-deputado.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

164 De acordo com o professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e cientista político Paulo Roberto Figueira de Leal (2017), o fato de a IURD ter eleito menos deputados do que a AD, não significa necessariamente perda de poder político, uma vez que, embora tenha ficado abaixo da “concorrência”, o Partido Republicano Brasileiro, vinculado a ela, elegeu 18 e 15 deputados, respectivamente nas 54^a e 55^a legislaturas (dados do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

165 Com base na fonte consultada, ou seja, a relação de deputados e suas respectivas denominações religiosas, só são citadas a Assembleia de Deus como um todo e a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, liderada por Silas Malafaia, não é feita menção a outras ADs, como Assembleia de Deus Central do Avivamento, por exemplo. O critério utilizado pelo DIAP para essa finalidade não foi esclarecido pelo site consultado. Depreendemos estar englobado em Assembleia de Deus todas as outras igrejas que compõem a Federação das Assembleias de Deus, a exceção da Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

166 Para a legislatura em vigor, houve um aumento considerável do número de deputados que compõe a FPE, que passou a ter mais nove parlamentares, totalizando 84. Um aumento mais significativo, porém, foi para o Senado Federal, onde em consecutivas legislaturas havia três senadores e hoje esta casa conta com sete senadores evangélicos. Vale ressaltar que o número de senadores mais que dobrou.

Fechando parênteses sobre a relevância política de Silas Malafaia e do desempenho eleitoral da AD, retomemos a questão central deste tópico, qual seja a discussão em torno das questões relativas ao movimento LGBTTI, a começar pelo projeto de lei que propunha a criminalização da homofobia. De autoria da então deputada petista Iara Bernardi (SP), o PLC 122/2006 visava acrescentar à Lei nº 7.716/1989, que define os crimes relativos ao preconceito racial ou de cor.

É digno de registro relatar que tão logo o projeto foi aprovado, Malafaia não tardou a se posicionar a respeito. Conforme Campos, Gusmão e Maurício Junior, em artigo intitulado “A disputa pela laicidade: uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia”, relatam que o pastor da AD, ao participar do *Programa do Ratinho*, que faz parte da grade do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), de propriedade de Silvio Santos, questionou tal projeto, alegando que ele criminalizava a opinião.

Segundo os autores, Malafaia se ateve ao parágrafo 5º do PL, que condenava “qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica” contra os homossexuais. Malafaia questionou, sobretudo, a terminologia “ação vexatória de ordem filosófica”, alegando haver uma diferença entre “criticar uma conduta e discriminar pessoas”. Justificou seu argumento com base no Artigo 5º da Constituição Federal (atinente ao direito de livre expressão da opinião) por proibir a crítica de uma conduta (Campos; Gusmão; Maurício Jr., 2015, p. 168).

Não é possível saber o peso da opinião de Malafaia, mas o fato é que o parágrafo 5º foi suprimido do PLC. No entanto, o que mais nos interessa registrar é que o PLC 122/2006 ficou em tramitação na Câmara dos Deputados por 13 anos, sem que fosse votada de fato. A questão só veio a ser decidida em 2019 por outro Poder: o Judiciário. Como destacado pela revista *Carta Capital*, em matéria intitulada *Apesar de você...*, a omissão do Poder Legislativo em proteger as minorias levou ao ativismo judicial (Martins, 2019, p. 12).

No dia 13 de junho de 2019, a LGBTfobia passou a ser considerada crime no Brasil. Diante da omissão do Congresso em votar a matéria, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o crime de racismo seja válido para os casos de agressões contra o público LGBT¹⁶⁷ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e travestis) até que a norma seja aprovada pelo Parlamento.

167 A sigla aqui aparece reduzida porque é como o *site* da revista *Carta Capital* a apresenta. Nossa opção foi utilizar a sigla LGBTTI no decorrer de toda a tese, por considerá-la mais abrangente, além de ser como é mais comumente utilizada pelos movimentos sociais que defendem o respeito à diversidade sexual. É digno de registro também que quando a matéria entrou em pauta no Congresso, só se fazia referência à homofobia. Porém, quando do julgamento no STF, passou-se a falar também de transfobia, numa alusão a pessoas transexuais, que também são vítimas de preconceitos, assim como os homossexuais. Já o referido *site* opta pela expressão LGBTfobia, incluindo aí todo o espectro sujeito à discriminação, desrespeito e agressões.

De acordo com o *site* da revista *Carta Capital*¹⁶⁸ foram julgadas duas ações: uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADO 26), enviada à Corte em 2013 pelo PPS (Partido Popular Socialista), e o Mandado de Injunção (MI 4733), que foi protocolado em 2012 pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT)¹⁶⁹. O julgamento teve início em fevereiro do mesmo ano e foi retomado em 13 de julho, quando oito ministros votaram favoravelmente à matéria e três se posicionaram contrariamente (Putti, 2019, *on-line*).

Com a decisão da Suprema Corte, a partir daquela data, crimes de ódio contra a população LGBTT serão punidos na forma do crime de racismo, sendo este inafiançável e imprescritível. A pena varia entre um e cinco anos de reclusão, de acordo com a conduta (Putti, 2019).

Também de acordo com o periódico, a decisão vem gerando críticas no ponto que trata sobre as religiões. O Senado e a Câmara dos Deputados discutem a criminalização da LGBTfobia, mas com exceções para discursos religiosos, o significa dizer que os religiosos poderão continuar atacando o público LGBTTI. Ambas as casas discutem a questão (Putti, 2019).

A decisão do STF também gerou reações, evidentemente positivas por parte do público LGBTTI e pessoas que se afinam com a causa e, como era de se esperar, bastante negativas por parte dos grupos conservadores. Mas a reação mais emblemática, no nosso entender, veio do atual presidente da República, Jair Bolsonaro. Primeiramente, disse que não caberia ao STF decidir sobre a matéria, que era afeita ao Parlamento. Como se neste o comportamento de Bolsonaro e de seus pares não tivessem sido sempre no sentido de impedir, a qualquer custo, que a matéria fosse aprovada.

Em segundo lugar, como já referido em nota anteriormente, por ocasião da votação da Suprema Corte acerca da matéria, Bolsonaro declarou em uma reunião com evangélicos que estava na hora de indicar um ministro evangélico para o STF, dando a entender que com a presença de um representante deste segmento no Poder Judiciário temas como este teriam mais dificuldade de aprovação.

No dia 10 de julho de 2019, ainda sem ter digerido a aprovação da criminalização da homofobia e da transfobia pela Suprema Corte, Bolsonaro, durante um culto especial realizado pelos evangélicos para “abençoar” a Reforma da Previdência, que se encontrava em uma semana crucial, fez a seguinte declaração, reproduzida pelo

168 As informações sobre a decisão do STF, datada de 13 de junho, foram extraídas do *site* da revista *Carta Capital*, divulgado na mesma data, na matéria intitulada “Por 8 a 3, Supremo aprova criminalização da Homofobia”, redigida pelo jornalista Alexandre Putti. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/por-8-a-3-stf-aprova-a-criminalizacao-da-lgbtfobia/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

169 Esta associação foi criada em 1995 e, a partir dela, tiveram início projetos de lei visando à ampliação de direitos desse segmento social (Trevisan, 2015, p. 293).

jornal *El País*¹⁷⁰: “O Estado é laico, mas nós somos cristãos. Dos dois ministros que vou nomear para o Supremo, um deles, vejam bem, um deles, será ‘terrivelmente cristão’ como disse a minha querida Damares¹⁷¹. Vou nomear um ministro terrivelmente evangélico” (Gortázar, 2019, *on-line*).

A declaração, para além de deixar subentendido que é pretensão de Bolsonaro fazer com que os evangélicos ocupem também o Poder Judiciário, traz uma outra questão que é o entendimento do que é laico por parte do presidente. Sua interpretação é em grande medida coincidente com a de um de seus líderes evangélicos com o qual tem maior proximidade, o pastor Silas Malafaia, ao protagonizar na Câmara dos Deputados juntamente com o deputado federal Jean Wyllys uma discussão altamente polarizada sobre a “*Cura Gay*”, a qual reproduziremos algumas partes mais adiante.

Diferentemente do projeto de lei que tratava da criminalização da homofobia que precisou da interferência do STF para ser resolvido, outro projeto de lei que trata do reconhecimento da união civil homoafetiva, embora não menos polêmica, teve melhor sorte no que se refere ao tempo de aprovação. Apresentado pela deputada federal Marta Suplicy (à época vinculada ao PT, tendo sido eleita pelo Estado de São Paulo), o projeto de Lei nº 1.151/95, tramitou na Câmara dos Deputados, sendo que, para que fosse aprovado, teve que se travestir, sob a alegação de não ser uma tentativa de equiparação da união entre pessoas do mesmo sexo ao casamento ou união estável e, muito menos, como forma de família. Como assinalado por Marelha Evangelista de Souza, o projeto “não negava esta característica, mas também não afirmava” (Souza, 2016, p. 22).

Conforme relatado por Souza, diante de intensos debates, foi preciso até que se mudasse o termo união civil para parceria, com o objetivo de afastar a ideia do instituto de casamento, de união civil e de família. A questão principal que grava a distinção da expressão parceria dos demais institutos era justamente a proibição da adoção conjunta, ou seja, não se reconheceria legalmente filhos adotados pelo casal homoafetivo (Souza, 2016, p. 22-23).

170 A matéria foi divulgada no mesmo dia pelo jornal *El País*, sob o título “Um ministro ‘terrivelmente evangélico’ a caminho do Supremo Tribunal Federal”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/politica/1562786946_406680.html. Acesso em: 18 jul. 2019. A declaração foi sobejamente repercutida pela mídia, sendo que foi cogitado por alguns veículos de comunicação que o jurista “terrivelmente evangélico” a ser indicado seria o ministro-chefe da Advocacia Geral da União, André Luiz Mendonça.

171 Damares Regina Alves responde pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Foi membro da Igreja do Evangelho Quadrangular, da qual seu pai fundou vários templos, e da Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte. Foi nomeada para a pasta desde o início do governo de Jair Bolsonaro. Embora não venha do meio político, tornou-se logo conhecida, por suas posições heteronormativas e heterossexistas, sendo que tão logo, assumiu o ministério deixou isso bem claro, ao declarar que “azul é para meninos e rosa para as meninas”, como lembrado pelo jornal *El País* na matéria em que Bolsonaro faz alusão a ela, tratando-a por querida. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/politica/1562786946_406680.html. Acesso em: 18 jul. 2019. Vale ressaltar que a frase viralizou nas redes sociais quando da declaração da ministra.

Para além dessas questões semânticas, foram realizadas audiências públicas entre os parlamentares e membros da sociedade civil, sendo convidados para debaterem o tema tanto pessoas contrárias à “parceria”, quanto favoráveis à mesma. Evidentemente que não faltaram embates calorosos envolvendo atores ligados ao movimento LGBTTI ou a movimentos de “defesa da vida e da família”. Não entraremos em detalhes desses embates, mas é preciso deixar claro, com base nos relatos de Souza, que não faltaram argumentos religiosos na tentativa quer de aprovar o projeto quer de derrubá-lo.

Da mesma forma que o projeto de lei relativo à criminalização da homofobia, o projeto referente ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, também não logrou êxito no Congresso e, segundo Souza, “até hoje não há lei, uma norma fruto do debate parlamentar, que permita casamento entre pessoas do mesmo sexo” (Souza, 2016, p. 25). No entanto, uma atuação conjunta do STF¹⁷² e do Conselho Nacional de Justiça, datada de 2011, passou a permitir que qualquer casal homoafetivo pode se casar ou realizar contrato de união estável em qualquer cartório de registro.

É digno de registro que do mesmo modo que ocorreu com a criminalização da homo/transfobia pelo STF reações advindas de políticos evangélicos ou identificados com os mesmos – como é o caso do presidente da República Jair Bolsonaro, que se declara católico. Daquela vez, um dos que reagiu fortemente foi o então deputado federal Anthony Garotinho¹⁷³ (Partido Republicano Progressista/RJ) e o interessante que na ocasião usou o mesmo argumento de Bolsonaro, ou seja, de que aquela matéria deveria ser resolvida no âmbito do Parlamento, desqualificando a decisão do STF.

Se o “Casamento *Gay*” – como tratado pela imprensa – foi motivo de polêmica, outra medida que visava beneficiar ao movimento LGBTTI também foi alvo de críticas e acusações: o chamado “*Kit Gay*”. Criado em 2011, na gestão do então Ministro da Educação, Fernando Haddad, consistia em um conjunto de vídeos e outros materiais didáticos a serem distribuídos nas escolas públicas brasileiras, tendo em vista dar subsídios aos educadores para trabalharem a questão sexual no âmbito escolar, como foco no respeito à diversidade sexual, uma vez que o governo Lula entendia que era necessário, no que se refere à Educação Básica:

172 Os ministros do STF reconheceram a união estável para casais do mesmo sexo, ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento e Preceito Fundamental (ADPF) 132 (Souza, 2016, p. 25).

173 Anthony Garotinho e sua mulher Rosa Garotinho respondem a processo pelo qual seriam acusados de um esquema de compra de votos na ocasião em que a segunda se candidatou – e venceu as eleições – para a Prefeitura de Campos de Goytacazes, no Norte Fluminense. Também são acusados de desvio de dinheiro público (Operação Chequinho). O casal chegou a ser preso e teve seus bens bloqueados. Em 14 de junho de 2019, a justiça determinou que o casal passasse a usar tornozeleiras eletrônicas, em atendimento a medidas cautelares. Disponível em: <https://g1.globo.com/ri/norte-fluminense/noticia/2019/06/28/ex-governador-anthony-garotinho-e-intimado-a-colocar-tornozeleira-eletronica.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2019.

[...] fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas (BRASIL/CNDH/MEC, 2006:24).

Já para a Educação Superior a meta era:

[...] desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiências, segmentos geracionais e étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e religiosa, dentre outros, nas IES (BRASIL/CNDH/MEC, 2006:29).

O *kit anti homofobia*, parte do programa Escola sem Homofobia e criado em consonância com o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT¹⁷⁴ e outras políticas afirmativas daquele governo, havia sido confeccionado “pela ECOS (Comunicação em Sexualidade) com o apoio de técnicos do Ministério da Educação, ativistas do movimento LGBT e educadores de diferentes partes do país e testado com professores de São Paulo” (Vital da Cunha apud Souza, 2016, p. 31).

A reação das lideranças evangélicas com relação ao *Kit Gay* não foi nada auspíciosa, muito pelo contrário. De acordo com Janine Trevisan, estas “logo entenderem o material como sendo instrutivo no sentido de ‘ensinar a ser gay’ e, portanto, apresentando riscos à família” (Trevisan, 2015, p. 301). Vale ressaltar que nesse episódio o deputado federal que mais esbravejou e combateu a distribuição do material foi o atual presidente da República, Jair Bolsonaro¹⁷⁵. O parlamentar não poupou esforços neste sentido, usando por várias vezes a tribuna da Câmara dos Deputados e participando de programas televisivos, como o *Superpop* (Souza, 2016, p. 31), para atacar veementemente aquela política pública, a fim de impedir a sua implementação.

Não satisfeito, Bolsonaro criou o *Panfleto Anti-Gay*, em que, como demonstrado pelas pesquisadoras Carla Lisboa Crespan e Silvana Viladre Goelman¹⁷⁶, fez uma contraposição ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Mais do que isso, segundo as autoras, o distorceu “através da supressão de palavras, ideias e expressões. Além disso, incluiu uma série de adjetivações pejorativas (‘República Gay’, ‘MST Gay’, ‘Programa Primeiro Emprego Gay’, entre outras) que

174 Fruto da Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008.

175 À época, conforme levantamento feito por Marselha Evangelista de Souza (2016), ainda não pertencia à FPE.

176 “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo” é o título do artigo das autoras, cuja parte em negrito refere-se à uma fala do deputado Jair Bolsonaro. Revista *FACED*, Salvador, n.19, p. 103-122, jan./jun. 2011.

reforçam um discurso normativo e conservador do parlamentar” (Crespan; Goelman, 2011, p. 106).

A capa do referido panfleto de Bolsonaro já prenunciava o tom do material anti “*Kit Gay*”, como reproduzido pelas autoras:

Ilustríssimos Senhores e Senhoras Chefes de Família: Apresento alguns destes 180 itens que chamo *Plano Nacional da Vergonha*, onde meninos e meninas, alunos do 1º Grau, serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que ser *gay* ou lésbica é motivo de orgulho para a família brasileira. Tirem suas conclusões sobre as absurdas propostas do Governo algumas já em execução conforme publicações em Diário Oficial da União (Bolsonaro apud Grespan; Goelman, p. 105-106, grifos nossos).

De forma a não permitir a distribuição do “*Kit Gay*”, parlamentares conservadores como Bolsonaro¹⁷⁷ chantagearam a então Presidenta Dilma Rousseff, ameaçando obstruir todas as votações de interesse daquele governo na Câmara dos Deputados. Diante disso, como relatado por Trevisan (2015, p. 301), a Presidenta cedeu, determinando junto ao MEC que recolhesse o material, para melhor avaliação do mesmo.

Trevisan (2015, p. 301) recorda que naquele ano, mais precisamente em maio, o STF havia reconhecido a união civil homoafetiva, a qual ainda não havia sido totalmente digerida pelos pentecostais¹⁷⁸. “Casamento *Gay*” e *Kit Gay* seria muito para este segmento religioso em um intervalo de tempo tão pequeno.

Se por um lado a “dose dupla *gay*” (*aspas nossas*), desagradou ao segmento evangélico, por outro, a não distribuição do “*Kit Gay*” gerou insatisfação por parte do movimento LGBTTI. Para além das críticas feitas nas várias instâncias midiáticas, naquele mesmo ano a maior parada “Parada *Gay*”, realizada na cidade de

177 É preciso deixar claro que Bolsonaro não foi o único parlamentar a reagir drasticamente contra o “*Kit Gay*” do Ministro Haddad. A bancada evangélica, como que num uníssono, retratou o material e as pessoas envolvidas na confecção/divulgação/distribuição do mesmo. Como relatado por Souza (2016), dentre os que se pronunciaram no Congresso Nacional - e na mídia-, destacaram-se João Campos, Marco Feliciano e Magno Malta.

178 Ao fazer uma pesquisa com eleitores sobre temas que mais os mobilizam, Reginaldo Prandi e William dos Santos, constataram que a rejeição à homossexualidade estaria entre eles. Os pesquisadores constataram que entre eleitores evangélicos, ela é ainda mais rejeitada. “A rejeição à homossexualidade, pauta consistentemente propagandeada nos púlpitos e nas mídias por lideranças evangélicas de todo escalação, do pequeno pastor ou ancião aos populares pregadores notáveis e notórios. Enquanto no eleitorado como um todo apenas 27,4% acham que ‘a homossexualidade deve ser desencorajada por toda sociedade’, com uma rejeição ainda menor por parte dos católicos (21,5%), entre os evangélicos essa taxa quase dobra: é de 40,3% entre os não pentecostais e de 44,9% entre os pentecostais”. (Prandi; Santos, 2017, p. 194). Os autores revelam também que sobre a questão da homossexualidade: “os grupos mais contrários à criminalização da homofobia são os evangélicos pentecostais, com 24,5%, e os não pentecostais, com 21,2% [...]. Quando se trata de rejeição à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção de crianças por casais *gays*, os evangélicos não só disparam na comparação com as demais religiões como também formam a maioria dentro de seus grupos. Os pentecostais apresentam 63,3% e os não pentecostais 68,2% de rejeição ao casamento e 66,0% e 73,5%, respectivamente, de rejeição à adoção” (Prandi; Santos, 2017, p. 95).

São Paulo, foi às ruas da capital paulista com o tema *Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia* (Trevisan, 2015, p. 301).

As incontáveis contendas envolvendo o “*Kit Gay*” tornou-o bastante emblemático no sentido de ter trazido à tona “não somente o elemento de defesa da família, como também o elemento de defesa da infância, da preservação da cultura heterossexual/cristã nas gerações futuras” (Souza, 2016, p. 33-34), já que o material era visto como um incentivador da homossexualidade e não como um promotor do respeito à diversidade no âmbito escolar, como queria o Ministério da Educação. Tão ou mais emblemático quanto o “*Kit Gay*” foi o episódio da chamada “*Cura Gay*”, sobre o qual discorreremos a seguir.

2.5.4 As contendas em torno da “*Cura Gay*”

Usurpação. Esta palavra foi utilizada por Pierucci para expressar o sentimento que tinha com relação à presença dos evangélicos na esfera pública, tomando por base o evento da Constituinte, o qual analisa de forma minuciosa. O sociólogo paulista assim explica o que entende pelo termo, em se tratando dos evangélicos:

Hoje [...] muitos pastores evangélicos mostram-se abertamente dispostos a emular seus concorrentes ativistas do lado católico, atuando, a seu modo, diretamente na esfera pública, pressionando em nome de Deus e do povo de Deus o corpo de legisladores e outros poderes constituídos, em função de diferentes plataformas e objetivos políticos. Assim fazendo, extrapolam o campo das lutas especificamente religiosas e passam a competir em uma arena mais vasta do que a do campo religioso propriamente dito, entrando agora em disputas com outras agências e outros agentes laicos na qualidade de fontes de informação, influência e estimulação políticas, encontrando e fazendo nesse percurso novos aliados [...] e novos adversários: o movimento feminista, o movimento *gay*, a esquerda laica, o humanismo secular, o modernismo cultural, a indústria da pornografia, a intelectualidade esnobe, a cultura da juventude, os educadores liberais, os pais liberados e assim por diante (Pierucci, 1989, p. 113).

Se não estivesse a examinar o que significou a Constituinte no que diz respeito ao empoderamento dos evangélicos, poderíamos dizer que com essas palavras Pierucci estaria prenunciando o episódio da *Cura Gay*, sobretudo ao dizer que este segmento “entra em disputa com outras agências e outros agentes laicos [...]”. No nosso entendimento, foi exatamente isso o que aconteceu. Senão, vejamos.

O deputado federal João Campos, à época representando o PSDB pelo estado de Goiás¹⁷⁹, em 2 de junho de 2011, propôs à Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 234/2011, cujo objetivo consistia em sustar “a aplicação

179 Atualmente, João Marcus Rodrigues Campos está representando o PRB. Natural do Estado de Tocantins, desde 2003 é deputado federal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74366>. Acesso em: 22 jul. 2019.

do parágrafo único do Artigo 3º e o Artigo 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 01/99, de 23 de março de 1999, que estabelece normas para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual" (Souza, 2016, p. 36).

Pelo texto do projeto do deputado, cuja profissão originária dele não é a de psicólogo e sim a de delegado de polícia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) estaria exorbitando seu poder regulamentar, uma vez que ao "criar e restringir direitos mediante resolução usurpou a competência do poder legislativo" (p. 2 do Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011) (Souza, 2016, p. 36). Note-se que ele utiliza o verbo usurpar em relação ao Conselho Federal de Psicologia, que de forma alguma é sua alcada.

Ao esmiuçar a Resolução do CFP, tendo em vista a argumentação de seu PDC, acresce ao mesmo que o primeiro "teria inovado na ordem jurídica, criando obrigações e vedando direitos aos profissionais de Psicologia, bem como ofendendo direitos dos cidadãos e indo de encontro aos princípios constitucionais, como o Princípio da Separação dos Poderes, o princípio da Legalidade e o Princípio da Liberdade de Expressão" (Souza, 2016, p. 36).

O PDC do deputado federal João Campos enfatiza dois artigos específicos da Resolução do CFP, que versam sobre o seguinte:

Art. 3º- os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamento ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único – os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura de homossexualidades (grifo nosso).

Art. 4º- os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (Resolução do CFP).

Julgamos necessário explicitar bem do que se trata o PDC do deputado João Campos, para que possamos clarificar o motivo de tê-lo enquadrado como uma forma de usurpação, no sentido atribuído por Pierucci. O PDC em questão é por si só bastante emblemático, porque tenta impedir os profissionais da Psicologia de serem resguardados pelo seu próprio órgão de classe sobre aspectos que, ao que tudo indica, eles mesmos chegaram a um consenso, com base em um código moral e ético próprio da profissão.

Queremos dizer com isso que há, na verdade, uma tentativa de ingerência de uma área totalmente estranha em outra. É como se psicólogos se sentissem no direito de mudar as regras e normas de conduta da Câmara dos Deputados, ainda

que como eleitores – condição *si ne qua non* de todos os cidadãos acima de 16 anos – talvez tivessem mais direitos neste sentido.

Consideramos pertinente nos remetermos a uma outra questão, atinente ao respeito à democracia. Ao discorrer sobre o pluralismo agonístico já tratado por nós no decorrer desta tese, Chantal Mouffe argumenta que a esfera pública não é um *locus* de neutralidade, comportando, portanto, “paixões, valores, crenças e todas as formas de identificações coletivas na ação política” (Mouffe, 2005, p. 26).

Em diálogo com Mouffe, a teóloga Ivone Gebara assinala que:

Somos políticos também a partir de nossas crenças religiosas e religiosos também a partir de nossas crenças políticas, mesmo quando vivemos nossa fé e nossa política em regime de catacumbas. Da mesma forma, nossa ética individual se mistura às nossas convicções políticas coletivas mesmo quando não aderimos a nenhuma religião (Gebara, 2015, p. 20).

Como defendido por Mouffe, os argumentos religiosos não devem ser excluídos da política como querem “as versões rawlsiana e habermasiana¹⁸⁰ da democracia deliberativa – embora de formas diferentes”. Dando sequência a seu raciocínio, a Mouffe esclarece que “Isto não quer dizer, naturalmente, que ele [espaço político] permitiria o reconhecimento legal de demandas que poriam em questão a própria base da ordem constitucional” (Gebara, 2015, p. 20).

A argumentação de Mouffe, sobretudo no que se refere ao respeito à ordem constitucional, nos leva a um questionamento sobre o fato de um PDC proposto por um parlamentar ter a pretensão de interferir em uma decisão de um conselho de uma determinada categoria profissional. Com base no senso comum, temos que “o direito de um termina quando começa o direito de outrem”. Este princípio tem reflexos na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º, inciso II, que dispõe que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Portanto, depreendemos que a contenda sobre a “*Cura Gay*” no âmbito da Câmara dos Deputados, tal como ela ocorreu, feriu um princípio constitucional, na medida em que buscou-se forçar uma situação. Dito de maneira bastante coloquial, tentou-se “forçar uma barra”.

Ainda na esteira de Mouffe (2005, p. 20), ao ser partidária de que uma democracia pluralista liberal de fato requer uma separação entre a lei civil e a lei

¹⁸⁰ Chantal Mouffe está se referindo ao teórico liberal John Rawls e a Jürgen Habermas. Por democracia deliberativa, na concepção deste último, entenda- se: uma tentativa de formular uma teoria da democracia a partir de duas tradições teórico-políticas: a concepção de autonomia pública da teoria política republicana (vontade geral, soberania popular), com a concepção de autonomia privada da teoria política liberal (interesses particulares, liberdades individuais). (Lubenow, 2010, s/p). Ver mais em “*Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas. Modelo teórico e discursos críticos*”. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2010000100012. Acesso em: 22 jul. 2019.

religiosa, o episódio da “*Cura Gay*” não caracterizaria uma tentativa de imposição da segunda sobre a primeira? Por último, pelo pensamento de Mouffe, o evento da “*Cura Gay*” não pressuporia “um antagonismo entre inimigos” ao invés de “um agonismo entre adversários”? (Mouffe, 2005, p. 20).

Ao julgar pelo embate entre o pastor assembleiano Silas Malafaia e o então deputado federal pelo PSOL, Jean Wyllys, certamente o que se assistiu foi um antagonismo entre inimigos, sem que se chegasse a um agonismo—situação pretendida em uma democracia, segundo Mouffe –, uma vez que o PDC do deputado João Campos foi retirado de pauta em 2013, depois que o PSDB, partido do parlamentar à época, emitiu uma nota pública contrária ao projeto (Souza, 2016, p. 36). O que não significa que a contenda tenha sido abortada de vez, posto que de tempos em tempos a polêmica em torno da *Cura Gay* é reacendida, como em setembro de 2017, com a decisão do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que permite atendimento referente à reorientação sexual.

Para além de voltar à tona em alguns momentos, de acordo com Souza, mesmo com a retirada do PDC no âmbito da Câmara dos Deputados pelo próprio autor, a pedido de seu partido que o considerou um retrocesso, o debate sobre o assunto não cessou, sobretudo nas redes sociais¹⁸¹, mobilizando evangélicos e ativistas ou simpatizantes do movimento LGBTTI, além de outros atores (Souza, 2016, p. 42). Mas destacaremos aqui atores que se manifestaram presencialmente no parlamento, a começar pelo deputado federal Marco Feliciano (PSC/SP).

Membro da Assembleia de Deus Central do Avivamento, Feliciano foi escolhido para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (doravante CDHM), em março de 2013. Como relatado por Campos, Gusmão e Mauricio Junior, as primeiras sessões dirigidas pelo pastor assembleiano “foram marcadas por tumultos e protestos, tanto da parte do movimento LGBTTI, quanto de evangélicos apoiando Feliciano” (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 171). Os autores justificam a revolta dos movimentos sociais acerca da eleição do parlamentar para a presidência da CDHM como decorrência das “declarações feitas por ele em seu *Twitter*, consideradas homofóbicas e racistas” (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 171). Seja lá por qual razão, o fato é que o movimento “Fora Feliciano” tomou conta das galerias da Câmara dos Deputados em Brasília e fora dela, se fazendo presente em várias capitais brasileiras.

Apesar dos protestos pedindo a renúncia, Feliciano permaneceu à frente da CDHM e acolheu o PDC do deputado João Campos, a qual passou por duas Comissões

181 A Dissertação de Mestrado de Marselha Evangelista de Souza traz um acompanhamento da repercussão da polêmica acerca da *Cura Gay* principalmente nas redes sociais, após a retirada do PDC, demonstrando que o tema continua vivo, dividindo opiniões nos mais diversos setores. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3096>. Acesso em: 22 jul.2019.

Permanentes daquela casa: a CDHM e a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Nesta última, foi realizada uma audiência pública com o objetivo de discutir o PDC, com a presença de quatro convidados, sendo dois escolhidos por Feliciano e dois pelo deputado federal Pastor Eurico (PSB/PE): a psicóloga especialista em sexualidade Marisa Lobo e o Pastor Silas Malafaia, também formado em psicologia (Souza, 2016, p. 37). Ambos defenderam ardorosamente a possibilidade de realização da *Cura Gay* pelos psicólogos que assim quisessem.

Do outro lado, ou seja, contrários ao PDC, foram selecionados pela deputada federal Érika Kokay (PT/DF) o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Cota Verona e o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (ABLGT), Toni Reis (Souza, 2016, p. 38). Os dois convidados defenderam com veemência que a PDC não fosse aprovada.

Como relatado por Souza, os defensores da *Cura Gay* “buscaram abordar o assunto do ponto de vista científico, utilizando argumentos da psicologia, da medicina e do direito” (Souza, 2016, p. 38). Pelo que pudemos depreender dos trechos selecionados pela autora das falas de Marisa Lobo e Malafaia, ambos buscaram descharacterizar que estariam ali como religiosos, alegando que seus argumentos eram de outra ordem, ou seja, meramente científicos. Com vistas a reforçar isso, o anfitrião Marco Feliciano, entremeando os discursos de seus convidados, frisava: “Viemos aqui para discutir um assunto científico.” Da mesma forma, o autor do PDC também fazia questão de destituí-lo de um caráter religioso, ressaltando não ter apresentado o projeto como pastor (Souza, 2016, p. 38).

Do outro lado, os convidados de Érika Kokay primaram pela ideia de que a aprovação da PDC sobre a “*Cura Gay*” teria um efeito devastador sobre as conquistas do movimento LGBTTI, pois a homossexualidade voltaria a ser tratada como doença, assim como “fomentaria o preconceito” (Souza, 2016, p. 39). Com base no relato de autora, é possível depreender que o debate transcorria de forma amena, respeitosa, até que entrou em cena um outro ator: Jean Wyllys¹⁸², do PSOL.

A partir daí o que se viu foi um embate árduo e áspero, beirando o irascível entre Wyllys e Malafaia. O interessante, no entanto, que cada um, a seu modo, evocou concepções de laicidade. Retomando Mouffe (2005), o que se assistiu foi um “antagonismo entre inimigos”. Nos termos do jornalista e cientista político Wilson Gomes, teve lugar uma “*mirabilia política*”, descrita por ele como sendo um daqueles:

182 Vale lembrar que Jean Wyllys, antes de ser eleito deputado, participou do programa televisivo BBB – Big Brother Brasil – em sua quinta edição, da qual foi vencedor. Em entrevista ao portal Terra, declarou que o programa não fez diferença em sua vida e que nunca usou o fato de ter se tornado uma celebridade, ainda que momentânea, em suas campanhas políticas, nas quais sempre exaltou o lado do ativismo em movimentos sociais. Mais detalhes sobre a entrevista, Disponível em: <https://www.terra.com.br/terraramagazine/infograficos/jean-wylls/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

[...] eventos, situações e textos relacionados ao campo político que retiram o espectador da letargia da apreciação cotidiana, que, justamente, suspendam a cotidianidade média, que despertem a atenção, conquistem os imaginários e fixem as memórias, em suma que enchem os olhos e deem o que falar (Gomes, 2007, p. 394).

Remeter-nos-emos a alguns trechos selecionados por Campos, Gusmão e Mauricio Junior que evidenciem a disputa pela laicidade entre os dois atores, a começar pelo ex-BBB e agora ex-deputado federal, uma vez que se encontra “exilado” na Europa. Num primeiro momento, Wyllys tenta desqualificar o oponente, dizendo que ele é um psicólogo, mas que não tem produção científica:

Procurei na Plataforma Lattes, *site* que inclui o currículo dos principais pesquisadores do país, o currículo do pastor Silas Malafaia [...] e não encontrei. E aí fico me perguntando sobre os critérios de seleção das pessoas que vêm falar de um tema relevante para a comunidade científica da psicologia. Fico me perguntando: qual o propósito de se convidar, ainda que psicólogo, um pastor que não tem nem publicação. Se o que está em jogo aqui é derrubar uma resolução do Conselho Federal de Psicologia, que é uma entidade que reúne diversas entidades, num fórum de discussão científica, acho que esse critério deveria ser minimamente observado (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 41).

Wyllys também é contundente ao questionar como fica o princípio da laicidade face ao PDC de João Campos:

[...] Esse PDC fere o princípio da laicidade [...], que diz que o Estado não tem paixão religiosa. E visto que o autor deste PDC é pastor evangélico [...] e responde aos interesses de sua igreja [...], portanto, o Estado não pode se dirigir por paixão religiosa e aprovar esse PDC (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 41).

O deputado do PSOL não poupa críticas à Malafaia:

Me espanta a compreensão rasteira, mas rasteira mesmo, das noções de identidade de gênero e orientação sexual expostas aqui. Eu fiquei envergonhado de pessoas com essa pobreza intelectual e de informação [...]. Aqui tem que ficar claro que em nenhum momento a resolução do conselho proíbe a pessoa com sofrimento psíquico procurar um terapeuta. A resolução não proíbe! O que a resolução proíbe é que nenhum profissional da psicologia pode reorientar sexualmente um paciente (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 41).

Ao final de sua fala, Wyllys reforça que o PDC do deputado, cujo teor é compactuado por Malafaia, “além de inconstitucional, ele tem um problema ético [...] ele fere a laicidade”, uma vez que “sustentado por um discurso religioso” (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 41). O pastor da Assembleia de Deus Vitoria em Cristo, em discurso proferido anteriormente ao do deputado do PSOL, procura não se basear somente em argumentos religiosos, mas também científicos, a fim de não ser acusado de só levar em conta o lado espiritual da questão. Neste sentido, se vale da genética para dar substância a sua fala:

A psicologia não tem autoridade científica para dizer se alguém nasce ou não homossexual. Qual é o ramo da ciência que tem autoridade científica? A genética. A genética é o ramo da ciência que tem autoridade para dizer se alguém nasce ou não homossexual. Então vamos lá: não existe ordem cromossômica homossexual, não existe gene homossexual, não existe. O que existe é a libido do homem macho ou fêmea. Um hormônio sexual não existe. Só tem hormônio de macho e de fêmea [...] (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 173).

Malafaia segue usando argumentações provenientes da genética, porém entremeia com outros que ele busca, à sua maneira, de defesa do princípio da laicidade e evocando o princípio da liberdade previsto na Constituição, por vezes embolando tudo, como pode ser visto no trecho a seguir:

[...] Se uma pessoa pode ter a sexualidade reorientada [...] um direito. Isso é direitos humanos! Aqueles que reivindicam direitos têm que respeitar o direito do outro. Eu tenho o direito de falar. Isso aqui é Estado Laico, ok? Não é laicista, ok? Nós estamos baseados na Constituição [...]. Nós não estamos obrigando ninguém a deixar de ser *gay*. Pelo amor de Jesus Cristo! Cada um é o que quer ser. E eu estou dizendo que a pessoa tem o direito de não querer ser mais. Agora escute. Psicologia: não é o terapeuta que diz qual é a queixa ou onde está a dor do paciente. Nós não podemos nos meter onde não somos chamados [...] (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 173).

É digno de registro que os autores, ao reproduzirem o discurso de Malafaia, indicam que ele teria sido interrompido várias vezes pela plateia, sobretudo quando se refere ao Estado laico, à Constituição. Vale mencionar outra parte de sua fala, em que evoca o lado profissional em detrimento do lado religioso: “Nós não estamos tratando de religião aqui. Nós não estamos tratando de religião aqui, esse é o joguinho que eles querem. Entrar no jogo da religião. Eu tô aqui como psicólogo” (Campos; Gusmão; Mauricio Junior, 2015, p. 174).

Ao analisarem as estratégias discursivas de um e outro debatedor, os autores deduzem que ambas são sintomáticas das disputas pela conquista de legitimidade na esfera pública. Ao combater o oponente, Wyllys rechaça a ideia de que a religião, aqui representada na figura de Malafaia, possa participar do debate público, desautorizando-a por completo. Malafaia, por sua vez, diferente do que era de se esperar, mune-se de uma argumentação mais calcada nas ciências.

De qualquer modo, evidencia-se neste embate o velho antagonismo religião *versus* ciência. Não vindo ao caso quem se mostrou de um lado ou de outro, pois ao que nos parece houve uma inversão, depreendemos que se tentou abolir o pressuposto de Mouffe (2005) de que a religião pode, em alguma medida, estar presente no debate público, por meio de crenças e valores dos participantes. Em nome de um pretenso posicionamento laico, tentou-se deixá-la de fora. No nosso entender, em vão, pois o pano de fundo de toda a discussão foi a própria. Nos dizeres

de Campos, Gusmão e Mauricio Junior (2015, p. 179), fazendo uso de uma linguagem à la Durkheim, “sagrados particulares” foram reivindicados a todo instante, ainda que se pretendesse dessacralizar a refrega.

No episódio da admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff os “sagrados particulares” brotaram de maneira contundente, por meio de frases com ou sem sentido, porém com um sentido único: o de derrubar a Presidenta.

CAPÍTULO III

O *IMPEACHMENT* DA
PRESIDENTA DA REPÚBLICA
DILMA ROUSSEFF NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS: EM NOME
DE DEUS, O “SIM” QUE ENTROU
PARA A HISTÓRIA DO BRASIL

3.1 ANÁLISE DO DISCURSO (AD) - DESCRIÇÃO DO MÉTODO

Conforme o *Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa* (2010), a palavra ‘discurso’ vem do latim medieval *discursus*, cujo significado é “que corre para todos os lados”, ou seja, algo que não segue um único caminho, que não se fecha. Dito de outra forma, algo que não se integraliza, que carece de completude. Seria como uma água que se espraia, que se esvai.

Etimologicamente, discurso pressupõe curso, percurso, movimento. Nas palavras de Eni Orlandi, “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando [...]. E a Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação entre o homem e a realidade natural e social (Orlandi, 2005, p. 15).

De acordo com Orlandi, responsável pela introdução da metodologia no Brasil, em sua vertente francesa¹⁸³ e maior referência em Análise do Discurso (doravante AD) no país, por meio dessa metodologia analítica, “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, constitutivo da natureza do homem e de sua história” (Orlandi, 2005, p. 15, o *grifo nosso*). Como na epígrafe que traz a estrofe da música *Água*, composta pelo brasileiro Djavan, é possível perceber que a substância muda de sentido, a depender de quem a utiliza ou para que finalidade é usada. Dito de outra forma, “As palavras mudam de sentido em função das posições daqueles que a empregam” (Haroche et al. apud Courtine, 2014, p. 72).

Orlandi assinala que na AD, a língua não deve ser concebida como um sistema abstrato e sim como uma “língua no mundo”. A tarefa do analista de discurso é estabelecer relações entre “a linguagem e sua exterioridade”. Embora se valha de outra área de conhecimento, que é a Linguística, diferentemente dessa disciplina, que analisa a língua fechada nela mesma, a AD se ocupa do discurso, um objeto provido de historicidade.

A AD se debruça na relação triádica língua-discurso-ideologia e parte do pressuposto que não existe discurso sem sujeito e sujeito sem discurso, uma vez que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua *faz sentido*”. E é no discurso que se observa a relação entre língua e ideologia, acrescenta Orlandi (Haroche et al. apud Courtine, 2014, p. 17, grifos nossos).

Segundo Orlandi, diferentemente da Análise de Conteúdo – outro método analítico muito usado pelas Ciências Humanas – a linguagem para a AD não é

183 Além da vertente francesa existe a vertente inglesa da AD. Conforme Maingueneau (1997, p. 10), uma das diferenças essenciais entre as duas é que a primeira se vale mais do “estruturalismo”, levando mais em consideração a linguística e a história, enquanto que a segunda bebe mais da fonte do “interacionismo”, dando maior ênfase à psicologia e à sociologia.

transparente. A principal questão que se coloca para essa metodologia não é o *quê*, e sim o *como*. A autora complementa que a AD “não atravessa o texto para encontrar o sentido do outro lado”, pois o seu intento é responder “como este texto significa?” (Haroche et al. apud Courtine, 2014, p. 17).

De modo a responder aos questionamentos dela, à AD não basta a Linguística, tampouco as Ciências Sociais, de forma geral. Portanto, ela vai se situar no espaço de três domínios disciplinares singulares e distintos, porém complementares, para dar conta de seu objeto: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. De acordo com Orlandi, somente a partir dos anos de 1960 que a AD passou a se constituir dessa forma. Para entendermos essa configuração, julgamos necessário discorrermos primeiro sobre a evolução dessa metodologia, retomando depois como ela articula os três domínios disciplinares acima citados.

3.1.1 Alguns antecedentes históricos da AD

A AD tal como ela é concebida atualmente, ou seja, “tomando o discurso como seu objeto próprio” (Orlandi, 2005, p. 19), passou a existir efetivamente a partir dos anos 1960, na França. Deixando de lado os estudos retóricos da Antiguidade, como os de Aristóteles sobre os meios de persuasão, pode-se dizer que no século XIX já se registravam estudos de textos, levando-se em conta sua materialidade linguística, realizados por M. Bréal, por meio de sua semântica histórica.

No século XX, mais especificamente nos anos 1920/1930, os formalistas russos, cujo maior expoente desse movimento literário seria Roman Jakobson¹⁸⁴ (Schnaiderman, 2018, p. 151), já vislumbravam no texto a estrutura linguística e buscavam nele uma lógica interna (Orlandi, 2005, p. 18). Conforme Jean-Jacques Courtine, esses formalistas também praticavam a “linguística da fala” e já naquela época adotavam procedimentos de análise de enunciação (Courtine, 2014, p. 36).

Outro linguista que já pesquisava o texto era o estruturalista americano Z. Harris, que, nos anos 1950, utilizava do método distribucional (Orlandi, 2005; Courtine, 2014). Tanto esse americano quanto os russos, de acordo com Orlandi (2005), já se distanciavam da tradicional forma de abordagem, que era a análise de texto de viés conteudista.

Na Inglaterra, outro linguista, também estruturalista, M. A. K. Hallyday considerava o texto como unidade fundamental na análise da linguagem. Conforme Orlandi (2005), suas contribuições para a AD foram valiosas, ainda que se restringissem muito ainda ao plano discricional das sentenças. Somente em 1960 que a AD passou a se valer dos domínios da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise.

¹⁸⁴ Ver mais: Revista *Literatura e Sociedade*. Edição Especial, nº 26, 2018, p. 150-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/download/148522/142159/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Como atestado por Dominique Maingueneau, foi sob a égide do estruturalismo que, nos anos 1960, intelectuais começaram a refletir “sobre a ‘escritura’, a linguística, o marxismo e a psicanálise” (Maingueneau, 1997, p. 10). A partir de então, sobretudo a partir de 1965, a AD passou a ser não mais “assunto só de linguistas, mas também de historiadores e de alguns psicólogos” (Maingueneau, 1997, p. 10).

Conforme explica Maingueneau (1997, p. 10), as questões filosóficas e políticas surgidas nos anos 1960 requereram uma visão transdisciplinar e uma abordagem discursiva dos processos ideológicos. Michel Pêcheux foi o precursor da AD na França, sendo o fundador de um grupo de intelectuais do qual outros autores, como Jean-Jacques Courtine, fizeram parte.

É digno de registro que bem antes dos anos 1960, Ferdinand Saussure (1857-1913)¹⁸⁵ contribuiu para o que viria a se tornar mais tarde a AD. O legado do linguista suíço é inestimável. Como assinalado por Courtine, “é no ‘corte saussuriano’ que se encontra em primeiro lugar envolvida: a dicotomia língua/fala, fundadora da Linguística [...]” (Courtine, 2014, p. 37). No entanto, esse mesmo autor observa que para se constituir a AD foi preciso demover as estruturas sobrepostas de Saussure. “É, pois, sobre as ruínas do edifício saussureano que se erguerá a AD” (Guespin apud Courtine, 2014, p. 38).

Até hoje, a AD guarda uma estreita relação com a Linguística, podendo até mesmo ser considerada como um dos “ramos” especializados da mesma, ou seja, a sociolinguística. Porém Courtine atenta para o fato de que, dado à especificidade de seus objetos e da “posição dessas duas regiões de conhecimento no recorte universitário do saber e das disciplinas”, isso faz com que elas sejam colocadas “em uma situação de delimitação recíproca, ou seja, elas constituem a *fronteira* uma da outra” (Guespin apud Courtine, 2014, p. 38).

3.1.2 A tríade Linguística, Marxismo e Psicanálise

Além de ter sido fundamental ao desenvolvimento da AD, como exposto acima, a Linguística constitui-se em um dos domínios disciplinares dessa metodologia “pela afirmação da não transparência da linguagem: ela tem seu próprio objeto, a língua, e esta tem sua ordem própria. Esta afirmação é fundamental para a Análise de Discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é, não se passa direto um a outro. Cada um tem sua especificidade” (Orlandi, 2005, p. 19).

185 “Ferdinand de Saussure é a figura mais importante da linguística moderna. Por ter estabelecido o objeto da linguística, ele pode ser considerado o criador da ciência da linguagem. Suas ideias revolucionaram esse campo de pensamento e, dada sua importância para a área, tornou-se um clássico. Como tal, permanece essencial para os estudos linguísticos da atualidade”, como ressaltado pelos autores do livro *Saussure: a invenção da linguística* (Fiorin; Flores; Barbisan, 2013). Registrado por Adriana Pucci Penteado de Faria e Silva. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/17144>. Acesso em: 14 ago. 2019.

A AD se vale também do materialismo histórico, um dos postulados do marxismo, extraindo dele “o [fato] de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também, não lhe é transparente” (Orlandi, 2005, p. 19). Orlandi explica que “conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística, que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica” (Orlandi, 2005, p. 19).

Orlandi ressalta que na AD não se separa conteúdo e forma. A ideia é compreender a língua não como uma estrutura e sim como um acontecimento. Sobre a contribuição de outra de suas filiações teóricas, a psicanálise, a autora explicita que a contribuição dessa área do conhecimento consiste em efetuar “o deslocamento da noção de homem para a de sujeito, o qual, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, da história” (Orlandi, 2005, p. 19).

É necessário acrescentar que, embora herdeira das três áreas de conhecimento, não é subserviente a elas. Trabalha a noção de discurso não o reduzindo ao objeto da Linguística, nem, tampouco, correspondendo ao que teoriza o materialismo histórico e a psicanálise. Nas palavras de Orlandi, a AD “interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele” (Orlandi, 2005, p. 20).

Em suma, a AD atua na confluência dessas áreas de conhecimento, irrompendo suas fronteiras e dando lugar a um novo recorte de disciplinas, bem como constituindo um novo objeto: o discurso. Esse, por sua vez, não se restringe ao que é definido como mensagem no campo da comunicação. Em última análise, como asseverado por Orlandi, “*o discurso é efeito de sentido entre locutores*” (Orlandi, 2005, p. 21, *grifo nosso*).

É necessário esclarecer que por ‘sentido’ entendemos, a partir de Márcia Benetti, tratar-se de algo determinado por uma configuração ideológica, ou seja, “um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa e não outra” (Benetti, 2007, p. 3). E todo discurso consiste em um *lócus* de produção e circulação de sentidos, os quais são construídos nos processos de “dizer e interpretar”, envolve, necessariamente, emissor e receptor.

A AD se aplica a modalidades de discursos provenientes de várias áreas de conhecimento, sendo muito utilizado em áreas como jornalismo, direito, ciências políticas e literatura. Como toda metodologia, comprehende ferramentas próprias e conceitos que lhe são caros e peculiares. Passemos então a descrevê-los.

3.1.3 Conceitos essenciais à metodologia da AD

Dentre os conceitos fundamentais para o entendimento e aplicação da AD, destacamos o de Formação Discursiva (doravante FD). O termo aparece pela primeira vez em 1969, na obra *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, porém fora do domínio da AD (Courtine, 2014, p. 69). Segundo Benetti (2007), as FDs consistem em regiões de sentidos que se circunscrevem a um limite interpretativo que, por sua vez, exclui tudo aquilo que tornaria inválido aquele determinado sentido. Dessa forma, a área de interpretação é limitada aos sentidos nucleares.

Em suma, uma FD é fornecida pelas sequências discursivas. Importante ressaltar, com base na autora, que uma FD está estreitamente vinculada a uma formação ideológica, sendo que nenhum outro sentido poderia ser construído. Nos dizeres de Fuchs e Pêcheux, ela “funciona como ‘matriz’ para a produção do sentido e determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura histórica determinada” (Fuchs; Pêcheux apud Zoppi-Fontana, 1997, p. 38).

A identificação das FDs constitui, portanto, um passo primordial na AD. É a partir desse trabalho de localização das marcas discursivas que se torna possível o desenvolvimento dessa metodologia, sendo que é necessário ressaltar aquelas que representam o “sentido rastreado” de maneira mais significativa. Benetti (2007) ressalta que em AD não bastam as impressões sobre o texto a ser analisado, o que significa que o pesquisador deve construir um quadro de FDs.

Outro conceito fundamental na AD diz respeito às Condições de Produção (doravante CP). Como asseverado por Orlandi (2005, p. 30), “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”. A autora acrescenta que as CPs abrangem fundamentalmente os sujeitos e a situação, compreendendo também a memória.

Em sentido estrito, as CPs equivalem às circunstâncias de enunciação do discurso, ao contexto imediato. Já em um sentido mais ampliado, elas abrangeriam o contexto sócio-histórico e ideológico. E como mencionado acima, outro elemento importante é a memória discursiva tratada como interdiscurso, segundo Orlandi (2005). Em sua concepção, seria o “pré-construído, o já dito”.

Interdiscurso e intradiscurso são dois conceitos também fundamentais para entender a AD. De forma a melhor explicitar o primeiro, nos termos de Orlandi seria aquilo que “*fala antes, em outro lugar, independentemente*”. Conforme a autora, “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito *significa* em uma determinada situação discursiva” (Orlandi, 2005, p. 31, grifos nossos).

Recorrendo a Jean-Jacques Courtine (1984), Orlandi toma como referência dois eixos: o vertical e o horizontal, respectivamente interdiscurso e intradiscurso. O primeiro diz respeito a “todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível” (Orlandi, 2005, p. 32-33). Em outras palavras, pode-se dizer que se refere à historicidade trazida pelo discurso.

A título de ilustração, em uma brilhante análise de discurso feito por Mônica Zoppi-Fontana, ao analisar o discurso proferido pelo presidente argentino Raúl Alfonsin, na Argentina (1983)¹⁸⁶, destaca que, não sem razão, o político escolheu a Plaza de Mayo, local que representa o mito fundante daquela nação, cujos movimentos pela independência começaram naquele local, em 1810¹⁸⁷. Depois de sete anos de ditadura militar, aquele lugar representaria simbolicamente o renascimento da democracia. Vale ressaltar que durante o discurso, por diversas vezes Alfonsin fez remissão ao passado, buscando resgatar a memória do povo argentino. Como descrito pela pesquisadora argentina: “Assim, o 10 de dezembro de 1983 participa da aura mística do dia em que se iniciou a história da pátria, *da Pátria Argentina*” (Zoppi-Fontana, 1997, p. 72-73, grifos da autora).

Já o intradiscurso, que representa o eixo horizontal, seria aquilo que está sendo dito naquele momento, em uma condição dada. Ao se reportar a esses dois conceitos, Jean Jacques Courtine assinala que a AD

não pode ceder nem para um nem para outro, uma vez que, está compreendida entre o real da língua e o real da história. [...] Seria estranho que os analistas do discurso fossem os últimos a saber da conjunção existente entre a cegueira quanto à história e a surdez quanto à língua no que diz respeito a seus objetos e suas práticas (Courtine, 2014, p. 26).

Além do interdiscurso e do intradiscurso, são também fundamentais para a AD os conceitos de paráfrase e polissemia. De acordo com Orlandi, os processos parafrásicos são aqueles que “em todo dizer há algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer” (Orlandi, 2005, p. 36).

Se a paráfrase está do lado da estabilização, já a polissemia pressupõe *deslocamento, ruptura* de processos de significação. Ela joga com o *equívoco* (Orlandi, 2005, p. 36, *grifos nossos*). Como nos dizeres de Pêcheux, “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (Pêcheux apud Zoppi-Fontana, 1997, p. 55).

186 A análise do discurso de posse de Raúl Alfonsin, bem como outros discursos do ex-presidente argentino, cujos moteis principais foram ao longo de seu mandato a democracia e a modernização, podem ser melhor conhecidos no livro intitulado *Cidadãos modernos: discursos e representação política*, mesmo título da tese de doutorado defendida por Mônica Zoppi-Fontana no Brasil, na Universidade de Campinas – Unicamp, sob a orientação do professor daquela instituição, Eduardo Guimarães.

187 Embora tenham começado na Plaza de Mayo, em 1810, os movimentos pela independência da Argentina, país colonizado pela Espanha, a mesma só viria a ser conquistada definitivamente em 1816.

Conforme Orlandi, todo discurso é tecido a partir dessa tensão entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente. E “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (Orlandi, 2005, p. 36). A autora chama atenção para o fato de que todo discurso traz em seu bojo a incompletude, condição intrínseca à linguagem. Nenhum discurso é pronto e acabado, podendo ser comparado a um processo ininterrupto. “Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (Orlandi, 2005, p. 35).

Ao se utilizar da paráfrase e da polissemia, o discurso engendra “um movimento constante do simbólico e da história” (Orlandi, 2005, p. 37). Nas palavras de Michel Foucault, “a contradição funciona, então, ao longo do discurso como o princípio da historicidade” (Foucault apud Courtine, 2014, p. 27). Portanto, é condição *sine qua non* da existência dos sujeitos e dos sentidos se constituírem nessa relação permanente de tensão, de contradição, entre paráfrase e polissemia. É daí que irrompem sentidos diferentes.

Outro conceito bastante caro à AD é o do esquecimento – ou apagamento. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que esquecer, na acepção que Orlandi trabalha, não significa deixar de lembrar, e sim deixar de lado. Trata-se de um processo semiconsciente os esquecimentos dos sentidos.

Orlandi distingue dois tipos de esquecimento presentes no discurso. O primeiro seria da ordem da enunciação e consiste em que “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásicas que indicam que o dizer sempre poderia ser outro”. O segundo tipo refere-se mais ao esquecimento ideológico.

Para finalizar, faz-se necessário definir outros termos muito afeitos à AD, ou seja, enunciação, locutor e enunciador (ou sujeito enunciador, como prefere alguns autores). Em AD, a enunciação deve ser descrita em relação ao sujeito enunciador. Nesse sentido, ela pode ser definida como sendo “os mecanismos imaginários que, apoiados em diversas formas de língua, constituem como *ego imaginário*, isto é, como fonte e origem dos enunciados e como centro autônomo e indiviso de uma vontade comunicativa” (Zoppi-Fontana, 1997, p. 39, grifo da *autora*).

De acordo com Benetti (2007), o locutor é o sujeito que fala e se apresenta como responsável pelo enunciado, mesmo não sendo ele próprio o autor do mesmo. Também pode ser chamado de sujeito da enunciação (Zoppi-Fontana, 1997; Courtine, 2014). Já o enunciador é aquele que fornece determinado ponto de vista para a narração dos acontecimentos. A autora explicita que o enunciador, portanto, pode

ser entendido como “a perspectiva a partir da qual é feito determinado enunciado” (Benetti, 2007, p. 4).

A argentina Zoppi-Fontana (1997) distingue o sujeito da enunciação do sujeito enunciador, explicando que o primeiro seria o locutor meramente. Dito de outra forma, o sujeito físico, o homem comum. Já o sujeito enunciador seria “o locutor-enquanto-pessoa no mundo”. Traduzindo, o homem político. No caso específico de sua análise acerca dos discursos do ex-presidente argentino Raúl Alfonsin, os dois sujeitos se encontram.

Por último, é preciso salientar que todo discurso é destinado a alguém. Tomando de empréstimo o esquema da teoria da informação, teríamos o destinador (A) e o destinatário (B), sendo que o primeiro emite uma sequência verbal para o segundo. Mais comumente, em comunicação se usa o termo mensagem. Haquiria Osakabe assinala que no caso específico da AD – como o próprio nome já diz – só cabe a palavra discurso, uma vez que a sequência verbal emitida de A para B não é meramente informativa, “mas abarca, além do ‘efeito de sentido’ pensado por M. Pêcheux, uma relação de intersubjetividade” (Osakabe, 1999, p. 53).

Selecionamos alguns conceitos que são fundamentais para uma melhor compreensão da AD e que estão presentes na maioria dos autores especialistas na metodologia, sendo que podem usar termos não exatamente iguais, mas similares. No decorrer de nossa análise, podem surgir outras expressões novas ou mesmo já relacionadas, mas que recebem outro nome conforme o autor. Sobre estas, procuraremos elucidar no corpo do texto ou em nota de rodapé, de modo a assegurar o entendimento das mesmas.

Diante de tudo que expusemos acerca da AD, esperamos ter deixado claro tratar-se de uma metodologia apropriada para analisar discursos políticos, razão pela qual a escolhemos para nos debruçar em nosso *corpus* discursivo, constituído pelos discursos proferidos pelos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), durante o episódio da admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em 7 de abril de 2016, na Câmara dos Deputados.

3.2 O GOLPE DE 2016

Antes de partirmos propriamente para a análise dos discursos dos deputados da FPE na sessão que definiu pela admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (PT), faz-se necessária uma contextualização histórica. Para ser mais fiel à terminologia da AD, é preciso examinar as condições de produção (CP) em que se inseriu aquele momento especial para o nosso país. Nesse sentido, faremos, primeiramente, uma descrição do golpe de 2016 e, em segundo lugar, procederemos uma exposição sobre a sessão do *impeachment*.

Ao escrever a Apresentação do livro *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*¹⁸⁸, uma de suas organizadoras, Ivana Jinkings, é taxativa: “O Brasil vive um golpe de Estado. A frase não admite tergiversações ou volteios. A pílula não pode ser dourada” (Jinkings, 2016, p. 12). Seguimos na mesma linha da autora e dos outros 33 intelectuais (professores universitários, jornalistas, juristas, políticos e ativistas de movimentos sociais) que assinam os artigos que compõem a obra, escrita e publicada ainda em 2016, ou seja, no “olho do furacão”.

Os colaboradores, intelectuais em sua maioria vinculados ao meio acadêmico, são unânimes em afirmar que foi golpe sim, sem meias palavras. Ainda podemos acrescentar ao rol de autores¹⁸⁹ que corroboram com a tese do golpe em 2016, o sociólogo Jessé Souza, com seu *A radiografia do golpe: entenda como você foi enganado* e Carol Proner et al. com *A resistência ao golpe de 2016*, ambas as obras publicadas em 2016.

Buscaremos aqui elucidar as inúmeras facetas de um golpe que, nas palavras de Paulo Arantes¹⁹⁰, deve ser compreendido à luz da clássica frase de Karl Marx (18 de Brumário), para quem *a história se repete, primeiro como tragédia depois, como farsa*. O filósofo brasileiro, acerca dessa assertiva, retoma outro autor, ou seja, Herbert Marcuse, da Escola de Frankfurt, quem vai ainda mais longe ao argumentar *que a repetição rebaixada de uma virada trágica tende a ser mais sinistra do que o original* (Arantes, 2016).

Isso porque, como lembrado por Jinkings (2016), a América Latina assistiu entre 1960 e 1980, a golpes em praticamente todos os países que a formam. Embora atente para o fato de que o golpe de 2016, no Brasil, seja distinto daqueles que ocorreram no continente num passado não muito distante, de todo modo, para ela, trata-se de uma ruptura com a democracia. Sua opinião é corroborada pela política Luiza Erundina¹⁹¹

188 Ao fazer a apresentação do livro, Ivana Jinkings acrescenta que o livro foi “Idealizado coletivamente, representando um esforço para entender a atual crise por que passa o Brasil e ajudar no combate ao que se convencionou chamar, dentro e fora do país, de golpe de Estado de 2016” (Jinkings, 2016, p. 13).

189 Além dos autores citados, é preciso frisar que há um grande número de livros e artigos que tratam do golpe e essas obras podem ser obtidas em: <https://blogdabotempo.com.br/2016/03/31/10-livros-para-pensar-o-golpe/>. Acesso em: 15 nov. 2016.

190 Filósofo e professor aposentado do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, coordena a coleção “*Estado de Sítio*” da Editora Boitempo, pela qual publicou livros como “*Extinção*” (2007) e “*O novo tempo*” (2014). Texto informado na apresentação dos autores do livro “*Por que gritamos golpe?...*”, publicado pela Editora Boitempo, em 2016, tendo como organizadores Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto.

191 Luiza Erundina é assistente social, professora universitária e política. Atualmente é deputada federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), legenda pela qual foi eleita para o atual mandato, pelo Estado de São Paulo, sendo que está em seu sexto mandato na Câmara dos Deputados. A política de origem nordestina, no entanto, já pertenceu a outros partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Do primeiro, foi uma das fundadoras e por ele se elegeu prefeita da maior cidade do Brasil, São Paulo, em 1988, depois de ter sido deputada constituinte (1986). Fonte: Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74784/biografia>. Acesso em: 10 nov. 2019.

(2016) e pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos¹⁹² (2016), segundo os quais houve uma interrupção do processo democrático. Luiz Felipe Miguel¹⁹³ reforça que houve “uma fratura irremediável do experimento democrático iniciado em 1985” (Miguel, 2016, p. 29).

A primeira questão que deve ser colocada sobre o golpe de 2016 é que ele não foi só político, envolveu outros aspectos da sociedade brasileira: o econômico, o jurídico, o conservadorismo, apenas para citar alguns exemplos. Buscaremos descrever se não todos eles, pelo menos aqueles que julgamos mais importantes para o entendimento desse momento histórico. Marilena Chauí¹⁹⁴ (2016) analisa o golpe sob a ótica de uma nova constituição das classes brasileiras, face ao neoliberalismo, regime econômico e político preponderante no continente latino-americano.

A filósofa brasileira defende a tese de que surgiu no Brasil uma nova classe trabalhadora, cuja característica mais marcante foi a adesão a um “individualismo competitivo difundido pela classe média” (Chauí, 2016, p. 19). Dito de outra forma, essa nova classe trabalhadora está em larga medida cercada por valores e por símbolos neoliberais, entre os quais se destaca o conservadorismo político, econômico e moral. Ainda conforme Chauí:

As manifestações de 2016, evidenciaram as divisões políticas que atravessam a nova classe trabalhadora quando parte dela acompanhou a classe média, que, encorajada e empurrada pelos meios de comunicação de massa e partidos políticos de oposição, ergueu sua tradicional bandeira de luta contra a corrupção política e em favor de um golpe de Estado para restaurar “a ordem e o progresso”. E o fez com uma violência, um ressentimento e um desejo sombrio de vingança não encontrados nem mesmo nas Marchas pela Família que encabeçaram o golpe de 1964 (Chauí, 2016, p. 19-20).

Paradoxalmente, o surgimento dessa nova classe trabalhadora ocorreu, em larga medida, nos anos dos governos petistas, entre 2003 e 2016, período em que, conforme Leda Maria Paulani¹⁹⁵ (2016), não houve uma mudança substancial na agenda liberal, ainda que tivessem sido adotadas políticas sociais de “alto impacto”, como o Bolsa Família. A autora cita também o aumento do salário-mínimo da

192 Boaventura de Souza Santos é sociólogo e professor aposentado da Universidade de Coimbra. Atualmente, coordena o projeto Alice – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas, que desenvolve novos paradigmas teóricos e políticos de transformação e emancipação social. Texto informado na relação de autores do livro *Por que gritamos golpe?...* (2016).

193 Luiz Felipe Miguel é professor do Instituto de Ciências Políticas da Universidade Nacional de Brasília (UNB) e editor da *Revista Brasileira de Ciência Política*. Texto informado na relação de autores do livro *Por que gritamos golpe?...* (2016).

194 Marilena Chauí é filósofa e professora titular aposentada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Texto informado na relação de autores do livro *Por que gritamos golpe?...* (2016).

195 Leda Maria Paulani é economista e professora titular da Faculdade de Economia da USP. “Uma ponte para o abismo” é o nome do artigo que compõe o livro *Por que gritamos golpe?...* (2016).

ordem de 85%, o que significou um aumento no perfil de distribuição de renda. É preciso considerar também os programas voltados para as minorias, acrescenta a economista.

Apesar das melhorias alcançadas especialmente pela classe trabalhadora no período governado pelo PT, não houve um reconhecimento por parte dessa mesma parcela da população em relação aos benefícios obtidos. Tanto é assim que parte dessa classe aderiu ao pensamento neoliberal, já desacreditando o governo de Dilma Rousseff desde 2013, o que ficou demonstrado nos movimentos de rua surgidos naquele ano, os quais sinalizaram uma radicalização. Conforme Paulani, esses movimentos fizeram com que “o país já caminhasse dividido para as eleições” (Paulani, 2016, p. 62), numa referência a 2014.

Ao analisar esses movimentos de 2013, Carlos Alberto Libânio Cristo, o Frei Betto, em entrevista à *IHU Unisinos* em novembro do mesmo ano¹⁹⁶, asseverou que

paradoxalmente, os 10 anos de governo do PT foram 10 anos de despolitização da sociedade brasileira. Então, os jovens, agora, querem ter esse protagonismo político, estão ocupando as ruas, querem participar. Acreditou-se que a política era um privilégio do andar de cima, que as coisas resolveriam entre os partidos, numa total indiferença para com o povo, para com os jovens (Cristo, 2013, *on-line*).

Numa abordagem político-econômica do golpe de 2016, Ciro Gomes¹⁹⁷ discorre sobre “três pulsos que orquestraram o golpe”. Com uma linguagem peculiar, o economista e político cearense explica que o primeiro se refere à “banda podre da política que desejava obstruir a justiça, barrando a Lava Jato”. Já o segundo seria o desejo de “reter todos os recursos destinados aos direitos sociais para colocá-los a serviço do pagamento dos juros da vida pública” (Gomes, 2016, p. 36).

O terceiro motivo seria a “tentativa de destruir o esforço de soberania nacional, entregando o petróleo e outras riquezas para o capital estrangeiro” (Gomes, 2016, p. 36). Segundo Gomes, esses constituem os três pontos que formaram o “caldeirão que levou à prática do golpe”. O político acrescenta que o *impeachment* é o último recurso aplicado contra um mandato democraticamente eleito e que isso só ocorreu – numa referência ao processo deflagrado contra a Presidenta Dilma Rousseff – devido a “um consenso entre o deputado Eduardo Cunha e o vice-presidente Michel Temer e todo o *status quo* do PMDB e do PSDB de outros partidos alinhados” (Gomes, 2016, p. 37). Não restaram dúvidas para Ciro Gomes de que houve um golpe articulado.

196 A entrevista foi publicada com o título “O PT trocou um projeto de Brasil por um projeto de poder”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525986-qa-pt-trocou-um-projeto-de-brasil-por-um-projeto-de-poderq-diz-frei-betto>. Acesso em: 15 nov. 2019.

197 O político cearense Ciro Gomes é advogado e professor universitário e, desde 2015, trabalha na Companhia Siderúrgica Nacional, conforme texto informado pela relação de autores do livro *Por que gritamos golpe?...* (2016). Foi candidato à Presidência da República pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) nas eleições de 2018, ficando em terceiro lugar.

Murilo Cleto¹⁹⁸ aponta como a principal razão que culminou no golpe de 2016, “O triunfo da antipolítica”, nome de seu artigo que compõe o livro *Por que gritamos golpe?...* O autor parte de um sofisticado raciocínio em que evoca a filósofa alemã Hanna Arendt e o historiador e sociólogo norte-americano Richard Sennet para, ao final, desembocar nas chamadas “Jornadas de Junho”, movimentos de rua que eclodiram em 2013 no Brasil.

Na concepção de Cleto, esses movimentos foram consequência de um “sentimento crescente e transbordante no Brasil de horror à política” e que eles fizeram com que “a aprovação da classe política desmoronasse” (Cleto, 2016, p. 38). O autor atribui essa decepção por parte de grande parte da população com os políticos basicamente a dois motivos:

Primeiro porque o modelo representativo acabou por delegar a políticos profissionais as decisões sobre a vida dos cidadãos. E, em segundo lugar, porque o sistema de acordos do presidencialismo de coalizão reforçou a percepção de que as instituições estão tomadas pela corrupção (Cleto, 2016, p. 38).

Ainda sobre as manifestações de junho de 2013, Cleto complementa que “não restam dúvidas de que a direita soube mobilizar melhor os afetos ali depositados” (Cleto, 2016, p. 38). Tanto é assim que foi dali que, segundo Marina Amaral¹⁹⁹ (2016), “brotou” o Movimento Brasil Livre (MBL), agremiação de direita que viria a ser o principal e mais aguerrido movimento pró-*impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Sob a liderança do líder estudante Kim Kataguiri, na época com 19 anos, segundo Amaral, o MBL foi descrito inicialmente pela mídia como um movimento “espontâneo”, ainda que posteriormente tenham surgido denúncias de que seria patrocinado por um grupo empresarial norte-americano denominado Koch e por uma rede de fundações de direita também de origem norte-americana. A autora, com base em Adriano Codato, descreve o MBL como sendo “uma miscelânea da direita pós-moderna” (Amaral, 2016, p. 46), mas que, segundo a autora, teria se somado a outros movimentos tradicionais de ultradireita como a Opus Dei, vinculada à Igreja Católica, com o objetivo precípua de derrubar a Presidenta Dilma Rousseff.

Amaral explicita que o MBL não poupou esforços nesse sentido, lembrando que Kim Kataguiri se aproximou do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), a fim de “costurar o *impeachment*”. Além disso, manteve “a

198 Murilo Cleto é historiador, especialista em história cultural e mestre em cultura e sociedade. Atua como professor no Colégio Objetivo e nas Faculdades Integradas de Itararé (SP) e é articulista da revista Fórum. Texto informado na relação de autores do livro *Por que gritamos golpe?...* (2016).

199 Marina Amaral é jornalista há 32 anos e atua no jornalismo independente desde 1997. Participou da equipe que criou a revista *Caros Amigos*, onde foi repórter e editora. É cofundadora e codiretora da Agência Pública de Jornalismo Investigativo. Texto informado pela lista de autores do livro *Por que gritamos golpe?* (2016).

estridente das massas” (Amaral, 2016, p. 47) para respaldar o mesmo. Apoderando-se das cores da bandeira brasileira, o verde e o amarelo principalmente, como se esta pertencesse só a seus participantes, o MBL conseguiu seu intento em 17 de abril de 2016, com a aprovação da admissibilidade do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados e depois com a consumação do fato em 30 de agosto do mesmo ano, dessa vez pelo Senado Federal.

O filósofo Michel Löwy²⁰⁰ (2016) lança um outro olhar sobre o objeto Golpe, no mínimo desconcertante para quem defende que o mesmo representou uma interrupção, uma ruptura da democracia. Com base no exame da história planetária recente (dois últimos séculos), ele sugere haver uma predominância do Estado de exceção, sendo a democracia, a rigor, uma excepcionalidade.

De acordo com seu ponto de vista, Löwy argumenta que a democracia é vista como um entrave para as classes dominantes e para o capital financeiro. Por essa razão, há uma tendência em limitar o espaço democrático, adotando-se medidas de exceção e até mesmo lançando-se mão do golpismo. Ele exemplifica com os golpes ocorridos recentemente em Honduras, na América Central, e no Paraguai, na América Latina. Também nesse continente, cita a Venezuela, país sempre na iminência de sofrer um golpe, em razão da não aceitação por parte das elites da legitimidade do governo de Nicolás Maduro.

Segundo Löwy, “vivíamos em uma democracia de baixa intensidade, agora me parece até mesmo que essa democracia era intensa demais para as classes dominantes e para o capital financeiro” (Löwy, 2016, p. 55). O filósofo chama atenção para o fato de que as medidas de exceção variam de nação para nação e que, no caso brasileiro, ocorreu um golpe “pseudolegal”, supostamente dentro do Estado de direito.

Em que pese sobre isso, para o autor, existe uma tendência mundial “de uma extrema direita que está se aproveitando dessa conjuntura e se apresentando como séria candidata ao poder” (Löwy, 2016, p. 55). A se confirmar essa tendência, “o pouco que nos resta de democracia vai desaparecer”. Ainda que tomado por um pessimismo, sobretudo, com relação à América Latina, Löwy não acredita que voltem às ditaduras sangrentas que vigoraram no continente entre 1960-1990, das quais foram vítimas países como o Brasil e o Chile²⁰¹, mas ele também não exclui essa possibilidade.

200 Michel Löwy é filósofo e professor aposentado do Departamento de Filosofia da USP. Atualmente, atua como pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique, na França. Texto informado pela lista de autores do livro *Por que gritamos golpe?...* (2016).

201 A julgar pelos anos que se sucederam ao golpe no Brasil, o pessimismo de Michel Löwy não é totalmente infundado, haja vista que no Brasil houve um recrudescimento de um governo - que tem como mandante o “capitão” Jair Bolsonaro- pouco afeito à democracia e amparado por parte expressiva dos militares. Ainda que não possamos afirmar que se trata de uma “ditadura sangrenta”, nos termos de Löwy, cotidianamente morrem no Brasil, pessoas vítimas da violência policial. O local mais emblemático é o Rio de Janeiro, governado pelo juiz aposentado Wilson

Löwy ressalta que o que ocorreu no Brasil em 2016 foi um *golpe de Estado* pseudolegal, “constitucional” (*grifo e aspas do autor*), sob o pretexto de irregularidades contábeis, ou seja, as pedaladas fiscais. Na concepção de Löwy, o golpe “legal” parece ser a nova estratégia das oligarquias para retomarem o poder – se é que algum dia elas tiveram totalmente fora dele. O filósofo, retomando Marx, argumenta que o golpe brasileiro foi “uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubarem uma Presidenta democraticamente eleita com 54 milhões de votos” (Löwy, 2016, p. 57). Ao comparar o golpe militar de 1964 ao golpe pretensamente legal de 2016, Löwy é enfático ao afirmar que o que eles apresentam em comum é “o ódio à democracia” (Löwy, 2016, p. 57, *grifo nosso*).

“Um golpe sem armas, sem baionetas, judiciário e imprensa são, de fato, o principal instrumento de legitimação”. Assim, Marcelo Semer²⁰² (2016, p. 92) descreve o golpe de 2016, referindo-se ao papel de ambas as instituições na condução do mesmo. Sobre o poder judiciário, o jurista defende ter havido “uma omissão que alimenta a seletividade (em nome de uma suposta neutralidade) e a superação dos princípios pela judicialização da política (que justifica o protagonismo)” (Semer, 2016, p. 92).

Sobre a aliança entre o judiciário e a imprensa, Semer enfatiza o episódio envolvendo a conversa interceptada de Dilma Rousseff com seu antecessor, presidente

Witzel, do Partido Social Cristão, apoiado e apoiador de Bolsonaro, eleito pelo PSL. Até meados de outubro de 2019, pesquisas apontavam que, naquele estado, o número de mortes por intervenção policial aumentou em 16% em relação aos anos anteriores. Esse índice leva a pesquisadora Joana Monteiro, do Centro de Pesquisas do Ministério Público do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ) a afirmar que “o Rio tem a polícia mais letal do país [...]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/mortes-por-policiais-nao-reduz-crimes-no-ri-conclui-estudo.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2019. E como é de conhecimento geral, os regimes “sangrentos” têm como alvo preferencial as chamadas minorias sociais. Embora a violência não parte diretamente do governo, é fato que atitudes com relação a essas minorias por parte do mesmo, como a LGBTfobia, acabam por incentivar a violência contra essa parcela da população. A título de exemplo, o Brasil registrou 141 mortes de pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais e travestis, transgêneros e transexuais (que são abarcadas pela denominação genérica trans na sigla LGBT) até o dia 15 de maio de 2019. Os números assustadores são frutos do monitoramento diário realizado pelo GGB (Grupo Gay da Bahia) divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 17 de maio de 2019, por ocasião do Dia Internacional de Combate à LGBTfobia. Pelo menos uma pessoa LGBT morre por dia no país. Projeções indicam que o número de mortes de pessoas LGBTTI tendem a crescer até o final de 2019 também em relação aos anos anteriores. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/05/17/brasil-ja-registra-141-mortes-de-lgbts-em-2019-personalidades-se-manifestam-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 15 nov. 2019. Isso sem contar o aumento do índice de assassinatos da população indígena (incluindo indigenistas), da população negra e quilombola no país, tudo no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Na Bolívia, outra nação da AL, a não aceitação por parte das classes dominantes da reeleição de Evo Morales em 20 de outubro de 2019, levando-o a renunciar em 20 novembro do mesmo ano, deu início a um massacre sangrento daqueles que se rebelaram nas ruas contra a ascensão à presidente interina daquele país da senadora Jeanine Áñez. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/mundo/golpe-ou-fraude-veja-a-repercussao-politica-da-renuncia-de-evo-morales/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

202 Marcelo Semer é juiz de direito em São Paulo. Foi presidente da Associação dos Juízes pela Democracia, entidade na qual continua membro. É mestre e doutor em direito penal pela USP e escreve para a revista *Justificando* e para o blog “Sem Juízo”.

Luiz Inácio Lula da Silva, que “ganhou” a mídia no mesmo dia²⁰³. “O juízo considerou que a natureza da informação, que não revelava atividade delituosa, permitia a defraudação do sigilo, esvaziando, em nome de um suposto *interesse geral*, o direito fundamental à privacidade” (Semer, 2016, p. 93). O jornalista faz nessa citação uma referência ao então juiz Sérgio Moro, principal responsável pela Operação Lava Jato realizada pela Polícia Federal, o qual teria fornecido à Rede Globo de Televisão, com exclusividade, o conteúdo da conversa realizada entre Dilma e Lula²⁰⁴, acertando os detalhes da posse do segundo como Ministro da Casa Civil, o que não chegou a se concretizar, muito em função desse “vazamento”.

Mauro Lopes endossa o papel da mídia no episódio do golpe de 2016, discorrendo, notadamente, sobre a atuação de quatro famílias específicas, “que decidiram derrubar um governo democrático” (Lopes, 2016, p. 100). São elas: os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/*Veja*), os Frias (grupo Folha) e os Mesquita (grupo Estado). Nos dizeres do autor, a máquina midiática dessas famílias “deixou de fazer jornalismo no termo da palavra – como atividade voltada para o registro e reflexão cotidianos sobre a realidade – para se tornar uma máquina de propaganda partidária e de combate ao lulopetismo” (Lopes, 2016, p. 101).

Numa alusão a um editorial do jornal *O Globo*, da família Marinho, publicado em 6 de março de 2016 – próximo à sessão destinada à admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados –, Lopes depreende que, assim como em 1964 no golpe militar, o golpe foi articulado sob o discurso de que estava sendo implementado para preservar as instituições, a democracia e os direitos individuais. O autor assinala que, apesar de uma “contra narrativa vigorosa”, numa referência aos *blogs* alternativos como “Midia Ninja” e “Jornalistas Livres”, venceu o “jornalismo familiar” (Lopes, 2016, p. 105).

203 O primeiro veículo de comunicação a divulgar a gravação foi a Rede Globo de Televisão, em seu telejornal de maior audiência, o *Jornal Nacional*, o qual também é até os dias atuais o telejornal de maior audiência em todo o país da TV aberta.

204 A gravação insinuava que o ex-presidente Lula assumiria o ministério para ter foro privilegiado e não ser condenado pelas acusações que pairavam sobre ele, acerca do “tríplex do Guarujá” e das reformas do “sítio de Atibaia”. O juiz Sérgio Moro justificou sua atitude, dizendo ter agido em nome de um interesse geral. Por ocasião do episódio, um grupo de 150 juristas brasileiros publicou um manifesto com o seguinte teor: “O vazamento ilegal permitido pelo juiz Moro constituiu o elemento central de uma combustão político-midiática que redundou no inevitável afastamento da presidente democraticamente eleita, sem que houvesse sombra de ato de responsabilidade a justificar a sua deposição em termos constitucionais. Agora, sabe-se que os procuradores da Lava-Jato estavam conscientes da violação jurídica que isso representava e do estrago político que viria a ser irremediavelmente causado. E, mesmo assim, agiram em absoluta afronta às suas responsabilidades funcionais, institucionais e constitucionais.”. Disponível em: <https://pt.org.br/juristas-manipulacao-do-grampo-de-dilma-e-lula-e-o-mais-grave-da-vaza-jato/>. Acesso em: 15 nov. 2019. Apesar de altamente criticado, o vazamento de informação privilegiada para a TV Globo – depois divulgada sobejamente por toda mídia nacional e até internacional –, não teve nenhuma implicação para o juiz Sérgio Moro, atual ministro da Justiça no governo do presidente da República Jair Bolsonaro.

Como referido anteriormente, o golpe foi constituído de inúmeras facetas. Renan²⁰⁵ Quinalha, utilizando essa mesma expressão, detém-se em três delas: corrupção, neoliberalismo e conservadorismo. Segundo o autor, elas são distintas, mas complementares, e sustentam “um mesmo projeto que foi negociado entre forças políticas conservadoras, com apoio decisivo de uma parcela da sociedade que foi para as ruas e com suporte determinante dos maiores veículos da mídia” (Quinalha, 2016, p. 113).

Ao discorrer sobre essas três facetas do golpe de 2016, Quinalha explica que:

A primeira e mais visível delas é o impulso de autopreservação do establishment político que busca, a qualquer custo, escapar das investigações criminais. A segunda, por sua vez, é o desmonte da precária proteção social que esse governo interino pretende. Por fim, a terceira dimensão desse golpe é a restrição de direitos civis e políticos dos setores mais vulneráveis da sociedade, minando os poucos mecanismos de proteção dos direitos humanos e aumentando o poder de agenda e de veto dos setores religiosos fundamentalistas no novo governo. “Em nome de Deus e da família” é o lema que indica o tamanho do buraco em que estamos entrando, sobretudo mulheres, negros e LGBTs (Quinalha, 2016, p. 113).

Para o autor, o fator conservadorismo foi preponderante na configuração do golpe:

Não é surpreendente que um golpe conservador, sustentado por setores da direita e por parte da classe média que faz da moral sua maior bandeira política, embalada pelo discurso da defesa da família e dos valores religiosos, eleja como ameaça as formas de sexualidade e de desejo que desafiam a heteronormatividade [...]. A instrumentalização dos marcadores de gênero e de sexualidade para o controle social, domesticando corpos e forjando subjetividades tem acontecido em diversos momentos da história [...] (Quinalha, 2016, p. 114).

Vale lembrar que, no Capítulo 2, desta tese, mais especificamente na seção 2.5, intitulada “A agenda conservadora do segmento evangélico fazendo a diferença”, debruçamo-nos sobre essa pauta moralizante, discutindo o controle de corpos, que incide sobre a decisão em torno do aborto e sobre os direitos da população LGBTTI, assim como uma série de outras questões. Retomando Quinalha, ele foi enfático no que diz respeito à relevância do fator conservadorismo como sustentáculo do golpe, ao endossar que “o golpe não foi somente contra a democracia, mas também contra os direitos humanos e, mais do que isso, um golpe contra a diversidade” (Quinalha, 2016, p. 116).

Em diálogo com Quinalha, Djamila Ribeiro²⁰⁶ analisa o golpe sob uma perspectiva “feminista negra”, como consta no título de seu artigo. A autora é categórica ao

205 Renan Quinalha é advogado e ativista dos direitos humanos. Possui Doutorado em Relações Internacionais pela USP e atualmente é pesquisador visitante da Brown University. Também é autor do livro *Justiça de transição: contornos do conceito*, publicado pela editora Expressão Popular, em 2013. Informações extraídas da relação de autores do livro *Por que gritamos golpe?...* (2016).

206 Djamila Ribeiro é Mestre em Filosofia Política pela USP. É colunista da revista *Carta Capital* e do *blog* da Editora Boitempo. É Secretária Adjunta da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Texto informado pela relação de autores da obra *Por que gritamos golpe?...* (2016).

afirmar que o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff representou, sem sombra de dúvidas, uma descontinuidade do processo que vinha garantindo avanços por parte dos grupos historicamente discriminados, sobretudo “ao que tange aos direitos das mulheres e da população negra e indígena” (Ribeiro, 2016, p. 108).

A julgar pelas ofensas divulgadas na imprensa e nas redes sociais contra a Presidenta Dilma Rousseff, não restam dúvidas de que as preocupações de Djamilia Ribeiro fazem sentido. Antes mesmo de Dilma sofrer o *impeachment*, um internauta postou em uma rede social de vasta repercussão, o *Facebook*, a seguinte frase: “Ninguém quer dialogar com a Sra. Vai lavar uma pia de louças.”²⁰⁷ É possível depreender que o machismo e a misoginia foram ingredientes a mais na feitura do golpe.

Esperamos ter conseguido expor, se não todas as facetas do golpe, pelo menos as principais. Mas é preciso acrescentar que, embora nos refiramos a ele como sendo datado, o golpe, na verdade, foi fruto de um processo que eclodiu, segundo vários autores aqui elencados – além de outros não citados – por meio dos movimentos populares de 2013. É digno de registro que, como já referido, foi fortemente impulsionado pelo MBL, um movimento que de início se dizia “multibandeiras”, ou seja, pretensamente apartidário, mas que ao final – e a cabo – empunhou a “bandeira verde-amarela” contra a “bandeira vermelha” do Partido dos Trabalhadores, ressonando nas ruas o antipetismo e, mais que isso, o antilulismo.

Se não é possível prever exatamente a data do plantio da semente que o fez germinar, tampouco é possível prever quando ele vai terminar de se enraizar. Nos termos de Jessé Souza (2016), o “ovo da serpente” – numa remissão ao filme homônimo (1977), do cineasta sueco Ingmar Bergman – seus desdobramentos, suas consequências para a sociedade brasileira são imprevisíveis. Trata-se de um golpe em curso, mas sobre o qual não é necessário nenhum exercício profético para afiançar que retrocederemos em nossas conquistas em termos de direitos humanos e de justiça social. E que nossa democracia levará um tempo para se recuperar, para reparar suas fissuras. Um dos significados etimológicos do vocábulo golpe é infortúnio. Na falta de outro ainda mais expressivo, ficamos com esse sentido.

Além de todos esses fatores enumerados e descritos até aqui, os quais desaguaram no golpe de 2016, é preciso considerar a existência de forças religiosas que corroboraram para o golpe, não contemplados pelas obras acima citadas. Não restam dúvidas de que as articulações para o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, ponto culminante do golpe, ocorreram não somente dentro do Congresso Nacional, mas também fora dele, ou seja, nos templos, nas ruas, nas centenas de movimentos pró-*impeachment* que aconteceram em todos os cantos do país.

207 A frase (de autoria não revelada) foi relacionada no artigo “Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no *Facebook* da Folha”, produzido pelas pesquisadoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual examinam, por meio da Análise do Discurso, as ofensas feitas à presidente durante o processo de *impeachment*, nas páginas do *Facebook* do jornal *Folha de S. Paulo*.

O primeiro ponto a considerar é que o evangélico Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, foi, sem sombra de dúvidas, um dos principais articuladores do golpe, desde a aceitação da denúncia até o afastamento definitivo da Presidenta Dilma Rousseff. Em artigo intitulado “A Fiesp e a revolução dos patos”²⁰⁸, a historiadora Joana Monteleone afirma ter havido uma aliança entre a Fiesp – Federação das Indústrias de São Paulo e o presidente daquela Casa:

Da mesma maneira que em 1964 a Fiesp pagou para que os golpistas se organizassem e derrubassem o presidente eleito João Goulart, comprando armas, alugando petroleiros, pagando viagens de oficiais da Forças Armadas, hoje está aliada ao ainda presidente da Câmara dos Deputados (PMDB-RJ), na tentativa de derrubar a presidente Dilma Rousseff, (Monteleone, 2016, p. 34).

Apesar do aparente “quietismo” político dos fiéis do segmento evangélico, muitas vezes tachados de serem alienados políticos, uma breve pesquisa na Internet revela que lideranças desse segmento usaram as redes sociais e outros recursos para convocarem os evangélicos para aderirem aos movimentos em favor do *impeachment*. Em matéria intitulada “Deputados evangélicos convocam para manifestação pró-*impeachment*”, divulgada na véspera da votação na Câmara dos Deputados no *site* “Gospel Prime”, o autor da convocação foi o deputado Marco Feliciano, uma das principais lideranças da “bancada evangélica”.

Ao que tudo indica, o “chamado” do deputado/pastor foi atendido. Em entrevista publicada no livro *Historiadores pela democracia. O golpe de 2016: A força do passado*, o jornalista e professor da Universidade Federal de Campinas (Unicamp), Laymert Garcia dos Santos²⁰⁹, ao ser indagado sobre a integração da direita evangélica com as elites tradicionais, responde que ela seria “massa de manobra das elites tradicionais” e sugere que, assim como outros segmentos das classes média e baixa, ela também “bateu panelas”. Segundo o jornalista, as elites sabem que precisam mobilizar este setor da sociedade, até porque:

[...] as elites não vão para a rua, é claro. Mesmo aqui do lado, quando batem panela em Higienópolis, vá ver como batem panela: não há uma única pessoa que apareça na janela. As panelas são batidas com a luz apagada e as pessoas fora da janela. Isso mostra, para mim, que elas têm uma posição, são radicalmente contra o governo, batem panela, mas não de peito aberto (Santos, 2016, p. 119).

208 O artigo foi publicado no livro *Historiadores pela Democracia. O Golpe de 2016: As forças do passado*, publicado em maio do mesmo ano, logo após a sessão da Câmara dos Deputados que afastou a presidente Dilma Rousseff. O nome do artigo faz menção ao símbolo maior da Fiesp por ocasião dos atos contra a presidente petista, ou seja, o pato. A autora do ensaio, Joana Monteleone faz atualmente Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Possui Pós-Doutorado pela Unifesp. É mestre e doutora em História Econômica pela USP.

209 Laymert Garcia dos Santos é titular do Departamento de Sociologia/ICH da Unicamp e coordenador do Laboratório de Cultura e Tecnologia em São Paulo. Doutorou-se em Ciências da Comunicação pela École de Hautes Études, na França. É autor dos livros *Desregulagens* (1981), *Alienação e Capitalismo* (1982) e *Etienne de La Boétie – Discurso da servidão voluntária* (1982), todos os três publicados pela Editora Brasiliense (SP). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3763512/laymert-garcia-dos-santos>. Acesso em: 6 fev. 2020.

Numa matéria divulgada pelo *site* “Brasil 247”, em data próxima à votação, intitulada “MBL se une a ruralistas e evangélicos”, mostrou-se a aproximação entre o principal movimento “batedor de panela” e o segmento evangélico, na tentativa de elaborar uma “agenda liberal”, como descrito na matéria.

As articulações em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff ocorreram em vários níveis e em várias circunstâncias. Outra prova disso é que, em entrevista à Revista *IHU* - Unisinos, sob o título “A admissibilidade do *impeachment* e o pragmatismo evangélico”, a pesquisadora Magali Nascimento Cunha destacou a participação do Pastor Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo), uma das principais lideranças evangélicas, o qual, por meio das mídias interna e externa, declarou abertamente sua posição favorável ao *impeachment* e em defesa da posse de Michel Temer (PMDB), vice-presidente de Dilma Rousseff, mesmo antes de terminado o processo.

O apoio ao impedimento da Presidenta petista, no entanto, não veio somente do segmento evangélico. Em artigo intitulado “O catolicismo carismático no *impeachment*”, Carlos Eduardo Pinto Procópio discorre sobre a participação de políticos vinculados aos movimentos carismáticos católicos “nos momentos que antecederam a votação até seu encerramento no Congresso Nacional” (Procópio, 2019, p. 276).

O autor destaca a movimentação dos deputados carismáticos, argumentando que essa é anterior ao episódio do *impeachment* de Dilma Rousseff, ou seja, que ela “se verifica na prática cotidiana, em que motivações e interesses diversos os levam a agir na esfera pública” (Procópio, 2019, p. 276). Com relação às articulações envolvendo os políticos carismáticos católicos, o pesquisador atesta que:

Por trás do resultado que selou o destino político de Dilma, que a história do tempo presente adjetiva como golpe (Singer, 2016; Souza, 2016), muitas tramas foram tecidas e os deputados ligados ao catolicismo carismático não estiveram ausentes nas mesas de negociação e nem deixaram de sofrer pressões externas para se inclinarem para um lado ou outro na disputa (Procópio, 2019, p. 286).

O antropólogo e professor do Instituto Federal de São Paulo acrescenta que, assim como os deputados evangélicos, “os deputados da RCC reverberaram as vozes da rua [...] que se cobriram de “verde e amarelo” (Procópio, 2019, p. 286). Não é nossa intenção nos alongarmos no papel desempenhado pelos deputados ligados aos movimentos carismáticos católicos, mesmo porque nosso recorte empírico contempla o segmento evangélico. Mas consideramos relevante mostrar essa participação, com o intuito de dar uma dimensão da presença das forças religiosas no golpe de 2016

Buscaremos, nesta seção, apresentar as várias facetas do golpe, os vários pontos de vista sobre o mesmo, com vistas a dar continuidade às condições de produção em

que se deram os discursos dos deputados da FPE na sessão de admissibilidade do processo do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Descreveremos o ato em si, o acontecimento histórico, um marco histórico que levou a cabo o golpe mais recente que sofreu nosso país.

3.3 A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE: A VOTAÇÃO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Conforme Antonio Riccitelli (2006), o instituto do *impeachment* é tão antigo quanto às instituições sociais. Ao investigar minuciosamente a origem do termo, o jurista, em seu livro intitulado *Impeachment à brasileira: instrumento de controle parlamentar?* constata que ele vem do latim *impedimentum*, que significa “deixar de pôr os pés”, ser “proibido de entrar”. No século XIV, o termo foi incorporado ao dicionário inglês, no qual ganhou novas conotações, passando a designar, a grosso modo, processo político-criminal que se instaura contra altos funcionários (Saconni, 2010, p. 1130).

Não nos interessa aqui aprofundar no sentido etimológico da palavra em questão, e sim perceber que, ao longo dos anos, o termo foi adquirindo novas nuances e se aproximando cada vez mais do campo político. E, diferentemente do seu significado original, passou a ser usado não para impedir a entrada, mas sim para fazer com que a pessoa saia, porque sua presença, em alguma medida, perturba a ordem pública. Dito de outra forma mais incisiva equivale a tirar de campo, expulsar.

Riccitelli recorre ao jurista Paulo Brossard²¹⁰, para quem, sem meias palavras, o *impeachment* “é um instituto de feição política, instaurado e julgado segundo critérios políticos” (Brossard apud Riccitelli, 2006, p. 3). Na mesma linha de raciocínio, José Cretella Junior, vai ao encontro do ex-ministro, definindo o *impeachment* como medida de natureza político-administrativa que tem por objetivo “desinvestir do cargo todo membro do governo que perdeu a confiança do povo, em virtude de ter praticado algum crime de responsabilidade” (Cretella Junior apud Riccitelli, 2006, p. 3).

Se tomarmos o campo político no sentido Bourdiano de lugar de luta, de disputa, não restam dúvidas de que existem lados opostos se degladiando nesse campo e, portanto, pode-se deduzir que não existe imparcialidade, neutralidade. O Brasil é recordista em matéria de expulsar de campo o político que não lhe convém, haja vista que em um intervalo de pouco mais de 25 anos – período de redemocratização do

210 Paulo Brossard de Souza Pinto (1924-2015), foi autor do livro *O Impeachment*, tema sobre o qual se tornou uma referência. Além disso, foi deputado federal, senador, ministro da Justiça por três anos (1986-1989) no governo do presidente da República José Sarney, Ministro do Supremo Tribunal Federal (1989) e do Tribunal Superior Eleitoral (1992), onde conduziu o plebiscito sobre o sistema de governo no país (Parlamentarismo ou Presidencialismo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-brossard-de-sousa-pinto>. Acesso em: 10 dez. 2019.

país – dois presidentes, eleitos pelo voto popular, sofreram *impeachment*: Fernando Collor de Mello (1992) e Dilma Rousseff (2017).

Além de dois “cartões vermelhos”, tivemos um significativo número de “advertências” e “cartões amarelos”. O presidente Fernando Collor de Mello, primeiro a ser eleito depois do período ditatorial e que governou o país no período de 1990 a 1992, antes mesmo do *impeachment* recebeu 29 processos por crime de responsabilidade. Com seus sucessores, não foi diferente, pois contra Fernando Henrique Cardoso, houve 24 processos da mesma natureza, e contra Luiz Inácio Lula da Silva, 37, sendo que, em ambos os casos, todos os processos foram arquivados²¹¹.

A Presidenta Dilma Rousseff foi processada 48 vezes, sendo que apenas uma denúncia foi acatada, justamente aquela que a levaria a ser impedida de governar, definitivamente por decisão do Senado Federal, em 31 de agosto de 2016. Os processos de *impeachment* contra a Presidenta e contra Collor de Mello foram diferentes, sendo que este renunciou um dia antes da votação, mas teve seus direitos políticos cassados. Já a petista chegou a sofrer o *impeachment* efetivamente, mas não teve os seus direitos políticos cassados.

A denúncia contra a Presidenta Dilma por crime de responsabilidade foi oferecida pelos advogados Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, que pediram a admissibilidade jurídica e política da acusação, em virtude da abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V; e Lei nº 1.079, de 1950, art. 10, item 4, e art. 11, item 2) e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3).

Uma vez aceita a denúncia (em dezembro de 2015) e instaurado o processo, no dia 17 de abril de 2016, ocorreu na Câmara dos Deputados um dos episódios mais marcantes de nossa história contemporânea. Nada melhor para entender o clima que reinou naquela Casa do que o documentário brasileiro *Democracia em Vertigem* (2019), dirigido por Petra Costa, que ao exibir cenas das galerias do Congresso Nacional naquele dia, consegue mostrar a polarização por meio dos cartazes, faixas e outras materialidades, com os dizeres que entraram para a história: *Tchau, querida!* e *Fica, Querida!*

Após uma votação tumultuada que durou 9 horas e 50 minutos – a mais longa de todas na história do Congresso, marcada por palmas, apupos, gritos e até

211 Os dados que constam no parágrafo foram extraídos do jornal *Correio Brasiliense*, da matéria intitulada “Só Dilma e Collor? Casos de *impeachment* são recorrentes em todo Brasil”, postada em 08/07/2018. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/07/08/interna_politica,693560/quais-foram-os-politicos-que-sofreram-impeachment.html. Acesso em: 10 dez. 2019.

cusparada²¹², chegou-se ao seguinte resultado: 367 parlamentares disseram SIM à abertura do processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff; 137 disseram NÃO e sete se abstiveram de votar. Foram registradas também duas ausências na sessão histórica que reuniu 504 deputados federais, um coeficiente difícil de se atingir.

Como sobejamente repercutido na imprensa nacional e internacional, os discursos proferidos pelos deputados federais naquele dia foram pouco ou nada pertinentes com a denúncia de “pedaladas fiscais” que motivou o processo. Reproduzimos aqui algumas das manchetes que revelam o tom da votação: “Deus derruba a presidente do Brasil” (*El País*/Espanha); “Cuando la política brasileira se convertió en un circo” (*El Espectador*/Colômbia); “Au Brésil, la descente aux enfers de Dilma Rousseff”²¹³ (*Le Monde*/França) e “Die show um die Amtsenthebung von Dilma Rousseff”²¹⁴ (*Tagesspiegel*/Alemanha). O jornal britânico *The Guardian* publicou o seguinte trecho²¹⁵ em um de seus editoriais.

Numa noite sombria, possivelmente o momento mais baixo se deu com Jair Bolsonaro, deputado de extrema direita do RJ, que dedicou seu voto ‘sim’ a Carlos Brilhante Ustra, coronel que dirigia a unidade de tortura do DOI-CODI durante a ditadura [...] Seu filho Eduardo Bolsonaro, por sua vez, usou seu tempo no microfone para honrar os responsáveis pelo golpe militar de 1964. [...] Votou pelo sim Paulo Maluf, investigado pela Interpol. Também Nilton Capixaba, acusado de lavagem de dinheiro, e Silas Câmara, investigado por desvio de verbas. A sessão expôs o caráter farsesco da democracia no Brasil, como o PMB (Partido da Mulher Brasileira) que possui apenas homens, ou o Partido Progressista Socialista (PPS) que é um dos mais de direita do Congresso (*The Guardian*, 2017, *on-line*).

Na próxima sessão deste capítulo buscaremos aclarar a “noite sombria”, procedendo a análise dos discursos proferidos pelos deputados federais da FPE, os quais constituem o *corpus* de nossa pesquisa. Antes, porém, os nomes dos parlamentares que constituíram a “bancada evangélica” na época da votação, a quais estados pertencem, seus respectivos partidos e denominações religiosas e como se

212 O então deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ) cuspiu no também deputado Jair Bolsonaro (à época, pelo PSC/RJ), durante a sessão de admissibilidade do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Na ocasião, Wyllys declarou: “Na hora que eu fui votar, esse canalha decidiu me insultar na saída e tentar agarrar meu braço; ele ou alguém que estivesse perto dele. Quando eu vi o insulto, eu devolvi com um cuspe na cara dele, que é o que ele merece”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/17/jean-willys-cospe-em-bolsonaro-e-diz-que-faria-de-novo.htm?cmpid>. Acesso em: 10 dez. 2019. Em 5 de abril de 2017, quase um ano depois do ocorrido, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados rejeitou a suspensão do deputado do PSOL e decidiu por lhe dar uma advertência, por meio de uma “censura por escrito”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/conselho-de-etica-rejeita-suspender-jean-willys-mas-adverte-deputado-por-cuspe-em-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2019.

213 Tradução livre do francês para o português: no Brasil, a descida ao inferno de Dilma Rousseff.

214 Tradução livre do alemão para o português: O show em torno do *Impeachment* de Dilma Rousseff.

215 O trecho acima citado já foi publicado traduzido no site: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/ado-repercussao-da-votacao-do-impeachment-na-midia-internacional.html>.

posicionaram no episódio da admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Incluímos em nossas análises o discurso do então deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC) e atualmente presidente da república Jair Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL). Embora oficialmente Bolsonaro não fazia parte da FPE, ele se identificava – e ainda identifica – com seu ideário, alinhando-se a ela em várias votações da Câmara dos Deputados. Em diversas publicações que repercutiram a votação do processo de *impeachment* da Presidenta petista, o discurso do parlamentar foi amplamente destacado. E como já referido, Bolsonaro foi batizado nas águas do Rio Jordão pelo seu correligionário à época, Pastor Everaldo Dias.

3.4 A ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS PARLAMENTARES DA FPE NA SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

De modo a melhor perscrutarmos nosso corpus, que consiste nos discursos proferidos pelos deputados na sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, realizada em 17 de abril de 2016, quando foi votado o processo de admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, faremos nosso trabalho por etapas, inicialmente identificando os termos-pivô²¹⁶ e fazendo uma contagem dos mesmos. A essa etapa demos o nome de sobrevoo, pois é como se estivéssemos realizando um primeiro reconhecimento da área. Num segundo momento, procederemos a análise dos discursos propriamente ditos, ao que chamamos de aterrissagem.

3.4.1 Um sobrevoo pelo nosso corpus: identificação de termos, expressões e frases recorrentes

A utilização da Análise do Discurso, enquanto metodologia, passou por várias etapas, sendo que gradativamente foi evoluindo, distanciando-se cada vez mais da análise linguística, da qual é filiada. No entanto, como observado por Dominique Maingueneau (1997), muito comumente a utilização da AD por parte de alguns pesquisadores fica restrita ao que este autor denomina de método dos termos-pivô, que em uma explicação breve, consiste em privilegiar o léxico em detrimento da semântica. Se para a AD o que realmente importa é a produção de sentidos, vale ressaltar que esses “não brotam da língua. Não estão nas palavras. Não são uma questão ‘lexical, mas uma questão semântica” (Orlandi apud Mariani, 1996, p. 28).

Em diálogo com outros autores especialistas em AD, como Guilhaumou, Maldidier e Courtine, Maingueneau defende que tal método possui outras limitações,

216 Os termos-pivô também podem ser chamados de palavras-polo, palavras-chave ou simplesmente léxicos. Essa denominação depende muito do autor.

uma vez que “se apoia sobre um saber apriorístico o qual preside à seleção que o pesquisador fará dos termos-pivô” (Maingueneau, 1997, p. 134). Ainda, ao criticar o método, o autor argumenta que:

Escolher termos-pivô consiste em definir os temas do discurso; ora, no método dos termos-pivô não é o texto que possibilita a localização destes temas, mas os pressupostos do analista que formula certas perguntas de ordem sócio-histórica sobre o *corpus* (Maingueneau, 1997, p. 134). Dito de outra forma, o método em questão leva o pesquisador a inferir demasiadamente em seu *corpus*, crítica comumente feita à metodologia da Análise de Conteúdo (AC), em que o pesquisador cria categorias de análise e busca encaixar o discurso em cada uma delas, muitas vezes forçando para que ele “caiba” em determinadas categorias criadas a priori.

Por outro lado, Maingueneau defende uma utilização controlada dos termos-pivô, desde que observados certos cuidados, como o de utilizá-los somente como um método auxiliar e não essencial à análise. “Trata-se apenas de uma análise auxiliar, destinada a apoiar, de forma localizada, um estudo mais amplo” (Maingueneau, 1997, p. 135).

Em conformidade com o pensamento do autor, selecionamos abaixo alguns termos-pivô (ou até mesmo expressões ou frases), iguais ou análogos, presentes nos discursos dos deputados da FPE no episódio do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, a serem por nós analisados, todavia partindo da premissa de tratar-se de um método auxiliar. Além disso, nós os separamos em eixos temáticos, a fim de ordená-los.

No nosso entender, a utilização dessas ferramentas de análise nos permite incursionar em nosso *corpus*. Em outras palavras, possibilita que façamos um mergulho, ainda que raso, sobre o mesmo. No entanto, não devemos perder de vista a relevância de um mergulho mais profundo, o qual será feito na próxima sessão deste capítulo, quando nos ateremos às Formações Discursivas (FDs) presentes nos discursos. Por hora, apresentaremos alguns termos-pivô recorrentes, selecionados a partir de eixos temáticos classificados por nós; resultado de uma primeira incursão sobre o nosso *corpus*.

Figura 1 Quadro demonstrativo

TERMOS-PIVÔS RECORRENTES	NÚMERO DE CITAÇÕES
Exaltação a Deus (Senhor/Jesus)	
Deus	27
Deus é o Senhor	3
Que Deus tenha misericórdia...	3
Jesus	1
Exaltação à identidade religiosa	
Evangélicos	3
Cristãos	1
Nação evangélica	2
Nação Cara de Leão	1
Povo evangélico	1
Povo Cristão	1
Povo de Deus	1
Irmãos brasileiros	1
Povo Assembleiano	1
Nação Quadrangular	1
Família Evangélica Quadrangular	1
Pela paz de Jerusalém	1
Nação de Israel	1
Exaltação à família	
Família	34
Minha família	21
Pela família	3
Em defesa da família	1
Meu(s) neto(s)	4
Minha esposa	5
Meu(s) Pai(s)	6
À memória de minha irmã	1
Em defesa da Ética, da Moral e dos Bons costumes	
Em defesa da moral	1
Pela moralidade	1
Em defesa dos bons costumes	1
Por uma política ética	1
Pelos valores éticos	1
Exaltação à identidade nacional	
Brasil/Brasileiro(a)(s)	83
País	15
Nação	14
Povo Brasileiro	19
Família brasileira	1
Exaltação à base eleitoral	
Cidades e/ou estados de origem ou pelos quais se elegeu	34
Exaltação a autoridades e/ou celebridades	
Olavo de Carvalho	2
Sérgio Moro	1
Pastor Martin Luther King	1
Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra	1
Ulysses Guimarães (Presidente da Assembleia Nacional Constituinte)	1
Eduardo Cunha	1
[Duque de] Caxias	1
Exaltação à democracia (ou termo que equivalha)	
Democracia	1
Democracia participativa	1
Estado Democrático de Direito	1
Menção ao motivo que levou à votação da admissibilidade do impeachment	
À palavra admissibilidade	2
À expressão admissibilidade de uma denúncia	2
À palavra pedaladas [fiscais]	1
À expressão crime de responsabilidade	1
À frase “Em defesa dos princípios da administração pública, porque ninguém está acima da lei”	1
À palavra impeachment	17

TERMOS-PIVÔS RECORRENTES	NÚMERO DE CITAÇÕES
Menção à Constituição (ou termo que equivalha)	
Constituição Federal	2
Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães	1
Princípios constitucionais	1
Combate à corrupção (ou termo que equivalha)	
Termo corrupção	4
Termo “ladroeria”	1
Termo “roubalheira”	1
Desqualificação da pessoa e/ou do governo de Dilma Rousseff	
Dilma na cadeia!	2
Tchau para essa querida!	1
Esse Governo errou ao apostar na desordem	1
Pelo fim desse Governo injusto que está fazendo as pessoas “sofrer”	1
Hoje o Governo tudo que pregou faz diferente	1
[...] o pavor de Dilma Rousseff!	1
Desqualificação dos partidos e/ ou movimentos de esquerda	
[...] Perderam em 1964, perderam em 2016	1
E minha bandeira nunca será vermelha!	1
Fim da pelegagem da CUT!	1
Fim da CUT e de seus marginais	1
Antipetismo/Antilulismo	
Lula na cadeia! (obs: junto com Dilma)	2
PT – [partido da] Perda Total	1
PT – Partido das Trevas	1
Fim da facção lulopetista!	1
[...] desse partido de esquerda que quer transformar este Brasil numa ditadura.	1
Fora Dilma!	2
Fora PT!	1
Ataque à imprensa	
Contra a Folha de São Paulo	1
Fora Rede Globo	1
Homenagem às forças militares e/ou policiais	
Forças Armadas	2
Pelos militares	1
Pelos militares da segurança pública	1
Pelos militares inativos e pensionistas	1
Pelo Exército de [Duque de] Caxias	1
Polícia Federal	1
Policiais	1
Atendimento ao clamor das ruas e/ou às demandas sociais	
Pelos movimentos sociais, Movimento Brasil Livre – MBL, Vem pra Rua, Revoltados On Line...	1
Pelos meninos do MBL, pelo Vem pra Rua...	1
Pelos milhões de brasileiros que foram às ruas	1
[...] ouvir a sintonia das vozes da rua	1
[...] as liberdades individuais com o povo nas ruas	1
[...] parabéns a todo povo que está na Av. Atlântica/Um abraço, Av. Atlântica!	1
Aposta em um futuro melhor para o país	
Esperança	12
Fé	3
Pelo Futuro do Brasil	3
Por um futuro melhor	1
Construir um futuro melhor	1
Pensando no futuro dos meus netos	1
Responsabilidade [...] com o futuro de nosso país	1
Pelas futuras gerações	1

Fonte: Contabilizado e elaborado pela autora.

Embora não tenhamos a pretensão de nos debruçarmos demasiadamente aqui nesses dados preliminares, algumas questões nos chamam a atenção de imediato. A primeira delas diz respeito ao fato de que embora a sessão da Câmara dos Deputados tivesse como objetivo precípua julgar a pertinência da admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade, mas especificamente por aquilo que ficou conhecido como “pedaladas fiscais”, como constatado empiricamente e constante no quadro acima, o termo “pedalada” foi citado apenas uma vez, e assim mesmo de forma incompleta.

Quanto ao termo *impeachment*, ainda que tenha sido utilizado 17 vezes nos discursos dos parlamentares da FPE, também só foi citado de forma complementar a opção pelo SIM, portanto, geralmente, da seguinte forma: SIM AO IMPEACHMENT! ou IMPEACHMENT JÁ!!!²¹⁷ ou de formas semelhantes. Portanto, nenhum dos parlamentares votantes da FPE fez qualquer tipo de comentário ou análise daquilo que era objeto de sua votação. Dito de outra forma, a palavra *impeachment* foi usada sempre de maneira formal e superficialmente.

Por último, gostaríamos de salientar o recrudescimento do “fantasma” do comunismo, citado uma única vez pelos membros da FPE, porém de forma contundente pelo então deputado Jair Bolsonaro, na época representante do Partido Social Cristão pelo Estado do Rio de Janeiro. “Contra o comunismo, pela nossa liberdade [...]”, bradou o hoje presidente da República do Brasil, eleito pelo Partido Social Liberal. O discurso de Bolsonaro, em razão de suas idiossincrasias, foi amplamente repercutido na mídia nacional e na internacional. Devido a sua relevância, retornaremos a ele na próxima sessão.

3.4.2 Uma aterrissagem sobre nosso corpus

Para se fazer uma AD com a profundidade que o método requer, é preciso, antes de mais nada, atentar para o fato de que “toda sequência discursiva ou discurso concreto existe no feixe complexo de relações de um sistema de formações. É propriamente um nó na rede” (Courtine, 2014, p. 84).

Outra questão a considerar é que embora muitas vezes um discurso (ou um conjunto de discursos) possa aparentar, mediante uma análise superficial, uma certa

217 Ambas as frases, assim como outras do gênero, além de serem ditas durante os discursos, apareciam em outras materialidades, como em cartazes e em faixas ou mesmo em camisas, tanto no interior do Congresso, quanto do lado de fora, em todo o país, onde populares se dividiam a favor do *impeachment* e contra a ele. Aqueles que eram favoráveis, em geral, trajavam-se de verde e amarelo, cores da bandeira do Brasil, utilizavam adereços também nessas cores. Já os que eram contrários, em sua maioria, optaram pelo vermelho, cor associada aos movimentos sociais e aos partidos de esquerda, no Brasil sobretudo ao PT. Da mesma forma, os adereços também eram vermelhos. Em artigo intitulado “A doce tirania das cores”, assinado por Juan Rias e publicado no jornal espanhol *El País* (em 31/10/2014) o articulista dá a seguinte explicação pela opção à cor vermelha por parte da esquerda: “o vermelho se confunde com o sangue derramado na luta contra a miséria e a opressão. O vermelho seria a cor da esquerda e das lutas a favor da liberação dos oprimidos”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/31/politica/141478833_292061.html. Acesso em: 20 dez. 2019.

homogeneidade, nem sempre isso corresponde à realidade. Em nosso caso específico, a tomar por base as manchetes dos jornais do dia seguinte à admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, poderíamos afirmar que elementos vindos da tradição e da religião preponderaram sobre outros temas e que esse foi um ponto comum por parte dos parlamentares da FPE. Com base no senso comum, seria possível dizer que aqueles discursos não condiziam com uma linguagem política.

Uma análise mais aprofundada sobre esses mesmos discursos, no entanto, é capaz de nos levar a conclusões bastante diferentes. Como asseverado por Bethania Sampaio Correa Mariani (1996, p. 25): “Fazer AD, em resumo, representa uma tomada de posição que se quer crítica quanto aos sentidos já constituídos e dados como óbvios.” Também conforme a autora, “do ponto de vista filosófico, a linguagem não é transparente, mas sim opaca” (Mariani, 1996, p. 26).

Em relação ao nosso *corpus*, poderíamos nos conformar, deixar-nos contagiar com as narrativas sobejamente reproduzidas pelos meios de comunicação e pelas redes sociais, ou mesmo pelo senso-comum, reproduzindo-as ainda que com uma aparência de científicidade, procedendo aqui uma análise da obviedade. Mas considerando tratar-se de um momento histórico singular e de extrema relevância para nosso país, cujos desdobramentos ainda se fazem sentir em nosso tecido social, procuraremos ir mais além, evitando incorrer no equívoco da “redução dos sentidos, tentando alojá-los numa configuração orgânica ou mecânica” (Canguilhem, p. 26).

Da mesma forma, buscaremos decompor os discursos que compõem o nosso *corpus* de modo a ir retirando gradativamente as camadas de opacidade que os recobrem, sem a pretensão de desnudá-los completamente, pois os “efeitos de sentidos” não cessam de ser produzidos. Isso porque acontecimentos históricos do porte do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, os quais fazem parte de um golpe institucional, suscitam “efeitos de sentidos” indefinidamente. Foi assim com o golpe militar de 1964 e assim será com o de 2016. Vale ressaltar que a AD, enquanto uma metodologia dialética, não almeja a completude, pelo contrário.

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos, nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível (Orlandi, 2005, p. 52).

Ainda, conforme a autora, o discurso, o movimento do simbólico não se fecham, pois “há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra” (Orlandi, 2005, p. 55). Dito de outra forma, o discurso só se concretiza quando chega no “outro”, no interlocutor. Porém, é preciso levar em conta que não existe um único “outro” e sim vários “outros”, com suas historicidades. Diante disso, é possível dizer que o ciclo não

se completa totalmente. A interrogação permanece gerando novas interrogações. Dito de outra forma, trata-se um *continuum*.

Assim como para a AD importa aquele que recebe a mensagem discursiva, é de extrema importância também caracterizar aquele que a enuncia, o “sujeito enunciador”. Em nosso caso específico, não existe um único “sujeito enunciador” e sim vários “sujeitos enunciadores”, com suas historicidades específicas. Como já referido e reiterado anteriormente, a FPE não constitui um bloco homogêneo, tampouco vota sempre de forma uniforme. Como atestam Prandi e Carneiro:

Vale dizer que os membros da Bancada Evangélica, que além de pertencerem a diversos partidos, participam de diferentes igrejas que competem inclusive entre si no mercado religioso, não votam necessariamente em uníssono, podendo manifestar em certas situações baixa coalizão (Prandi; Carneiro, p. 2).

Em diálogo com esses autores, Júlia Miranda atenta para a diversidade existente entre parlamentares evangélicos²¹⁸:

Enganam-se os que pensam numa afinidade absoluta, em nome dos “princípios cristãos” ou do serviço à “obra do Senhor”, entre parlamentares da Igreja Universal do Reino de Deus. A causa evangélica – por seu lado também cada vez mais plural – não consegue esconder as diferenças entre denominações. Cada uma dessas denominações institui espaços de partilhas religiosas e ativa tecidos comunitários onde se constroem linguagens e modos de vida que identificam o grupo distinguindo-o, ao mesmo tempo, dos demais. Se para a grande maioria dos brasileiros – e particularmente para a mídia – esse aspecto não é levado em conta, os fiéis, eles mesmos, no entanto, recusam qualquer forma de uniformização que ignore suas características denominacionais. O pesquisador não pode ignorar essas distinções; elas estão no centro dos processos de identificação e se constituem chaves de decifração de “modos distintos de ser cristão” e, consequentemente, modos distintos de fazer política religiosamente orientada (Miranda, 2015, p. 165, grifo nosso).

Além de pertencerem a partidos e a denominações religiosas distintas, é mister acrescentar que são oriundos de cidades, estados e regiões distintos. Como lembrado no discurso do deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Francisco Floriano (DEM): “[...] de Varre-Sai²¹⁹ a Paraty, do Oiapoque ao Chuí”, numa referência à vastidão do país e à diversidade do eleitorado brasileiro. Além disso, pertencem a

218 A socióloga Júlia Miranda, professora titular da Universidade do Ceará, pesquisou a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Mas depreendemos que o que se verifica naquele universo específico pode ser generalizado para o Legislativo nacional no que tange à diversidade dos parlamentares.

219 Varre-Sai é um município de 15 mil habitantes, localizado no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na microrregião de Itaperuna e mesorregião do Noroeste Fluminense, fazendo divisa com o Estado do Espírito Santo; enquanto que a histórica cidade de Paraty fica no litoral Sul do Rio de Janeiro, fazendo divisa com o Estado de São Paulo. Já Oiapoque é uma cidade localizada no extremo Norte do país, no Estado do Amapá, enquanto que Chuí fica no outro extremo, o Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Francisco Floriano é radialista e foi reeleito em 2018.

diferentes categorias profissionais e são representantes de eleitores com demandas, reivindicações e expectativas distintas. Tudo isso faz com que cada um deles seja um “sujeito que significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por uma memória discursiva, por um saber/poder/ dever, dizer [...]” (Orlandi, 2005, p. 53).

Por outro lado, resguardadas as singularidades de cada sujeito, também não se pode desconsiderar a possibilidade de haver uma identidade evangélica, como sugerido por Carlos Rodrigues Brandão (2005) de forma não essencialista. Ou mesmo, recorrendo a Bourdieu, de um *habitus* evangélico. Ou ainda de um *ethos* evangélico ou, no limite, um *ethos* discursivo evangélico. Isso porque, como assinalado por Maingueneau (1997, p. 54), supostamente, trata-se de “[...] um *grupo específico* sociologicamente caracterizável [...]”.

A seguir, perscrutaremos os discursos dos deputados evangélicos, enveredando-nos pelas “constelações de enunciados que se movimentam entre as FDs” (Mariani, 1996, p. 44). Optamos por não reproduzir no corpo deste trabalho a íntegra de tais discursos²²⁰ por serem demasiadamente extensos. Porém, sempre que julgarmos necessário, exibiremos determinados fragmentos desses discursos que considerarmos ilustrativos e/ou emblemáticos. A título de esclarecimento, considerando o fato de haver muitos eixos temáticos, procuraremos fundi-los ou agrupá-los, analisando-os à luz de chaves analíticas.

Deter-nos-emos, especificamente, nos discursos dos parlamentares da FPE que podem ir ao encontro de nossa problemática básica de pesquisa, que a grosso modo consiste em verificar se houve a sobreposição do discurso religioso sobre o discurso político naquele episódio específico, como alardeado pela imprensa nacional e pela internacional. Mas também consideraremos questões corolárias presentes nos discursos dos deputados da FPE, em consonância com nosso objeto de pesquisa, isto é, o *impeachment* enquanto acontecimento histórico, cujos desdobramentos, ou melhor, para usar um termo mais afeito a AD, os sentidos não cessam de serem produzidos.

220 Utilizamos para obter acesso aos discursos proferidos pelos parlamentares o documento que contém a transcrição integral da sessão de votação da admissibilidade do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. De posse desse documento, separamos os discursos referentes aos deputados da FPE. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>. Acesso em: 10 dez. 2019.

3.4.3 O apelo identitário: a invocação das identidades nacional, religiosa e denominacional

“Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.” A FD que integra o discurso do então deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ), cuja primeira parte remonta aos tempos da ditadura militar²²¹ e que viria a se tornar seu *slogan* de campanha e depois de seu governo, expressa em grande medida os fortes apelos identitários presentes em parte significativa dos discursos proferidos pelos parlamentares da FPE. Com base na contagem feita sobre o número de vezes que se pronunciou a palavra Deus ou termos equivalentes e a palavra Brasil, brasileiro(a)s, nação brasileira e termos que equivalem, é possível depreender que a invocação da identidade nacional teve uma prevalência nos discursos sobre a identidade religiosa, o que não quer dizer que essa não tenha sido fortemente ação.

Sabe-se que, nos momentos históricos considerados críticos, há uma tendência ao exacerbamento do nacionalismo. Apenas para citarmos alguns exemplos, teríamos o Estado Novo (1937-1946), de Getúlio Vargas, que conjugou autoritarismo e modernização do Estado, sob um pano de fundo nacionalista. O tom nacionalista que Vargas imprimiu em seus discursos é objeto de análise de Haquirá Osakabe (1999), que, por meio da AD, detectou uma forte tendência a “uma fórmula do tipo ‘eu juro que só quero o bem da Nação’” (Osakabe, 1999, p. 63).

O mesmo discurso de “amor à Nação” ocorreu no período da ditadura militar (1964-1985), em que os generais que comandaram nosso país exaltaram o sentimento nacionalista, como expresso no *slogan* “Brasil, ame ou deixe-o”, criado durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que investiu maciçamente em campanhas publicitárias nos meios de comunicação de massa. Seu sucessor, General Ernesto Geisel (1974-1979), também seguiu na mesma linha, colocando no ar

221 Conforme pesquisas realizadas pela Internet, o *slogan* “Brasil, acima de tudo” inicialmente não passava de um brado militar utilizado por paraquedistas do Exército. Como relatado pelo Coronel Fernando Montenegro (militar e jornalista) em matéria escrita para o jornal *Hora Extra*, em 23 de outubro de 2018 – data próxima a votação em segundo turno para a Presidência da República no Brasil –, ao entrarem na Brigada de Infantaria Paraquedista, os militares, ao adentrarem o local, diziam “Brasil”, ao que os que lá estavam respondiam “Acima de tudo”. Em 1968, por ocasião da explosão de uma bomba no Aeroporto de Guararapes, em Recife, considerado pelos militares que estavam no poder um ato terrorista e que viria a dar origem ao Ato Institucional nº 5 (o AI-5) devido a sua repercussão nacional, um grupo de oficiais paraquedistas passou a se reunir semanalmente para discutirem a situação do Brasil. Dessas discussões, surgiu o grupo “nacionalista, mas não xenófobo” (Casali, s/d) chamado “Centelha Nativista”, que adotou como lema “Brasil, acima de tudo”. Na ocasião, o lema foi questionado, pois havia o brado alemão “Deutschlandüber alles”, porém ele se manteve e segundo o Coronel Claudio Tavares Casali, que escreveu um artigo científico sobre o tema, o brado tornou-se “um dos símbolos de vibração e expansão entoado pelos integrantes da Brigada de Infantaria Paraquedista. O parlamentar na época da sessão do *impeachment* na Câmara dos Deputados e hoje Presidente da República, Jair Bolsonaro, assim como seu vice Hamilton Mourão, foram paraquedistas em sua trajetória militar. Disponível em: http://www.cipqdt.eb.mil.br/download/trabalhos_cientificos/o_brado_brasil_acima_de_tudo.pdf?fbclid=IwAR20NrLzI_TJr8hWUhTrJ-Kbo1cN3PyB0UTDFt_jPVlcwsGurn1mUDzolOM e <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

a canção ufanista, de autoria de Os Incríveis²²², *Este é um país que vai pra frente*, cujo refrão era o seguinte: *Este é um país que vai pra frente/ou,ou,ou,ou,ou/de uma gente amiga e tão contente/ou,ou,ou,ou,ou...*

Vale relembrar que, para a AD, o discurso é um *locus* de produção e de circulação de sentidos (Orlandi, 2005), as quais ocorrem por meio, sobretudo, da semântica (Orlandi apud Mariani, 1996, p. 28), ou seja, é ela quem realmente importa em detrimento do léxico. Conforme Francesco Rossolillo (2000, p. 796), ainda que o termo Nação possa adquirir conotações diferentes em relação ao contexto, seu conteúdo semântico possui uma imensa força emocional, pois pressupõe a existência de laços naturais profundos. O autor acrescenta que Nação suscita ideia de fidelidade.

Numa outra acepção, segundo Rossolillo, o termo pode ser concebido como aqueles que “querem viver juntos”, sendo muito utilizado quando a Nação está sob alguma ameaça. No caso específico das condições históricas que levaram ao episódio do *impeachment* de Dilma Rousseff, a ameaça seria a própria, sua forma de governar, seu partido e seu posicionamento no espectro político, ou seja, o fato de ser da esquerda. Dito de outra forma, o inimigo comum a vencer seria, em última instância, o PT. O que ficou evidenciado no “Fora Dilma! Fora PT!”, que encerrou o discurso do deputado Sr. Áureo (Solidariedade/RJ), ao qual o Deputado Cabo Daciolo, quem falou a seguir, fez coro no início de seu discurso com um sonoro “*Fora Dilma*”!

Rossolillo argumenta que a referência à Nação foi no decorrer dos tempos, a começar pela Revolução Francesa²²³, um dos fatores mais importantes do condicionamento do comportamento humano na história política e social. “Em nome da Nação, se fizeram guerras, revoluções, modificou-se o mapa político do mundo” (Rossolillo, 2000, p. 794). Dito de outra forma, pela Nação vale tudo, até matar ou morrer. Portanto, exaltar esse termo (ou algo que equivalha), devido a sua intensa carga semântica, é possível de produzir sentidos que se esvaem no tempo, mas que voltam na forma de memória discursiva, no interdiscurso.

O historiador italiano explica que, na Idade Média, em primeiro lugar, o indivíduo deveria ser cristão e depois francês, italiano etc., mas após a Revolução Francesa, as lealdades se inverteram, ficando em primeiro lugar o sentimento de Nação. Isso quer dizer que [...] “o sentimento de pertença à Nação passa a ser preponderante sobre

222 A banda musical Os Incríveis foi criada em 1965, sendo que mantém até hoje sua formação original. Seu último LP, que leva o mesmo nome da banda, foi lançado em 1981, pela gravadora RCA. Em 2018, o grupo da “Jovem Guarda” lançou o CD “A paz é possível”, pelo selo carioca Descobertas. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2018/08/31/banda-os-incríveis-da-jovem-guarda-lanca-em-outubro-o-primeiro-album-autoral-com-repertorio-inedito-desde-1981.ghtml>. Acesso em: 2 jan. 2020.

223 Até o advento da Revolução Francesa (1789-1799), o termo Nação era utilizado mais no sentido de grupo de indivíduos ou qualquer forma de comunidade política. Porém, durante a mesma, o termo já aparece no discurso político. No entanto, o conceito de Nação enquanto fundamento natural do poder político, isto é, da fusão necessária entre Nação e Estado só surge a partir do século XX, teorizado por Giuseppe Mazzini (Rossolillo, 2000).

qualquer outro sentimento de pertença territorial, religiosa ou ideológica” (Rossolillo, 2000, p. 795).

Esse sentimento de Nação esteve altamente presente nos discursos dos deputados da FPE, os quais, como demonstrado no quadro, não economizaram em palavras como a própria, além de Brasil, brasileiros, Pátria, Povo e outros afins, assim como não faltaram juras de amor ao país, como ilustram trechos de alguns discursos a seguir:

[...] Por amor à Nação Brasileira... O Brasil merece uma chance, o Brasil merece uma oportunidade [...] (Deputado Federal Roberto de Lucena, PV/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

[...] pelo meu Brasil querido [...] (Deputado Federal Toninho Wandscheer, PROS/PR, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016)

[...] pelo Brasil [...]. (Deputado Federal Arolde de Oliveira, PSC/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, grifo nosso).

[...] Nada mais justifica um voto que faça o Brasil sofrer [...] (Deputado Federal Anderson Ferreira, PR/PE, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

[...] Pela reconstrução da unidade de uma Nação que tentam dividir [...] (Deputado Federal Silas Câmara, PTB/RO, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

[...] Pela recuperação do Brasil [...] (Deputado Federal Leonardo Quintão, PMDB/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, grifo nosso).

[...] *não desistindo do Brasil* [...] (Deputado Federal Pastor²²⁴ Eurico PHS/PE, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

Note-se que, além das declarações de amor e dos termos ufanistas, os discursos apontam para um país em ruínas “que merece uma oportunidade”, que precisa ser “restaurado”, “recuperado”, “reconstruído”, “unificado” e que não se deve “desistir” dele. Conforme Lucio Levi, o nacionalismo, em seu sentido mais abrangente, “designa a ideologia nacional, a ideologia de um determinado grupo político, o Estado Nacional” (Levi, 2000, p. 799).

Assim como na Idade Moderna, “o Estado soberano estruturou-se sobre os ‘escombros da sociedade feudal’, pretendendo ser um poder independente que sobrepujasse a outros poderes [...]” (Levi, 2000, p. 799), naquele momento histórico na Câmara dos Deputados, parte significativa dos deputados da FPE, com base em princípios nacionalistas, imbuiu-se dessa missão reconstrutora do país ao dizer sim ao *impeachment* e, consequentemente, um não à continuidade de Dilma Rousseff e do partido dela, o PT. Um dos membros da FPE vociferou: [...] “*Pelo fim desse governo*

224 Adotamos aqui a mesma forma utilizada pelos discursos taquigráfados pela Câmara dos Deputados. Alguns deputados da FPE fazem questão de deixar marcada sua identidade religiosa.

injusto que está fazendo o povo brasileiro sofrer” (Deputado Federal Jefferson Campos, PSD/SC, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, *grifo nosso*).

Além de se deixarem contagiar por um espírito nacionalista, defendendo em primeiro lugar a Nação Brasileira, os deputados da FPE não deixaram de lado sua identidade evangélica. Ao contrário, exaltaram-na quer clamando a Deus de maneiras diversas, quer exaltando a religião deles ou ainda, por vezes, sua denominação. Não faltou quem lançasse mão de trechos bíblicos, salmos, provérbios etc. Sobre a utilização desses recursos linguísticos, Maingueneau explicita que:

Os fenômenos enunciativos em que o locutor profere falas pelas quais não se responsabiliza não dizem respeito apenas à rejeição. A distância assim estabelecida também pode marcar a adesão, como foi visto a propósito da citação de autoridade, onde um “locutor” se apaga diante de um “Locutor” superlativo que garante a validade da enunciação. Geralmente, trata-se de enunciados já conhecidos por uma coletividade, que gozam o privilégio da intangibilidade: por essência, não podem ser resumidos nem reformulados, constituem a própria Palavra, captada em sua fonte. ‘Os comentários, análises, glosas que elas provocam não o esgotam. É preciso partir sempre dela e a ela retornar’ (Maingueneau, 1997, p. 101).

O deputado Jefferson Campos, antes de acusar o governo em questão de injusto como referido acima, valeu-se do seguinte provérbio: *Quando os justos governam, o povo se alegra; mas quando o ímpio domina, o povo sofre [geme]*” (Provérbios, 29.2). (Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016). Conforme Maingueneau: [...] o provérbio representa um enunciado limite: o “locutor” autorizado que o valida, em lugar de ser reconhecido apenas por uma determinada coletividade, tende a coincidir com o *conjunto de falantes da língua*, estando aí incluído o indivíduo que o profere. (Maingueneau, p. 101, *grifo do autor*).

Ao lançar mão desse recurso linguístico, o parlamentar do PSD se fez reconhecer não somente entre seus pares, mas também pelo “conjunto de falantes da língua” (Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016), no caso, os fiéis da comunidade religiosa a que pertence, quiçá, por todo segmento evangélico. Vale registrar que, ao pesquisar outra informação referente ao deputado catarinense, constatamos que dois dias antes, em sessão ordinária na Câmara dos Deputados em que se discutiu o processo de admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, o deputado paulista Marcos Feliciano²²⁵, uma liderança expressiva da FPE, ao discursar, utilizou-se do mesmo provérbio²²⁶.

225 Na ocasião em que proferiu tal discurso, em 15 de abril de 2017, Marcos Feliciano pertencia ao PSC – Partido Social Cristão. Em 2018, o político foi reeleito, só que, dessa vez, pelo Podemos, partido do qual foi expulso em 5 de janeiro de 2020. A Executiva Nacional do Podemos decidiu por ratificar uma decisão do diretório estadual de São Paulo de dezembro de 2019, para expulsar do partido o deputado federal por infidelidade partidária. A punição foi justificada pela “incompatibilidade política”, já que Feliciano se manifestou por “apoio irrestrito” ao presidente da República, Jair Bolsonaro. O Podemos se diz independente do governo. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/por-infidelidade-podemos-decide-expulsar-marco-feliciano/>. Acesso em: 6 jan. 2020.

226 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F6MGRk_IW2w. Acesso em: 6 jan. 2020.

Um fator relevante a ser considerado é que a sessão de votação da admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff teve projeção nacional e internacional. Foi filmada pela TV Câmara dos Deputados e reproduzida pelas principais emissoras de TV nacionais, sendo acompanhada não só nos lares brasileiros, mas também em telões expostos nas ruas das capitais e de inúmeras cidades brasileiras, pelos movimentos defensores do Sim e do Não ao *impeachment*, ou seja, dos “camisa verde-amarela” e dos “camisa-vermelha”. Como asseverado por Wilson Gomes, o jogo político só funciona de maneira eficiente com o auxílio dos meios de comunicação de massa, lembrando que esse autor defende a centralidade da TV entre os meios de comunicação de massa:

A sociedade política, sem meios de alcance massivo não conseguiria apresentar suas posições, programas e pessoas ao conhecimento da esfera civil para, com isso, obter o apoio popular, quando lhe convém, e o voto do cidadão, sempre que necessário [...]. Na verdade, a parte competitiva da política é aquela mais perfeitamente assimilável ao mundo do espetáculo e quanto mais escaramuças política mais ela se assemelha ao universo da ficção (Gomes, 2011, p. 71).

Ora, em se tratando da “bancada evangélica”, o que está em jogo não é somente o jogo político. Gomes acrescenta que “a política é a arte de disputar” (Gomes, 2011, p. 72). Os meios de comunicação massivos, notadamente a TV, conferem a visibilidade necessária ao “Olimpo”²²⁷ político. Mas não tem sido diferente com o “olímpo” religioso. Em ocasiões como aquela sessão – a princípio eminentemente política – de intensa exposição midiática, os deputados da FPE falavam, ou melhor, usando uma expressão mais afeita à AD, produziam sentidos não só para o seu eleitorado, como também para sua membresia.

Nesse sentido, as condições de produção eram bastante favoráveis para a essencialização, em alguma medida, de suas identidades religiosas e/ou denominacionais. Ao tratar do tema identidade Kathryn Woodward assinala que “A identidade é relacional [...]. Uma identidade para existir depende de algo fora dela [...]” (Gomes, 2011, p. 2). Em suma, uma identidade é marcada pela diferença.

Numa perspectiva essencialista, “[...] a afirmação da identidade envolve o apelo à condição de uma qualidade essencial” (Gomes, 2011, p. 2). Como já referido na sessão 4.4.2, com base em Júlia Miranda, a título de exemplo, parlamentares assembleianos não são necessariamente iguais a iurdianos e nem querem ser. Eles procuram se distinguir frente ao seu eleitorado e/ou à sua membresia.

Paulo Heitor Barros Geraldo, corrobora essa busca de diferenciação: “Na literatura sobre a Igreja Universal do Reino de Deus, a identidade é uma categoria importante para justificar as ações dos indivíduos [...]. Os autores que tratam do tema

227 Expressão cunhada por Edgar Morin, em sua obra *Cultura de Massa no Século XX – O espírito do tempo* (Editora Cultrix, 2000).

pretendem estabelecer um elenco de elementos distintivos [...] dos modos de ser e agir de um iurdiano”²²⁸ (Geraldo, 2012, p. 101).

Naquele momento crucial para o país e de grande visibilidade midiática, a “bancada evangélica” fez questão de cravar sua marca identitária de inúmeras formas, a começar pela exaltação ao nome de Deus e de Jesus, citado 33 vezes e uma vez, respectivamente, nos discursos analisados. Vale ressaltar, em primeiro lugar, que isso não foi uma prerrogativa somente da FPE, pois parlamentares de outros segmentos também invocaram a Deus; em segundo lugar, que estavam em uma sessão pretensamente laica, num local pretensamente laico, ainda que, como relatado no início do primeiro capítulo desta tese, não muito longe dali ocorram cultos evangélicos sistematicamente (Duarte, 2012).

Não satisfeitos por citarem e ou até mesmo rogarem a Deus, como o fez o Presidente daquela casa e daquela sessão, cujo discurso se limitou a um sonoro *“Deus tenha misericórdia desta Nação”* (Eduardo Cunha, PMDB/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016), parlamentares da FPE fizeram questão de se referir a sua pertença religiosa, ou seja, utilizando-se termos como Evangélicos²²⁹, Cristãos, Irmãos brasileiros, Povo de Deus, Povo Evangélico e Nação Evangélica.

Assim como o termo Nação utilizado em seu sentido mais geral, ou seja, de País, traz em seu núcleo semântico a ideia de laços naturais profundos (Rossolillo, 2000), quando usado para se referir a uma comunidade religiosa, certamente esse sentido de propiciar laços profundos não se perde. Ao contrário, cremos que ganha intensidade. Ao definir Nação em mais de uma acepção, Rossolillo numa delas a correlaciona às três palavras que formam o lema da Revolução Francesa: *Liberté, Igualité e Fraternité*. Segundo o autor, a última seria a que mais fundamenta a ideia de Nação.

Portanto, a utilização de metáforas como “Nação evangélica” e “Irmãos brasileiros”, em discursos voltados para eleitores/fiéis, tornam-se mais plenos de sentidos. Isso porque em AD os vocábulos ganham novos sentidos em conformidade com o tempo histórico e com o local de onde se enuncia. Maingueneau atenta para o fato de que “[...]o que chamamos de ‘língua’ está atravessado por múltiplos discursos e não se poderia estabilizar já que, de acordo com os estatutos dos locutores, existem acessos muito diversificados aos estoques lexicais [...] a AD, não pode se contentar em recorrer aos dicionários” (Maingueneau, 1997, p. 152).

228 Uma das autoras citadas por Pedro Heitor Barros Geraldo é Clara Mafra, para quem uma das marcas distintivas da IURD é apregoar “uma identidade social evangélica inclusiva” em razão de sua “trajetória eclesial pontuada por um rol de atos de exclusão e perseguição [...]. (Mafra apud Geraldo, 2012, p. 101). De uma forma mais simplificada Geraldo (2012, p. 101) explica que os iurdianos carregam a marca dos “perseguidos.

229 Os quantitativos destas citações encontram-se acima, no Quadro Demonstrativo.

Ao discorrer sobre a metáfora, Eni Orlandi destaca que esta é imprescindível na AD, onde “não é considerada, como na retórica, uma figura de linguagem” (Orlandi, 2005, p. 44). Recorrendo a Lacan (1966), a autora explica que, em conformidade com a metodologia,

a metáfora é definida como a tomada de uma palavra por outra. Na análise de discurso, ela significa basicamente ‘transferência’, estabelecendo o modo como as palavras significam. Em princípio, não há sentido sem metáfora. As palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso à sua literalidade [...]. Palavras iguais podem significar diferente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes (Orlandi, 2005, p. 44-45).

Recorreremos também a uma metáfora para buscar significar minimamente os discursos proferidos pelos deputados da “bancada evangélica” naquele momento crucial de nosso país. Uma imensa colcha de retalhos, formada por metáforas, paráfrases, polissemias, repetições etc., enfim, tudo que convém a uma autêntica AD, demonstrando a todo tempo que “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (Orlandi, 2005, p. 42).

Além de exaltarem suas pertenças religiosas, alguns deputados enalteceram suas denominações, como foi o caso do deputado Paulo Freire²³⁰, que deu seu voto favorável à admissibilidade do processo de *impeachment*. Como ele declarou: “*Em respeito e fidelidade ao meu povo assembleiano, que me trouxe para este Parlamento*” (Deputado Federal Paulo Freire, PR/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, *grifo nosso*), referindo-se ao “povo” da Assembleia de Deus, a quem, a um só tempo, o homenageou e agradeceu a ele. Já o deputado Jefferson Campos, que dedicou seu voto simplesmente “[...] à *Nação Quadrangular* [...]” (Deputado Federal Jefferson Campos, PSD/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016) numa referência à Igreja do Evangelho Quadrangular²³¹, da qual é pastor.

“*Eu quero homenagear os mais de 50 milhões de evangélicos do Brasil, à Nação Cara de Leão.*” (Ezequiel Teixeira, PTN/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, *grifo nosso*). No intuito de se distinguir ainda mais diante de seu público (fiel/eleitor), o deputado carioca, ao mesmo tempo que foi genérico, foi bastante específico ao exaltar a Nação Cara de Leão.

230 O deputado Paulo Freire é pastor da Igreja Assembleia de Deus original. É digno de nota que hoje “não existe a Assembleia de Deus, mas Assembleias. Inúmeras, diversas, distintas, concorrentes” (Alencar, 2013, p. 177). O pastor/deputado paulista foi reeleito em 2018, dessa vez pelo PL – Partido Liberal.

231 A Igreja do Evangelho Quadrangular foi criada em 1953, pelo missionário Harold Willians, com o pregador da cura divina, Raymond Batright. De acordo com Valdevino Rodrigues dos Santos, ela teria sido “o estopim da segunda onda pentecostal”, que se caracterizou justamente pelo uso da cura divina. As igrejas representantes desta onda chegaram mesmo a ser enquadradas como “Empresas da Cura Divina” (Alves; Monteiro, 1979). “Das seis grandes igrejas pentecostais, a Igreja do Evangelho Quadrangular é a única de origem realmente norte-americana [...]. Na Década de 1980, veio a tornar-se uma das mais expressivas das igrejas evangélicas” (Santos, 1995, p. 23-24).

Kathryn Woodward propugna que as pessoas necessitam “investir em posições de identidade” e que, em uma sociedade globalizada e altamente consumista, esse investimento requer que mais do que essencializadas, as identidades sejam “caricaturalmente simbolizadas” (Woodward, 2000, p. 11). A Igreja Projeto Nova Vida²³², fundada pelo deputado Ezequiel Teixeira, tem como uma de seus distintivos identitários um bloco “carnavalesco” que “sai” todo ano no bairro Irajá, no Rio de Janeiro.

De acordo com o *blog* “Cristão Notícias”²³³, o Bloco Cara de Leão é constituído de três “alas”: a dos integrantes, que ministram louvor por meio de um “hino-enredo-evangelístico”; a dos projetistas, que distribuem panfletos e a dos pastores, que ministram orações do alto dos carros de som em meio à “aglomeração de foliões seculares”. Como também consta no *blog*, o objetivo do evento é promover um “evangelismo estratégico”.

Vale ressaltar que Cara de Leão é também o símbolo que se vê estampado no estandarte do bloco e na logomarca da Igreja Projeto Nova Vida. Em consulta ao site²³⁴ dessa denominação religiosa, deparamos com a seguinte frase: “As igrejas do Projeto Nova Vida trabalham incansavelmente para colocar o Brasil e as demais nações de cabeça para cima”. Naquele momento histórico em que supostamente o Brasil estaria cabisbaixo em razão da corrupção, do mau governo, referir-se então à Cara de Leão seria uma forma de levantar a moral do país, algo, portanto, capaz de gerar “efeitos de sentidos” (Orlandi, 2005).

Ao pesquisar a origem do termo Cara de Leão, encontramos uma passagem bíblica (cap. 12 de 1Crônicas) que relata a existência de um grupo de gaditas, homens valentes, armados com escudos e lança, homens de guerra para pelejar (1Cr 12.8), que possuíam duas características marcantes: a cara de leão e fato de serem ligeiros como as corças sobre os montes. A utilização de um símbolo bíblico, ou seja, a Cara de Leão pela Igreja Projeto Nova Vida certamente vem daí. Portanto, ela é plena de sentidos.

Retomando somente o termo Nação, depreendemos que ao utilizarem-no discursivamente tanto para se referirem à ideia de país, povo, cultura, quanto para se referirem ao seu grupo religioso, a sua comunidade religiosa, os pastores/deputados –

232 A Igreja Projeto Nova Vida foi criada em 5 de março de 1989, no bairro Irajá, no Rio de Janeiro. Atualmente, possui 70 templos no país. Trata-se de uma igreja que se conecta com seus fiéis pelos meios de comunicação de massa e pelas redes sociais, nos quais usa sempre sua logomarca: a Cara de Leão. Por sua intensa exposição midiática, enquadra-se nas igrejas pentecostais de terceira onda. Disponível em: <http://www.projetovidanova.com/site/#Give>. Acesso em: 7 jan. 2020.

233 Disponível em: cristaonoticia.blogspot.com/2016/bloco-cara-de-leao-em-iraja-rj-mais-umhtml. Acesso em: 7 jan. 2020.

234 *op cit.*

utilizando aqui outra metáfora – “matar dois leões com uma única cajadada”, ou seja, consegue-se a um só tempo externar uma dupla lealdade: a nacional e a religiosa. Em termos práticos, é possível que se atinja tanto o eleitor quanto a membresia. Dizemos que isso é possível, uma vez que em AD os sentidos se desvanecem nas brumas do tempo histórico e político.

O termo Nação foi utilizado também para se referir à Terra Santa. Dois dos parlamentares da FPE fizeram alusão a ela em seus discursos: [...] *Nação de Israel* [...] (Deputado Federal Roberto Sales, PRB/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016) e [...] *pela paz de Jerusalém* [...] (Deputado Federal Ronaldo Fonseca, PROS/DF, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

A exaltação à Terra Santa pode ser explicada, sob o prisma religioso, como uma nova tendência a uma influência judaica na cultura evangélica, o que se evidencia de várias maneiras, como na retomada ao Antigo Testamento por parte de várias igrejas (neo)pentecostais. Do ponto de vista simbólico, a maior expressão disso é o Templo de Salomão, construído pela Igreja Universal do Reino de Deus, na capital paulista. É digno de registro que seu líder espiritual-mor, Edir Macedo, mudou seu visual, adotou desde antes da inauguração do megatemplo barba e quipá, visando a se aproximar de Israel.

A partir de Marcia Contins e Edilaine de Campos Gomes (2007), Oro e Tadvald (2015) explicitam que “há toda uma simbólica associada à Terra Santa”. De acordo com os autores, o templo da IURD ostenta uma “demonstração material de sua consolidação como igreja e do seu vínculo à Terra Santa” o que lhe outorga “a confirmação de sua identidade religiosa” (Oro; Tadvald, 2015, p. 99).

Já, numa perspectiva geopolítica, o historiador português Manuel Loff²³⁵, em entrevista concedida à Agência Pública de Jornalismo Investigativo, a [Apública.org](https://apublica.org), dá a seguinte explicação:

A partir dos anos 70 e 80, com a consolidação da guerra das civilizações, a extrema direita toma Israel como vanguarda do Ocidente na luta contra o Islã e abandona o antissemitismo, que passou a ser secundário no seu discurso. O alvo passa a ser a imigração, sobretudo se ela é mulçumana. E isso permite juntar o Sul do mundo com uma característica que, para a extrema direita, do ponto de vista identitário, é central: a religião [...] A extrema direita nunca abandona uma descrição do Ocidente branco e cristão que colonizou o resto do mundo, hoje visto como um Ocidente judaico-cristão herdeiro das duas religiões monoteístas do Livro Sagrado. Isso é visível nas Américas, particularmente nos Estados Unidos e no Brasil, por via das novas igrejas pentecostais e evangélicas que deram uma virada de 180 graus na visão que tinha dos judeus (Loff, 2019, *on-line*).

235 Na entrevista concedida à [Apública.org](https://apublica.org), o historiador português faz uma análise do “bolsonarismo” no Brasil. Para ele, “O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil” e o discurso de Jair Bolsonaro soma, a um só tempo, “nostalgia da ditadura, discurso sobre corrupção e ligação ao mundo evangélico. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-século-21/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Depreendemos que se remeter à Terra Santa tanto pode ter um sentido religioso quanto político, até porque os dois sentidos aparecem sempre imbricados nos discursos dos deputados da “bancada evangélica”.

3.4.4 Exaltação à família: a esfera privada adentrando a esfera pública, sem cerimônia

No início desta tese, no Capítulo 1, discutimos exaustivamente a questão da laicidade, tendo como foco central a pertinência do religioso no âmbito político. Para fundamentar nossa discussão, utilizamos a teoria de Jürgen Habermas (2003) e aplicado ao caso brasileiro, Carlos Alberto Ranquetat Jr (2016), na explicitação da questão da dinâmica entre a esfera pública e a privada. Retomando um pequeno trecho de uma citação de Ranquetat, temos que o espaço público seria, em uma concepção liberal, “[...] o espaço de discussão racional em que os sujeitos deveriam estar *despidos de suas identidades particulares* [...]” (Ranquetat, 2016, *grifo nosso*). No entanto, o público e o privado parecem estar entrelaçados na moral cristã.

Família é da ordem privada. No entanto, ela esteve presente, e de forma bem íntima, na sessão de admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff. Além do termo ser citado seguidas vezes, aparecendo praticamente em todos os discursos dos deputados da FPE, alguns deles não só fizeram menção a ela, como também nominaram seus membros: Senão, vejamos:

À minha querida família, à minha querida esposa Márcia Teixeira, os meus filhos Diego e Tati Teixeira. (Deputado Federal Ezequiel Teixeira, PTN/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

[...]pela minha família, por meus filhos, Estêvão e Amanda, pela minha esposa, pelos meus pais[...]. (Deputado Federal Fabio Sousa, PSDB/GO, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

Pela minha família, pela minha esposa, pelos meus filhos, pelo meu neto Gabriel, meu voto é sim! (Deputado Roberto Alves, PRB/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

Em nome da minha família e pensando no futuro dos meus netos, Guilherme, Elisa e Gabriel (Deputado Federal Gilberto Nascimento, PSC/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

[...] em homenagem à memória do meu pai e da minha saudosa irmã Ozanide, o meu voto é sim! (Deputado Federal Antônio Jácome, PTN/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

“Em memória do meu pai, Paulo Wandscheer [...]. (Deputado Federal Toninho Wandscheer, PROS/PR, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

Se alguns deputados fizeram questão de citar nomes, outros apenas prestaram homenagem ou justificaram seu voto em nome de suas famílias e/ou do futuro das

mesmas. Mas julgamos necessário relatar que, em geral, o termo veio acompanhado do pronome possessivo minha. Em AD, com relação às FDs, tudo importa e nada deve passar despercebido pelo analista de discurso. Os pronomes são marcadores de subjetividade. Tanto é assim que, em seu trabalho sobre o discurso do presidente argentino Raúl Alfonsin, Zoppi-Fontana (1997), dedica uma parte significativa à explicação do uso do *eu* e do *nós*.

No caso específico do uso do possessivo, significa dizer que o locutor, que no caso específico também é o “sujeito enunciador”, está se incluindo no discurso, uma vez que ele não está se referindo a qualquer família e sim à sua família. Se por um lado pode parecer que ele está se distanciando do seu eleitorado/membros por destacar o “*eu* do locutor” (Zoppi-Fontana, 1997, p. 129), por outro, ao defender a sua família, ou seja, aquilo que ele tem de mais precioso, aos olhos dos eleitores/fiéis que também a têm dessa forma, mostra-se, digno, virtuoso, aproximando-o do *nós* (Zoppi-Fontana, 1997, p. 129), como convém a um representante político/religioso.

“Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes [...]” (Deputado Pastor Eurico, PHS/PE, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, *grifo nosso*). Esta FD, extraída do discurso do pastor/deputado²³⁶, tem muita ressonância, uma vez que remete a uma grande parte dos discursos proferidos pelos deputados da FPE em sessões ordinárias em que se discutiu a descriminalização do aborto ou a autorização do mesmo no caso de bebês anencéfalos, por exemplo, temas caros à “bancada evangélica”.

Em pesquisa realizada sobre os discursos em torno do aborto, a qual já nos referimos no item 3.5.2 desta tese, Rafael Bruno Gonçalves destacou que os argumentos de “defesa da vida” e “defesa da família” por parte dos parlamentares evangélicos constituíram os pontos nodais “responsáveis pela união entre discursos religiosos, políticos, científicos e jurídicos sobre o assunto” (Gonçalves, 2016, p. 105), sendo recorrentes nessa forma ou em paráfrases, como “temos que defender”, “urge defender” (Gonçalves, 2016, p.108), dentre outras.

Diante do exposto, é possível depreender que os termos destacados fazem parte do repertório do segmento evangélico, pois com certeza são reverberados além das sessões da Câmara dos Deputados, chegando também aos templos e às mídias internas e externas às igrejas evangélicas. Como assinalado por Orlandi, “Todo discurso se delineia com relação aos outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (Orlandi, 2005, p. 43). Ao reavivar no tempo presente a “defesa da vida” e a “defesa da família”, em alguma medida, aciona-se tudo aquilo que ficou alojado em forma de memórias discursivas nas mentes dos rebanhos de fiéis/eleitorais daqueles que acompanham as trajetórias de seus pastores/deputados.

236 O Deputado Pastor Eurico, ao lado do Deputado Marcos Feliciano, teve grande atuação no episódio da “*Cura Gay*”, discutido no segundo capítulo desta tese.

Outra questão a considerar, com base em Gonçalves, é que, muito comumente, os parlamentares da FPE, quando se trata de questões ligadas à “defesa da vida” e à “defesa da família”, atuam em mais de uma frente, tais como “Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida”, “Frente Parlamentar Contra a Legalização do Aborto – Pelo Direito à Vida” e “Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto”²³⁷ (Gonçalves, 2016, p. 94). A participação em diversas frentes confere aos deputados evangélicos uma *expertise* no assunto. Nos termos de Jean-Jacques Courtine, os transforma em “sujeitos do saber”, ou seja, aqueles que detêm o “acúmulo dos elementos do saber” e são capazes de produzir “lembranças” em seus interlocutores (Courtine, 2014, p. 215).

Como em AD “[...] um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (Orlandi, 2005, p. 39), remeter-se à “Defesa da Vida” e “à Defesa da Família”, é estar em sintonia com seus eleitores/fiéis, para os quais esses termos-pivô têm um significado especial. Assim como para os deputados evangélicos, essas questões lhes são muito caras, o que cria um forte processo de identificação entre eles, garantindo assim um vínculo entre ambas as partes.

Dois dos deputados da FPE, ao discursarem, além de defenderem a família, utilizaram-se de um tom ressentido, culpabilizando o governo em questão pela tentativa de destruição dela:

[...] em defesa da família, tão atacada por este Governo (Deputado Federal Ronaldo Martins, PRB/CE, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, grifo nosso).

[...] contra este Governo, que sempre tentou destruir a família (Marcos Soares DEM/RJ Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, grifo nosso).

Embora os discursos tragam construções frasais diferentes, não podendo caracterizar paráfrases tal como posto pela AD, ambos “mandam um recado” para a Presidenta Dilma Rousseff. Um detalhe é que, no primeiro o foco, está na família; enquanto no segundo, está no governo. Mas, mesmo assim, percebemos um traço comum entre eles: o modelo de família a que eles aludem.

A pesquisa realizada por Gonçalves sobre os debates em torno do aborto tem como recorte temporal um período que vai de 2003, data em que foi constituída a FPE, até o final da 54^a Legislatura da Câmara dos Deputados (2011-2015), coincidente com os anos dos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Como demonstrado empiricamente pelo pesquisador, foram anos de intensa discussão em torno do tema: “Durante o período explorado, foram identificadas 147 proposições

237 As frentes citadas por Gonçalves são referentes a 54^a Legislatura da Câmara dos Deputados, até quando foi seu recorte temporal. O pesquisador ressalta que essas frentes são integradas por parlamentares católicos também, uma vez que “a discussão sobre o aborto é capaz de unificar diferentes concepções religiosas” (Gonçalves, 2016, p. 94).

submetidas à deliberação no espaço legislativo, cujas ementas abordam o assunto aborto” (Gonçalves, 2016, p. 97).

Isso sem contar que foi também durante esse mesmo intervalo de tempo que a Câmara dos Deputados se tornou um *locus* privilegiado de discussões em torno de questões relacionadas aos movimentos feministas, ao público LGBTTI, como a legitimidade de casamentos homoafetivos; debates/embates esses que também destacamos no segundo capítulo desta tese.

Com a corroboração dos deputados/pastores, no imaginário de parte significativa do segmento evangélico ficou a impressão de que foram anos em que se pretendiam destruir os valores cristãos, sobretudo aquele que lhe é mais valioso: a família. Retomando o que foi dito mais acima, na verdade, o que esteve – e ainda permanece – em debate não é a relevância da família, e sim o modelo de família que se cristalizou como parte da cosmovisão evangélica.

A família enaltecida nos discursos dos deputados Ronaldo Martins e Marcos Soares, os quais sugerem que o governo petista de Dilma Rousseff, tentou destruí-la certamente é aquela que se insere no modelo patriarcal. De acordo com Manuel Castells²³⁸, “a maioria das sociedades contemporâneas se assenta nesse modelo familiar, o qual caracteriza-se pela autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar” (Castells, 1999, p. 169). O autor acrescenta que “o patriarcalismo se encontra enraizado na estrutura familiar. É ela quem garante sua manutenção” (Castells, 1999, p. 169).

No entanto, o sociólogo espanhol explicita que “pelos processos inseparáveis de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher” (Castells, 1999, p. 170), assistimos à eclosão dos movimentos feministas, sobretudo a partir da década de 1960, os quais causaram impactos profundos nas instituições da sociedade. “A principal vantagem é que as mulheres passaram a controlar seus corpos e suas vidas” (Castells, 1999, p. 170).

Em diálogo com o sociólogo espanhol, a pesquisadora brasileira Natalie Reis Itaboraí²³⁹ aponta um outro fator de emancipação feminina: o uso de contraceptivos, “o que permitiu que as mulheres repensassem o lugar da maternidade e se tornassem donas de suas vidas [...] não tendo que necessariamente sucumbir à alta fecundidade” (Itaboraí, 2015, p. 25).

238 O sociólogo e economista espanhol aceitou recentemente, em 5 de janeiro de 2020, o convite para ser Ministro da Educação da Espanha. Ele vai integrar o governo de coalizão daquele país, o PSOE- Unidas Podemos, cujo Primeiro Ministro é Pedro Sanchez. Disponível em <https://revistaforum.com.br/global/castells-aceita-indicacao-e-sera-o-novo-ministro-da-educacao-superior-da-espanha/>. Acesso em: 8 jan. 2020.

239 Natalie Reis Itaboraí é autora da Tese de Doutorado intitulada *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*, realizada no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com defesa em 2015. O trabalho foi orientado pelo professor Nelson Valle dos Santos, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ.

Castells considera que os movimentos feministas constituem a mais importante das revoluções ocorridas no plano comportamental, mas também enumera o divórcio como símbolo de uma insatisfação com o modelo patriarcal. A dissolução dos casamentos leva à formação de lares com a presença apenas de um dos pais – geralmente a mãe – abalando assim a estrutura patriarcal. O modelo de família nuclear clássica (casais no primeiro casamento e seus filhos) também foi diminuindo” (Itaboraí, 2015, p. 174).

Esse novo modelo de família é batizado por Anthony Giddens, como “famílias descombinadas”. Segundo o autor, “Na sociedade que se separa, se divorcia, a família nuclear gera uma diversidade de laços de parentesco, associados, por exemplo, às chamadas famílias descombinadas” (Giddens, 1992, p. 96).

Para Castells, o que vem ocorrendo não significa o fim da família, e sim o surgimento de novas estruturas familiares. Trata-se de “reconstruir a maneira como vivemos uns com os outros e como educamos de formas diferentes e, quem sabe, talvez melhores” (Giddens, 1992, p. 96). Conforme Castells, a família que está em vias de desaparecimento é aquela “tal como conhecemos até agora. Não apenas a família nuclear (um artefato moderno), mas a família baseada no modelo patriarcal” (Giddens, 1992, p. 96).

Outro fator apontado pelo sociólogo espanhol que teria abalado as estruturas do patriarcalismo foi a irrupção dos movimentos de liberaçãolesbiano e *gay*. Sobre os impactos desses movimentos em defesa da homossexualidade, Castells considera haver um embate, uma vez que:

O patriarcalismo exige heterossexualidade compulsória [...]. O sistema [...] de dominação que liga as artérias do Estado à pulsação da libido pela maternidade, paternidade e família tem seu ponto fraco: a premissa heterossexual. Se essa premissa for questionada, todo o sistema desmorona [...] solapa a coerência cultural das instituições dominadas pelos homens [...]. A norma fundamental do patriarcalismo era e continua sendo a vida organizada em torno da família heterossexual (Castells, 1999, p. 238-239).

Em conformidade com o pensamento do sociólogo espanhol, Judith Butler (2003), assinala que os sujeitos são formados pela matriz excluente da heterossexualidade. A luta pela reversão dessa matriz se instaurou, segundo Castells (1999, p. 239), sobretudo a partir dos anos 1970, inicialmente nos Estados Unidos, espalhando-se num segundo momento pela Europa e depois em quase todo o planeta. Os movimentos *gay* e lesbiano vieram na esteira do feminismo e geraram “[...] o impacto do feminismo sobre o patriarcalismo, questionando a categoria mulher, logo também questionando a categoria homem, uma vez que essas categorias existem somente em sua dicotomia [...]” (Castells, 1999, p. 240).

Apesar de toda uma movimentação em torno da diversidade sexual, de uma sexualidade mais livre, sem necessariamente estar sob as amarras de um “casamento ortodoxo”, “institucionalizado” (Giddens, 1992), Castells atenta para o fato de que, “Superficialmente, o casamento heterossexual parece manter sua posição central na ordem social. Na verdade, essa instituição vem sendo debilitada pelo avanço do relacionamento puro e da sexualidade plástica²⁴⁰ [...]” (Castells, 1999, p. 271).

Se por um lado, na contemporaneidade, pipocam por todos os cantos do planeta movimentos de afirmação da identidade sexual, por outro existem os que lutam pela preservação da “família ortodoxa”²⁴¹. Entre eles, não restam dúvidas de que movimentos religiosos se destacam. “A restauração fundamentalista, colocando novamente o patriarcalismo sob a proteção da lei divina, pode muito bem reverter o processo de corrosão da família patriarcal [...]” (Castells, 1999, p. 277-278). Para Manoel Loff, numa perspectiva fundamentalista nada é mais atentatório a Deus, à ordem social e à família do que “a transformação do papel das mulheres nas famílias e a criação de novas formas de família” (Loff, 2019, *on-line*).

Os discursos dos deputados da FPE apontam, portanto, para a restauração da família patriarcal, na qual a mulher é sempre subserviente. Isso ficou evidenciado não somente a partir daquela sessão da Câmara dos Deputados em que se discutiu a admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, como também em outros tantos debates/embates ocorridos anteriormente naquela Casa sobre o feminismo, o aborto, a “*Cura Gay*”, dentre outros. Esperamos ter demonstrado claramente isso no Capítulo 2 desta tese.

“Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve” (Deputado Federal Jair Bolsonaro, PSC/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016). A FD, que aqui destacamos do discurso do então deputado carioca, além de desconexa e de evidenciar a utilização de um recurso discursivo que Courtine (2014, p. 209) denomina de “efeitos polêmicos”, indica também uma forma de marcar posição em uma “guerra ideológica” travada à base de “marcas de rejeição” (Courtine, 2014, p. 209). No caso, o que o político quer refutar é, em última análise, o PT.

O trecho que sucede o “pela família”, isto é, *“pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve”* remete a algo muito combatido pelo segmento evangélico – e, também, por outros segmentos religiosos, como o católico – ou seja,

240 O termo “sexualidade plástica” é tomado emprestado de Giddens (1992) e é relativo à sexualidade liberada de sua ligação intrínseca com a reprodução.

241 Por analogia, usamos aqui o termo “família ortodoxa” a partir do termo “casamento ortodoxo”, utilizado por Giddens (1992).

a chamada “ideologia de gênero”²⁴² que, supostamente, o PT teria implantado nas escolas, distribuindo, inclusive, o *Kit Gay*²⁴³.

Vale lembrar que, como discorrido no item 3.5.3 desta tese, o deputado Jair Bolsonaro usou várias vezes a tribuna da Câmara dos Deputados, bem como os meios de comunicação e as redes sociais, para se posicionar contrariamente à distribuição do material nas escolas, por entender, assim como outras pessoas, que o *Kit Gay* tinha como objetivo o que criticamente Janine Trevisan (2015, p. 301) classifica de “ensinar a ser *gay*”.

Como a AD trabalha na tensão entre o que já foi dito e no que pode vir a ser dito, nesta parte aqui destacada do discurso do então deputado Jair Bolsonaro, no dia 17/04/2016, tanto ele buscou rememorar seu posicionamento contrário ao *Kit Gay* e a tudo que emana dos movimentos LGBTTIs, quanto depois, em sua campanha à presidência da República, teve como um de seus principais motes o combate ao *Kit Gay*. Vale ressaltar que, a rigor, o tal *kit* nunca foi distribuído pelo governo de Dilma Rousseff.

O atual presidente, Jair Bolsonaro, fez disso, nos termos da AD, uma de suas “marcas de rejeição” (Courtine, 2014, p. 209) para desqualificar, sobretudo, o candidato do PT, o professor Fernando Haddad, que foi seu principal adversário desde o primeiro turno das eleições presidenciais. Em seus discursos sobre Educação, Jair Bolsonaro também já acenava para o apoio à implantação da “Escola sem partido”²⁴⁴ e para a militarização das escolas públicas. A julgar pelo resultado das eleições “soube ajustar seu dizer a seus objetivos políticos” (Orlandi, 2005, p. 41). Além disso,

242 “O termo ‘ideologia de gênero’ apareceu pela primeira vez em 1998, em uma nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru, intitulada ‘Ideologia de gênero: seus perigos e alcances’. O evento nacional que reúne bispos de todo o país é uma tradição da Igreja Católica no mundo inteiro. Desde seu surgimento, a expressão ‘ideologia de gênero’ carrega um sentido pejorativo (negativo, ofensivo). Por meio dela, setores mais conservadores da sociedade protestam contra atividades que buscam falar sobre a questão de gênero e assuntos relacionados – como sexualidade – nas escolas. As pessoas que concordam com o sentido negativo empregado no termo ‘ideologia de gênero’ geralmente temem que, ao falar sobre as questões mencionadas, a escola vá contra os valores da família”. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

243 Apenas para relembrar, *O kit anti homofobia*, parte do programa Escola sem Homofobia e criado em consonância com o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT, como já descrito no item 3.5.3 desta tese.

244 “Escola sem partido” consiste basicamente na proibição da doutrinação política, moral, religiosa e da adoção da “ideologia de gênero” (*op. cit.*) nas escolas. O assunto vem sendo discutido na Câmara dos Deputados desde 2014. O último projeto de lei (PL246/19), proposto em fevereiro de 2019, é de autoria da deputada federal Bia Kias (PSL/DF) e com relação ao PL anterior, só exclui do texto a possibilidade de gravação das aulas dos professores nas escolas públicas. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/15818/entenda-o-novo-projeto-do-escola-sem-partido-que-tramita-na-camara?gclid=CjwKCAiApOvwBRBUElwAcZGdGJn3x-wVJxQgtBeR1xnVjWTDTZGN5t3VZdDNCJOJS1vB-XBbpvdLKhoCFgsQAvD_BwE. Acesso em: 11 jan. 2020. Em 14 de outubro de 2019, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, em reunião ordinária em que foi proibida o acompanhamento por populares, aprovou em primeiro turno o Projeto de Lei 274/14, referente à “Escola sem Partido” O PL ainda terá que ser votado em segundo turno, o que está previsto para 2020. Belo Horizonte foi a primeira capital brasileira a aprovar tal projeto. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/14/interna_politica,1092707/escola-sem-partido-bh-e-a-primeira-capital-a-aprovar-projeto-na-camar.shtml. Acesso em: 11 jan. 2020.

como em um jogo de xadrez, é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de “jogadas”, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagem na constituição dos sujeitos (no caso, eleitores) esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles “querem” (gostariam de, deveriam etc.) ouvir (Orlandi, 2005, p. 41-42).

No período em que se discutiu o *impeachment* de Dilma Rousseff, e posteriormente a ele, os eleitores pareciam ávidos por ouvir qualquer referência que desqualificasse o PT e tudo que a ele se relacionasse. O “Antilulopetismo” (Almeida, 2019) cresceria como um tufão. Portanto, era chegada a hora de dizer “tchau, querida” e, como nas palavras de um parlamentar paranaense, votar pelo “[...] *fim à facção lulopetista [...]*” (Deputado Federal Fernando Francischini, SD/PR, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

3.4.5 A desqualificação do governo Dilma Rousseff, do PT, da esquerda e da política como um todo

Como já referido anteriormente, o motivo que levou à sessão de admissibilidade do processo de *impeachment* Dilma Rousseff, ou seja, o de crime de responsabilidade fiscal – as chamadas “pedaladas fiscais” – foi comentado *en passant* nos discursos que constituem nosso *corpus*. Também é possível afirmar que, considerando estar sob suspeita o governo da então Presidenta, de forma direta, explicitamente, houve poucas referências ao mesmo.

No entanto, alguns discursos foram contundentes com relação à Presidenta, a então Presidenta Dilma Rousseff, como foi o caso daquele proferido pelo Deputado Irmão Lázaro. Discurso esse que optamos por reproduzir na íntegra. Valendo-se do Provérbio Bíblico 16:18, que em si é um recurso discursivo que confere eminência ao discurso, bem como de outros recursos discursivos como “marcas de rejeição” (Courtine, 2014), da “parafrasagem”²⁴⁵ (Maingueneau, 1997), o pastor/político baiano usou daquele momento discursivo para dar uma lição de moral especialmente na Presidenta:

Existe uma frase que se encaixa bem a este momento: A soberba precede à queda. Isso deve servir de exemplo para cada um de nós, porque não há ninguém que aja com soberba que, um dia, não experimente a queda. É muita soberba abrir rombos bilionários nos cofres públicos e achar que não vai acontecer nada. (Palmas e apupos.). É muita soberba, mas que isso sirva de exemplo para cada um de nós, tanto para os Deputados que compõem a base do Governo quanto para os Deputados da Oposição. A soberba precede à queda. Meu voto é sim, Sr. Presidente (Deputado Federal Irmão Lázaro, PSC/BA, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

245 Conforme Maingueneau, a “parafrasagem” se insere nas operações metadiscursivas, entre as quais desfruta de um lugar privilegiado. O autor explica assim a “parafrasagem”: “Fingindo dizer diferentemente a ‘mesma coisa’ para restituir uma equivalência já existente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva” (Maingueneau, 1997, p. 96). Para um melhor entendimento deste recurso em AD, é preciso que se diga que nenhuma paráfrase é discursivamente neutra.

Decidimos por manter integralmente a forma como o discurso foi taquigrafado, inclusive com o que está em grifo, de modo a ilustrar a repercussão do mesmo junto ao plenário daquela Casa e fora dela. Afinal, em AD, outras materialidades também são passíveis de produzirem sentidos junto aos interlocutores, no caso todos aqueles que acompanhavam, naquele dia tão especial, a sessão extraordinária da Câmara dos Deputados pela televisão, pelo rádio, pelos dispositivos móveis, isso nos lares, nas ruas...

Além de se deixar levar pelas vicissitudes da vida, cometendo o mal da soberba²⁴⁶, Dilma Rousseff, também foi acusada de “pecar” no plano econômico: “[...] pensando nos 10 milhões de brasileiros que estão desempregados²⁴⁷; pensando em mais de 60 milhões de pessoas que estão com seu nome no SPC [...]” (Deputado Federal Gilberto Nascimento, PSC/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

Dilma Rousseff, foi acusada ainda pelo fato de: “[...] este governo errou ao apostar na desordem. Este governo errou ao não acreditar no progresso deste país [...] podemos dar fim a este governo [...]” (Deputado Federal Vinicius Carvalho, PRB/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016). Diante de um governo desordeiro e ineficaz do ponto de vista econômico, houve também quem clamasse “[...] por um país altivo, livre da corrupção [...], por Lula e Dilma na cadeia!” (Deputado Sóstenes Cavalcante, DEM/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016). O filho de Jair Bolsonaro, na época, colega do pai, repetiu a mesma frase ao encerrar o seu discurso: “Lula e Dilma na cadeia!” (Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, PSC/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

Afastar a Presidenta Dilma para sempre da política foi o desejo expresso em outro dos discursos: “[...] para que nossa ex-Presidenta Dilma tenha férias eternas” (Deputado Federal Carlos Manato, SD/ES, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016). Note-se que o deputado capixaba, antes mesmo do final da votação daquele dia e desconsiderando que, caso fosse aprovado o processo de admissibilidade do *impeachment*, a decisão final caberia ao Senado Federal, referiu-se à Dilma Rousseff já como ex-Presidenta, cometendo um ato falho.

Em AD, o ato falho não deve ser desconsiderado. Para o estudioso da metodologia Mario Rafael Yude Fukue, esse é de caráter imprevisível, mas, a partir de Mariani, explica que “de algum modo mostra para o sujeito (*moi*) a sua falta e a incompletude do simbólico” (Mariani apud Fukue, 2009, p. 4). Dito de outro modo pelo autor, “o ato falho revela a incompletude do sujeito [...] que aparece na materialidade linguística” (Fukue, 2009, p. 5).

246 A soberba foi considerada pelo Papa Gregório (506 a 604 d.C.) como o mais venal dos pecados capitais, sendo a origem de todos os males. Ver mais em resenha do livro *O Voo da Rainha* (2001), do escritor argentino Tomas Eloy Martinez, integrante da coleção *Plenos Pecados*, da Editora Objetiva. Ver mais em: <https://www.skoob.com.br/o-voo-da-rainha-3449ed4390.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.

247 O dado confere, uma vez que Dilma Rousseff deixou o governo, em agosto de 2016, com uma taxa de desemprego que esbarrou nos 12%, segundo dados do IBGE. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/desemprego-fica-em-118-no-trimestre-encerrado-em-agosto.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Antes de nos debruçarmos em nosso *corpus*, por ocasião do episódio do *impeachment* da Presidenta, acompanhamos sistematicamente pela televisão reportagens sobre o evento. Discursos curiosos ou de deputados mais famosos, ou seja, que pertencem ao *mainstream* da Câmara dos Deputados na época, como é o caso de Marcos Feliciano, foram mostrados repetidas vezes pelas emissoras de televisão. Naquele momento, chamou-nos atenção a maneira irônica como ele se referiu à pessoa que estava sendo julgada, no caso a Presidenta da República, autoridade máxima do país: “[...] dizendo que Olavo²⁴⁸ tem razão, Sr. Presidente, dizendo tchau para essa querida [...]” (Deputado Federal Marcos Feliciano, PSC/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

Sobre esse recurso discursivo, a ironia, Maingueneau explicita que ela “[...] *subverte a ordem entre o que é assumido e o que não é assumido pelo locutor*. Enquanto a negação pura e simplesmente rejeita um enunciado, utilizando um operador explícito, a ironia possui a propriedade de rejeitar, sem passar por um operador dessa natureza” (Maingueneau, 2014, p. 98, *grifo do autor*). De acordo com o autor, a ironia pode suscitar ambiguidade, mas que, por sua natureza sutil, pode originar análises diferentes. No entanto, “É conveniente jamais perder de vista que a ironia é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada. A maior parte dos analistas preferem ver como um gesto agressivo [...]” (Maingueneau, 2014, p. 99).

Agressividade foi o que não faltou ao deputado Jair Bolsonaro, ao homenagear o chefe do DOI-CODI²⁴⁹, na época da ditadura militar, que fora o algoz da Presidenta: “[...] pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!” (Deputado Federal Jair Bolsonaro, PSC/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

248 O Olavo, ao qual o deputado se refere, é o jornalista e escritor Olavo de Carvalho, a quem é atribuída a criação da expressão “Tchau, querida”, numa alusão à Dilma Rousseff, expressão essa que foi muito utilizada em outras materialidades discursivas, como cartazes, faixas, camisas, enfim, em material de propaganda que circulou nas instalações do Congresso Nacional e nos movimentos de rua pelo *impeachment* da então presidente. Para fazer frente ao “Tchau, querida”, os partidos de esquerda passaram a usar a expressão “Fica, querida”, que também constou de materiais de propaganda. Por ocasião da composição do governo de Jair Bolsonaro, o articulista colaborou com a indicação de alguns nomes para os ministérios, dentre eles Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores. Sobre Olavo de Carvalho, o jornal espanhol *El País* faz a seguinte declaração: “A chamada nova direita que chegou ao poder pelas mãos de Bolsonaro, que mistura a defesa do liberalismo econômico com o conservadorismo moral, tem no filósofo brasileiro Olavo de Carvalho uma clara referência intelectual.” Como também publicado pelo jornal, “Muito embora não seja um acadêmico, o Olavo de Carvalho é um intelectual de influência considerável na opinião pública brasileira. E já exerce uma atividade intelectual há várias décadas, primeiro como articulista em grandes jornais e depois nas redes sociais, onde ele difunde o seu pensamento e encontra os seus aderentes”, explica Álvaro Bianchi, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Apesar de ressalvar que ‘há pouca verdade na narrativa filosófica apresentada por Carvalho, Bianchi explica que ela se mostra persuasiva e eficaz por ‘abordar’ os medos e as inseguranças do homem comum perante as transformações do mundo contemporâneo.’ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html. Acesso em: 15 jan. 2020.

249 DOI-CODI: Destacamento de Operação e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna. Órgão de repressão política criado por diretrizes internas do Exército assinadas pelo presidente da República Emílio Médici em 1970, com o objetivo de combater as organizações de esquerda. Foi extinto por meio de portaria reservada do ministro do Exército, general Valter Pires, no final do governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>. Acesso em: 11 jan. 2020.

Como já referido anteriormente, mas que vale aqui repetir, conforme Maingueneau “[...] a citação de autoridade é quando um ‘locutor’ se apaga diante de um ‘Locutor’ superlativo que garante a validade da enunciação” (Maingueneau, 2014, p. 100). Assim, naquele dia histórico, Bolsonaro assumiu publicamente sua idolatria pelo Coronel Brilhante Ustra, de quem voltaremos a falar brevemente. Ao mesmo tempo, em relação à Dilma Rousseff, tornou-se senhor de seu discurso. A atitude do parlamentar pode assim ser compreendida:

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos de assujeitamento (Orlandi, 2005, p. 50).

Ao se assujeitar de seu discurso, Bolsonaro mostrou sua arrogância, o que iria se tornar uma de suas marcas discursivas na campanha para a presidência e, mais tarde, de seu governo. Seu desprezo pela esquerda também ficou externado em outra parte de seu discurso aparentemente solto: “[...] Perderam em 1964. Perderam agora em 2016[...]” (Deputado Federal Jair Bolsonaro, PSC/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

A desqualificação do PT e da esquerda de uma maneira geral talvez nunca tenha deixado de existir. O “fantasma” do comunismo também sempre esteve a assombrar o país. Tanto é assim que de tempos em tempos ele recrudesce. As memórias discursivas presentes nos discursos em análise não nos deixam mentir. O próprio Bolsonaro também o reativou em seu discurso: “*Contra o comunismo, pela nossa liberdade[...]*”.

Ao analisar os discursos do ex-presidente Raúl Alfonsin, Zoppi-Fontana (2014), como já referido, atenta para a necessidade de haver em um discurso um marco fundante, o qual pode ser um acontecimento histórico e/ou um lugar. Sem a pretensão de uma análise de tamanha profundidade, gostaríamos de propor um marco fundante para o recrudescimento dessa aversão à esquerda em nosso país.

Em 22 de outubro de 2008, o jornalista Reinaldo Azevedo²⁵⁰, lançou o livro *O país dos petralhas I*, uma coletânea de artigos publicados em seu *blog* – hospedado

250 É digno de nota que embora tenha se tornado mais conhecido pelo seu antipetismo, por ocasião da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, o jornalista se posicionou contrariamente a ela por várias vezes. Também fez críticas à Lava Jato, operação que condenou o ex-presidente. Irritado com as críticas que têm recebido dos colegas de profissão por estar mais condescendente com o PT e ser crítico ao governo de Jair Bolsonaro, o que faz ser considerado um “vira-casaca”, recentemente ele escreveu em seu próprio *blog*: “Sou jornalista e não antipetista”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/criticas-a-moro-e-mpf-sou-jornalista-nao-antipetista-de-aluguel/>. Acesso em: 11 jan. 2020. Atualmente, Reinaldo Azevedo escreve para o jornal *Folha de S. Paulo* e para a revista *Carta Capital*, além de manter seu *blog*. Possui também um programa de rádio na Rádio BandNews, intitulado “O É da coisa”, no qual o jornalista, constantemente, tem criticado o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe, o que já fez com que se tornasse um desafeto dos membros do atual governo.

na versão *on-line* da revista *Veja* e no jornal *O Globo*, veículos dos quais era articulista na época. O lançamento do livro ocorreu em várias capitais e cidades de médio e de grande portes do país e logo virou um *best-seller*. O foco da obra do jornalista é a crítica mordaz ao PT e a tudo que a ele se vincule: CUT, MST, sindicatos, Teologia da Libertação, Chico Buarque de Holanda... Para se ter uma ideia do conteúdo do livro, o autor se refere assim ao Partido dos Trabalhadores: “Tudo que é bom para o PT é ruim para o Brasil” (Azevedo, 2008, p. 100).

A própria expressão “petralhas” possui um sentido pejorativo, uma vez que se trata de uma fusão dos termos PT com Metralha, dos Irmãos Metralha, personagens das histórias de quadrinhos do Tio Patinhas, criados pela *Walt Disney Comics Stories*²⁵¹. Vestidos geralmente de roupas listradas, com um número pintado na blusa, a exemplo dos trajes de presidiários, os irmãos ladrões viviam planejando roubar o Tio Patinhas, um pato milionário.

É preciso que se diga que *País dos Petralhas* foi escrito quando o escândalo do mensalão²⁵², a partir do qual o PT começou a ser descredibilizado enquanto agente governamental, ainda ecoava pelo país. Devido ao sucesso do primeiro livro, em 2012, Reinaldo Azevedo lançou o *País dos Petralhas II*, que também rapidamente passou a figurar entre a lista dos mais vendidos. Paralelamente ao trabalho realizado pelo jornalista de desqualificação sistemática do PT e dos demais partidos e movimentos de esquerda, havia outros articulistas que também se esmeravam nessa matéria. Dentre eles, podemos citar Olavo de Carvalho e Diego Mainardi.

Evidentemente, que não foram só esses três articulistas que construíram o “Antilulopetismo” e/ou uma ideologia contrária à esquerda, embora insistamos na ideia de que eles muito contribuíram para tal com suas “tendências interpretativas” (Gomes, 2011, p. 325). A título de ilustração, a palavra “petralha”, criada e cunhada

251 As informações foram extraídas do site: [http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/irmaos-metralha-\(the-beagle-boys\)/2373](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/irmaos-metralha-(the-beagle-boys)/2373). Acesso em: 11 jan. 2020.

252 O escândalo consistiu nos repasses de fundos de empresas, que faziam doações ao Partido dos Trabalhadores (PT) para conquistar o apoio de políticos. O esquema começou em 2002 e só em 2005 foi descoberto, por meio de uma gravação secreta. Nela, Maurício Marinho – na época chefe do Departamento de Contratação dos Correios – foi flagrado recebendo uma propina de R\$3.000,00 (três mil reais) em nome do deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Depois de o vídeo ter sido divulgado, Marinho fez uma delação sobre os detalhes do Mensalão – que envolvia não apenas os Correios e o PTB, mas também o PT e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Logo após o flagrante, Jefferson também delatou todo o esquema de corrupção. Ele disse que Delúbio Soares, o então tesoureiro do PT, destinava uma mesada de R\$30.000 para congressistas apoiarem o governo Lula. Além desses, José Dirceu – Ministro da Casa Civil na época –, José Adalberto Vieira da Silva, Marcos Valério e Kátia Rabello também foram destaque do crime. Enquanto Dirceu foi acusado de chefiar a organização do esquema de propina, José Adalberto virou manchete nacional ao ser encontrado com milhares de dólares na cueca, em uma passagem pelo Aeroporto de Congonhas. Já Marcos Valério foi indiciado por desviar dinheiro por meio de agências publicitárias e Kátia Rabello por realizar lavagem de dinheiro e empréstimos ilegais. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/>. Acesso em: 11 jan. 2020. Vale registrar que todos os nomes citados foram presos pela Operação Lava Jato, comandada pelo então juiz Sérgio Moro, hoje Ministro da Justiça. Alguns deles, como o ex-ministro José Dirceu e José Genoíno já foram soltos.

por Reinaldo Azevedo, entrou para o vocabulário político brasileiro. Quando se queria ofender alguém pelo fato de ser petista ou simpatizante ao partido, usava-se – e se usa ainda – o neologismo.

Como já discorrido em sessão anterior em que discutimos o golpe de 2016, mencionamos a participação dos principais grupos detentores dos meios de comunicação no Brasil, ou seja, as Organizações Globo e as empresas das famílias Civita, Frias e Mesquita na consolidação do mesmo (Lopes, 2016). E diante de todo exposto até aqui, é possível afirmar que a campanha sistemática da grande mídia contra o PT e a esquerda em geral foi decisiva para o êxito do golpe.

Ao discorrer sobre o simulacro político, Gomes explicita que, em tempos de espetacularização da notícia, “Não seria o caso que se dá a ver, mas algo que impede de ver outras coisas” [...] (Gomes, 2011, p. 395). A mídia e suas “celebridades” não só fizeram uma campanha negativa do PT e da esquerda, como também impediu que se noticiasse fatos positivos relacionados aos mesmos, ou seja, só “deu a ver” aquilo que lhe interessava.

Além da desqualificação do PT e de toda a esquerda, há uma tendência em se desqualificar a política como um todo. E foi o que fez o deputado Cabo Daciolo em seu discurso. Por considerarmos bastante emblemático, nós o reproduziremos na íntegra, grifando as partes que dizem respeito ao que está sendo discutido:

Glória a Deus! Sr. Presidente, todos aqui ouviram eu falar Fora, Dilma!, Fora, Michel Temer!, Fora, Eduardo Cunha!, Fora, Rede Globo, mentirosa, que fica difamando pessoas. (Palmas.) Vocês podem ser grandes aos olhos do homem, mas, para Deus, vocês são pequenininhos. Em nome do Senhor Jesus, eu profetizo a queda dos senhores a partir de hoje. E venho dizer aqui, pelos militares das Forças Armadas que estão sendo sucateados há anos, pelos militares da segurança pública que estão morrendo todos os dias, pelos militares que estão agora, inativos e pensionistas, sem salário, Fora, Pezão!, Fora, Dornelles! Chega de corrupção! O meu voto é sim. Glória a Deus! Feliz a nação cujo Deus é o Senhor! (Deputado Federal Cabo Daciolo, PTdoB/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, grifos nossos).

Em praticamente todo o *corpus* desta Tese é perceptível a imbricação do discurso político com o discurso religioso – ou vice-versa – em alguns mais do que em outros isso fica mais evidente, como é o caso do discurso do Cabo Daciolo. Mas um detalhe que fica latente é a desqualificação da política e/ou dos políticos. Ao analisar a comunicação eleitoral, Luciana Panke argumenta que [...] a desqualificação do outro pode significar a qualificação de quem profere o discurso” (Panke, 2012, p. 10). Porém, mais do que desqualificar, utilizando um termo mais afeito à religião, o que o pastor/político/militar fez, na verdade, foi uma demonização da política.

Conforme Marcelo Tadvald, “a demonização da política por parte dos evangélicos, em verdade, ecoa uma semântica nacional que, a seu modo, também demoniza este campo” (Tadvald, 2006, p. 80). Isso porque o autor defende que há um descrédito no campo político no Brasil, na América Latina e até mesmo em nível global. No entanto, ele acredita que dá parte dos evangélicos esse sentimento é mais forte, em razão de sua cosmologia e teologia que tendem a valorizar as chamadas forças do mal.

Por ser uma “área desacreditada e ‘desacreditável’” (Tadvald, 2006, p. 81), na concepção dos evangélicos, a política requer, com vistas a dizimar as forças maléficas que habitam o campo político, a entrada de pessoas dispostas “[...] a uma missão de combate contra essas forças: é preciso realizar uma mobilização contra elas”. Mais do que isso, é preciso promover “uma verdadeira cruzada de combate e sublevação das forças do mal” (Tadvald, 2006, p. 81).

Tadvald acrescenta que “a necessidade de ‘moralização’ do espaço público projetado pelos evangélicos se consubstancia numa espécie de projeto político”. O discurso do deputado Cabo Daciolo vem ao encontro das aspirações desse segmento religioso, uma vez que ele se propõe a ser esse combatente aguerrido, a tal ponto de chegar a dizer para seus fiéis/eleitores: *“Em nome do senhor Jesus, eu profetizo a queda dos senhores a partir de hoje”* (Deputado Federal Cabo Daciolo, PTdoB/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

Os “senhores” a que ele se refere não diz respeito somente à Presidenta Dilma, cuja permanência no cargo estava em discussão naquele dia, mas também a outros políticos representantes de poderes distintos: *“Fora, Michel Temer! Fora, Eduardo Cunha! [...]Fora, Pezão! Fora, Dornelles! Chega de corrupção[...].”* (Deputado Federal Cabo Daciolo, PTdoB/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016, *grifos nossos*).

Pela forma como Cabo Daciolo proferiu seu discurso, é possível deduzir que buscou “se aproximar de uma dimensão quase ‘imaculada’, uma vez que os candidatos [evangélicos] são postulantes à entrada em uma arena vista como profana e corrompida” (Tadvald, 2006, p. 80). Dito de outra forma, seus fiéis delegam ao político o “trabalho sujo” e este tem de corresponder, sem medir esforços.

Do ponto de vista da AD, Cabo Daciolo se utilizou de “marcas de rejeição” (Courtine, 2014), na forma de “Fora...” para denegar políticos e tudo que vem do mundo da política. Para Panke, a desqualificação política pode ser de duas ordens: a partidária e de mundo (Panke, 2012, p. 12). Por mundo, entenda-se visão de mundo. Cabo Daciolo soube articular esses dois elementos em seu discurso, remetendo-se ora ao político, ora ao religioso, com maestria.

Vale ressaltar também a maneira como ele se assujeitou de seu discurso, o que fica evidenciado no seguinte trecho: “Vocês podem ser grandes aos olhos do homem,

mas, para Deus, vocês são pequenininhos” (Deputado Federal Cabo Daciolo, PTdoB/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016.). Valendo-se de uma “citação de autoridade” (Courtine, 2014), no caso Deus, ao mesmo tempo em que diminui seus pares, ele se engrandece.

Com a mesma eloquência utilizada depois em sua campanha presidencial em 2018, como candidato do PATRI – Partido Patriota, o deputado Cabo Daciolo não deixou de contemplar em seu discurso a categoria a qual pertence e da qual, certamente, vem parte substancial de seus votos: os militares. “Como a visão política é centrada no momento eleitoral, a cada dois anos, os supostos debates sobre vida pública se proliferam, agendados pelos diversos atores políticos e propagados pela imprensa [...]” (Tadvald, 2016, p. 82). Não restam dúvidas de que aquela era uma oportunidade de inculcar em seus eleitores/fiéis seu repertório.

Por fim, gostaríamos de ressaltar a capacidade que o parlamentar tem de se movimentar entre as várias posições de sujeito (Courtine, 2014, p. 87) que ele ocupa no discurso, transitando entre o militar, o político e o religioso com bastante desenvoltura.

3.4.6 “Elá está de volta”: exaltação às Forças Armadas

O título desta seção é uma paródia ao filme *Ele está de volta*²⁵³, porém aqui utilizada numa remissão à ditadura militar e não a Adolf Hitler. Nos discursos proferidos pelos deputados da FPE foi observada também a exaltação às Forças Armadas. No discurso que acabamos de analisar, ou seja, do deputado Cabo Daciolo não há propriamente um enaltecimento às Forças Armadas, e sim, pelo que pudemos depreender, uma maneira de criar um processo de identificação com o eleitorado.

Já, no caso dos discursos da família Bolsonaro, essa exaltação ficou evidente. “Pelos militares de 1964, hoje e sempre” (Deputado Federal Eduardo Bolsonaro,

253 O filme *Ele Está de Volta* foi baseado no livro homônimo, escrito pelo alemão Timur Vermes e publicado em 2012. Em 2015 foi produzido o filme, dirigido por David Wnendt, com roteiro do próprio escritor. “O enredo mostra como seria se o ditador Adolf Hitler voltasse para a Alemanha dos dias de hoje. O personagem de Hitler consegue um programa de televisão e, por meio dele, critica a classe política por sua ‘corrupção’ e descaso com os trabalhadores e famílias alemãs. Claro, ninguém sabe que se trata realmente de Hitler voltando do mundo dos mortos — o que torna o enredo ainda mais impactante. O filme mostra cenas reais de diálogos entre o ator e a população alemã. Entre várias *selfies*, o ator, que interpreta o ditador nazista, é abordado diversas vezes por apoiadores que declaram que o país precisa novamente de uma experiência nacionalista para trazer de volta ‘os bons costumes perdidos’. O filme é uma crítica à indústria cultural, à mídia comercial e sua inclinação para reforçar os discursos estereotipados. Eis que são esses os que podem assegurar audiências mais amplas. É um alerta sobre a capacidade de legitimação e de mobilização social que discursos construídos sobre preconceitos, medos e ódios podem adquirir em situações de crise econômica-social. *Ele Está de Volta*, ao colocar Adolf Hitler em contato com a televisão e a *internet*, desvela o potencial que esses meios de comunicação têm hoje — como o tiveram na década de 1930 o rádio e o cinema — de se prestarem a ferramentas de difusão e legitimação de discursos fascistóides”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2017/09/13/ele-esta-de-volta-alerta-sobre-comunicacao-como-instrumento-da-direita/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PSC/SP, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016). Da mesma forma, seu pai também a engrandeceu: “Pelo Exército de Caxias. Pelas Forças Armadas”, assim como prestou uma homenagem a um dos militares mais atuantes do período da ditadura militar: *“Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”*. (Deputado Federal Jair Bolsonaro, PSC/RJ, Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016).

Ambos, pai e filho²⁵⁴, correligionários, demonstraram em seus discursos simpatia pela ditadura militar que vigorou no país de 1964 a 1985. O patriarca da família, militar aposentado, além disso reforçou sua verve nacionalista, ao exaltar o patrono do exército brasileiro, General Duque de Caxias²⁵⁵, como também o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o DOI-CODI nos “anos de chumbo” do Brasil. Seus heróis, embora com trajetórias de vida diferentes, têm em comum um perfil conservador e repressor. São também defensores da disciplina, ainda que à base da força.

Vejamos, então, as biografias dos ídolos de Jair Bolsonaro. Luiz Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, muito próximo ao Imperador Dom Pedro I, exerceu um importante papel para manter a unidade do território brasileiro durante o período regencial (1831-1840). O general também atuou na repressão de revoltas populares que ocorreram no Brasil, como a Balaia, no estado do Maranhão, e a Revolução Farroupilha, na região Sul do país.

O historiador Marcus Dezemone, professor da Universidade Federal Fluminense – UFF – descreve assim o militar:

Ele foi um general conservador que atuou fortemente na repressão aos movimentos populares, como a Cabanada e a Balaia, com um saldo estimado em 40 mil mortos. Ao mesmo tempo, negociou com as elites gaúchas que buscavam separar o Brasil na Revolução Farroupilha. O tratamento de Caxias aos grandes proprietários foi completamente diferente do que deu a populares (Dezemone, 2018, *on-line*).

254 Jair Messias Bolsonaro é militar reformado. Em 1991 ingressou na carreira política como deputado federal, cargo para o qual foi eleito seis vezes, sempre pelo Estado do Rio de Janeiro, mas cada vez por um partido diferente. Aliás, fidelidade partidária parece não ser o forte dos deputados federais da FPE, pois a maioria, conforme pesquisas realizadas por nós, mudam de partido a cada legislatura que disputam. Em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro renunciou ao mandato referente à legislatura 2015-2019, para assumir a Presidência da República. O político foi eleito em segundo turno, com 57,8 milhões de votos (o equivalente a 55,3% dos votos válidos). Disponível em: https://www.ebiografia.com/jair_bolsonaro/, Acesso em: 13 jan. 2020. Já o filho Eduardo Bolsonaro, graduado em Direito pela UFRJ, entrou para a política em 2014, como deputado federal, obtendo 82 mil votos. Em 2018, foi reeleito, pelo PSL, com 1,8 milhões de votos, sendo o mais votado da história do país. Disponível em: https://www.ebiografia.com/eduardo_bolsonaro/. Acesso em: 13 jan. 2020.

255 O General do Exército brasileiro Duque de Caxias, foi citado no discurso que Jair Bolsonaro fez tão logo saiu o resultado das eleições presidenciais, em 28/10/2019. Na ocasião, o presidente eleito disse: “Seguir o exemplo do patrono do exército, Duque de Caxias, e buscar a pacificação do país.” Embora Bolsonaro tenha se referido ao general como um pacificador, historiadores destacam o caráter repressivo das ações comandadas por ele em território brasileiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/entenda-quem-foi-duque-de-caxias-citado-por-bolsonaro-militar-reprimiu-revoltas-populares-no-imperio-231996>. Acesso em: 12 jan. 2020.

O passado do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, não é mais ameno do que o do patrono do Exército brasileiro. Ao contrário, basta uma pesquisa superficial na *Internet* para encontrar adjetivos nada auspiciosos com relação ao comandante do DOI-CODI. “Torturador”, “Assassino”, “Sanguinário” são alguns dos atributos imputados ao militar nas manchetes de parte significativa da imprensa nacional e da internacional. O nome dele esteve muito em evidência por ocasião da realização da Comissão Nacional da Verdade²⁵⁶ (2012 a 2014), instaurada pela então Presidenta Dilma Rousseff, com a finalidade precípua de apurar violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

Conforme informado pela revista *Carta Capital*, em matéria intitulada “Quem é Ustra, o torturador celebrado por Bolsonaro até hoje”, divulgada em 17 de outubro de 2018, durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o ex-procurador geral da República e membro da CNV, apresentou documento oficial que aponta a ocorrência de 50 mortes de presos no DOI-CODI, entre 1970 e 1975, período em que o órgão era comandado pelo Coronel Brilhante Ustra.

A mesma matéria relata que, ao depor à CNV, o comandante do DOI-CODI não teria mostrado nenhum remorso pelas torturas cometidas, alegando ter feito isso em nome da democracia e contra o comunismo. Além disso, teria afirmado que agira dentro da lei e da ordem e que “Nunca fui assassino, graças a Deus”, reproduz a notícia. *Carta Capital* contesta a declaração, alegando não ter sido isso que revelaram os documentos oficiais entregues à CNV. Em entrevista à *BBC News*, por ocasião dos 50 anos da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5)²⁵⁷, o historiador Carlos Fico²⁵⁸, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),

256 A Comissão Nacional da Verdade foi criada em 2011, pela Lei nº 12.528, com o objetivo de ‘apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988’. Instituída em maio de 2012, quase trinta anos depois do fim da ditadura militar, veio investigar os crimes de agentes do Estado contra cidadãos que lutaram contra a repressão. Resultado de uma longa luta de familiares e grupos de defesa dos direitos humanos, tinha um prazo de dois anos para os trabalhos, que foi estendido para dois anos e meio. Em sua formação original, contou com sete membros: Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha, além de 14 assessores e uma vasta equipe de pesquisadores”. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

257 O Ato Institucional nº 5 foi baixado em 13 de dezembro de 1968, o Presidente da República à época, General Costa e Silva. Recentemente, o jornal *on-line G1*, do *O Globo*, divulgou uma pesquisa do Datafolha, a qual revelou que 65% dos brasileiros desconhecem por completo essa medida adotada pelo governo ditatorial. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/01/65percent-desconhecem-o-ai-5-diz-datafolha-35percent-ja-ouviram-falar.ghml>. Acesso em: 12 jan. 2020.

258 Carlos Fico é bacharel em História pela UFRJ (1983), mestre em História pela UFF (1989), doutor em História pela USP (1996), onde também fez um estágio de pós-doutoramento em 2006/2007. É Professor Titular de História do Brasil da UFRJ e pesquisador do CNPq. Dedica-se ao ensino de teoria e metodologia da história e de História do Brasil republicano e desenvolve pesquisas para a história dos seguintes temas: ditadura militar no Brasil e na Argentina, historiografia brasileira, rebeliões populares no Brasil republicano e história política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Criou o Centro Nacional de Referência Historiográfica na UFOP, juntamente com Ronald Polito, e coordenou o Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, entre 2002 e 2006. Foi “Cientista do Nosso Estado” da FAPERJ, entre 2003 e 2006. Recebeu o Prêmio Sergio Buarque de Holanda de Ensaio Social da Biblioteca Nacional, em 2008. Foi o Coordenador da Área de História da Capes, entre 7 de abril de 2011 e 31 de março de 2018. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4215678/carlos-fico-da-silva-junior>. Acesso em: 13 jan. 2020.

criticou o então deputado Jair Bolsonaro²⁵⁹ por exaltar o Coronel Ustra e, nas entrelinhas, a ditadura militar. Para Fico, quem defende a ditadura, “poderá ser marcado por tentativas de reescrever a História sobre o período, iniciativas que poderão ‘dar trabalho’, mas não irão prevalecer” (Fico, 2018, *on-line*)

O historiador declarou ainda que:

É muito ruim que essa perspectiva autoritária não tenha sido completamente dissolvida. Ela não desapareceu totalmente. E volta e meia percebemos no Brasil indícios dessa visão que busca atalhos constitucionais. Acho que isso é o que há de permanente. A ditadura não foi algo que caiu como um raio em céu azul” (Fico, 2018, *on-line*, grifos nossos).

Ao que tudo indica, nem foi nuvem passageira.

Há um depoimento emblemático no documentário *Democracia em Vertigem*²⁶⁰ (Costa, 2019), gravado no dia da votação do *impeachment*, em meio ao burburinho das ruas, de um homem que aparenta pouco mais de quarenta anos conversando com um senhor mais velho. Esse material ilustra bem o trecho da citação de Fico, destacado acima:

Intervenção militar é o remédio para esse país. Esse senhor aqui (imagem dele abraçando o senhor), que é mais velho que todos nós, e ele lembra que o regime militar era muito melhor do que agora. Oh generais, cadê vocês, intervenção militar é o remédio para esse país, gente! ²⁶¹ (Costa, 2019, *on-line*).

De acordo com Orlandi, “para que minhas palavras façam sentido, é preciso que já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso” (Orlandi, 2005, p. 33). Reparem como o que era falado nas ruas, nos movimentos pró *impeachment* do lado de fora do Parlamento, dialoga com o que está sendo falado do lado de dentro. Jair Bolsonaro, parece ter ouvido um eco das ruas. Embora reivindicasse um novo futuro, livre do PT, da esquerda, ainda guardava em sua memória, em seu imaginário, resquícios de um tempo em que prevalecia a ordem. Enquanto isso o governo de Dilma, como no discurso de outro deputado já referido, teria “apostado na desordem”.

Orlandi sugere que, “Quando nascemos, os discursos já estão prontos e nós que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (Orlandi, 2005, p. 35).

259 Já como presidente da República, Jair Bolsonaro, por várias vezes, voltou a citar o Coronel Ustra em seus discursos. Em uma delas, num encontro com estudantes, recomendou a leitura do livro de memórias de seu colega de profissão, intitulado *Verdade Sufocada*, lançado em 2006. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/bolsonaro-recomenda-livro-de-ustra-coronel-condenado-por-tortura-a-estudante-e-professora/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

260 O documentário *Democracia em Vertigem*, da cineasta Petra Costa, foi indicado ao Oscar de 2020, na categoria de Melhor Documentário Estrangeiro. A indicação foi divulgada no dia 13 de janeiro de 2020. A película da brasileira, no entanto, não levou a estatueta, premiação obtida pelo documentário *American Factory* (Indústria Americana), dirigido pela dupla Julia Reichert e Steven Bognar.

261 A decupagem da fala do depoente é de nossa autoria, a partir do próprio documentário, visto na Netflix.

Esse homem que depõe na película de Petra Costa, provavelmente nasceu quando a ditadura já estava em processo de dissolução. Mesmo assim, em algum ambiente em que ele frequentava e/ou de alguém que tinha ascensão sobre ele, ouviu comentários elogiosos sobre a ditadura, os quais ficaram registrados em sua memória, ainda que em “em um determinado momento particular tenham se apagado [...]” (Orlandi, 2005, p. 34).

Ao trazer para o seu discurso o Coronel Brilhante Ustra e, *par consequence*, a ditadura militar, Jair Bolsonaro acionou sentidos já esquecidos, adormecidos, mas que foram rememorados, reanimados, e assim inseridos no contexto atual, porém com toda uma carga histórica. Dessa forma, conectou-se com esse imaginário das ruas. Em última instância, com seus eleitores, que ensejavam um futuro melhor, nem que para isso tivessem de retroceder na História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dia 17 de abril de 2016, data da votação da admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, definitivamente, não foi um domingo como outro qualquer. Ele não entrou para a História somente pelo fato de que a população brasileira, em menos de 25 anos, assistia a uma sessão de votação do *impeachment* de um Presidente da República. Ele entrou para a História, principalmente porque, em uma sessão em que o que estava posto era o afastamento da Presidenta em razão de ter cometido crime de responsabilidade fiscal, as chamadas “pedaladas fiscais”, discursos que pouco ou nada diziam a respeito tomaram conta daquele rito. Palavras, frases, nada afeitas ao propósito daquela sessão, bem como pouco afeitas ao campo político vieram à tona – e em profusão.

Quem acompanhou pela televisão a votação, que durou quase 10 horas, seguindo pela noite adentro, certamente se indignou com aquilo a que assistiu. A *Sociedade do Espetáculo* saiu das páginas do livro de Guy Débord e se materializou na Câmara dos Deputados Federais, na distante Brasília, capital brasileira. A teoria acontecia na prática. A fim de buscar entender o que ocorreu naquele dia, os veículos de comunicação nacionais e internacionais se debruçaram sobre os discursos proferidos pelos deputados daquela Casa, sobretudo nas seções de Política e de Opinião.

A “bancada evangélica” ganhou destaque por ter se esmerado em discursos que, prontamente, foram classificados como meramente religiosos. Não restam dúvidas de que os meios de comunicação de massa agendam aquilo que vai ser discutido pelas pessoas no dia a dia e, assim, alimentam o imaginário coletivo, bem como o senso comum. Com relação a esse último, o que ficou daquela sessão histórica foi exatamente essa impressão de que os discursos, especialmente os proferidos pelos parlamentares da FPE, tiveram um cunho essencialmente moral e religioso.

O senso comum não está totalmente equivocado a respeito desse episódio, pois, de fato, exaltou-se, demasiadamente, o nome de Deus, da família, dos “valores cristãos” como talvez em nenhum outro momento de nossa história, sobretudo em se tratando de discursos proferidos num *locus* político, numa comunidade discursiva pretensamente política.

Discutimos no primeiro capítulo desta tese, com base em outros fatos e em outros momentos, a pertinência ou não do religioso no espaço público, questão que, como esperamos ter demonstrado, ainda não é consensual entre teóricos que se debruçam sobre o estudo das interfaces entre o político e o religioso no espaço público.

Na tentativa de resumir os diversos posicionamentos que trouxemos à tona, podemos dizer que há aqueles que se posicionam em torno de uma religionização da

política ou de uma politização da religião; há aqueles que propugnam a existência de um projeto de poder por parte do segmento evangélico, bem como há aqueles que consideram perfeitamente cabível e democrática a contribuição da visão religiosa para o debate político, considerando-a, até mesmo, enriquecedora.

Essa contenda acadêmica, ao que nos parece, está longe de acabar, principalmente considerando a profusão de novos e incessantes fatos que surgem a todo instante em nossa história recentíssima, os quais reabrem essa discussão. E novos posicionamentos e reposicionamentos naturalmente hão de ocorrer.

Como desdobramento dessa contenda, amplamente discutida em nosso primeiro capítulo, outra questão abordada foi a respeito de como a “bancada evangélica” se comporta diante das votações no Congresso Nacional, constituindo ou não um bloco homogêneo, coeso. A esse respeito, foi possível depreender, com base em nosso amplo referencial teórico, que não há homogeneidade absoluta, não há coesão absoluta, sendo que apenas na votação de determinadas pautas, em geral, aquelas que possuem um cunho moral e religioso, os parlamentares da FPE tendem a formar um bloco e discursarem de forma uníssona.

Podemos afirmar que ao analisarmos detidamente, por meio da AD, os discursos proferidos pelos deputados da “bancada evangélica” no episódio da admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, essa tendência foi constatada na prática. Quase que unanimemente, a exceção de três dos deputados que compunham a bancada, os demais votaram vigorosamente no SIM, o que significa dizer que estavam unidos no intuito de afastar a Presidenta petista e, junto com ela, tudo aquilo que havia de ruim em seu governo, considerado atentatório às famílias, à moral e aos bons costumes e representante do que há de pior na política: a esquerda, associada ao “comunismo”.

No entanto, mesmo que tenham sido unânimes em derrubar a Presidenta Dilma Rousseff, podemos deduzir que os discursos deles trazem a marca da busca por uma individuação. Isso porque o que estava em jogo não era somente a votação em si. Como políticos que são – muitos deles, profissionais – mas também pessoas vinculadas a uma religião, a uma determinada denominação religiosa – muitos deles são pastores – e, ainda, representantes de um determinado eleitorado, se veem diante de uma encruzilhada. Por um lado, precisam reforçar, reafirmar sua identidade religiosa, mas por outro lado, necessitam ser notados – e notabilizados – como futuros candidatos a novos pleitos eleitorais.

Cabe aqui uma comparação. Temos o caso do atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que enfrentou impasses com relação a que identidade assumir em conformidade com o momento, com o público-alvo. Esperamos ter elucidado essa

questão, no segundo capítulo desta tese, quando descrevemos, minuciosamente, a trajetória desse político. A postura de Crivella não é uma exclusividade dele, como buscaremos mostrar a seguir.

Os discursos por nós analisados nos sugerem que seus enunciadores, no caso, os deputados da FPE, primaram pelo propósito de criar uma identificação tanto com o eleitor, quanto com o fiel. Isso fez com que seus enunciadores se desdobrassem em vários sujeitos. Dito de outra forma, esses discursos, em sua maioria, comportaram vários sujeitos: o político, o representante de uma determinada base eleitoral, o religioso, o pai de família, o patriota...

Paradoxalmente, é preciso considerar que esses “vários sujeitos em um só” pertencem a um grupo, a um segmento, que também precisa se ver representado por aqueles que o elegeram, a quem confiaram para defender no Parlamento seus interesses e, mais do que isso, seu ideário. Portanto, os discursos analisados, embora tenham aludido a vários temas, num curto intervalo de tempo, procuraram manter-se sintonizados com as demandas, os desejos dos eleitores/fiéis, remetendo sempre a um ideário com um forte viés conservador e religioso.

Como buscamos demonstrar através da contagem dos termos-pivôs e de trechos dos discursos proferidos pelos deputados evangélicos, o nome de Deus foi exaltado em grande medida, assim como se exaltou a família enquanto instituição, enquanto elemento de uma tradição que se quer manter. Nesse sentido, podemos depreender que motivações religiosas perpassaram praticamente todos os discursos. Nos termos da AD, essas motivações teceram o “fio do discurso”.

No entanto, é digno de registro que esse viés religioso não foi uma exclusividade da FPE, pois os discursos de representantes de outras bancadas e de deputados independentes também contemplaram temáticas afeitas ao universo religioso, à tradição. Portanto, a exceção dos que votaram pelo NÃO, é possível afirmar que houve um diálogo profícuo entre pares, independentemente de suas filiações partidárias, as quais, diga-se de passagem, não foram muito valorizadas naquela sessão histórica.

Além desse viés religioso, os discursos dos deputados evangélicos apresentaram um forte viés nacionalista. Amparados em nossas análises, é possível afirmar que, em alguns momentos, melhor dizendo, em alguns discursos, as invocações a Deus, à família e à Nação se imbricaram de uma tal maneira, que ficava difícil até de separar. As formações discursivas se entrecruzaram, entrelaçaram-se, formando um emaranhado de enunciados que transitavam entre esses diversos temas, o que, por vezes, até dificultava nosso trabalho como analista.

Em razão do contexto que levou a Câmara dos Deputados a acatar o processo de admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, contexto esse

que descrevemos no terceiro capítulo, outro ponto destacado nos discursos foi a desqualificação dos partidos de esquerda, especialmente do PT, ao qual a Presidenta Dilma representava, e da política em si. Parte significativa dos discursos proclamavam o fim da “Era PT” e o início de uma nova era, isto é, a da “nova política” em detrimento da “velha política” cheia de vícios.

Embora não seja possível afirmar com base em nossas análises que os deputados da FPE tenham falado uma mesma “língua”, que tenham discursado de forma unívoca – como fizeram crer os meios de comunicação, cujas manchetes causaram essa impressão – consideramos válido afirmar a existência, naquele momento específico, de um *ethos* discursivo. Na ótica da AD, o discurso é indissociável da “voz”, melhor dizendo, do tom vocal e da corporalidade.

Ao assistirmos a vários vídeos que reproduzem a sessão extraordinária do dia 17 de abril, observamos que esse *ethos* discursivo se evidenciou não somente na contemplação de temas afins presentes nos discursos, mas também no tom utilizado durante a sessão. Em AD, aquilo que se diz e o tom que se usa para dizer são igualmente relevantes. Diante disso, percebemos que a maioria dos parlamentares da FPE se utilizou de um tom forte, agressivo, até mesmo raivoso em certos casos.

Essa agressividade também se evidenciou em outras materialidades, como em cartazes, faixas, os quais, em geral, buscavam desqualificar a Presidenta e/ou por meio de dizeres como o “Tchau, querida” ou o “Fora PT” e por meio de gestos que expressavam o desprezo da FPE por aquele governo. É digno de registro que o uso dessas materialidades não foi uma exclusividade da “bancada evangélica”.

Os vídeos assistidos também revelaram, como parte desse *ethos* discursivo, que os deputados, do ponto de vista da corporalidade, apresentaram uma certa altivez ao discursarem. Isso porque, naquele momento, como já explicitado no terceiro capítulo, se assujeitaram de seus discursos, denegando o “inimigo”, no caso, a Presidenta e o partido ao qual representava.

Ao retomar nossa hipótese geral de pesquisa, que problematiza se “Os parlamentares da bancada evangélica atuam como porta-vozes de parte significativa da sociedade brasileira, ao imbuírem-se da tarefa precípua de ‘moralizar’ o país, agindo como arautos de Deus nas votações de proposições consideradas cruciais para a população brasileira”, depreendemos que ela se confirma em grande medida.

Isso porque, para além de se conectar com seus fiéis por meio de seus discursos providos de um forte teor religioso, os parlamentares evangélicos também se conectaram com o eleitorado em geral, ao reverberarem no Parlamento naquele dia as demandas sociais e políticas que vinham dos setores conservadores de nossa sociedade. Alguns deles, inclusive, deram destaque em seus discursos aos movimentos

pró-*impeachment*, como aqueles convocados pelo Movimento Brasil Livre, “Vem pra rua” etc., cujo simbolismo maior se deu em torno das cores verde e amarelo da bandeira do Brasil.

Nesse sentido, colocaram-se à disposição do eleitorado para promoverem a moralização da política, a moralização do país, dizendo naquele momento SIM ao afastamento da Presidenta Dilma Rousseff. Vale ressaltar que a maioria dos deputados fizeram questão de frisar que estavam, em primeiro lugar, a serviço de Deus, como expresso no discurso do então deputado federal Jair Bolsonaro: “Deus acima de todos”. Diante disso, deduzimos que nos discursos proferidos pelos deputados da FPE houve uma articulação primorosa entre o sujeito político e o sujeito religioso.

Ademais, depreendemos que o episódio de admissibilidade do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff foi um momento de autoafirmação da “bancada evangélica”. Como demonstramos em nosso segundo capítulo, desde a Assembleia Constituinte (1986-1988) políticos ligados ao segmento evangélico foram galgando espaço no Poder Legislativo, seja nas assembleias estaduais, seja no Congresso Nacional, tornando-se uma voz contundente, sobretudo na defesa de pautas conservadoras. Da mesma forma, foram ganhando espaço no Executivo e, mais recentemente, no Judiciário, com a nomeação já pelo atual presidente da República Jair Bolsonaro – antes pertencente à FPE – do presidente da Advocacia Geral da União (AGU), pastor presbiteriano André Luiz de Almeida Mendonça.

Portanto, aquela sessão especial foi muito significativa para a FPE no sentido de marcar posição, de firmar e afirmar uma identidade evangélica, a qual veio sendo construída, gradativamente e mais incisivamente, a partir da Constituinte. E, parafraseando a jornalista Miriam Leitão, “É como se Deus, a família e o país fossem monopólio [...]” daquela bancada naquele momento. É como se ela, apenas ela, “encarnasse os valores cristãos”.

Para finalizar, acrescentaríamos que aquela sessão, fortemente protagonizada pela FPE, foi um prenúncio de uma radical mudança nos paradigmas político, econômico e cultural de nosso país, o que veio a se consolidar com a eleição do ex-deputado e agora presidente da República Jair Bolsonaro. No nosso entendimento, aquele episódio histórico catapultou a candidatura desse político, que acabou sendo eleito “Em nome de Deus”, da “Pátria Amada Brasil” e do torturador Coronel Brilhante Ustra. A política tem suas incongruências.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, G. **O uso dos corpos**. Tradução de Selvino J. Assmann. Estado de sítio, Homo Sacer, v. 2, São Paulo: Boitempo, 2017.

AGÊNCIA PÚBLICA. **O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21.** Por Ricardo Videl. 29 jul. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

ALENCAR, G. F. de. Pentecostalismo Clássico. Congregação Cristã no Brasil e Assembleias de Deus: Construção e Identidade. *In:* DIAS, Z. M., RODRIGUES, E.; PORTELLA, R. (Orgs). **Protestantes, Evangélicos e (Neo)pentecostais**. História, Teologia, Igrejas e Perspectivas. São Paulo: Fonte Editorial, p. 167-182, 2013.

ALMEIDA, A. J. S. **“Pelo senhor marchamos”**: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2011. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense. Niterói. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1863.pdf>. Acesso em: 5 maio. 2019.

ALMEIDA, R. de. A “onda quebrada” – evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-25, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbCWsDHMrxTDm3wb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ALMEIDA, R. de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 38, n.1, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 maio. 2019.

ALMEIDA, R. de. Dez anos do “Chute na Santa”: a intolerância com diferença. *In:* SILVA, V. G. da (Org.). **Intolerância religiosa**: impacto do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, p. 171-189, 2007.

ALMEIDA, R. de. Os deuses do Parlamento. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p. 71-79, 2017a.

ALVES, J. E. D. **O voto evangélico garantiu a vitória a Bolsonaro.** IHU Unisinos. Edição de 01 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 10 set. 2019.

ARAÚJO, S. M. V. G. de; SILVA, R. S. S. Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico metodológica e de agenda de pesquisa. 10º Encontro Ciência Política e a Política: Memória e Futuro. Associação Brasileira de Ciência Política. **Anais[...]** Belo Horizonte, agosto de 2016. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/por-que-apenas-partidos-analise>. Acesso em: 11 maio. 2019.

ASAD, T. Introduction: Thinking about secularism. In: **Formations of the secular: Christianity, Islam, Modernity**. Stanford (California): Stanford University Press, p. 1-17, 2003.

ASAD, T. A construção da religião como uma categoria antropológica. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 19, 2010, p. 263-284. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/44990>. Acesso em: 23 set. 2018.

AZEVEDO, R. **O país dos petralhas**. São Paulo: Record, 2008.

BAPTISTA, S. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1992-2006)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Religião)- Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/425/1/Saulo%20Baptista.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2019.

BAUMAN, Z. **Identidade** – Entrevista a Benedito Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BBC NEWS BRASIL. **50 anos do AI-5**: negar ditadura é ignorância histórica, diz pesquisador. Por Júlia Dias Carneiro. 10 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46496289>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BERGER, P. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulus, 1985.

BIRMAN, P. Imagens religiosas e projetos para o futuro. In: BIRMAN, P. (Org.) **Reli-gião e Espaço Público**. São Paulo: Attar, 2003.

BITTENCOURT FILHO, J. **Matriz religiosa brasileira**: religiosidade e mudança social. Petrópolis: Vozes, 2003.

BLANCARTE, R. La República Laica en México: Entre Laicidad Pura y Laicidad Práctica. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**. Juiz de Fora, v. 19, n. 2, 2016, p. 10-32. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22059>. Acesso em: 26 mar. 2018.

BORGES, J. L. **O jardim de veredas que se bifurcam**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1975.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**: o que falar quer dizer. Tradução de Sérgio Miceli et al. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiro, 1996.

BRAGA, J. L. “Lugar de fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. *In: Mídia e processos socioculturais*. São Leopoldo: PPGCOM/Unisinos, 2000.

BRANDÃO, C. R. **Os deuses do povo** – um estudo sobre a religião popular. Uberlândia: da Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

BRASIL 247. **MBL se une a ruralistas e evangélicos**. Postado por Roberta Namour. 02 maio. 2016. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/mbl-se-une-a-ruralistas-e-evangelicos>. Acesso em: 5 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Cadernos SECAD 4**, Brasília, Ministério da Educação, maio de 2007. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Câmara dos deputados. **DETAQ Redação Final**. Número Sessão: 091.2.55.O. Tipo: Deliberativa Extraordinária- CD Data: 17 abr. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BRASIL. **Constituições brasileiras**. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2005. 16 p. (Série Cadernos do Museu, n. 4). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/copy_of_museu/publicacoes/arquivos-pdf/Constituicoes%20Brasileiras-PDF.pdf. Acesso em: 1 maio. 2019.

BURITY, J. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? *In: ALMEIDA, R.; TONIOL R. (Orgs). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 15-66, 2018.

BURITY, J. A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições. *In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Org.). Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangano, p. 173-213, 2002.

BURITY, J. Novos paradigmas e estudo da religião: uma reflexão anti-essencialista. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. I, n. 21, p. 41-65, 2000.

BUTHLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPBELL, C. **A ética romântica e o espírito do consumo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CAMPOS, A. A. de M. O preâmbulo nas Constituições. **Revista Ciências Políticas**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 29, , out./dez. 1986, p. 38-48. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/viewFile/60201/58518>. Acesso em: 27 out. 2017.

CAMPOS, L. S. Os políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. *In:* BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Org.). **Os votos de Deus:** evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangano, p. 29-89, 2005.

CAMPOS, L. S. **Teatro, templo e mercado:** organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMPOS, R. B. C. O profeta, a palavra e a circulação do carisma pentecostal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 54, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/issue/view/3199> . Acesso em: 3 ago. 2018.

CAMPOS, R. B. C.; GUSMÃO, E. H. A.; JUNIOR, C. G. de B. J. MAURICIO J. A disputa pela laicidade: Uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malaia. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 165-188, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/YG7dzgTGX9vzKrd5KdpsjWc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 maio. 2019.

CAMURÇA, M. A. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rev-socio/article/view/243765>. Acesso em: 3 ago. 2018.

CAMURÇA, M. A. Seriam as religiões no Brasil atores legítimos ou espúrios na arena pública e no jogo político? *In:* ORO, A. P.; TADVALD, M. (Org.). **Circuitos religiosos:** Pluralismo e interculturalidade. Porto Alegre: CirKula, p. 45-66, 2014.

CAMURÇA, M. Evangélicos no poder: moral conservadora ou neocristandade? **Artigo apresentado na XVIII Reunião de Antropologia do Mercosul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 22-25, julho 2019.

CAMURÇA, M.; MARTINS, S. A laicidade e o “jeitinho brasileiro”: formas diversificadas e improvisadas de regulação do religioso em ambientes laicos e públicos: o caso de escolas municipais de Juiz de Fora/MG. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 141-171, 2014.

CAMURÇA, M. A. **Campo religioso brasileiro**. Curso ministrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião e Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, abr.–jul. 2016.

CAMURÇA, M. A. **Religiões do Brasil**. Curso ministrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião e Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, abr.–jul. 2015.

CARTA CAPITAL. **Quem é Ustra, o torturador celebrado por Bolsonaro até hoje**. 5 set. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-ustra-o-torturador-celebrado-por-bolsonaro-ate-hoje/>. Acesso em: 13 Jan. 2020.

CASANOVA, J. Rethinking secularization: a global comparative perspective. **The Hedgehog Review**, [S.l.], v. 8, p. 395-419, 2006.

CASTTELS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gherardt. v. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COSTA, P. (Direção). **Democracia em vertigem**. Produção: Joanna Natasegara, Shane Boris, Tiago Pavan. Brasil: Netflix, 2019. (113 minutos): son., color.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

CUNHA, M. do N. **Entrevista para a Revista IHU-on-line sobre a admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados**. Abril de 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/554233-a-admissibilidade-do-impeachment-e-o-pragmatismo-evangelico-entrevista-especial-com-magali-cunha>. Acesso em: 10 ago. 2016.

D'EPINAY, C. L. **El refugio de las Massas**: estudio Sociológico del Protestantismo Chileno. Santiago (Chile): Del Pacifico, 1968.

DAP – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura de 2015 a 2019. Disponível em: https://www.diap.org.br/downloads/Radiografia%20do%20Novo%20Congresso/radiografia_do_novo_congresso - legislatura_de_2015_a_2019.pdf. Acesso em: 21 nov. 2017.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Z. M. **A reinvenção do protestantismo reformado no Brasil**. São Paulo: Fonte, 2017.

DREHER, M. N. Protestantes-Evangelícios: Buscando entender. *In*: DIAS, Z. M.; DRIGUES, E.; PORTELLA, R. (orgs). **Protestantes, evangélicos e (neo)pentecostais**. História, Teologia, Igrejas e Perspectivas. São Paulo: Fonte, p. 25-71, 2013.

DUARTE, T. dos S. A participação da frente parlamentar evangélica no legislativo brasileiro: Ação política e (in)vocação religiosa. **Ciencias Sociales y Religião**, Porto Alegre, ano 14, n.17, p. 53-76, 2012.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAJARDO, M. **Onde a luta se trava: uma história das Assembleias de Deus no Brasil**. Curitiba: Prismas, 2016.

FAWELL, J. **Listen, America!** Nova York: Bantam Books, 1981.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Paris: Gallimard, 1988/São Paulo: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe-te. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCISCO, A. J. **Trânsitos religiosos, cultura e mídia: A expansão neopentecostal**. São Paulo: Paulus, 2014.

FRANCO, A. A. de M. O preâmbulo nas Constituições. **Revista Ciências Políticas**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 29, out/dez. 1986, p. 38-48. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/viewFile/60201/58518>. Acesso em: 27 out. 2017.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Unicamp. São Paulo, 1993.

FRESTON, P. Protestantismo e democracia no Brasil. **Lusotopie**, [S.l.], 1999, p. 329-340. Disponível em: www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/freston.fr. Acesso em: 29 out. 2016.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FUKUE, R. Y. 1969-2009: Memória e história na/da análise do discurso. **IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, UFRS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrrgs.br/analisedodisco/anaisdosead/4SEAD/POSTERES/MarioRafaelYudi.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

GEBARA, I. Deus e o diabo na política: Compaixão e vocação profética. **Cadernos teologia pública**, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. ano 1, n. 1, 2004.

GERALDO, P. H. B. O senador e o bispo: as estratégias de construção identitária nas eleições municipais cariocas de 2004. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 97-129, 2012.

GIDDENS, A. **Transformações da intimidade:** sexualidade, Amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1992.

GIUMBELLI, E. O “chute na santa”: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. *In: BIRMAN, P. Religião e espaço público.* São Paulo: Attar, p. 169-199, 2003.

GIUMBELLI, E. Para estudar a laicidade, procure o religioso. *In: BÉLIVEAU, V. G.; GIUMBELLI, E. (Orgs). Religión, cultura e política en las sociedades del siglo XXI.* Buenos Aires: Biblos, p. 43-68, 2013.

GOMES, A. R.; NOVAIS, S. N. da S. Práticas sexuais e homossexualidade entre os indígenas brasileiros. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2, jul/dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/download/24666/13726>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GOMES, J. H. S. Marcos legislativos de regulação do religioso no Brasil: do Estatuto da Igualdade Racial à Lei Geral das Religiões. *In: WYNARCZYK, H.; TADVALD, M.; MEIRELLES, M. (Orgs.). Religião e política ao Sul da América Latina.* Porto Alegre: Cirkula, p. 115-146, 2016.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

GONÇALVES, R. B. A frente parlamentar evangélica e os discursos em torno do aborto. *In: WYNARCZYK, H.; TADVALD, M.; MEIRELLES, M. (Orgs.). Religião e política ao Sul da América Latina.* Porto Alegre: Cirkula, p. 93-114, 2016.

GOSPEL PRIME. **Marco Feliciano e o impeachment.** Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/geovania-de-as-marco-feliciano-impeachment>. Acesso em: 5 fev. 2020.

GRAÇA, L. F. G. da.; SOUZA, C. P. R de. **Uso estratégico das eleições alternadas?** Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputados federal no Brasil. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-62762014000300326&lng=en&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em: 3 maio. 2019.

GUERRA, V.; GOUVEIA, V. V. Liberalismo / Conservadorismo Sexual: proposta de uma medida Multifatorial. **Revista Psicologia:** reflexão e crítica, Rio Grande do Sul, v. 5, p. 4353, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/>. Acesso em: 3 maio. 2019.

GUIRADO, M. C. **Reportagem:** a arte da investigação. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

GUTIERREZ, C. Igreja Universal e política: controvérsia em torno do secularismo. *In:* MONTERO, Paula (Org.). **Religiões e controvérsias públicas:** experiências, práticas sociais e discursos. São Paulo: Unicamp; Terceiro Nome, p. 47-74, 2015.

GUTIERREZ, C. Igreja Universal e Política: dispositivos e participação na cena pública. *In:* WYNARCZYK, H.; TADVALD, M.; MEIRELLES, M. (Orgs.). **Religião e política ao Sul da América Latina.** Porto Alegre: Cirkula, p. 75-90, 2016.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 2003. 398p.

HABERMAS, J.; TAYLOR, C. **Poder, religião e esfera pública.** Nova York: Columbia University Press, p. 60-69, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HENRIQUES, R. et al. (Orgs.). Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos Secad**, Brasília, n. 4, maio de 2007.

HOUAIS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUFF JUNIOR, A. E. Modos de ação de protestantes e pentecostais na política brasileira: apontamentos parciais. *In:* WYNARCZYK, H.; TADVALD, M.; MEIRELLES, M. (Orgs.). **Religião e política ao Sul da América Latina.** Porto Alegre: Cirkula, p. 63-73, 2016.

IHU – INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **A admissibilidade do impeachment e o pragmatismo evangélico.** Entrevista especial com Magali Cunha. Por Patricia Fachin. 28 abr. 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/554233-a-admissibilidade-do-impeachment-e-o-pragmatismo-evangelico-entrevis-ta-especial-com-magali-cunha>. Acesso em: 5 jan. 2020.

ITABORAÍ, N. R. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012):** uma perspectiva de gênero e classe. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

JACOB, C. R. et al. **Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil.** São Paulo: Loyola, 2003.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEVI, L. Nacionalismo. *In:* BOBBIO, N.; MATEUCCI, N. M.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de Política.** 5. ed. v. 2 (L-Z). Brasília: UNB / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

- MACHADO, M. das D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.7, jan./abr. 2012, p. 25-54. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcn/issue/view/128>. Acesso em: 3 maio. 2019.
- MACHADO, M. das D. C. Além da Religião. **Cadernos CERU**, São Paulo, série 2, n. 12, 2001. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ceru>. Acesso em: 3 maio. 2019.
- MACHADO, M. das D. C. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva. *In*: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Org.) **Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Massangano, p. 91-117, 2005.
- MACHADO, M. das D. C. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v., n. 32, 2003, p. 29-56. Disponível em: <https://religiaoessociedade.org.br/>. Acesso em: 3 maio. 2019.
- MACHADO, M. das D. C.; BURITY, J. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 2014, p. 601-631. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/edicoes/?vn=57-2>. Acesso em: 3 maio. 2019.
- MAGNANI, J. G. C. Religião e metrópole. *In*: MAFRA, C.; ALMEIDA, R. (Org.). **Relições e cidades**: Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Terceiro Nome, p. 20-28, 2009.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 1997.
- MAMIGONIAM, B. **Historiadores pela democracia – O Golpe de 2016: a força do Passado**. São Paulo: Alameda, 2016.
- MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Campinas: Unicamp, 1996.
- MARIANO, R. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *In*: MARIANO, R. (Org.). Laicidades em debate. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 2, maio-agosto 2011, p. 238-258. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- MARIANO, R. **Neopentecostais**: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=neopentecostais+sociologia+do+novo+pentecostalismo+no+brasil+pdf&oq=Neopentecostais&aqs=chrome.2.69i57j0l5.12230>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos**, [S. I.], n. 34. Disponível em: http://www.novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/68/20080625_o_envolvimento_dos_pentecostais.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

MARIZ, C. L. Algumas reflexões sobre a religião e a luta pela cidadania. **Religião e Cidadania**. São Cristóvão: Ed. UFS, Recife / Fundação Joaquim Nabuco, p. 263-272, 2011.

MARIZ, C. L.; GRACINO J. As igrejas pentecostais no censo de 2010. *In*: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.). **Religiões em movimento**: o censo de 2010. Petrópolis: Vozes, p. 161-174, 2013.

MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico**: Um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINS, R. Apesar de você... **Revista Carta Capital**, São Paulo, n. 1061, 2019, p. 12-18. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tag/jair-bolsonaro/page/1061/>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MATTOS, H.; BESSONE, T.; MANIGONIAMI, B. G. (Orgs.). **Historiadores pela Democracia**: o Golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

MENDETTE, E.; VANANTWERPEN, J. Introduction. **The power of religion in the public sphere**. Nova York: Columbia University Press, p. 60-69, 2011.

MENDONÇA, A. G. M. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2008.

MENDONÇA, A. G. M. Um panorama do protestantismo brasileiro atual. *In*: LANDIM, Leilah (Org.). Sinais dos Tempos: tradições religiosas no Brasil. **Cadernos do ISER**, Rio de Janeiro, n. 22, 1989, p. 37-85.

MENDONÇA, D. de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, 2012, p. 205-228. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/vVSJcvg3S4ZxqPWGYPsCMBF/>. Acesso em: 9 jul. 2019.

MIRANDA, J. Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in)desejada. *In*: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Org.) **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangano, 2005.

MONTERO, P. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando a religião como discurso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, 2012, p. 167-183.

MONTERO, P. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 74, 2006, p. 47-65. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/L5hhQqdGx7zk3GKyL5TXDVP/?lang=pt>. Acesso em: 9 jul. 2019.

MONTERO, P. Talal Asad: para uma crítica da teoria do símbolo na antropologia religiosa de Clifford Geertz. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 19, 2010, p. 13-84.

MORIN, E. **Cultura de massa no século XX**: o espírito do tempo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MOUFFE, C. Religião, democracia liberal e cidadania. *In*: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Org.). **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangano, p. 15-24, 2005.

MUSSE, C.; PERNISA, M. Traços de mineiridade nos telejornais da TV Alterosa e da Rede Minas. *In*: VIZEU, A.; PORCELLO, F.; COUTINHO, I. (Org.) **40 Anos de jornalismo em rede nacional**: olhares críticos. Florianópolis: Insular, p. 155-162, 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P.; CARVALHO J. R. T. Eleições gerais de 2014: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 27, jan./jun. 2015, p. 145-171.

ORO, A. P. A Igreja Universal e a política. *In*: BURITY, Joanildo A. e MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.) **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangano, p. 119-147, 2005.

ORO, A. P.; MARIANO, R. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 18, jul./dez. 2010, p. 11-38.

ORO, A. P; TADVALD, M. A Igreja Universal do Reino de Deus e a reconfiguração do espaço público religioso. **Revista Ciencias Sociales e Religion/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, n. 23, ago./dez. 2015, p. 76-113. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8669902/29196>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PANKE, L. Categorias de desqualificação na campanha eleitoral. **Em debate**, Belo Horizonte, v. 4, n. 6, p. 7-14. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3317>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlando. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

PERLATTO, F. **Poder, religião e esfera pública**. Resenha de The power of religion in the public sphere. Acervo bibliográfico professor doutor Marcelo Ayres Camurça. Programa de Ciência da Religião da UFJF. Disciplina “Religiões no Brasil”, primeiro semestre de 2016.

PIEDRA, A. **Evangelização protestante na América Latina:** análise das razões que justificaram e promoveram a expansão protestante (1830-1960). São Leopoldo: Sí-nodal, 2006.

PIERUCCI, A. F. Ciências Sociais e religião: religião como ruptura. In: MENEZES, R.; TEIXEIRA, F. (Orgs.). **As religiões no Brasil:** continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2011.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: Vértice, p. 104-132, 1989.

PINHEIRO, M. B. **Os dilemas da inclusão de minorias no parlamento brasileiro:** a atuação das frentes e bancadas temáticas no Congresso Nacional. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-89GQ33>. Acesso em: 11 maio. 2011.

PONDÉ, L. F. **Ciência da religião.** Curso Ministrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

PORTIER, P. A regulação estatal da crença nos países da Europa Ocidental. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, 2011, p. 11-28.

PRANDI, R.; CARNEIRO, L. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Cidade, v. 33, n. 96, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zz6PRYyg6VWKKpVN3Psfx6N/>. Acesso: 3 maio. 2018.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 29, n. 2, ago. 2007, p. 187-214. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ts/v29n2/1809-4554-ts-29-02-0009.pdf. Acesso em: 3 maio. 2019.

PROCÓPIO, C. E. P. O catolicismo carismático no *impeachment* de Dilma Rousseff. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 9, n. 1, jan./jun. 2019.

PRONER, C. **A Resistência Internacional ao Golpe de 2016.** Editora: Canal 6, 2016.

RANQUETAT, C. A invocação do nome de Deus nas Constituições Federais Brasileiras: religião, política e laicidade. **Revista Cultura & Religión**, [S.I], v. VII, n. 2, jun./dez. 2013, p. 86-101.

RANQUETAT, C. **Laicidade à brasileira**: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. Jundiaí: Paco, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8546204926>. Acesso em: 2 out. 2010.

RANQUETAT, C. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Tempo da Ciência**, Juiz de Fora, v. XV, n. 30, 2º semestre 2008, p. 59-72. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia>. Acesso em: 2 out. 2017.

RANQUETAT, C. **Laicidade, religião e democracia**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.dicta.com.br/laicidade-religiao-e-democracia>. Acesso em: 2 out. 2017.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. Tradução de Maria das Graças M. Macedo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REIS, D. A. Estado e populismo: trabalhadores em questão. **Locus - Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007, p. 87-108. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/54.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

RIBEIRO, D. **Diários índios**: os Urubus-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICCITELLI, A. **Impeachment à brasileira**: Instrumento de controle parlamentar? Barueri: Manole, 2006.

RIGONI, A. C. C.; PRODÓCIMO, E. Corpo e religião: Marcas da educação evangélica no corpo feminino. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [S.l.], v. 35, n. 1, 2013, p. 227-243. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/4VtG8cBPh4xLxtrsbnZ-jmG/?lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2019.

ROSSOLILO, F. Nação. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N. M.; PASQUINO, G. (Orgs). **Dicionário de Política**. 5. ed., v. 2, (L-Z). Brasília: Editora UNB / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SACCONI, L. A. **Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa**: comentado, crítico e enciclopédico. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SANT'ANA, R. O som da marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. **Religião e Sociedade**, [S.l.], v. 34, n. 2, 2014, p. 210-231. Disponível em: <https://religiaoessociedade.org.br/revistas/v-34-no-02>. Acesso em: 2 maio. 2019.

SANTOS, V. R. dos. **Tempos de exaltação**: um estudo sobre a música e a glossolalia na Igreja do Evangelho Quadrangular. São Paulo: Anna Blume, 1995.

SCHLEIERMACHER, F. **Sobre a religião**. São Paulo: Cristã Novo Século, 2000.

SILVA, E. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, G.C; IVO, A.S., et al. (Orgs). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 31-51, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3ff/pdf/zachariadhes-9788523211820-03.pdf>. Acesso em: 2 maio. 2019.

SILVA, I. D. da. **Jerry Falwell e a maioria moral**: um estudo sobre a relação entre religião e política no espaço público americano entre 1979 e 1989. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3633>. Acesso em: 07 abr. 2018.

SINGER, A. **Sem medo de ser feliz**: cenas de campanha. São Paulo: Scritta Oficina, 1990.

SOUZA, M. T. de; VILLELA, C. A “onda verde”: análise discursiva dos programas eleitorais da campanha de Marina Silva à presidência. **Revista Mídia & Cotidiano**, [S. I.], Seção Dossiê, IV Seminário Mídia e Cotidiano, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/issue/archive>. Acesso em: 7 abr. 2018.

SOUZA, J. Prefácio. **A radiografia do Golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Belo Horizonte: Leya, 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2016/08/1803160-leia-trecho-de-a-radiografia-do-golpe-de-jesse-souza.shtml>. Acesso em: 17 out. 2018.

SOUZA, M. E. **Evangélicos e Movimento LGBT na esfera pública**: a “Cura Gay” trazendo novas perspectivas. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião)- Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3096/3/marselhaevangelistadesouza.pdf.txt>. Acesso em: 3 set. 2018.

STOLL, D. **América Latina se vuelve protestante?**: Las políticas del crecimiento evangélico, 2002. Disponível em: http://nодulo.org/bib/stoll/alp_01d.htm. Acesso em: 8 jun. 2007.

TADVALD, M. A demonização da política ou a política demonizada? Os evangélicos e as eleições federais de 2016. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 10, jul./dez., 2006, p. 79-88.

TADVALD, M. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 27, jan./jun., 2015, p. 259-288.

TADVALD, M. Eleitos de Deus e pelo povo: Os evangélicos e as eleições federais de 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 18, jul./dez., 2010, p. 83-109.

TADVALD, M.; MEIRELLES, M. A construção de um campo político transnacional evangélico no Brasil, Argentina e Uruguai. *In:* WYNARCZYK, H.; TADVALD, M.; MEIRELLES, M. (Orgs.). **Religião e política ao Sul da América Latina**. Porto Alegre: Cirkula, 2016.

TEIXEIRA, F. **Inculturação da fé e pluralismo religioso**. Disponível em: http://www.missiologia.org.br/cms/UserFiles/cms_artigos_pdf_45.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

TREVISAN, J. Pentecostais e Movimento LGBT nas eleições presidenciais de 2014. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 27, jan./jun., 2015, p. 289-321.

VALLE, E.; QUEIROZ, J. J. **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Motta. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WNENDT, D. **Ele está de volta**. Alemanha, 2015 (116 minutos): son, color.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In:* SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas: Unicamp, 1997.